

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES
POLÍTICAS**

FELIPE DA COSTA BARCELLOS

**PERSONAGENS POLÍTICOS E OPINIÃO PÚBLICA NAS ELEIÇÕES PARA
GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO EM 1994**

VITÓRIA – ES

2022

FELIPE DA COSTA BARCELLOS

**PERSONAGENS POLÍTICOS E OPINIÃO PÚBLICA NAS ELEIÇÕES
PARA GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO EM 1994**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Ueber José de Oliveira.

VITÓRIA – ES

2022

FELIPE DA COSTA BARCELLOS

**PERSONAGENS POLÍTICOS E OPINIÃO PÚBLICA NAS ELEIÇÕES
PARA GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO EM 1994**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História Social das Relações Políticas.

Aprovada em: 04 de outubro de 2022

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Ueber José de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof. Dr. Josemar Machado de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro interno

Prof. Dr Vitor Amorim de Angelo
Universidade Vila Velha
Membro externo

Prof. Dr. Thiago Vieira de Brito
Secretaria de Estado da Educação/ES
Membro externo

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

B242p Barcellos, Felipe da Costa, 1991-
Personagens políticos e opinião pública nas eleições para
governador do estado do Espírito Santo em 1994 / Felipe da
Costa Barcellos. - 2022.
229 f.

Orientador: Ueber José de Oliveira.
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. História. 2. Eleições. 3. Espírito Santo. 4. Partidos políticos. 5.
Poder executivo. I. Oliveira, Ueber José de. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e
Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

Aos meus pais, amigos e à minha amada Fabiana, por todo o apoio e incentivo que vocês me deram ao longo desta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu orientador, o Prof. Dr. Ueber José de Oliveira, pelas inúmeras conversas, críticas, sugestões e orientações sem as quais este trabalho não teria se concretizado.

Agradeço aos meus pais, Dalva Helena da Costa e Jorge Eliomar Barcellos, por abraçarem as minhas ideias, sonhos e objetivos de vida desde que eu me entendo por gente. Aos amigos Leonardo Domingos, Maria Dorotea e Hebert Silva, pela parceria ao longo desses anos e pela paciência com alguém que alugou bastante os ouvidos deles para falar de pesquisa, eleições e vida acadêmica. E claro, agradeço imensamente à minha querida Fabiana Dias Emilio, por todo o amor, carinho e compreensão do início ao fim desta jornada.

Devo mencionar também os excelentes profissionais que me auxiliaram no levantamento de fontes e de informações fundamentais para a realização deste trabalho. Do Arquivo Público do estado do Espírito Santo, Tiago de Matos Alves, Ivana de Araújo e Heitor Couto. Da Assembleia Legislativa do estado do Espírito Santo, Adriana Ribeiro, Rita Bodart e Missilane Bispo. Da Polícia Militar, o coronel Gelson Loiola. Da Biblioteca Pública Estadual, Débora Alice Valle Lopes. Da Rede Tribuna, Joel Soprani e Cynthia Balbino Neves. Minha eterna gratidão a todos vocês.

Deixo registrada também a minha gratidão aos quatro nomes que gentilmente aceitaram o meu convite para uma entrevista, e me receberam com muita boa vontade, disponibilidade de tempo e entusiasmo para tratar de assuntos pertinentes à pesquisa: José Carlos Gratz, Marcelo Siano Lima, Perly Cipriano e João Gualberto Vasconcellos. Sem dúvidas, a participação de vocês foi enriquecedora para esta dissertação, fico extremamente grato e honrado por poder contar com ela.

Por fim, agradeço aos membros da banca examinadora, o Prof. Dr. Josemar Machado de Oliveira, o Prof. Dr. Vitor Amorim de Angelo e o Prof. Dr. Thiago Vieira de Brito, por aceitarem fazer parte da avaliação deste trabalho.

RESUMO

Na presente dissertação, fizemos um estudo sobre as eleições para governador do estado do Espírito Santo em 1994. Especificamente, tratamos dos candidatos que foram os grandes protagonistas do referido pleito: Vitor Buaiz (PT) e Cabo Camata (PSD). Buaiz era conhecido pelo seu jeito ponderado e conciliatório de fazer política, evidenciado, sobretudo, durante o seu mandato como prefeito de Vitória (1989-1992). E Camata, visto como um *outsider* no jogo político das elites capixabas, era uma figura polêmica, que se notabilizou como um defensor ferrenho da categoria policial e por propor soluções extremistas para os vários problemas que afetam a sociedade, principalmente no tema da segurança pública. Partimos da hipótese de que o sucesso das duas candidaturas decorre do fato de Buaiz e Camata serem os personagens políticos mais compatíveis com a conjuntura estadual de 1994, bem como às suas alianças políticas ao longo do pleito e às dificuldades enfrentadas pelos demais concorrentes daquela eleição. Para comprovar essa perspectiva, fizemos uma análise a partir de fontes jornalísticas, revistas e entrevistas, à luz de autores que se dedicaram ao estudo de campanhas eleitorais, personagens políticos, comportamento de eleitor e história política do Espírito Santo, como Alberto Carlos Almeida (2008), Roger Schwarzenberg (1978), Emerson Urizzi Cervi (2012), Marcus Figueiredo (2008) e Ueber José de Oliveira (2008). Como resultado da pesquisa, constatamos que Vitor Buaiz se apresentava perante a população com a imagem de bom gestor, competente e responsável, e Cabo Camata como o candidato da segurança pública, capaz de combater os altos índices de violência no Espírito Santo mediante punições mais severas para os criminosos. Compreender essa diferença de perfis, em sintonia com as articulações políticas dos dois candidatos, o jogo de interesses subjacentes às suas campanhas e as movimentações dos demais atores políticos na disputa eleitoral, oferece um quadro explicativo para o sucesso de Buaiz e de Camata naquela eleição, e ajuda a elucidar o cenário sociopolítico do Espírito Santo em meados da década de 1990.

Palavras-chave: Personagens políticos; Opinião pública; Espírito Santo; Eleições de 1994.

ABSTRACT

In the present dissertation, we made a study about the elections for governor of the state of Espírito Santo in 1994. Specifically, we dealt with the candidates who were the main protagonists of the aforementioned election: Vitor Buaiz (PT) and Cabo Camata (PSD). Buaiz was known for his thoughtful and conciliatory way of doing politics, especially during his tenure as mayor of Vitória (1989-1992). And Camata, seen as an outsider in the political game of the elites of Espírito Santo, was a controversial figure, who became notable as a staunch supporter of the police category and for proposing extremist solutions to the various problems that affect society, especially in terms of public security. We start from the hypothesis that the success of the two candidacies stems from the fact that Buaiz and Camata are the political characters most compatible with the state conjuncture of 1994, as well as their political alliances throughout the election and the difficulties faced by the other candidates in that election. To prove this perspective, we carried out an analysis based on journalistic sources, magazines and interviews, based on authors who have dedicated themselves to the study of electoral campaigns, political characters, voter behavior and the political history of Espírito Santo, such as Alberto Carlos Almeida (2008), Roger Schwartzberg (1978), Emerson Urizzi Cervi (2012), Marcus Figueiredo (2008) and Ueber José de Oliveira (2008). As a result of the research, we found that Vitor Buaiz presented himself to the population with the image of a good, competent and responsible manager, and Cabo Camata as the candidate of public security, capable of combating the high rates of violence in Espírito Santo through more severe punishments for criminals. Understanding this difference in profiles, in tune with the political articulations of the two candidates, the game of interests underlying their campaigns and the movements of other political actors in the electoral dispute, offers an explanatory framework for the success of Buaiz and Camata in that election, and helps to elucidate the sociopolitical scenario of Espírito Santo in the mid-1990s.

Keywords: Political characters; Public opinion; Espírito Santo; 1994 elections.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Vitor Buaiz e Cabo Camata – Propostas para a situação financeira do governo estadual.....	110
Tabela 2 – Vitor Buaiz e Cabo Camata – Propostas para a Reforma do Estado e do serviço público.....	111
Tabela 3 – Vitor Buaiz e Cabo Camata – Propostas para as áreas de Segurança e Justiça.....	111
Tabela 4 – Vitor Buaiz e Cabo Camata – Propostas para a Saúde.....	112
Tabela 5 – Vitor Buaiz e Cabo Camata – Propostas para a Educação.....	113
Tabela 6 – Vitor Buaiz e Cabo Camata – Propostas para Metropolização e Interiorização do Desenvolvimento.....	114
Tabela 7 – Pesquisa Eleições 1994 – Intenções de voto para governador do estado do Espírito Santo.....	129
Tabela 8 – Resultado das eleições para governador do ES em 1994 – 1º Turno...	173
Tabela 9 – Resultado das eleições para governador do ES em 1994 – 2º Turno...	173
Tabela 10 – Distribuição de votos dos candidatos a governador em 1994 – 1º Turno	173
Tabela 11 – Distribuição de votos dos candidatos a governador em 1994 – 2º Turno	173

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Eleições governador do ES em 1994 – Vencedor por município – 1º turno	174
Figura 2 – Eleições governador do ES em 1994 – Vencedor por município – 2º turno	174

LISTA DE SIGLAS

ACS/PMBM/ES – Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiro Militar do Estado do Espírito Santo

ADUFES – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo

AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BANESTES – Banco do Estado do Espírito Santo

CESAN – Companhia Espírito Santense de Saneamento

CETURB – Companhia Estadual de Transportes Urbanos

CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora

COMDUSA – Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano

CREA-ES – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DCE – Diretório Central dos Estudantes

EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telecomunicações

FUNDAP – Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

MTR – Movimento Trabalhista Renovador

OM – Organizações Militares

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDC – Partido Democrata Cristão

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PH – Partido Humanista

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMES – Polícia Militar do Espírito Santo

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PP – Partido Progressista

PPR – Partido Progressista Renovador

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

PRP – Partido Republicano Progressista

PTRB – Partido Trabalhista Renovador Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PST – Partido Social Trabalhista

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTdoB – Partido Trabalhista do Brasil

PV – Partido Verde

SIMES – Sindicato dos Médicos do Espírito Santo

TELEBRAS – Telecomunicações Brasileiras S/A

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

TRE-ES – Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

UDR – União Democrática Ruralista

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1.....	22
O conceito de opinião pública.....	22
Opinião pública no Brasil.....	29
O advento do marketing eleitoral no Brasil.....	43
CAPÍTULO 2.....	51
A trajetória política de Vitor Buaiz.....	51
A trajetória política de Cabo Camata.....	61
Buaiz <i>versus</i> Camata e a política como espetáculo público.....	69
A conjuntura político-partidária do Espírito Santo.....	77
CAPÍTULO 3.....	85
O lançamento das candidaturas.....	85
Uma explicação para o sucesso de Vitor Buaiz e Cabo Camata.....	100
O segundo turno.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
REFERÊNCIAS.....	164
APÊNDICE I.....	173
APÊNDICE II.....	175

INTRODUÇÃO

As eleições para governador do estado do Espírito Santo, em 1994, foram um divisor de águas na trajetória do Partido dos Trabalhadores no cenário capixaba. Não apenas por terem sido a primeira e única vez em que o PT conseguiu eleger um governador no Espírito Santo, mas também por terem “coroadado” a transição de uma fase para a outra, na qual o partido, que nos primórdios optava por uma estratégia mais voltada para o trabalho de base e para a organização de classe, passou a focar na disputa eleitoral e na ocupação dos espaços institucionais democráticos.

Para Ueber Jose de Oliveira, tal mudança de rumo teve início a partir do I Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado em 1991. Segundo o autor, a partir de então, o PT “deslocou-se paulatinamente para o âmbito eleitoral, abandonando a sua linha de atuação original e passando a adotar como eixo a centralidade da esfera eleitoral, tornando-se um partido muito semelhante aos demais”.¹ O motivo dessa mudança seria a própria sobrevivência do partido, em meio a um cenário marcado pela ascensão do neoliberalismo, pela crescente fragmentação partidária após a redemocratização, e pela constatação de que, diante desse contexto, a disputa do poder passaria necessariamente pelas vias institucionais e pela formação de governos de coalizão.

Entretanto, até que se chegasse ao resultado favorável no final de 1994, com o médico Vitor Buaiz sendo alçado ao posto de governador do Espírito Santo – o primeiro governador de estado petista do Brasil, uma vez que Cristovam Buarque, também vitorioso em 1994, se elegeu para governador do Distrito Federal – houve inúmeros percalços no caminho. Foi uma vitória bastante difícil para o PT, que demandou esforços de toda a sua base aliada e o enfrentamento de uma candidatura inicialmente considerada irrelevante, sem chances de vitória. Estamos nos referindo à candidatura de Cabo Camata (PSD) a governador, uma verdadeira surpresa no panorama político-eleitoral capixaba de 1994.

¹ OLIVEIRA, Ueber José de. *Desempenho Político-Eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2008, p. 16.

Dejair Camata, ex-cabo da Polícia Militar, começou o ano eleitoral como um candidato secundário na disputa, com baixos percentuais nas pesquisas de intenção de voto, e foi crescendo ao longo do pleito. Apesar de ter iniciado a eleição como um candidato inexpressivo, na medida em que a sua campanha foi se mostrando competitiva ele começou a atrair o apoio do eleitorado das camadas populares, bem como de importantes *players* do cenário político estadual, vinculados às forças conservadoras do Espírito Santo. Superou concorrentes mais conhecidos que ele, como Max Mauro e Rose de Freitas, e levou a eleição para o segundo turno, no qual foi derrotado por Vitor Buaiz por uma pequena diferença percentual. Com temperamentos bastante distintos, e ideias muitas vezes opostas, Buaiz e Camata conseguiram fazer campanhas exitosas e se colocar perante a opinião pública como os perfis ideais para solucionar os problemas prioritários da população, de modo a angariarem o seu apoio e mobilizá-la a seu favor.

A nossa dissertação tem como objeto de estudo os personagens políticos Vitor Buaiz e Cabo Camata nas eleições para governador do ES, em 1994. Buscamos responder a três questões fundamentais:

- 1) Por que Vitor Buaiz e Cabo Camata foram os candidatos mais bem-sucedidos na disputa pelo governo do estado em 1994?
- 2) Quais fatores contribuíram para a construção do cenário eleitoral de 1994?
- 3) Quais eram os temas caros ao eleitorado capixaba, de modo a influírem no seu processo de escolha?

As respostas para essas três questões, que serviram de guia para nossa pesquisa, e que queremos elucidar ao longo deste trabalho, se encontram brevemente resumidas da seguinte forma:

- 1) Porque, diante do cenário que se colocava, das circunstâncias políticas estaduais e das problemáticas enfrentadas pelo eleitorado, Buaiz e Camata foram os candidatos que mais dialogaram com os anseios da sociedade, e que mais incorporaram os personagens compatíveis com o momento – de um lado, a figura do bom gestor; de outro, a do justiceiro. Paralelamente, ambos conseguiram apoios importantes ao longo do pleito, que ajudaram no fortalecimento de suas

candidaturas. Por outro lado, seus adversários não conseguiram costurar alianças expressivas, tampouco representavam os personagens adequados às expectativas do eleitorado capixaba em 1994.

2) Fragmentação político-partidária, demandando a formação de amplas coligações.

Ascensão do PT capixaba, representada, sobretudo, pela figura de Vitor Buaiz.

A falta de uma candidatura de peso das forças conservadoras.

A dificuldade de Albuíno em definir um sucessor.

O fenômeno Cabo Camata.

3) Desejo de mudança, para romper com o quadro deixado por Albuíno.

A busca de um bom gestor.

O combate à violência.

Inicialmente, partimos da hipótese de que, dentre os candidatos a governador em 1994, Vitor Buaiz e Cabo Camata eram os que tinham “o perfil certo, na hora certa” para aquela eleição. Isso porque, apesar de adotarem formas distintas de se pensar e fazer política, possuindo características diametralmente opostas, Buaiz e Camata eram os personagens políticos que mais se “encaixavam” no clima eleitoral de 1994, tendo em vista as demandas da sociedade e as suas propostas para a resolução dos principais problemas públicos de então.

Entretanto, na medida em que avançamos no desenvolvimento da pesquisa, percebemos que outros elementos circunstanciais complementam essa tese que explica o sucesso de ambos apenas pelo *timing* perfeito. A saber, as articulações políticas que Buaiz e Camata fizeram em suas campanhas, a falta de um nome para substituir Gerson Camata como candidato, divisões no PMDB e no PSDB, o isolamento político da candidata Rose de Freitas, o desejo dos inimigos de Max Mauro de sepultarem-no politicamente e a ausência de um nome consensual para ser o representante de Albuíno no pleito. Sendo assim, fomos incorporando esses tópicos em nossa explicação para as eleições de 1994, tendo em vista que, em verdade, dificilmente os processos políticos se justificam por uma única via.

Vale ressaltar que não existem muitos trabalhos que abrangem as eleições de 1994 para governador do Espírito Santo. Dentre aqueles que já foram produzidos, e que de alguma forma serviram de referência para o nosso estudo, podemos citar a dissertação de mestrado de Ueber José de Oliveira, *Desempenho Político-Eleitoral do Partido Dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002*. Nesse trabalho, o autor analisa a trajetória do PT no Espírito Santo de 1982 a 2002, dedicando um capítulo ao período de 1982 a 1992 e outro ao período de 1994 a 2002, no qual há uma seção que trata das eleições de 1994.

Outro trabalho de Ueber Jose de Oliveira que também aborda essa eleição é o artigo *O Processo eleitoral de 1994, no Espírito Santo: o cenário de representação da política e o fenômeno Cabo Camata (PSD) versus Vitor Buaiz (PT)*. Nele, o autor analisa a disputa entre esses dois candidatos, enfatizando a relação deles com o repertório de ideias, interesses e valores que estão presentes na sociedade e são captados pelas pesquisas de opinião pública.² Para tanto, ele utiliza o conceito de cenário de representação da política. Em diálogo com Jorge Almeida, ele o concebe como:

[...] atitudes, intenções, fatos já acontecidos (por exemplo, a pesquisa de boca de urna que capta o voto já dado pelo eleitor), audiência e frequência da mídia, imagem de políticos, popularidade de líderes, interesses, comportamentos, questões morais e éticas, boatos, emoções, medos, rejeições, simpatias, antipatias, gostos e outras preferências ou rejeições subjetivas de difícil definição.³

O cenário de representação da política é uma espécie de “matéria-prima” a partir da qual as pesquisas de opinião conseguem detectar tendências, elementos simbólicos e possíveis linhas de atuação que os políticos podem usar para produzirem as suas estratégias de campanha e conquistarem o eleitorado. Para tanto, é preciso contar com uma equipe de profissionais das mais diversas áreas, especialistas em marketing eleitoral, que deem suporte ao candidato ao longo da eleição. A presença desses profissionais nos comitês partidários é uma característica típica das campanhas eleitorais modernizadas.

2 OLIVEIRA, Ueber José de. O processo eleitoral de 1994, no Espírito Santo: o cenário de representação da política e o fenômeno Cabo Camata (PSD) versus Vitor Buaiz (PT). *Ágora*. Vitória, n. 11, 2010.

3 ALMEIDA, Jorge. Pesquisa de Opinião e cenário de representação da política. *Comunicação & Política*. Brasília, 2001, p. 10.

Existe um trabalho que examina essa problemática, especialmente no âmbito do Espírito Santo. Trata-se da dissertação de mestrado de Ronaldo Cassundé, *A vitória de Albuíno: campanhas modernizadas no Brasil e no Espírito Santo*. Nessa obra, o autor reflete sobre o advento das campanhas eleitorais modernizadas e a importância que o marketing político assumiu desde então. Todavia, apesar de abordar especialmente a campanha de Albuíno Azeredo nas eleições para governador de 1990, ele oferece diversas informações relevantes para quem quer compreender um pouco melhor o fenômeno do marketing eleitoral, e também a conjuntura capixaba no período pós-ditadura.

Quem também produziu uma dissertação que aborda, ainda que brevemente, as eleições de 1994, é Canício Scherer. Na obra *Entre a Utopia e a Realidade: Tensões e conflitos entre o PT e Vítor Buaiz (1995-1998)*, Canício se propõe a analisar o pós-1994, ou seja, uma vez conquistado o comando do governo do estado, o que aconteceu com o Vítor Buaiz governador e o seu partido. E, como o título já sugere, depois da vitória de Buaiz, estando ele já à frente do governo, sua relação com o PT será altamente conflituosa, culminando na sua saída do partido, em 1997 (foi para o PV), e no enfraquecimento da legenda no Espírito Santo.

Há de se mencionar a dissertação de Andrea Bayerl Mongim, *Prometer-cumprir: princípios morais da política – estudo de representações sobre política construídas por eleitores e políticos-candidatos*. A autora analisa as concepções sobre política construídas por eleitores e políticos no contexto de uma disputa eleitoral, e parte da constatação de que ambos se referem ao campo da política de maneira desqualificada, estigmatizada e desfavorável, contribuindo para perpetuar a sua carga de descrédito. Para ilustrar o seu ponto de vista, ela toma como estudo de caso a disputa entre Vítor Buaiz e Cabo Camata nas eleições de 1994, bem como os depoimentos de cidadãos que vivenciaram o processo eleitoral e opinaram sobre as posturas e atitudes dos seus candidatos.

No que se refere às eleições estaduais de 1994, podemos citar também a obra *Em nome do Espírito Santo*, de Jonas Reis. Nesse livro, escrito no final de 1994 por um

jornalista que atuou na cobertura das eleições daquele ano, são apresentados não só alguns detalhes dos bastidores das campanhas de Buaiz e Camata, como também as relações intra e extrapartidárias dos principais atores políticos de nosso estado naquele momento. O autor discorre também acerca do cenário político-social do Espírito Santo durante a eleição, marcado por uma grande polarização em torno das duas candidaturas, chegando a ocorrerem episódios de violência verbal e física entre os apoiadores de Buaiz e de Camata.

Embora não seja uma obra propriamente acadêmica, ela possui importância pelo seu valor informativo. E, como ainda não existem muitos trabalhos que abordam as eleições para governador do Espírito Santo em 1994, ela também pode servir de referência para estudos mais aprofundados, se for usada em diálogo com outros autores e mediante uma abordagem teórico-metodológica adequada à pesquisa histórica.

Em relação à metodologia empregada nesta pesquisa, trabalhamos basicamente com análise de fontes jornalísticas, de revistas e entrevistas, à luz de autores que se dedicaram ao estudo do cenário político capixaba nos anos 1980 e 1990.

Utilizamos os jornais *A Tribuna* e *A Gazeta*, sobretudo no conteúdo referente ao noticiário político capixaba. Porém, em se tratando do ano de 1994, o foco se deu principalmente no jornal *A Tribuna*, pois o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo só possui os microfilmes de *A Gazeta* até meados de 1993, e a Rede Gazeta não autorizou a consulta aos seus arquivos na sede da empresa, alegando restrição de acesso do público externo em decorrência da pandemia de COVID-19, sem data para retorno à normalidade. A consulta aos jornais *A Tribuna* de 1994 foi possível na sede da Rede Tribuna, com as devidas medidas de segurança contra o coronavírus. As revistas que utilizamos são edições do extinto periódico *Revista Vida Vitória*, que tratava de assuntos gerais sobre a cidade de Vitória e o Espírito Santo, e possuía uma seção dedicada a temas políticos locais. Ela se encontra disponível na Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo.

As entrevistas foram realizadas presencialmente, ao longo do primeiro semestre de 2022, com a observação dos protocolos de segurança contra a COVID-19. Quatro pessoas foram entrevistadas: José Carlos Gratz, Perly Cipriano, Marcelo Siano Lima e João Gualberto Vasconcellos. Basicamente, nosso critério foi entrevistar uma pessoa ligada ao Cabo Camata (Gratz), uma ligada ao Vitor Buaiz (Cipriano), um profissional de assessoria parlamentar que atuou na Assembleia Legislativa (Lima) e um profissional do ramo de pesquisa eleitoral que cobriu o ano de 1994 (Vasconcellos). Selecionamos alguns trechos dos depoimentos para utilizarmos como referências em nosso trabalho, mas as entrevistas foram inseridas na íntegra, ao final, na seção Apêndice II.

Tratemos agora da divisão dos capítulos da dissertação e suas respectivas temáticas. No capítulo 1, examinamos o conceito de opinião pública, demonstrando o seu caráter multifacetado, as opiniões de alguns autores que discutem opinião pública e a conceituação que decidimos adotar em nossa pesquisa. Além disso, examinamos o processo de formação da opinião pública no Brasil contemporâneo, desde o final do século XIX até o período da redemocratização, no final da ditadura civil-militar – um percurso marcado por avanços e retrocessos. Por fim, apresentamos algumas considerações sobre o advento do marketing eleitoral e das campanhas modernizadas em nosso país, no final do século XX, em uma conjuntura que se convencionou chamar de *idade mídia*.

No capítulo 2, realizamos um apanhado geral da trajetória política de Vitor Buaiz e Cabo Camata, considerando de que forma a história de vida deles foi moldando os seus pontos de vista, assim como as suas inserções no mundo da política. O primeiro, tendo sua trajetória iniciada no movimento estudantil da Ufes, passando pelo sindicalismo, pela fundação do PT no Espírito Santo, por duas derrotas eleitorais e pelos mandatos de deputado federal e prefeito de Vitória. O segundo, tendo a sua primeira projeção política como presidente da Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Espírito Santo, onde liderou um movimento reivindicatório da categoria e, depois, como deputado estadual eleito pelo PSDB. Inserimos também uma reflexão sobre a noção de política como

espetáculo público, em diálogo com as ideias de Roger-Gérard Schwartzberg, presentes na obra *O Estado Espetáculo*. Na parte final do capítulo, discutimos brevemente a conjuntura político-partidária do Espírito Santo, de 1982 a 1994, tendo em mente o processo de ascensão e queda do PMDB em nosso estado e os seus desdobramentos, que levaram a um cenário de grande fragmentação político-partidária no início da década de 1990.

No capítulo 3, fizemos uma análise centrada nas eleições para governador do estado do Espírito Santo em 1994, examinando o desenrolar da disputa eleitoral e as movimentações políticas de Vitor Buaiz e Cabo Camata. Primeiramente, explicamos como se deu o lançamento das candidaturas ao governo do estado, representadas por Vitor Buaiz, Cabo Camata, Max Mauro, Enivaldo dos Anjos e Rose de Freitas. Em seguida, abordamos especialmente os candidatos Vitor Buaiz e Cabo Camata, com o intuito de oferecer uma explicação para o sucesso das suas candidaturas. Depois, trabalhamos o segundo turno da eleição, com foco nas alianças políticas de Buaiz e Camata e na polarização que ocorreu em torno de suas campanhas.

Ao final da dissertação, à guisa de conclusão, faremos algumas considerações sobre este estudo, apresentaremos as nossas referências bibliográficas e disponibilizaremos os Apêndices I e II, com dados sobre a votação e as entrevistas completas.

CAPÍTULO 1

O conceito de opinião pública

Senso comum ou visão predominante? Consenso fabricado ou julgamento social sobre assuntos de interesse geral? Afinal de contas, o que é a opinião pública?

É importante chamarmos a atenção para esse questionamento, pois o termo *opinião pública* designa algo que, em geral, todos nós conseguimos intuir do que se trata, mas quando procuramos definir formalmente, a partir de critérios mais objetivos e consistentes, ainda ocorre muita confusão e divergências interpretativas. A dificuldade de se definir rigorosamente a opinião pública deriva, dentre outras coisas, do caráter multidisciplinar do conceito. Ele é bastante utilizado nas ciências humanas e sociais, principalmente na Ciência Política, Comunicação Social, Sociologia, Antropologia e Psicologia Social. Diante disso, realmente fica difícil designar o que seria a opinião pública a partir de instrumentos de análise comuns a diversas áreas do conhecimento, o que acaba resultando em múltiplas respostas, válidas para os seus respectivos usos e procedimentos de trabalho.

De acordo com o *Dicionário de Política*, em verbete escrito por Nicola Mateucci, a opinião pública é um fenômeno da Idade Moderna, pressupõe uma sociedade civil separada do Estado, com centros de formação de opiniões não individuais (jornais, revistas, clubes, partidos, salões, associações, etc.) e um público de indivíduos interessados em controlar a política do governo, mesmo que não tenham uma atividade política imediata.⁴ Essa concepção de opinião pública dialoga com uma linha teórica vinculada a Jürgen Habermas, filósofo alemão que estudou a formação da esfera pública burguesa e os regimes democráticos.

Situada no final do século XVIII, em consonância com a queda do Antigo Regime e a consolidação do ideário iluminista, a noção de opinião pública ganhou força

4 BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 1998.

paralelamente ao surgimento da esfera pública moderna, sendo esta desvinculada das tradições absolutistas e promotora de uma nova sociabilidade política, baseada na democracia representativa e na existência de um corpo de cidadãos críticos, encarregados de fiscalizar as políticas públicas. Habermas até admite a existência de outras variantes de esfera pública, como a helênica e a feudal, cada uma em seu próprio contexto e com características peculiares, mas o seu foco de pesquisa reside na esfera pública burguesa, e é a partir dela que se constitui a noção moderna de opinião pública. Segundo o autor:

A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social.⁵

Nessa perspectiva, a opinião pública pressupõe a existência de uma sociedade civil atuante, congregada em espaços de debate público, associações e entidades, capaz de acompanhar o dia a dia do governo e fazer pressão sobre os seus representantes políticos, garantindo uma espécie de harmonia, de correspondência, entre os interesses da sociedade e as ações do governo. Segundo Samuel Mateus, essa concepção de opinião pública encarna os ideais de uma publicidade crítica, exercida no contexto de uma economia liberal e de uma sociedade burguesa. Além disso, ela é filha da razão, e se expressa nos debates de ideias, na liberdade de expressão, de associação e, sobretudo, de imprensa, que possui aqui um papel fundamental.⁶

Importante salientar que, ao longo do percurso histórico, essa visão foi se mostrando deturpada, diferente da situação observada nas democracias contemporâneas. A existência de uma natureza crítico-reflexiva na opinião pública demonstrou ser muito mais um horizonte a ser buscado do que uma realidade efetiva.

Conforme ressaltam Figueiredo e Cervellini, nos primórdios a opinião pública “[...] era encarada como base de legitimação da democracia (contratualismo) e o

5 HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo: Ed. UNESP, 2014, p. 42.

6 MATEUS, Samuel. A Estrela (De) Cadente: uma breve história da opinião pública. *Estudos em Comunicação*. Covilhã, n. 4, 2008.

requisito básico para tal seria a existência de uma deliberação racional, exprimindo um interesse geral resultante”.⁷ Mas, em vez de representar uma síntese de ideias estabelecidas após debates críticos produzidos no seio da sociedade, a opinião pública foi convertida em um campo suscetível a manipulações e à produção arbitrária de consensos, desviando do seu propósito inicial.

Tal problema levou diversos autores a duvidarem de que seja possível constituir-se uma autêntica opinião pública na sociedade. Podemos citar, por exemplo, Pierre Bourdieu, que chega a afirmar que a opinião pública não existe, pelo menos não nos moldes ideais dos estudiosos que postulam a sua existência. Para ele, essa problemática gira em torno de três erros básicos: primeiro, achar que a produção de opinião está ao alcance de todos; segundo, pensar que todas as opiniões possuem o mesmo valor e relevância sociais; terceiro, pressupor que, nas pesquisas de opinião, há um consenso sobre quais são os temas vistos como importantes e, com isso, não perceber que o pesquisador está impondo questões que ele julga importantes e ignorando outras que poderiam ser abordadas.

Além disso, Bourdieu, como teórico do *poder simbólico* – um poder que não se estabelece por meio da força ou do confronto direto, mas pelo convencimento, pela influência velada e onipresente dos grupos sociais dominantes, que se valem de sistemas simbólicos estruturantes e estruturados para naturalizar as suas ideias e valores no seio da sociedade –, se preocupa com o uso arbitrário das pesquisas de opinião, mantendo-se a aparência de neutralidade, mas com fins de manipulação social e legitimação das relações de poder.⁸ Nesse sentido, para Bourdieu, a opinião pública, que, em tese, deveria ser uma dimensão crítica e reflexiva da sociedade, também está sujeita à imposição de ideias dos grupos dominantes, algo que ocorre em toda parte, em maior ou menor grau. O autor considera a opinião pública, tal como é concebida costumeiramente, apenas um artefato com a função de dissimular que o estado da opinião em um dado momento é um sistema de forças e de tensões. Segundo suas próprias palavras:

7 CERVellini, Sílvia; FIGUEIREDO, Rubens. Contribuições para o conceito de opinião pública. *Opinião Pública*. Campinas, v. 3, n. 3, 1995, p. 176.

8 BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

Sabemos que todo exercício da força se acompanha de um discurso visando a legitimar a força de quem o exerce; podemos mesmo dizer que é próprio de toda relação de força só ter toda sua força na medida em que se dissimula como tal. Em suma, falando simplesmente, o homem político é aquele que diz: “Deus está conosco”. O equivalente atual de “Deus está conosco” é “a opinião pública está conosco”. Tal é o efeito fundamental da pesquisa de opinião: constituir a ideia de que existe uma opinião pública unânime, portanto legitimar uma política e reforçar as relações de força que a fundamentam ou a tornam possível.⁹

Embora acredite na possibilidade de uma opinião pública verdadeiramente crítica e autônoma, e indique caminhos para isso em suas análises, Habermas demonstra estar ciente de um perigo, qual seja: a opinião pública ser convertida em instrumento de manipulação e justificação de políticas antidemocráticas. Ou seja, apesar do caráter revolucionário do advento da opinião pública, que estabeleceu um novo tipo de relação entre sociedade civil e poder constituído, dado que o primeiro se tornou a base legitimadora do segundo, o autor ressalta o risco de que, com o passar do tempo, esse ímpeto revolucionário possa se enfraquecer, e a opinião pública possa ser convertida em um campo suscetível a manipulações, na medida em que as tecnologias de comunicação e a atuação da mídia se desenvolvem, facilitando a produção e a difusão de ideias preconcebidas na sociedade. Por isso ele alerta que precisamos nos afastar dessa tendência alienante e manipulatória da opinião pública, pois se ela for desvirtuada, deixando a racionalidade crítica em segundo plano, o que deveria servir para emancipar a sociedade civil, na verdade, a aprisionará, tornando-a refém de bravatas populistas e governos autoritários. Nessa perspectiva, Habermas afirma que:

A “opinião pública” assume significados diferentes, dependendo de ser reivindicada como uma instância crítica em relação com a publicidade do exercício do poder político e social, exigida normativamente, ou ser colocada a serviço de pessoas e instituições, bens de consumo e programas, como instância receptiva na relação com a publicidade difundida de modo demonstrativo e manipulador. [...] Desse modo, o padrão ideal da opinião pública deveria se reconciliar com sua forma real. Contudo, evidentemente, não se trata disso. Ao contrário, trata-se de diferenciar claramente as funções das publicidades crítica e manipuladora. Elas estão situadas em contextos sociais cujos efeitos são opostos.¹⁰

Outro autor importante para compreendermos a noção contemporânea de opinião pública é Walter Lippmann, figura proeminente do jornalismo norte-americano nas

9 BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 03.

10 HABERMAS, 2014, p. 487-488.

primeiras décadas do século XX e comentarista político. Diferentemente de Habermas, que, apesar dos riscos de haver distorções, ainda vislumbra a existência de uma opinião pública crítica e ativa, Lippmann entende que a opinião pública, nesses moldes, simplesmente não é possível, pois ela precisaria ter um nível de autonomia em relação à imprensa e aos meios de comunicação que ela jamais terá. Para explicar o seu posicionamento, Lippmann utiliza argumentos de natureza epistemológica e social.

Por um lado, para Lippmann, é preciso levar em conta que os seres humanos são incapazes de adquirirem um conhecimento direto da realidade. Afinal, o mundo é muito amplo, grandioso e complexo para isso, enquanto nós temos diversas limitações cognitivas e sensoriais, inerentes à condição humana, que nos impedem de assimilar o real tal como ele é. Conseqüentemente, se quisermos saber o que se passa no mundo, para além de nossa experiência individual, temos que recorrer a informações produzidas e veiculadas por terceiros, sejam pessoas ou instituições, que também estão sujeitas às mesmas limitações que nós.¹¹

Ora, como saber que estamos ao menos perto da realidade, então? Segundo Lippmann, partindo de um raciocínio que se aproxima do “mito da caverna” de Platão, tudo o que nós temos em nossas mentes são imagens parciais da realidade e dos fatos. Quando tais imagens se confrontam com as imagens mentais de outras pessoas, e ocorre entre elas uma relação de semelhança, coincidência e coerência, são formados os *estereótipos*, parâmetros fixos de análise que estabelecem um sentido social para as coisas, extrapolando o indivíduo. Nessa perspectiva, cabe à imprensa, e aos meios de comunicação em geral, a tarefa de nos prover de dados acerca do mundo. E a nós, cabe fazermos uma apropriação das informações veiculadas e construirmos os estereótipos que vão balizar a nossa busca por conhecimento.¹²

Por outro lado, Lippmann também argumenta que, nas sociedades ocidentais contemporâneas, nem todos têm tempo disponível ou vontade de se aprofundar em

11 LIPPMANN, Walter. *Opinião Pública*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

12 Ibid.

assuntos de interesse público – não só porque preferem se dedicar aos assuntos individuais, à sua rotina cotidiana, mas também porque, de certa forma, eles entendem que não há necessidade, já que vivemos sob um regime democrático representativo, com representantes e instituições dedicadas exclusivamente a isso. Com essas pessoas, que para o autor constituem a grande maioria da sociedade, o ideal de uma opinião pública como uma esfera crítica e deliberativa dos assuntos públicos é impraticável.¹³

A opinião pública, na ótica de Lippmann, está diretamente ligada a essa percepção que ele tem sobre o comportamento dos indivíduos em sociedade. Poucos são os que se envolvem diretamente nas discussões, seja porque não querem ou porque não podem, e existem pessoas dedicadas exclusivamente a isso. Profissionais de mídia e de comunicação social, jornalistas e escritores públicos, assessores políticos e técnicos de propaganda, encarregados de colocar em pauta os assuntos passíveis de debate e conduzir os rumos da discussão, conforme os grupos de interesse que eles representam. Portanto, a opinião pública de Lippmann, tal como ressalta Fernanda Vasques Ferreira, é a opinião feita pública por grupos de interessados ou de pessoas agindo em nome desses grupos, e não as opiniões surgidas do público.¹⁴ Ou seja, nas palavras do próprio Lippmann:

Aqueles aspectos do mundo exterior que têm a ver com o comportamento de outros seres humanos, na medida em que o comportamento cruza com o nosso, que é dependente do nosso, ou que nos é interessante, podemos chamar rudemente de opinião pública. As imagens na cabeça destes seres humanos, a imagem de si próprios, dos outros, de suas necessidades, propósitos e relacionamentos, são suas opiniões públicas. Aquelas imagens que são feitas por grupos de pessoas, ou por indivíduos agindo em nome dos grupos, é Opinião Pública com letras maiúsculas.¹⁵

Logo, o papel da sociedade civil nos assuntos públicos é somente o de se posicionar quando for solicitada, seja por meio de pesquisas de opinião, de plebiscitos/referendos ou até mesmo do voto, sobretudo quando os candidatos em disputa representam propostas e pontos de vista muito distintos sobre uma mesma problemática. Dessa forma, considerando que os assuntos colocados em debate

13 LIPPMANN, 2008.

14 FERREIRA, Fernanda Vasques. Raízes históricas do conceito de opinião pública em comunicação. *Em Debate*. Belo Horizonte, v. 7, n. 1, 2015.

15 LIPPMANN, 2008, p. 40.

pelos meios de comunicação derivam de discussões suscitadas por grupos específicos de interesse, e que estes empregam profissionais encarregados de promover a capilarização das temáticas no restante da sociedade, o que resta para a população é apenas acompanhar e tomar um lado nas discussões de terceiros, legitimando uma causa em detrimento de outra.

Para Lippmann, é assim que se constitui a opinião pública, isto é, uma opinião sobre um determinado assunto que se tornou predominante no âmbito social, ainda que não seja exatamente um consenso, que não tenha a sua origem a partir de debates populares, ou que não represente o interesse da maioria dos cidadãos.¹⁶

Neste trabalho, para fins de construção das nossas análises, optando por uma definição que seja relativamente abrangente, sem reducionismos, mas também sem generalizar demais, seguiremos a concepção de opinião pública proposta por Rubens Figueiredo e Silvia Cervellini. Para os autores, a opinião pública consiste em:

[...] todo fenômeno que, tendo origem em um processo de discussão coletiva e que se refira a um tema de relevância pública (ainda que não diga respeito a toda a sociedade), esteja sendo expresso publicamente, seja por sujeitos individuais em situações diversas, seja em manifestações coletivas.¹⁷

Acreditamos que essa concepção de opinião pública é a mais adequada para os propósitos de nossa pesquisa. Primeiro, porque, ao afirmar que ela tem origem em um processo de discussão coletiva, evita-se a ideia de que a opinião pública é meramente o reflexo das pesquisas de opinião ou da narrativa exposta pela mídia, desconsiderando os demais espaços onde ela pode se manifestar (protestos, campanhas eleitorais, conversas do dia a dia, sala de aula, reuniões sociais, jornais, programas de TV, etc). Com isso, reafirmamos a sua pluralidade.

Segundo, porque, quando ressaltamos que a opinião pública se refere a um tema de relevância pública (ainda que não diga respeito a toda a sociedade), acabamos flexibilizando a noção habermasiana de interesse público, que pressupõe a visão

16 LIPPMANN, 2008.

17 FIGUEIREDO; CERVELLINI, 1995, p. 178.

racionalista de que as pessoas se valem de critérios em comum sobre o que é importante e merece ser discutido. Com isso, abrimos o leque de possibilidades para assuntos que não sejam consensualmente de interesse comum, mas que também estão colocados em pauta no debate público.

Por fim, ao afirmar a necessidade de que o tema em questão seja expresso publicamente, seja por sujeitos individuais ou manifestações coletivas, evita-se relativizar demais quais são os assuntos efetivamente importantes, pois a sua expressão pública, além da existência de uma discussão coletiva, são fatores que corroboram a sua relevância. Tratemos agora da opinião pública no Brasil.

Opinião pública no Brasil

Conforme explicam Josemar Machado de Oliveira e Ueber José de Oliveira, o processo de formação da opinião pública no Brasil se deu de forma tardia e retardatária. Um dos aspectos fundamentais para compreendermos esse atraso é o surgimento da imprensa nacional, elemento fundamental para o florescimento da opinião pública. Afinal, no Brasil Colônia, era proibida a impressão de jornais, situação que só começou a mudar com a vinda da família real portuguesa, no contexto das Guerras Napoleônicas. Explicam os autores:

Durante o período Colonial, a Coroa Portuguesa proibia a impressão de jornais. Isso só mudaria com a transposição da Corte para o Brasil, em 1808, quando começou a circular o primeiro veículo de imprensa mais sistemático, no caso, o jornal fundado por Hipólito José da Costa (1774-1823), que editou, regularmente, em Londres, o *Correio Braziliense*, o qual era também distribuído, no Brasil, mensalmente. Na mesma época, em 1808, surgiu o *Jornal Gazeta do Rio de Janeiro*, embrião do que viria a ser o *Diário Oficial*. Nesse sentido, o Brasil inseriu-se na Era de Gutemberg somente no início do século XIX, portanto, muito tardiamente, a partir da iniciativa de Hipólito e, logo depois, da Família Real, que trouxe uma tipografia.¹⁸

Mas mesmo após a Independência, e durante todo o período do Brasil Império, ainda não havia uma imprensa robusta, com amplo alcance. Os poucos jornais em circulação eram instrumentos de grupos políticos, destinados a fazer ataques aos

18 OLIVEIRA, Josemar Machado de; OLIVEIRA, Ueber José de. Opinião pública na Europa e no Brasil: das origens da expressão à materialização tardia. *Dimensões*. Vitória, n. 44, 2020, p. 24-25.

adversários e a defender seus pontos de vista sobre determinados assuntos de interesse público, como a causa abolicionista e o movimento republicano. Ademais, vale lembrar que os índices de analfabetismo da população brasileira eram muito altos nessa época. Sendo assim, mesmo que houvesse um fluxo maior de impressos, as dificuldades de acesso à informação do grande público continuariam existindo. Esse cenário se manteve até o Brasil República, a partir do surgimento dos primeiros grandes jornais, nas cidades metropolitanas, no final do século XIX, e com as políticas de expansão do acesso à educação básica, ao longo do século XX.

Outro ponto importante para entendermos a problemática da opinião pública no Brasil é a nossa tradição política autoritária. Desde os primórdios da colonização brasileira, na forma como o reino português empreendeu a conquista do território, a expansão para o interior, a instituição do regime de capitanias e sesmarias, o trato com os nativos, a adoção do sistema escravista, e também durante a fase imperial, marcada, dentre outras coisas, pela centralização administrativa e pela repressão das revoltas regionais e movimentos separatistas em prol da unidade nacional, o autoritarismo se fez presente como um traço marcante de nossa formação histórica.

Ele representou um grande obstáculo ao desenvolvimento da cidadania brasileira, não apenas por inibir o estabelecimento de direitos civis, políticos e sociais para o povo brasileiro, como também por ser contrário à noção de igualdade de todos perante a lei, fundamental para a mentalidade cidadã. Conforme ressalta José Murilo de Carvalho, algumas características da colonização portuguesa deixaram marcas profundas em nosso país, no sentido de excluir a maioria da população da vida política e postergar a consolidação de um sentimento de nacionalidade compartilhada.¹⁹

A principal delas foi a escravidão, o fator mais prejudicial à construção da cidadania, que constituía a base da atividade produtiva e moldava as relações sociais no cotidiano colonial. Além de negar aos escravos a sua condição humana, reduzindo-os a uma mera propriedade de seus donos, a escravidão era uma afronta à ideia de

19 CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

liberdade individual dos sujeitos, crucial na luta pelos direitos civis. E por ter sido um fator estrutural da sociedade brasileira, amplamente aceito, tanto na esfera jurídica e econômica, quanto na esfera moral, ela repelia o surgimento de uma consciência cidadã, não apenas entre os escravos, privados de sua liberdade, como também nas demais parcelas da sociedade, inclusive os senhores. Dessa forma, afirma José Murilo de Carvalho:

As consequências da escravidão não atingiram apenas os negros. Do ponto de vista que aqui nos interessa – a formação do cidadão –, a escravidão afetou tanto o escravo como o senhor. Se o escravo não desenvolvia a consciência de seus direitos civis, o senhor tampouco o fazia. O senhor não admitia os direitos dos escravos e exigia privilégios para si próprio. Se um estava abaixo da lei, o outro se considerava acima. A libertação dos escravos não trouxe consigo a igualdade efetiva. Essa igualdade era afirmada nas leis, mas negada na prática. Ainda hoje, apesar das leis, aos privilégios e arrogância de poucos correspondem o desfavorecimento e a humilhação de muitos.²⁰

Outras características da colonização portuguesa que o autor aponta, e que também foram prejudiciais ao avanço da cidadania, são o acesso extremamente reduzido à educação (menor que nas colônias espanholas, por exemplo), a existência da grande propriedade rural, controlada por oligarquias locais, e um Estado comprometido com o poder privado, protegendo certos grupos de interesse e punindo seus adversários. De modo geral, considerando a realidade brasileira em todas as suas especificidades, são problemas que não desapareceram completamente em nosso país, à exceção da escravidão. Ainda que tenham ocorrido grandes avanços no âmbito da cidadania, a herança colonial continuou tendo o seu peso muito tempo depois. Nas palavras de Lilia Schwarcz:

O passado nunca foi, o passado continua, afirmou o então deputado Gilberto Freyre no plenário da Constituinte de 1946, nesse caso fazendo um elogio nostálgico aos tempos de outrora. Mas é esse passado que vira e mexe vem nos assombrar, não como mérito e sim tal qual fantasma perdido, sem rumo certo. O nosso passado escravocrata, o espectro do colonialismo, as estruturas de mandonismo e patriarcalismo, a corrupção renitente, a discriminação racial, as manifestações de intolerância de gênero, sexo e religião, todos esses elementos juntos tendem a reaparecer, de maneira ainda mais incisiva, sob a forma de novos governos autoritários, os quais, de tempos em tempos, comparecem na cena política brasileira.²¹

20 CARVALHO, 2002, p. 53.

21 SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 184.

Com o advento da República, o autoritarismo se manteve como um aspecto pertinente para explicar o Brasil.²² Passados os primeiros anos de governo republicano, um período repleto de crises econômicas, tensões sociais e grande repressão a movimentos de contestação ao governo federal, como a Revolta da Armada, a Revolução Federalista e a Guerra de Canudos, ele continuou se manifestando na política e nas relações sociais através do coronelismo. O velho conflito entre o poder central e o regional, que constituiu a tônica da política brasileira desde a Independência, começou a pender fortemente para o lado das forças regionais.²³ Embora a prática de conceder títulos de oficialato aos grandes proprietários de terra, tornando-os “coronéis” da Guarda Nacional, remonte ao Brasil Império, foi somente durante a República que o poder exercido por essas lideranças se tornou um fenômeno de destaque no âmbito nacional.²⁴

É interessante ressaltar que José Murilo de Carvalho diferencia o termo coronelismo de mandonismo e clientelismo, considerando que tais conceitos são frequentemente usados de forma equivocada, como se fossem equivalentes. Em diálogo com as reflexões de Victor Nunes Leal, que escreveu o célebre *Coronelismo, enxada e voto*, de 1948, José Murilo de Carvalho argumenta que o coronelismo deve ser compreendido como um fenômeno sistêmico e historicamente delimitado, situado entre 1889 e 1930, no período conhecido como Primeira República.²⁵

Por um lado, o coronelismo é fruto do processo de federalização da política nacional, ocorrido durante o governo Campos Sales (1898-1902), que fez dos governadores de estado atores importantes no jogo político, cumprindo o papel de articulação entre o poder local e o federal. Por outro, ele é uma resposta ao problema do relativo declínio da força política e econômica dos grandes fazendeiros, no final do século XIX, na medida em que o Estado se fortalecia e o seu apoio passou a ser cada vez mais decisivo para que os chefes locais pudessem se sobrepor aos seus

22 SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007.

23 FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.

24 LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

25 CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

adversários. A junção dos dois fatores culminou no surgimento de um sistema de abrangência nacional, no qual os estados, mediante a figura dos governadores, passaram a ter maior influência sobre o poder central e, em compensação, a representar o arbítrio da União nas diversas regiões do país. Carvalho conclui que

[...] o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado.²⁶

Já mandonismo e clientelismo são coisas diferentes de coronelismo, fora desse arranjo sistêmico e não necessariamente associadas ao contexto histórico da Primeira República. Mandonismo consiste em uma forma de poder personalista, na qual o indivíduo “em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política”.²⁷ Embora seja, a princípio, associado à questão fundiária, o mandonismo também pode ser exercido por comerciantes prósperos, profissionais liberais (médicos, advogados, etc), líderes religiosos, dentre outros. Existe desde os primórdios da colonização brasileira até os dias atuais e, segundo o autor, tende a desaparecer completamente com o avanço gradual da cidadania.

Por fim, clientelismo designa “um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto”.²⁸ Nesse caso, a concessão de favores e benefícios pessoais se dá diretamente entre a população e os governantes, sem a presença do coronel, e demanda o uso de recursos públicos e do aparato estatal. Segundo José Murilo, ele tende a se ampliar com o fim do mandonismo, na medida em que o poder privado de pessoas poderosas dá lugar à onipresença do Estado, gerido por representantes eleitos, que utilizam a máquina pública para “comprar” apoio e se perpetuar no poder.

26 CARVALHO, 1997, p. 02.

27 Ibid, p. 03.

28 Ibid, p. 04.

José Murilo de Carvalho até admite que mandonismo e clientelismo são possíveis características de uma política coronelista, mas falta para eles o caráter sistêmico do coronelismo, que lhe permitiu ter um alcance nacional.

Os coronéis ditavam as regras da política local, fraudavam eleições, estabeleciam laços de dependência, negociavam trocas de favores, ameaçavam opositores e, se articulando com os governadores, influíam nos rumos da presidência. Naturalmente, nessa conjuntura, a imprensa era apenas mais um dentre os vários instrumentos a serviço das oligarquias regionais, e a população brasileira, que em sua maioria residia nas zonas rurais, não tinha condições de se expressar publicamente ou de se contrapor aos interesses dos coronéis. Conforme afirma Aloysio de Carvalho,

[...] as questões que envolvem as relações entre imprensa, opinião pública e poder político ganham particularidades quando transpostas para determinada formação social, sobretudo se imaginarmos um país como o Brasil, de tradição oligárquica e com traços culturais herdados do sistema escravista, marcado por fortes desigualdades sociais e cujas estruturas políticas, ao longo da história republicana, excluíram do debate público as maiorias populares.²⁹

Tal cenário vigorou até o desenrolar da Revolução de 1930, momento no qual o domínio das oligarquias tradicionais foi suplantado por novos arranjos políticos e institucionais que promoveram mudanças significativas, como a elaboração de uma nova Constituição (1934), o fechamento do Congresso e a substituição dos governadores estaduais por interventores federais.

Durante a Era Vargas (1930-1945), o país passou por profundas transformações políticas, econômicas e sociais. O estímulo ao desenvolvimento da indústria, a criação de leis trabalhistas e da justiça eleitoral, a ampliação do acesso à educação básica – tudo isso contribuiu para que o Brasil da Primeira República, marcado pelo coronelismo, por uma economia dependente da atividade cafeeira, de população majoritariamente rural e analfabeta, desse lugar a uma nação politicamente centralizada, em processo de urbanização e industrialização, com um povo cada vez mais alfabetizado e informado dos assuntos de ampla repercussão. O poder dos

29 CARVALHO, Aloysio Henrique Castelo de. Imprensa e opinião pública no Brasil: uma retrospectiva histórica. In: Lima, Venício A. de; Guimarães, Juarez; Amorim, Ana Paola. (Org.). *Em defesa de uma opinião pública democrática: conceitos, entraves e desafios*. São Paulo: Paulus, 2014, p. 94-95.

grandes fazendeiros nas zonas rurais continuou existindo, assim como as práticas mandonistas, porém ele nunca mais foi como antes, em termos de relevância no âmbito nacional.

Sobre esse período, vale ressaltar também o advento do rádio no Brasil. Desde o início dos anos 1930, na medida em que foi se estabelecendo como uma fonte de informações e entretenimento nos lares de milhões de brasileiros, com programações que variavam entre notícias, apresentações musicais, novelas, eventos esportivos, humorísticos, dentre outros, o rádio demonstrou ser um veículo de comunicação valioso. Não tardou para que Getúlio Vargas reconhecesse a sua importância e passasse a utilizá-lo como um instrumento de propaganda política, assim como já acontecia em outros países. Em 1935, foi criado o programa de rádio *A Hora do Brasil* (que posteriormente viria a se chamar *A Voz do Brasil*), um canal oficial do governo, destinado a apresentar o noticiário político e a promover a imagem pessoal de Vargas enquanto “pai da nação”. Dois anos depois, já no período do governo Vargas conhecido como Estado Novo (1937-1945), a transmissão de *A Hora do Brasil* se tornou obrigatória em todas as rádios nacionais. A esse respeito, esclarece Doris Fagundes Haussen:

A “Hora do Brasil” foi criada em 1935, a 22 de julho, pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (antigo DOP), com o objetivo de divulgar as realizações do governo. Em 1937, a “Hora do Brasil” adquiriu caráter compulsório, devendo ser obrigatoriamente transmitida em rede nacional de rádio, todos os dias úteis, das 18h45m às 19h30m, em ondas médias e curtas, e das 19h30m às 19h45m, somente em ondas curtas. Era o horário nobre do rádio à época.³⁰

Em decorrência de todos esses processos políticos, quando observamos o Brasil de meados do século XX e comparamos com o quadro existente no início da República, percebemos que o país já havia mudado consideravelmente. Do ponto de vista político, de modo geral, houve um avanço significativo da democracia. Os cidadãos brasileiros, cada vez mais se deslocando para os centros urbanos, desvinculados dos laços de dependência e subordinação impostos pelos grandes proprietários rurais, trabalhando na indústria, se sindicalizando, com acesso à educação básica, consumindo informação por meio de jornais e programas de rádio, e podendo,

30 HAUSSEN, Doris Fagundes. *Rádio e política: tempos de Vargas e Perón*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2001, p. 40-41.

assim, adquirir uma compreensão mais ampla do cenário nacional, começaram a enxergar a política com outros olhos. Conforme apontam Josemar Machado de Oliveira e Ueber José de Oliveira, a visão clientelista sobre o eleitorado brasileiro, que pressupõe um eleitor desinformado, manipulado pelo líder local, que vota baseado em troca de favores e necessidades imediatas, dá lugar a uma concepção de cidadania em que o eleitor decide o seu voto baseado em critérios socioeconômicos e identificação partidária.³¹

No Brasil, sobretudo entre 1946 e 1964, houve um notável desenvolvimento da cultura democrática, conforme aponta Jorge Ferreira.³² Os espaços de expressão pública das opiniões se ampliaram (escolas, universidades, partidos, sindicatos, associações, etc), a informação se tornou mais acessível, o cotidiano da política passou a ser acompanhado mais de perto pelos cidadãos. Tudo indicava que, nas décadas seguintes, a democracia brasileira seria cada vez mais consolidada.

Todavia, a História não é linear. Os processos históricos são frequentemente constituídos por avanços e retrocessos, por períodos de grande desenvolvimento de determinadas tendências, e por momentos em que os fenômenos não apenas estacionam, mas também podem recuar extraordinariamente, pela ação de forças políticas e sociais contrárias a eles.

No caso do Brasil, especificamente, vale mencionar a discussão proposta por Leonardo Avritzer. Em um artigo publicado em 2018 e que, no ano seguinte, foi transformado em livro, ele trabalha com a ideia de que, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a democracia brasileira é marcada por movimentos pendulares, ou seja, após um clima favorável ao avanço democrático, ocorrem momentos de considerável retrocesso.³³

As causas imediatas desse fenômeno são as divisões políticas intensas, crise econômica e divergências inconciliáveis quanto ao projeto de país a ser

31 OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2020.

32 FERREIRA, Jorge. *A democracia no Brasil: (1945-1964)*. São Paulo: Atual, 2006.

33 AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. *Novos estudos CEBRAP*. São Paulo, v. 37, n. 2, 2018.

implementado (desenvolvimentismo x liberalismo). Contudo, as causas profundas remontam a duas questões fundamentais da nossa formação política. Primeiro, a presença, na democracia brasileira, de “amplas vias antidemocráticas ou contrademocráticas de questionamento da soberania política e de resultados eleitorais”.³⁴ Segundo, o fato de que “as estruturas de defesa de direitos no Brasil são frágeis e vinculadas não às garantias institucionais, mas a um arranjo intraelites que trocou uma estrutura de direitos por uma ideia de cordialidade que implodiu na crise atual³⁵”.³⁶

Em outras palavras, ao longo do tempo, a democracia brasileira conservou vias de contestação da vontade popular expressa pelo voto. Por exemplo, um poder judiciário oligárquico, por vezes desarticulado dos outros dois poderes, constituindo-se como uma espécie de casta, e também o dispositivo do *impeachment*, amplamente usado de forma política, como um suposto “remédio” para governos mal avaliados. E isso, somado à fragilidade das garantias de direitos civis, que dependem muito mais da “boa vontade” de pessoas ocupantes de postos-chave do poder, do que de instituições efetivamente garantidoras, dá margem para que, de tempos em tempos, a ordem democrática seja ameaçada.

Avritzer argumenta que, com o fim da Era Vargas, a sociedade brasileira foi tomada por um grande entusiasmo democrático, possibilitando a ampliação da soberania popular e dos direitos civis. Esse otimismo em relação à democracia se manifestou, por exemplo, nas eleições de 1945 e na promulgação de uma nova constituição, em 1946, com caráter mais democrático que a anterior. Entretanto, nos anos seguintes, já começava a ser perceptível a presença de certa instabilidade política no regime democrático brasileiro.

34 AVRITZER, 2018, p. 276.

35 Por crise atual, o autor se refere à crise iniciada a partir da reeleição de Dilma Rousseff (PT) à presidência, em 2014. Sua vitória foi questionada no TSE pelo candidato opositor, Aécio Neves (PSDB), dando início a um longo processo de desgaste político, perda de governabilidade, manifestações de rua e ataques sistemáticos da grande mídia, que culminaram no *impeachment* da presidente, em 2016, e na posse de Michel Temer (PMDB), seu vice, até o final de 2018. Para mais informações, ver: AVRITZER, Leonardo. *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Todavia, 2019.

36 AVRITZER, 2018, p. 277.

Para o autor, tal instabilidade se deve ao fato de que, no âmbito político-institucional, nunca houve efetivamente um consenso sobre o projeto de nação que o Brasil deveria adotar, oscilando entre o nacional-desenvolvimentismo, com o Estado assumindo os custos e a gerência de setores estratégicos da economia, e uma política econômica mais liberal, preconizando os investimentos do capital estrangeiro no país e o domínio da iniciativa privada. Do ponto de vista partidário, esse impasse quanto ao projeto de nação era notório nas disputas entre PSD e PTB, do campo desenvolvimentista, contra a UDN, do campo liberal. A crise de 1954, que levou ao fim do governo de Getúlio Vargas e ao seu suicídio, é um exemplo emblemático da instabilidade política que prevalecera naquele contexto. Dez anos depois, motivado pelos mesmos conflitos e dilemas que perpassaram todo o período, houve o golpe civil-militar que depôs João Goulart da presidência, fazendo o pêndulo se movimentar novamente no sentido contrário ao regime democrático.³⁷

O golpe civil-militar de 1964 interrompeu o avanço da democracia no Brasil.³⁸ Os militares instituíram diversos mecanismos de censura e repressão política, a pluralidade de partidos deu lugar a um sistema bipartidário, e a liberdade de expressão e de associação foram sistematicamente coibidas. O meio artístico e intelectual também foi duramente perseguido. Tudo isso de forma legal, por intermédio de uma nova Constituição (1967) e dos dispositivos jurídicos conhecidos como Atos Institucionais, criados pelos próprios militares. Conforme ressaltam Gabriela Bechara e Horácio Rodrigues,

[...] a validade dos Atos Institucionais não adivinha de obedecerem a um processo legislativo democrático, no qual os representantes regularmente eleitos por sufrágio universal fariam ouvir, ainda que apenas teoricamente, as demandas de seus eleitores. A validade dos atos era uma decorrência do poderio militar, das forças armadas que se encontravam por trás da formulação e edição desses documentos, utilizados como um mecanismo de sustentação do regime, auferindo-lhe fundamentação jurídica, suportando a ditadura legalmente e, assim, combatendo manifestações populares. [...] Esses atos retiraram do Legislativo a competência para legislar, outorgando-a ao presidente da República, ocorrendo o fenômeno do fortalecimento do Executivo e conseqüente esvaziamento dos demais poderes.³⁹

37 AVRITZER, 2018.

38 REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

39 BECHARA, Gabriela Natacha; RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Ditadura militar, atos institucionais e Poder Judiciário. *Justiça do Direito*. Passo Fundo, v. 29, n. 3, 2015, p. 604.

Contudo, curiosamente, apesar de todos esses obstáculos ao desenvolvimento da democracia, o regime civil-militar tomou medidas que favoreceram a retomada democrática posterior, e também o advento do marketing eleitoral no contexto da redemocratização.⁴⁰ Tais medidas se dirigiam, sobretudo, ao setor de telecomunicações, com políticas de incentivo à modernização tecnológica e investimentos pesados em infraestrutura de rádio e TV. Sobre essa questão, Antonio Albino Canelas Rubim e Lindinalva Silva Oliveira Rubim afirmam o seguinte:

Em relação à televisão, a ditadura centrou sua atenção e atuação em dois aspectos, aliás, coerentes com a Doutrina de Segurança Nacional, então vigente: prover condições econômicas, tecnológicas e estruturais para a sua expansão, visando à “integração nacional”, e exercer profundo controle sobre seus conteúdos, através da censura e de todo tipo de pressões. Assim, conjuga-se repressão governamental e ênfase em fazer do Ministério das Comunicações, criado pela ditadura militar, quase um provedor de infraestrutura de telecomunicações para a iniciativa privada.⁴¹

Enquanto o rádio já era um meio de comunicação consolidado e amplamente difundido nos lares de milhões de brasileiros, nos anos 1960 a televisão ainda representava uma novidade para muita gente. Além de ser um produto caro e inacessível para a maioria da população, mesmo que uma pessoa tivesse condições de comprar um aparelho de TV, ela precisava morar em uma região com sinal televisivo, o que ainda era bem escasso no Brasil.⁴²

O que os militares fizeram foi utilizar recursos públicos para construir uma vasta rede de antenas e torres de transmissão por todo o país, ampliar as concessões para transmissão de sinal, fomentar a criação de novas emissoras e subsidiar a compra de equipamentos de telecomunicação.⁴³ Para planejar, gerenciar e regular as atividades do setor, foram criadas algumas entidades como a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), em 1965, o Ministério das Comunicações, em 1967, e a Telecomunicações Brasileiras S/A (Telebras), em 1972. Tais empreendimentos eram motivados tanto pelo interesse econômico, referente aos grupos empresariais

40 RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. *Revista Galáxia*. São Paulo, n. 13, 2007.

41 RUBIM, Antonio Albino Canelas; RUBIM, Lindinalva Silva Oliveira. Televisão e políticas culturais no Brasil. *Revista USP*. São Paulo, n. 61, 2004, p. 27.

42 BARROS FILHO, Eduardo Armando de. A TV na América Latina: Formação e Desenvolvimento da Televisão no Brasil e no México. In: *Anais Eletrônicos do IV Congresso Internacional de História: Cultura, sociedade e poder*. Jataí: Universidade Federal de Goiás, 2014.

43 JAMBEIRO, Othon. *A TV no Brasil do Século XX*. Salvador: Edufba, 2001.

vinculados ao regime, quanto pelo interesse estratégico do Estado, buscando promover a integração nacional e uma imagem positiva do governo perante o público telespectador.⁴⁴ Segundo Jambeyro, “os militares viam na televisão um instrumento importante para promover suas ideias sobre segurança nacional e modernização das estruturas econômicas e sociais do país”.⁴⁵ Aos poucos, a televisão foi se tornando uma janela para todos os confins do Brasil e, ao mesmo tempo, porta-voz da ditadura civil-militar. A esse respeito, Lima ressalta que,

[...] do ponto de vista político, o papel central da mídia, sobretudo da mídia eletrônica, em particular a televisão, foi inicialmente reconhecido pelo Estado militar durante o regime autoritário. Foram os militares e seus aliados civis que – por razões, em primeiro lugar, de segurança nacional, e de mercado, em segundo – criaram as condições de infraestrutura física indispensáveis à consolidação de uma mídia nacional. E foram também eles que primeiro fizeram uso político dela, não só com o recurso à censura, mas, sobretudo, com o apoio “conquistado” – explícito em muitos casos – das principais redes impressas e eletrônicas, algumas consolidadas durante o próprio período ditatorial.⁴⁶

A decisão política de investir nas tecnologias de telecomunicação e de montar uma estrutura básica para as empresas de mídia se lançarem no mercado nacional deu um grande impulso ao setor.⁴⁷ Apesar da censura exercida sobre a TV e do seu uso como instrumento de propaganda do regime, a médio e longo prazo os militares viabilizaram também o advento de uma cultura midiática, com um apelo, sobretudo, comercial, em detrimento de uma agenda meramente política. Para Rubim, o regime civil-militar operou uma “transição para a cultura midiática, assentada em padrões de mercado, sem nenhuma interação com as políticas de cultura do Estado. Em suma: institui-se um fosso entre políticas culturais nacionais e o circuito cultural agora dominante no país”.⁴⁸ Em outras palavras, a televisão não era apenas um meio de comunicação a serviço dos militares, era também uma indústria milionária em ascensão. Gradativamente, a televisão foi alçada ao posto de maior veículo de informação e entretenimento do Brasil, com programação variando entre noticiário,

44 LIMA, Venício Artur de. Revisitando sete teses sobre mídia e política no Brasil. *Comunicação & Sociedade*. São Bernardo do Campo, v. 30, n. 51, 2009.

45 JAMBEIRO, 2001, p. 73.

46 LIMA, 2009, p. 20.

47 RUBIM, 2007.

48 Ibid, p. 107.

telenovelas, filmes, eventos esportivos, humorísticos, apresentações musicais, programas de auditório e conteúdo infantil.⁴⁹

Em paralelo a esse processo, em meados dos anos 1970 houve uma retomada gradual da política partidária, tendo em vista que as demais formas de oposição ao regime, envolvendo o confronto direto e a guerrilha armada, haviam se esgotado.⁵⁰ A ARENA era o partido governista, mais alinhado com a presidência, enquanto o MDB representava a oposição mais branda e, por isso mesmo, legalizada, ao governo civil-militar.

Sendo assim, quem quisesse manifestar a sua insatisfação com o regime tinha que recorrer às vias institucionais, e uma opção era votar nos candidatos do MDB. O ano de 1974 foi emblemático nesse sentido, com vitória expressiva dos candidatos emedebistas na Câmara dos Deputados e no Senado. Em termos de estratégia partidária, essa vitória resultou da “articulação, numa linguagem própria da política, de um discurso sobre a realidade que propõe uma solução para os problemas vividos pelos grupos sociais”⁵¹, promovida pelo MDB, desde o início da década, em resposta ao triunfo da ARENA na eleição anterior (1970).

Essa retomada da política partidária, conjugada com o *boom* da televisão e das tecnologias de comunicação via satélite, contribuiu para a efervescência dos debates em prol da reabertura política.⁵² Os anos seguintes foram marcados pelo crescente clamor social em prol da redemocratização, pela renovação do movimento sindical, pelo retorno do pluripartidarismo e por movimentos reivindicando eleições diretas para a presidência.⁵³ A opinião pública, entendida como resultado de uma discussão coletiva sobre um tema de relevância pública que é expresso publicamente, conforme definem Figueiredo e Cervellini, foi recuperando o seu vigor.

49 BUCCI, Eugênio; HAMBURGER, Esther (Org.). *A TV aos 50 anos: Criticando a Televisão Brasileira no seu Cinquentenário*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

50 OLIVEIRA, 2008.

51 CARVALHO, Alessandra. “Democracia e desenvolvimento” versus “Segurança e desenvolvimento”: as eleições de 1974 e a construção de uma ação oposicionista pelo MDB na década de 1970. *Varia Historia*. Belo Horizonte, v. 28, n. 48, 2012, p. 567.

52 ABREU, Alzira Alves de. A mídia na transição democrática brasileira. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 48, 2005.

53 GASPARI, Elio. *A ditadura acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

Antes de partirmos para a próxima seção do capítulo, é importante fazermos um adendo sobre o tema da expansão da televisão no Brasil. Conforme explica Venício Lima, historicamente, o Brasil optou por entregar o setor de radiodifusão à iniciativa privada por meio de concessões públicas. Tal fenômeno ocorreu sem que houvesse grandes normas regulatórias, ou dispositivos jurídicos, para coibir a concentração de propriedade. Na prática, isso resultou na ausência de restrições efetivas à existência da *propriedade cruzada*, um tipo de concentração de propriedade pela qual o mesmo grupo empresarial controla jornais, revistas, emissoras de rádio e de TV em um mesmo mercado.⁵⁴

Conseqüentemente, ao longo do século XX, no Brasil, houve a formação de grandes conglomerados de mídia, que eram controlados por pequenos grupos empresariais e familiares, atuando em diversos meios de comunicação e exercendo um monopólio na produção da informação disponibilizada para a sociedade – o que é potencialmente perigoso, especialmente em um país de tradição autoritária. Nas palavras de Lima:

Os maiores concessionários de emissoras de rádio foram os grupos que já eram proprietários de jornais. O mesmo aconteceu com as concessões de televisão. Foi dessa maneira que se formaram os maiores grupos de mídia nacionais e regionais no Brasil, resultando num sistema de mídia concentrado e controlado por um reduzido grupo de empresas. Os principais exemplos são os Diários e Emissoras Associadas, até a metade do século passado, e as Organizações Globo, a partir da década de 70. Consolidou-se, portanto, entre nós, um sistema de mídia concentrado, liderado pela televisão e, em boa parte, controlado por grupos familiares vinculados às oligarquias políticas regionais e locais. Essas características específicas é que fazem com que, no Brasil, o poder da mídia assuma, potencialmente, proporções ainda maiores do que em outros sistemas políticos.⁵⁵

A partir dos anos 1980, com o andamento do processo de redemocratização e o derradeiro fim da ditadura civil-militar, o Brasil, acompanhando uma tendência mundial, entrou na chamada *idade mídia*, conforme ressalta Rubim. A idade mídia consiste na noção de que, no mundo contemporâneo, a sociedade, em todas as suas esferas e espaços de sociabilidade, é ambientada e estruturada pela mídia, ou seja, pela lógica da comunicação audiovisual, do discurso mercadológico e do apelo

54 LIMA, 2009.

55 Ibid, p. 29.

publicitário.⁵⁶ Nesse contexto, a mídia, mais do que ser um mero veículo de transmissão de mensagens, é capaz de incidir sobre a sociedade como um ator político, moldando a percepção das pessoas quanto ao real e defendendo os interesses dos grupos empresariais que a controlam. Rubim explica a questão:

A comunicação, que perpassa todos os poros sociais, abandona definições e fronteiras nas quais se via confinada, tais como: sua identificação como discurso, mensagem ou mais singelamente conteúdo; seu aprisionamento unilateral ao campo do significado, em detrimento da possibilidade mais complexa de produtora de sentidos, intelectivos e sensíveis; sua localização redutora na supraestrutura, com a decorrente assimilação à ideologia; sua contração a uma dimensão tecnológica ou técnica, e sua caracterização de mero instrumento, pelo entendimento de que seu ato de mediação, tomado por interesses próprios e regimes gramaticais específicos de funcionamento, garante uma possibilidade, formal ou real a depender de situações concretas de campos de força, de funcionar como "ator", que ocupa um lugar de fala para dizer e fazer.⁵⁷

Essa inserção do Brasil na idade mídia terá duas implicações cruciais para a política nacional. A primeira é que os grandes conglomerados de mídia, também por causa da existência de propriedade cruzada, terão um protagonismo político sem precedentes na história brasileira, podendo inclusive construir uma candidatura vitoriosa à presidência da República. A segunda é que a política e as eleições se tornarão cada vez mais midiaticizadas. A partir de então, o marketing terá uma importância vital na elaboração das campanhas eleitorais, conforme explicaremos a seguir.

O advento do marketing eleitoral no Brasil

O advento do marketing nas campanhas eleitorais brasileiras seguiu um movimento que já estava em curso no cenário mundial. Desde o fim da Segunda Guerra, sobretudo nos Estados Unidos, e em seguida nos países da Europa Ocidental, houve um grande impulso à profissionalização das campanhas eleitorais e ao uso de estratégias do marketing convencional no "mercado eleitoral".⁵⁸ Esse processo se deu de forma paralela ao desenvolvimento da mídia eletrônica, especialmente da

56 RUBIM, Antonio Albino Canelas. A contemporaneidade como idade mídia. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*. Botucatu, v. 4, n. 7, 2000.

57 Ibid, p. 35.

58 FIGUEIREDO, Ney Lima. *Jogando para ganhar: marketing político: verdade e mito*. São Paulo: Geração Editorial, 1994.

televisão, e da transformação das sociedades ocidentais em *sociedades midiáticas*, conforme ressalta Pedro Ribeiro:

As campanhas eleitorais tradicionalmente eram feitas, de um lado, por meio de contatos imediatos entre candidato e eleitor, em um corpo-a-corpo eleitoral que se materializava em atividades como comícios, carreatas, caminhadas, confraternizações, reuniões, panfletagens etc; por vezes, tais contatos assumiam caráter de mobilizações de massa, como no caso de grandes comícios. Por outro lado, encontros promovidos pelo partido, por associações diversas, grupos de interesse, sindicatos e outras instituições assumiam a forma de contatos mediados entre candidato e eleitor, já que uma organização interpunha-se entre eles. [...] Porém, na medida em que as sociedades ocidentais converteram-se em sociedades midiáticas, em que a televisão representa a arena mais importante de disputa política e os meios constituem um centro autônomo de poder, as campanhas eleitorais também experimentaram um processo de “mídiação”.⁵⁹

Vale ressaltar que, para além da existência do aparato técnico e de fatores socioculturais que confirmam à mídia uma posição de destaque na sociedade, essa mídiação das campanhas eleitorais requer a existência de condições favoráveis à competição política. No caso da América Latina que, durante Guerra Fria, foi assolada por diversos governos autoritários e antidemocráticos, isso ocorreu de maneira relativamente tardia, já no último quartel do século XX.⁶⁰ O Brasil, especificamente, apesar de ter constituído uma moderna infraestrutura de comunicação desde a ditadura civil-militar, com a televisão já presente na vida de milhões de brasileiros, conforme apontamos, apenas se tornou um espaço promissor para o marketing eleitoral após a redemocratização.

Em meados dos anos 1980, com o desfecho do processo de reabertura política que pôs fim a 21 anos de regime civil-militar, a produção de campanhas eleitorais no Brasil se tornou cada vez mais profissionalizada.⁶¹ Se antes os canais de interlocução entre o poder e a sociedade civil eram mais restritos e com pouco espaço para a expressão política, depois eles se tornaram um campo fértil para a atuação de profissionais especializados em comunicação, que eram contratados pelos comitês de campanha eleitoral, com o objetivo de identificar as percepções e

59 RIBEIRO, Pedro José Floriano. *Campanhas eleitorais em sociedades midiáticas: articulando e revisando conceitos*. Sociologia e Política. Curitiba, n. 22, 2004, p. 02.

60 QUEIROZ, Adolpho (Org.). *Na arena do marketing político: ideologia e propaganda nas campanhas presidenciais brasileiras*. São Paulo: Summus, 2006.

61 MACEDO, Maria Helena de Almeida. *Poder e comunicação: a emergência do marketing na política capixaba da década de 1980*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2007.

os anseios populares e, assim, direcionar os esforços de campanha da melhor forma possível.⁶² Portanto, a conjuntura política favorável, somada à disponibilidade de recursos tecnológicos avançados e à presença de especialistas de mídia, possibilitou a construção de candidatos “sob medida” para o eleitorado, alinhados com os gostos e as expectativas do público-alvo, tal como um produto em um anúncio de publicidade. Cassundé reforça essa nova forma de interação via mídia:

O desenvolvimento sócio-tecnológico fez com que as pessoas passassem a ser avaliadas em função das aparências que elas emitem em público, ao mesmo tempo em que um grande aparato de telecomunicações e informações permite difundir aparências em escala de massa. Com isso, possibilitou-se o surgimento de estratégias destinadas a forjar e/ou enaltecer determinadas aparências pessoais, permitindo que lideranças políticas, no caso específico, adaptem sua personalidade de acordo com um plano pré-estabelecido. Ocorre que essa estratégia terá, necessariamente, que interagir com um complexo conjunto de elementos que também influencia na decisão do voto, ou na legitimidade que uma liderança ou governo adquire junto à sociedade/eleitorado.⁶³

Nesse sentido, a campanha de Tancredo Neves para a presidência foi um caso notável, pois já sinalizava uma mudança de rumo, a transição de um modelo para outro. Apesar de ele ter sido eleito de maneira indireta, por meio dos votos de parlamentares reunidos em Colégio Eleitoral, a sua campanha, como ressalta Cassundé, tratou a comunicação de forma altamente profissionalizada, utilizando ao máximo recursos modernos de propaganda política, com o intuito de mobilizar a opinião pública e transformá-la em pressão popular sobre os membros do Colégio Eleitoral.⁶⁴ Peças publicitárias enfatizando a unidade nacional e o clamor por mudanças, slogans com apelo emotivo e mensagens categóricas, associação da imagem de Tancredo Neves ao movimento Diretas Já, tudo isso foi amplamente explorado em sua campanha. Argumenta David Castro Netto, ao comentar todo o suporte midiático que foi mobilizado em torno de Tancredo Neves, que:

É preciso desconstruir tanto a ideia do inusitado, flash ao vivo no Jornal Nacional, quanto o desprendimento das agências de propaganda ao realizarem a campanha. Ao contrário, com a profissionalização das campanhas, não existia o inusitado, mas o premeditado. A escolha do candidato, realizada pela grande imprensa de maneira geral, revelava,

62 MANHANELLI, Carlos Augusto. *Estratégias eleitorais: marketing político*. São Paulo: Summus, 1988.

63 CASSUNDÉ, Ronaldo. *A vitória de Albuíno: campanhas modernizadas no Brasil e no Espírito Santo*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2008.

64 Ibid.

também, a opção pelo projeto político que Tancredo havia construído entre seus pares políticos, a ditadura e os empresários. A presença ao vivo no telejornal de maior audiência da televisão brasileira era, assim, apenas mais uma etapa da estrutura de propaganda. O clamor popular foi o último ingrediente da receita construída em torno da eleição de Tancredo.⁶⁵

Mas o grande divisor de águas dessa nova fase foi a campanha de Fernando Collor rumo à presidência, nas eleições diretas de 1989. Apesar de estar na política desde 1979, tendo sido prefeito de Maceió (1979-1982), deputado federal (1982-1986) e governador de Alagoas (1987-1989), naquele momento Fernando Collor ainda era uma figura de pouca relevância no âmbito nacional.

Entretanto, o marketing de sua campanha, somado à existência de um apoio claro da grande mídia impressa e televisiva, e ao fato de que a maior força político-partidária da época (PMDB) estava fragmentada e desgastada devido aos fracassos dos planos econômicos dos anos 1980, abrindo espaço para candidatos *outsiders*⁶⁶, fez com que um nome relativamente desconhecido se tornasse altamente competitivo, mediante um discurso focado em sua imagem pessoal e na narrativa do combate à corrupção. Além disso, houve na campanha de Collor, um grande esforço para associar a imagem de Luís Inácio Lula da Silva, seu maior adversário na eleição, ao medo, radicalismo e insegurança quanto ao futuro do país, o que desgastou imensamente o potencial de crescimento do candidato petista.⁶⁷

Ressaltando atributos como moralidade, dinamismo, juventude e carisma, e promovendo a ideia de que, uma vez eleito, ele seria o “caçador de marajás”, sempre disposto a combater o desvio de dinheiro público e o uso do aparato institucional para fins escusos, Fernando Collor teve um desempenho surpreendente no pleito de 1989.⁶⁸ Superou nomes tradicionais da política brasileira que também estavam na disputa (como Ulisses Guimarães, Paulo Maluf e Leonel Brizola), foi para o segundo turno contra Lula, e saiu vitorioso com 53,03% dos votos válidos.⁶⁹ A

65 CASTRO NETTO, David A.. Propaganda e sociedade: o caso das Diretas Já! e a campanha eleitoral de Tancredo Neves. *Domínios da Imagem*. Londrina, v. 14, 2020, p. 105.

66 Para mais informações, ver: ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

67 GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2014.

68 FIGUEIREDO, 1994.

69 Fonte: TSE.

era da comunicação de massa e das pesquisas de opinião finalmente se estabeleceu na política brasileira, e se fez presente nas eleições que ocorreram desde então. A esse respeito, desenvolve Figueiredo:

Em abril, Collor já havia ocupado a televisão em *pool* nacional, aproveitando-se do horário de partidos políticos menores e dando demonstrações de ser um candidato altamente competente no uso do veículo. Sua campanha de “caçador de marajás” já se tornara um tema nacional, merecendo capas de revistas e chamadas de primeira página dos grandes jornais, levando-o a aparecer com grande frequência na televisão, particularmente na Rede Globo, embora se saiba que, naquele momento, Collor ainda não era o candidato de Roberto Marinho. Aquilo que, em princípio, parecia ser um problema da candidatura Collor – a falta de um partido forte que a sustentasse – transformava-se em trunfo eleitoral. Porque, dada a fragilidade da imagem dos partidos políticos junto à população, a disputa por uma legenda que não significava nada era vantajosa. Assim, Collor conseguiu tirar votos de todos os demais partidos. Ao mesmo tempo, esteve à vontade para se colocar contra o esquema partidário tradicional e, mais uma vez, a favor da opinião popular de rejeição aos partidos, detectada nas pesquisas.⁷⁰

No Espírito Santo, acompanhando a tendência nacional, o primeiro exemplo de campanha bem-sucedida, nesse novo padrão de marketing eleitoral, se deu na eleição de Albuíno Azeredo para governador do Estado, em 1990. Albuíno era uma figura notória entre setores empresariais e nos bastidores da administração pública capixaba. Fez carreira como engenheiro de obras na Companhia Vale do Rio Doce, fundou uma reputada empresa de consultoria em transporte ferroviário e ocupou o cargo de Secretário de Planejamento durante o governo de Max Mauro.⁷¹

Todavia, popularmente, ele ainda não era tão conhecido, e o grande mote de sua campanha foi buscar entender a forma de pensar da população, através do uso sistemático de pesquisas de opinião pública. A partir disso, projetou a sua imagem política em sintonia com os anseios e expectativas do eleitorado. Isso é uma característica marcante das campanhas modernizadas: procurar conhecer o público-alvo perante o qual candidato deve se colocar e criar um político “sob medida” para esse público, que fala o que ele deseja ouvir e com o qual ele se sente genuinamente identificado, a ponto de perceber-se como representado. O resultado dessa estratégia foi muito positivo, com Albuíno ascendendo ao longo do ano eleitoral e terminando o segundo turno em primeiro lugar. Para Ronaldo Cassundé,

70 FIGUEIREDO, 1994, p. 53.

71 CASSUNDÉ, 2008.

[...] a afirmação de que a estratégia adotada pelo candidato Albuíno Azeredo marcou o advento das Campanhas Modernizadas no Espírito Santo é sustentada, em grande medida, pela forma como a propaganda televisiva do pedetista foi estruturada, demonstrando profissionalização e alto grau de pioneirismo, que se manifestavam através da utilização das modernas técnicas do marketing comercial. Após o início do HGPE [Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral], como é característico nas Campanhas Modernizadas, todas as demais ações da propaganda de Albuíno foram orientadas pela linha veiculada na televisão, que passou a funcionar como “carro-chefe” da estratégia de comunicação do candidato.⁷²

As eleições de 1994 para governador do Espírito Santo seguiram essa tendência de uso do marketing em sintonia com os anseios da opinião pública. A disputa foi liderada pelos candidatos Vitor Buaiz (PT) e Dejour Camata (PSD), após diversos problemas de articulação, entre os segmentos mais tradicionais da política capixaba, para definirem quais nomes deveriam indicar ao referido pleito, conforme veremos mais adiante.

Vitor Buaiz, médico de formação e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores no Espírito Santo, começou sua atuação política no movimento estudantil da UFES. Posteriormente, ingressou no movimento sindical de sua categoria e foi deputado federal de 1987 a 1988. Entre 1989 e 1992, tornou-se prefeito de Vitória, capital do Espírito Santo. Já Dejour Camata, um quadro proveniente das fileiras da polícia militar, foi presidente da Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiro Militar do Espírito Santo e, depois, se tornou deputado estadual, pelo PSDB, entre 1991 e 1994.

Buaiz era conhecido pelo seu jeito ponderado e conciliatório de fazer política. Ele fazia parte de uma ala do Partido dos Trabalhadores que tinha um viés mais reformista do que radical. Ademais, circulava bem entre grupos e lideranças de outros partidos, o que, por vezes, o colocava em conflito com seus próprios companheiros do PT.⁷³ Quanto ao Cabo Camata, era uma figura controversa, que se notabilizou como um defensor ferrenho da categoria policial, sobretudo os membros de baixo escalão, denominados de *praças*, e também por propor ações extremistas e violentas na resolução de problemas que afetam a sociedade, especialmente no

72 CASSUNDÉ, 2008, p. 161.

73 OLIVEIRA, 2008.

tema da segurança pública. Em 1987, como representante da ACS/PMBM/ES, Camata deu uma entrevista polêmica para o jornal *A Gazeta*, considerada uma de suas primeiras manifestações políticas, denunciando as condições de vida precárias dos praças e fazendo críticas ao governo do estado e ao comando da Polícia Militar. No ano seguinte, ele foi desligado da PMES e, em 1990, eleito deputado estadual.

Ao longo do ano eleitoral, na medida em que os demais candidatos foram ficando em segundo plano, houve uma grande polarização da sociedade espírito-santense em torno das candidaturas de Vitor Buaiz e Cabo Camata. A princípio, o triunfo de Buaiz parecia iminente, com ampla margem de vantagem sobre os seus adversários e boas chances de conseguir uma vitória tranquila, quiçá no primeiro turno. Mas algo surpreendente aconteceu: um candidato, até então, considerado sem a menor chance de sucesso, começou a crescer nas pesquisas de intenção de voto, atraindo os eleitores com seu discurso simples, direto, polêmico, de linguajar popular, e se apresentando como um homem que não fazia parte da velha política, e por isso capaz de transformar o poder público com soluções aparentemente novas para problemas antigos. Nas palavras de Carlos Lindenbergh Filho, diretor-executivo da Rede Gazeta na época, se referindo ao Cabo Camata: “esse cara tem propostas não convencionais para problemas convencionais”.⁷⁴

A campanha do Cabo Camata foi muito bem-sucedida. De candidato “azarão”, com poucas chances de vitória, ele passou a ser um dos protagonistas da disputa eleitoral, superando candidatos mais conhecidos e renomados que ele, a exemplo do ex-governador Max Mauro, e da então deputada federal pelo PSDB, Rose de Freitas, a ponto de, em outubro de 1994, segundo Jonas Reis, as pesquisas indicarem que, se tudo se mantivesse no mesmo rumo, Camata ultrapassaria Buaiz praticamente na véspera da votação. Diante disso, era preciso que o comitê de campanha de Buaiz tomasse providências para evitar a derrota em uma eleição que, de início, parecia “ganha”.

74 REIS, Jonas. *Em nome do Espírito Santo*. Vitória: Nemar, 1994, p. 20.

Buaiz venceu, com uma pequena diferença percentual para Camata que, posteriormente, canalizou o capital político adquirido para se eleger prefeito de Cariacica, dois anos depois.

No próximo capítulo, vamos abordar com mais detalhe a trajetória dos dois protagonistas da eleição para governador do estado, em sintonia com a noção de política como espetáculo público. Veremos também a conjuntura político-partidária na qual estavam inseridos Vitor Buaiz e Cabo Camata.

CAPÍTULO 2

A trajetória política de Vitor Buaiz

Vitor Buaiz nasceu em 19 de agosto de 1943, na cidade de Vitória-ES, filho de José Salim Buaiz e Adélia Jacob Buaiz. Ele é membro de uma família de imigrantes libaneses que chegaram ao Espírito Santo no começo do século XX, e que se dedicavam, sobretudo, à atividade de comércio de varejo e, posteriormente, à indústria e às profissões liberais (médicos, advogados, engenheiros, jornalistas, etc).⁷⁵

Ingressou no curso de medicina, na Universidade Federal do Espírito Santo, em 1963. Participou do movimento estudantil universitário, sendo Secretário Geral do Diretório Central dos Estudantes (DCE), de 1964 a 1966, e se formou em 1967. No ano seguinte, dando continuidade aos estudos, Vitor foi morar no Rio de Janeiro, onde fez pós-graduação em Clínica Médica, pela UFRJ, com ênfase em gastroenterologia.⁷⁶ Lá, em plena ditadura civil-militar, viu de perto as manifestações realizadas pela sociedade civil contra o regime de 1964, assim como a repressão das forças militares contra os opositores do governo. Sobre 1968, Vitor afirmou o seguinte, em entrevista concedida a Ueber José de Oliveira:

[...] foi um ano de ebulição, não só no Brasil, mas uma ebulição planetária, em que a juventude foi às ruas, os estudantes. No Rio de Janeiro, assisti de perto todas àquelas atividades dos estudantes, especialmente após a morte do estudante Edson Luiz do Calabouço. [...] Então, foi um momento muito especial na minha vida, em que pude testemunhar esta mudança, diante do Governo Militar em que a sociedade, em protesto, através dos estudantes, ia às ruas para exigir a volta da democracia.⁷⁷

Retornou a Vitória em 1969, e dois anos depois se tornou professor da UFES, no curso de medicina. Em 1972, Vitor se envolveu em um episódio curioso, que foi a sua prisão pelo regime civil-militar, acusado de enviar medicamentos para os

75 SANTOS, Estilague Ferreira dos. *Memória do Desenvolvimento do Espírito Santo. Grandes Nomes: Américo Buaiz*. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2011.

76 BUAIZ, Vitor. *Currículo vitae*. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, BRESAPEES.VB.75, 2021.

77 OLIVEIRA, 2008, p. 247.

integrantes da Guerrilha do Araguaia. Segundo o próprio Vitor, tudo não passou de um mal entendido. Na época, ele trabalhava em um ambulatório no bairro Itanguá, Cariacica. Lá, havia um estudante de direito da UFES, filiado ao PCdoB, que, de fato, participou do esquema de desvio de medicamentos para o Araguaia. Como os dois eram vistos frequentemente juntos e estavam sempre conversando sobre a situação política do país, Vitor foi apontado como cúmplice do estudante, tendo, supostamente, uma relação direta com o esquema. Buaiz ficou preso, de 08 de dezembro de 1972 até o início de janeiro de 1973, assim como alguns de seus alunos da UFES.⁷⁸

Quando Vitor foi solto, representantes da Arquidiocese de Vitória, o arcebispo Dom João Batista da Motta e Albuquerque e o bispo auxiliar Dom Luiz Gonzaga Fernandes, entraram em contato com ele, prestando solidariedade pelo ocorrido. Na mesma ocasião, o convidaram para participar do trabalho comunitário da Igreja Católica, sobretudo na Pastoral da Saúde (da qual foi coordenador, de 1974 a 1978). Tudo isso ocorreu no contexto da criação das Comunidades Eclesiais de Base em nosso estado, por ocasião da vinda de Frei Betto para se estabelecer em Vitória.⁷⁹

A partir de 1979, ingressou na Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo (ADUFES). No mesmo ano, participou da recriação do Sindicato dos Médicos do Espírito Santo (SIMES), sendo o seu presidente até 1981.⁸⁰ A sua atuação nesses movimentos sindicais serviu de ponto de partida para que ele se aproximasse de Rogério Medeiros (presidente do Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo) e de grupos envolvidos com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Durante a I CONCLAT (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora), evento no qual Rogério Medeiros foi membro da Comissão Executiva Nacional, Vitor Buaiz e Antonio Angelo Moschen (presidente do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Colatina) representaram o Espírito Santo na Comissão Nacional Pró-CUT.⁸¹

78 OLIVEIRA, 2008.

79 Ibid.

80 BUAIZ, Vitor. *Informações sobre o governador do Estado do Espírito Santo*. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, BRESAPEES.VB.204, 2021.

81 Tudo sobre o I CONCLAT – A caminho da Central Única. São Paulo, 1981. Disponível em: <http://cedoc.cut.org.br/cedoc/livros-e-folhetos/920>. Acesso em: 02 jul. 2021.

Vitor foi também um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores no Espírito Santo, em 1980, fazendo parte do grupo de tendência moderada, ligado ao Lula, a chamada *Articulação*. Conforme destaca Carolina Júlia Pinto, o PT, no Espírito Santo, se constituiu a partir da mesma tríade de fundadores nacionais: a Igreja Católica e, especificamente, os setores ligados às Comunidades Eclesiais de Base, com Brice Bragato e Claudio Vereza; o movimento sindical, com Vitor Buaiz e Rogério Medeiros; e remanescentes da esquerda armada e do antigo PCB, como Perly Cipriano.⁸²

Pelo PT, as primeiras candidaturas de Vitor foram para deputado federal, em 1982, e prefeito de Vitória, em 1985, sendo derrotado em ambos os pleitos. Depois, foi eleito deputado federal, em 1986, participando dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, e em 1988 se elegeu prefeito de Vitória. Paralelamente à vida pública, nos anos 1980, Vitor continuou atuando em entidades de representação dos profissionais da medicina, como Vice-Presidente da Federação Nacional dos Médicos, de 1982 a 1984, e delegado da Associação Médica do Espírito Santo junto à Associação Médica Brasileira, de 1985 a 1987.⁸³

As eleições de 1985 para prefeito de Vitória foram marcantes na trajetória de Vitor Buaiz e do PT capixaba.⁸⁴ Após o fracasso de 1982, quando o PT não conseguiu eleger nenhum representante no Espírito Santo, por razões de vão desde a escassez de recursos financeiros⁸⁵, até a campanha pelo voto útil feita pelo PMDB⁸⁶ e ao sistema de *voto vinculado*⁸⁷, nas eleições seguintes, o PT conseguiu ter um desempenho mais positivo. Algumas questões contribuíram para isso.

82 PINTO, Carolina Júlia. História do Partido dos Trabalhadores na Grande Vitória (1975-2000). In: *Encontro Anpuh-ES*, Vitória, 2003.

83 BUAIZ, Vitor. *Informações sobre o governador do Estado do Espírito Santo*. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, BRESAPEES.VB.204, 2021; Vitor Buaiz – Biografia. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/139383/biografia>. Acesso em 02 jul. 2021.

84 PT é força política emergente. *A Gazeta*. Vitória, p. 01, 17 nov. 1985.

85 PT, de partido do “não” à busca das massas. *A Gazeta*, Vitória, p. 06, 05 mai. 1985.

86 A campanha pelo voto útil partia do princípio de que, dentre os partidos de oposição ao regime, somente o PMDB tinha condições reais de vitória. Logo, votar em candidatos de outro partido era um desperdício, uma divisão de forças no campo progressista. O melhor caminho, portanto, era toda a oposição se unir e votar somente nos candidatos peemedebistas.

87 Pelo sistema de voto vinculado, o eleitor era obrigado a escolher candidatos do mesmo partido para todos os cargos (deputados federal e estadual, senador, governador, vereador e prefeito), caso contrário os seus votos seriam anulados. Isso acabava fortalecendo os partidos já consolidados, pois eles tinham mais condições de lançar candidaturas em todos os níveis.

Primeiro, o PT havia se tornado mais conhecido pela sociedade civil, sobretudo graças ao trabalho desenvolvido junto às associações comunitárias e movimentos populares e à sua atuação na campanha pelas Diretas Já.⁸⁸ Além disso, Vitor Buaiz era um candidato com grande potencial, um conhecido profissional da saúde, detentor de um perfil moderado, longe de radicalismos e adepto do diálogo com lideranças de outras agremiações.⁸⁹ Um nome bem-aceito por diversos setores da população, desde a periferia e o movimento sindical, até a classe médica e o meio universitário.⁹⁰

O mote da campanha de Vitor foi a ampliação da participação popular na política municipal, mediante a democratização das instâncias decisórias e a presença dos Conselhos Populares na definição dos rumos da cidade.⁹¹ Para tanto, defendia a descentralização administrativa, o diálogo com lideranças de diversos partidos e apostava no voto das periferias como um ponto crucial para a vitória nas urnas.⁹² Concorrendo com Buaiz, havia os candidatos Crisógono Cruz, do PDS, Hermes Laranja, do PMDB, Jairo Regis, do PCB, e Amúlio Finamore, do PSC.⁹³

Apesar da derrota nessa eleição, tendo Hermes Laranja vencido com 42% dos votos válidos, Vitor Buaiz e o PT saíram muito fortalecidos da disputa. Em 1982, o PT teve cerca de 2% dos votos válidos. Em 1985, Vitor terminou em segundo lugar, com aproximadamente 26%, o que significa um aumento percentual de mais de 1200% em três anos.⁹⁴ O PT se consolidara como uma força política emergente no cenário estadual, enquanto Vitor Buaiz, prestigiado e mais experiente, passou a mirar um possível mandato de deputado federal nas eleições do ano seguinte, em plena

88 ROCHA JUNIOR, José Carlos. A campanha pelas Diretas já! no estado do Espírito Santo. *O Estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985)*. In: FAGUNDES, P. E.; OLIVEIRA, U. J.; ANGELO, V. A. (Org.). Vitória: GM Editora, 2014.

89 PT lança esquema para próxima eleição. *A Gazeta*, Vitória, p. 05, 21 abr. 1985.

90 Partido dos Trabalhadores crê que se igualará ao PMDB e PDS. *A Gazeta*, Vitória, p. 06, 18 ago. 1985;

PT consolida nome de Buaiz para a prefeitura. *A Gazeta*, Vitória, p. 02, 16 ago. 1985.

91 Em novembro, a cidade escolhe o novo prefeito. *A Gazeta*. Vitória, p. 02, 08 set. 1985.

92 Campanha se fortalece nas periferias e pode ser a grande surpresa nas eleições. *Jornal da cidade*. Vitória, p. 05, 31 ago. 1985.

93 Se eleito for... *A Gazeta*, Vitória, p. 04, 25 ago. 1985.

94 PT é força política emergente. *A Gazeta*. Vitória, p. 01, 17 nov. 1985.

efervescência dos debates sobre a instauração de uma nova Constituição Federal no Brasil.⁹⁵

Em 1986, Vitor Buaiz se candidatou a deputado federal pelo PT, tendo sido eleito com 79.054 votos, a terceira maior votação para deputado federal no Espírito Santo, atrás apenas dos peemedebistas Vasco Alves (84.952) e Rita Camata (136.031).⁹⁶ Ao todo, foram eleitos 10 representantes para a Câmara dos Deputados, sendo 7 do PMDB, 2 do PFL e 1 do PT, que tiveram a oportunidade de participar dos trabalhos e das discussões para a elaboração da Constituição Federal, a partir da instituição de uma Assembleia Nacional Constituinte, em 1º de fevereiro de 1987. Nesse sentido, ainda em dezembro de 1986, Vitor propôs que toda a bancada federal do Espírito Santo, incluindo os 10 deputados e os 3 senadores (os peemedebistas João Calmon, Gerson Camata e José Ignácio Ferreira), se reunisse, em janeiro do ano seguinte, para uma conversa sobre a futura representação capixaba em Brasília, e também “como uma forma de articular melhor o movimento pela participação popular na Constituinte que será instalada no dia 1 de fevereiro”.⁹⁷

Na plenária da Câmara dos Deputados, Vitor Buaiz teve uma atuação voltada para os temas da saúde e meio ambiente. Foi membro da Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente, criada para elaborar propostas e discutir de que forma essas áreas seriam contempladas pela carta constitucional.⁹⁸ Acompanhou as investigações sobre o acidente com vazamento de césio-137, em Goiânia⁹⁹, em 1987, tendo solicitado, à Comissão Nacional de Energia Nuclear, informações mais apuradas sobre as medidas de segurança, como também a melhoria dos procedimentos para contenção de riscos.¹⁰⁰ Também fez críticas à política nuclear

95 Vitor Buaiz quer mandato federal no próximo ano. *A Gazeta*, Vitória, p. 06, 01 dez. 1985.

96 Fonte: TRE-ES.

97 Vitor propõe reunião de todas as bancadas. *A Gazeta*. Vitória, p. 02, 22 nov. 1986.

98 BRASIL. Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente. *Atas de comissões*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1987. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp>. Acesso em 05 jul. 2021.

99 Para mais informações, ver: KLANOVICZ, Jó; FONSECA, Maíra Kaminski da. Tempo Presente e História Ambiental: a contemporaneidade do desastre do Césio-137 (Goiânia, mais que 1987). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 201-228, jan./abr. 2019.

100 BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Diário da Câmara dos Deputados, Brasília, ano 42, n. 48, 20 nov. 1987. Disponível em: <http://imagem.camara.leg.br/diarios.asp>. Acesso em 05 jul. 2021.

brasileira, levando em conta os seus riscos ambientais, a defasagem tecnológica dos nossos equipamentos e o mau uso de recursos públicos na infraestrutura da usina de Angra I. É o que se extrai do texto a seguir:

Como todos nós sabemos, o Programa Nuclear Brasileiro nasceu nos porões da ditadura militar, idealizado pelo General integralista, Garrastazu Médici, e foi imposto com mãos de ferro ao País, pelo General Geisel, sem qualquer consulta à população. A história do programa nuclear brasileiro começou em maio de 1971, quando a fábrica de máquinas de lavar roupa americana Westinghouse Electric Corporation passou a fornecer a tecnologia, inclusive já ultrapassada, para a construção de Angra I. Recentemente participei de uma comissão de parlamentares e ecologistas que percorreu as instalações de Angra I e pudemos ver de perto uma das maiores aberrações deste País, Angra I, um projeto megalomaníaco que já consumiu até o momento nada menos que 1.200 milhões de dólares dos contribuintes, teve o gerador principal e a usina totalmente paralisados pela vigésima terceira vez, agora, com o risco de virar sucata; somente em equipamentos abandonados nos canteiros de obra estima-se um custo de 5 milhões de dólares.¹⁰¹

Além da saúde e meio ambiente, na Câmara Federal, Vitor também se manifestou sobre temas relativos ao sindicalismo e aos movimentos sociais. Expressou apoio à greve nacional dos servidores da previdência social, em 1987, apelando ao Ministro da Previdência Social para que atendesse “às reivindicações justas e legítimas dos seus servidores, no sentido de melhorar as condições de atendimento aos usuários e aos segurados da Previdência Social”.¹⁰² Prestou solidariedade aos servidores da União, em resposta a uma manchete publicada pelo jornal Correio Brasiliense, em março de 1988, noticiando a sua estimativa de perda salarial de 222%, em um ano, devido à inflação.¹⁰³ Denunciou a violência policial contra o vice-presidente regional do PT-ES (Rogério Medeiros) e líderes comunitários, em Itaúnas, durante uma reunião do partido com pescadores e trabalhadores rurais.¹⁰⁴ Repudiou a forma truculenta com que a Polícia Militar reprimiu o movimento dos estudantes secundaristas contra o aumento da passagem de ônibus, em Vitória, ocorrido em

101 BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Diário da Câmara dos Deputados, Brasília, ano 42, n. 48, p. 3488, 20 nov. 1987. Disponível em: <http://imagem.camara.leg.br/diarios.asp>. Acesso em 05 jul. 2021.

102 BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Diário da Câmara dos Deputados, Brasília, ano 42, n. 36, p. 651, 18 set. 1987. Disponível em: <http://imagem.camara.leg.br/diarios.asp>. Acesso em 05 jul. 2021.

103 BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Diário da Câmara dos Deputados, Brasília, ano 43, n. 11, 08 mar. 1988. Disponível em: <http://imagem.camara.leg.br/diarios.asp>. Acesso em 05 jul. 2021.

104 BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Diário da Câmara dos Deputados, Brasília, ano 43, n. 05, 04 fev. 1988. Disponível em: <http://imagem.camara.leg.br/diarios.asp>. Acesso em 05 jul. 2021.

agosto de 1988, e solicitou ao governo do estado: “ouça a comunidade, abra o diálogo com as entidades representativas, ouça os estudantes e a juventude capixaba, antes de mandar a Polícia baixar o pau”.¹⁰⁵

Mas o mandato de Vitor Buaziz como deputado federal durou apenas dois anos. Em 1988, pela segunda vez, ele foi escolhido pelo PT para a disputa da prefeitura de Vitória, uma estratégia coerente do partido, ao utilizar o seu principal quadro político naquele momento, visando a, finalmente, alcançar o poder executivo na capital do estado, o que seria um grande passo para a agremiação. Entre as suas prioridades de campanha, constavam medidas que buscavam aumentar a qualidade de vida na cidade, melhorar o funcionamento da máquina pública e dos serviços básicos à população e promover uma gestão democrática.¹⁰⁶ Por exemplo, investir em arborização, calçadas, ciclovias, saneamento básico, limpeza urbana e áreas de lazer, descentralizar a administração municipal, criar conselhos setoriais administrativos, aprimorar os planos de carreira do serviço público e restaurar postos de saúde e escolas municipais.¹⁰⁷

Apoiado pela coligação *Frente Vitória* (PT, PSB, PCB, PCdoB, PH e PV), Vitor foi eleito com 50.299 votos, ficando à frente dos candidatos Nilton Gomes, do PFL, e Berredo de Menezes, do PDT, que terminaram com 38.493 e 13.162 votos, respectivamente.¹⁰⁸ Ao deixar o cargo legislativo federal vago, Vitor foi substituído por Maria de Lourdes Savignon, sua suplente, em 1989. No discurso de posse, afirmou:

Sinto-me honrado em estar aqui, depois de uma longa caminhada de lutas, assumindo o governo da nossa cidade. A responsabilidade é muito grande. Os desafios e as dificuldades são enormes. Mas os capixabas sabem que estamos preparados para honrar, ao lado de nossa equipe, o mandato popular que nos foi concedido. Conquistamos essa legitimidade e esta confiança dos capixabas e, agora, estamos prontos para começar a

105 BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Diário da Câmara dos Deputados, Brasília, ano 43, n. 73, p. 2905, 24 ago. 1988. Disponível em: <http://imagem.camara.leg.br/diarios.asp>. Acesso em 05 jul. 2021.

106 VITÓRIA. Prefeitura Municipal de Vitória. *Avaliação da administração municipal, período 1989/1992*, vol I e II (anexos), 1992.

107 COSTA, Letícia Viana. *Parâmetros políticos das prioridades na educação pública municipal, no governo da cidade de Vitória (1989-1992)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2006.

108 Fonte: TRE-ES.

mudança. Para começar a colocar um basta nos privilégios dos poderosos. E devolver o poder local ao poder popular.¹⁰⁹

No comando da prefeitura de Vitória, Vitor Buaiz promoveu medidas para a efetiva ampliação da participação popular. Introduziu o Orçamento Participativo na gestão do município, e buscou um diálogo constante com o Conselho Popular de Vitória, para “reforçar a participação e autonomia dos movimentos de bairro através da maior acessibilidade da população à administração municipal”.¹¹⁰ Na área educacional, que foi definida como uma prioridade de seu governo, Buaiz implementou uma política pautada pela universalização do acesso e permanência na escola, expansão da oferta de vagas, além de investimentos em recursos materiais e humanos, buscando valorizar a carreira docente, bem como a democratização da gestão escolar.¹¹¹ De 1989 a 1992, houve uma evolução de 49,13% no número de vagas preenchidas. Em 1988, a taxa de repetência no ensino de 1º grau era de 24,3%. Em 1991, esse número caiu para 15,6%. O quantitativo de escolas municipais de 1º grau aumentou 45%, passando de 20 para 29 unidades.¹¹²

No âmbito da saúde, promoveu uma expansão do acesso ao atendimento especializado, odontológico e ambulatorial, graças à contratação de mais profissionais e ao aumento da rede física a serviço da Secretaria Municipal de Saúde, reformando as unidades de saúde já existentes e construindo novas instalações, como as de Jardim Camburi e Jabour.¹¹³ Vale mencionar a criação da lei nº 3.730, de 05 de junho 1991, também conhecida como Lei Rubem Braga, que prevê incentivos fiscais para realização de projetos que busquem a produção e a preservação do patrimônio artístico, histórico e cultural de Vitória, oferecendo desde bolsas de estudo e financiamento de eventos até formações e cursos de capacitação.¹¹⁴

109 BUAIZ, Vitor. *Discurso de posse na prefeitura de Vitória*. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, BRESAPEES.VB.191, p. 01, 2021.

110 PINTO, Roselaine Carlos. *Conselho Popular de Vitória – Formação e trajetória de um movimento (1986-2004)*. 2007. 94 f. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, 2007, p. 41.

111 COSTA, 2006.

112 VITÓRIA. Prefeitura Municipal de Vitória. *Avaliação da administração municipal, período 1989/1992*, vol I e II (anexos), 1992.

113 Ibid.

114 VITÓRIA. Lei nº 3.730, de 5 de junho de 1991. Lei Rubem Braga. Disponível em: <https://sistemas.vitoria.es.gov.br/webleis/>. Acesso em 07 jul. 2021.

Desde os primeiros anos como prefeito, a administração de Vitor Buaiz foi tão bem recebida que se chegou a cogitar, entre as lideranças do PT, que ele fosse lançado como candidato ao governo do estado já em 1990, por ser considerado um concorrente promissor, com boas chances de vitória, e porque ele poderia, talvez, contar com o apoio do governador de então, Max Mauro.¹¹⁵ Entretanto, Vitor optou por concluir o seu mandato, para não ficar com a imagem de político oportunista, que só pensa em galgar posições cada vez maiores, indiferente ao voto de confiança do eleitorado, e também para mostrar que o PT era capaz de fazer um bom trabalho no poder executivo, estando na situação em vez de oposição. Segundo o próprio Vitor Buaiz,

[...] eu devia ser candidato, mas agora você imagina: eu fui eleito Prefeito de Vitória para quatro anos de mandato, sair na metade do mandato? Nós não tínhamos feito nada, absolutamente nada, o partido não tinha mostrado ainda que era capaz de governar. Pra mostrar essa capacidade de governo, nós tínhamos que executar o nosso trabalho até o final do mandato. Aí falei: gente, isso aqui é um atraso, seria uma burrice de estratégia política, nunca vi uma coisa como essa. Eu não me disponho a fazer essa insanidade.¹¹⁶

De acordo com uma pesquisa do Instituto Vox Populi, feita em setembro de 1992, no final do seu mandato Vitor Buaiz tinha 88% de aprovação.¹¹⁷ Todavia, apesar da excelente avaliação, a passagem de Vitor Buaiz pela prefeitura de Vitória foi também um pouco problemática, pois tornou evidente as divergências e os conflitos internos existentes no PT. Enquanto era prefeito, ele sofreu, na Câmara Municipal, a oposição da bancada petista, formada pelos vereadores Robson Neves, Otaviano de Carvalho e Gilsa Barcelos, de tendências diferentes da de Vitor dentro do PT.

Em depoimentos que foram veiculados pela imprensa na época, Buaiz expôs a problemática da seguinte forma: “a militância tem o vício oposicionista. Não entende como é que um prefeito do PT pode conversar com os empresários”.¹¹⁸ E, em entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitor explicou que a bancada petista não queria que ele governasse congregando representantes e demandas das outras

115 OLIVEIRA, 2008.

116 Ibid, p. 253.

117 MARTIN, Margô Devos. *A trajetória de uma geração política no Espírito Santo: da universidade ao poder: 1982 a 1992*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2005.

118 Buaiz se distancia do PT e faz sucesso. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 03 mai. 1991; Prefeito de Vitória rompe com petistas. *Jornal de Piracicaba*. Piracicaba, 03 mai, 1991.

bancadas, como no caso do atendimento aos vereadores de Vitória em suas respectivas comunidades, sem distinções partidárias.¹¹⁹

As divergências ganharam um novo impulso por ocasião da definição do sucessor de Buaiz à frente da prefeitura, nas eleições de 1992. Pelo PT, o candidato a prefeito de Vitória foi João Coser. Concorrendo com ele, havia os candidatos Paulo Hartung (PSDB), Luiz Buaiz (PFL), primo de Vitor, e José Gotardo (PRP). Coser era membro da *Articulação de esquerda*, um subgrupo dentro do campo majoritário do PT (a *Articulação*), que disputava espaço com o subgrupo *Unidade na luta*, do qual Vitor fazia parte. A candidatura de João Coser à prefeitura tinha o apoio da *Articulação de esquerda*, enquanto Vitor preferia que os petistas lançassem o nome do seu vice, Rogério Medeiros, mas foi voto vencido na convenção do partido.¹²⁰

Contrariado, Vitor se conformou com a decisão dos petistas por Coser, mas não abraçou a sua candidatura de corpo e alma, preferindo manter-se distanciado e sem fazer campanha abertamente.¹²¹ Todavia, ao longo do ano eleitoral, na medida em que Paulo Hartung e Luiz Buaiz foram assumindo a dianteira na disputa pela prefeitura, Vitor Buaiz, temendo que o governo do PFL pudesse representar um retrocesso para a cidade de Vitória, acabou apoiando a candidatura de Hartung, que foi eleito com 45,78% dos votos.¹²² Coser terminou em terceiro, com 12,74%. Sobre essa situação, Vitor afirma:¹²³

Quando eu vi que o PFL ia ganhar, não sei se era o PFL naquela época, era? Não por causa dele, mas por causa do vice e de todos eles que compunham aquela chapa. Aí eu tive que dar uma declaração dizendo: olha, eu acho que o PT deve fazer uma composição política com o PSDB, caso contrário nós vamos perder a eleição. Todo esse processo de construção de uma nova cidade, de uma nova sociedade, que nós iniciamos na Prefeitura, vai ser um retrocesso. Eu falei simplesmente o seguinte: se ganhar a chapa do PFL, vai ser um retrocesso pra cidade. Aí o eleitor entendeu o recado. Bom! Quem é que tem possibilidade de ganhar, é ele. Agora o que acontece, eu não critiquei o Luiz Buaiz. Por quê? Tinha uma relação excelente, familiar e ele era uma pessoa incriticável, não tinha crítica a fazer a ele. O que eu ia falar contra ele? Não tinha. Mas eu falei: se ele ganhar,

119 OLIVEIRA, 2008.

120 SCHERER, Canício. *Entre a utopia e a realidade: tensões e conflitos entre o PT e Vitor Buaiz (1995-1998)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2005.

121 OLIVEIRA, 2008.

122 Fonte: TRE-ES.

123 Fonte: TRE-ES.

aquela chapa da direita vai ser um retrocesso para a cidade. Ele ficou cinco anos sem falar comigo. Rompeu uma relação familiar.¹²⁴

O Vitor Buaiz que chegará a 1994 pleiteando ser governador é essa figura ambivalente. Por um lado, um político com certa “bagagem”, com uma trajetória no movimento sindical, vitorioso em duas eleições, com boa aceitação perante diversos setores da sociedade, de estilo moderado, adepto da formação de alianças e de amplas coligações. Por outro, um petista “morno” aos olhos dos mais radicais, alvo de críticas e desacordos dentro do seu próprio partido, ainda que tivesse obtido bons resultados nas urnas em eleições passadas, e pudesse encabeçar uma candidatura competitiva ao governo do estado. Conforme veremos, Buaiz foi a grande aposta do PT para pleitear o comando do poder executivo estadual no ES, o que representaria um grande passo para a agremiação. Inicialmente, ele será cotado como o grande favorito na eleição. Mas depois, surpreendentemente, o seu favoritismo será colocado em xeque por uma candidatura inusitada, encabeçada por um político que, a princípio, não era visto como um nome forte na disputa.

A trajetória política de Cabo Camata

Dejair Camata nasceu em 04 de março de 1957, no município de Marilândia-ES, (na época, ainda era um distrito de Colatina), filho de Marcelino Camata e Inez Vataraci Camata.¹²⁵ Sua família, de origem italiana, era formada por pequenos produtores rurais que se estabeleceram na região norte do estado. Além disso, Dejair era primo distante de Gerson Camata, figura célebre da política capixaba de longa data.

Trabalhou desde criança na lavoura, ajudando seus pais em atividades ligadas à vida rural e à produção de gêneros agrícolas, e teve uma educação rígida, no que diz respeito ao trabalho e à autoridade.¹²⁶ Aos 18 anos, saiu da casa dos pais e foi morar em Vitória, onde exerceu ofícios como servente de pedreiro, auxiliar de oficina mecânica e ajudante de supermercado. Em 1976, após ser aprovado em um processo seletivo, Camata ingressou no curso de formação de soldados do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, vinculado à Polícia Militar do Espírito

124 OLIVEIRA, 2008, p. 255-256.

125 LOIOLA, Gelson. *Dejair Camata: Cabo Camata. Dados biográficos*. Vitória: Acervo pessoal, 2021.

126 REIS, 1994.

Santo. Concluída a formação, em 1977, foi efetivado como soldado do Corpo de Bombeiros. Em 1978, foi inscrito para o Curso de Formação de Cabos da PMES, depois do qual adquiriu a referida patente.

Especializou-se em mergulho, após fazer um curso ofertado pela Marinha, no Rio de Janeiro, em 1979, e trabalhou na seção de busca e salvamento do Corpo de Bombeiros. Atuou também como instrutor, oferecendo treinamentos como o “Curso de Salvamento Aquático Mirim”, “Prevenção e Combate a Incêndios e Primeiros Socorros” e “Estágio de Resgate Aquático e Reanimação de Vítimas de Afogamento”.¹²⁷

No ano de 1984, ele se transferiu para a Polícia Militar, tendo servido nos destacamentos de Nova Venécia, Jaguaré e São Mateus. Três anos depois, Camata assumiu uma posição de representante da categoria, ao ser eleito presidente da Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiro Militar do Estado do Espírito Santo. A partir de então, ganhou certa visibilidade, não só entre os praças da polícia e dos bombeiros, mas também perante a população em geral.

Em 29 de março de 1987, como presidente da ACS/PMBM/ES, Camata deu uma entrevista para o jornal *A Gazeta* que gerou muita polêmica. Denunciou as enormes dificuldades enfrentadas pelos soldados da PMES para sobreviverem, diante de salários extremamente defasados e condições de trabalho muito precárias. Além disso, teceu críticas ao alto-comando da Polícia Militar, por julgar que eles eram indiferentes aos problemas que recaíam sobre os militares de baixa patente. Chegou ao ponto de afirmar que a vida de um soldado ou cabo era mais difícil que a de um cachorro, pois “quando tínhamos canil cansei de ver cachorros comendo ovos cozidos e outros alimentos saborosos, enquanto nós comíamos pão seco”.¹²⁸

Cabo Camata também aproveitou o espaço da entrevista para chamar atenção para o alto índice de suicídios, doenças cardíacas, problemas psiquiátricos e má alimentação entre os praças, devido ao trabalho desgastante e à baixa

127 LOIOLA, 2021.

128 Insatisfação faz PMs se mobilizarem para a greve. *A Gazeta*. Vitória, p. 20, 29 mar. 1987.

remuneração. Mencionou as frequentes crises conjugais que eles enfrentavam, tendo em vista que a grande maioria precisava recorrer a “bicos” para complementar a renda, e acabava dando pouca atenção à esposa e aos filhos, por falta de tempo para a vida pessoal. Como solução, propunha a melhoria nas condições de trabalho, jornadas mais flexíveis, aumento do efetivo policial e reajustes salariais significativos, para que o soldado realmente pudesse trabalhar e viver com dignidade.¹²⁹ Eis um trecho da entrevista:

Ninguém aguenta mais. Estamos sendo escravizados, estamos sendo massacrados e o que ganhamos não dá pra comer. Além disso, não temos assistência jurídica, médica, odontológica. Se, durante uma troca de tiros, um policial atingir um bandido, terá que responder a IPM (Inquérito Policial Militar), sem o direito de defesa, pois não pode constituir advogado e nem arrolar testemunhas.¹³⁰

Por fim, Camata salientou que a categoria só não havia entrado em greve ainda porque eles tinham esperanças de resolver a situação pacificamente com o governador Max Mauro, que “prometeu, durante a campanha, dedicar atenção especial à questão social”.¹³¹ Todavia, se fosse preciso, eles fariam uma greve sim, pois a maioria dos praças já havia se manifestado de modo favorável a ela.

As declarações do Cabo Camata, na entrevista concedida ao jornal *A Gazeta*, tiveram grande repercussão. No dia 31 de março de 1987, o mesmo jornal divulgou a notícia de que os suboficiais da PMES se solidarizavam com as dificuldades enfrentadas pelos cabos e soldados, e não descartavam a possibilidade de aderirem a uma eventual paralisação. A declaração foi feita pelo sargento Hylair Margon, presidente da Associação Recreativa dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Espírito Santo, que defendeu a necessidade de se atenderem as reivindicações citadas por Camata e alegou que a situação dos suboficiais da PMES não era diferente do drama vivido pelos praças e, portanto, a possibilidade de greve também englobava a sua categoria.¹³²

129 Insatisfação faz PMs se mobilizarem para a greve. *A Gazeta*. Vitória, p. 20, 29 mar. 1987.

130 Ibid.

131 Ibid.

132 Suboficiais da PM aderem ao movimento de protesto. *A Gazeta*. Vitória, p. 13, 31 mar. 1987.

Poucos dias depois, entidades representativas de outras classes da segurança pública, dentre elas policiais civis, delegados e policiais rodoviários, manifestaram o seu apoio aos cabos e soldados, assim como presidentes de ACSs de outros estados, como Rio de Janeiro, São Paulo, Pará e Santa Catarina.¹³³

Vale mencionar que também houve manifestações de solidariedade por parte de lideranças do PT. João Coser, na época deputado estadual e líder da bancada petista na Assembleia Legislativa, chegou a comparecer à assembleia geral realizada pelos praças na sede da ACS/PMBM/ES, na Ilha de Santa Maria, para ouvir suas demandas e propor soluções. Prometeu levar as reivindicações da categoria ao governador, e defendeu que os cabos e soldados tivessem, dentro da instituição, o direito ao voto, à liberdade de expressão e de paralisar pacificamente, para que fossem atendidos.¹³⁴

Vitor Buaiz que, na ocasião, era deputado federal, utilizou o espaço da plenária para relatar a situação dos cabos e soldados e fazer um apelo a Max Mauro, solicitando ao governador que ele recebesse a diretoria da ACS/PMBM/ES para uma reunião e, assim, fosse possível chegar a um acordo. Dessa forma, segundo Vitor, Max Mauro estaria dando um exemplo para “os gananciosos banqueiros deste país, para a direção da Caixa Econômica Federal e para as autoridades do setor de saúde, entre outros, que se mantêm intransigentes na negociação com os servidores”.¹³⁵

Apesar do alvoroço causado pela entrevista de Camata, e dos temores quanto a uma possível greve dos policiais, não houve maiores perturbações. Pouco tempo depois, o governador concedeu um reajuste salarial a todo o funcionalismo público estadual, incluindo a PMES, o que acabou apaziguando os ânimos da categoria e controlando as insatisfações dentro dos quartéis. A Polícia Militar teve o reajuste mais expressivo, chegando a 64%, mas também foram contempladas as categorias de magistério, saúde, magistratura e fisco, dentre outras.¹³⁶

133 Entidades manifestam apoio ao movimento dos PMs. *A Gazeta*. Vitória, p. 13, 01 abr. 1987.

134 Deputados do PT apoiam movimento. *A Gazeta*. Vitória, p. 13, 03 abr. 1987.

135 Vitor Buaiz fala sobre crise da PM. *A Gazeta*. Vitória, p.13, 08 abr. 1987.

136 Ajuste de servidor sai hoje. *A Gazeta*. Vitória, p. 10, 23 abr. 1987; Governo define os reajustes para o funcionalismo. *A Gazeta*. Vitória, p. 12, 24 abr. 1987.

Para Dejair Camata, pessoalmente, se por um lado o incidente teve o efeito de dar a ele uma grande projeção, aumentando o seu prestígio entre os praças e a sociedade civil, por outro ele serviu para complicar a sua situação dentro da PMES, uma instituição marcada por relações de disciplina e hierarquia. Ficou com a fama de insubordinado, encrenqueiro, polemista. Mesmo após os eventos decorrentes da entrevista, continuou fazendo críticas contundentes ao comando da PMES e ao governo estadual. Em razão disso, foi instaurado um inquérito, em 27 de maio de 1987, que concluiu pela existência de transgressão e aplicação de uma punição disciplinar, em 22 de julho de 1987, conforme relata Gelson Loiola, historiador da Polícia Militar.¹³⁷ Meses depois, Camata se submeteu a uma perícia médica, recebeu licença para tratamento de saúde e foi considerado temporariamente incapaz para o trabalho na PMES.

Em 26 de abril de 1988, por determinação do Conselho de Disciplina, Dejair Camata foi oficialmente desligado da Polícia Militar do Espírito Santo.¹³⁸ Excluído da corporação, mas ainda altamente estimado pelos militares de baixa patente, Camata resolveu se enveredar pela política. Contando com o apoio e o voto, principalmente, dos praças, foi eleito deputado estadual, em 1990, pelo PSDB, com 5.397 votos.¹³⁹

Como era de se esperar, a atuação do Cabo Camata na Assembleia Legislativa foi altamente pautada pela defesa dos interesses da classe policial. Entre as suas propostas, encontravam-se medidas como a extensão do direito ao vale-alimentação para os policiais militares¹⁴⁰, o estabelecimento de uma carga horária semanal de 30 horas, cabendo um pagamento extra ao soldado que ultrapasse esse expediente¹⁴¹, o direito a um espaço gratuito para o policial se defender na imprensa escrita ou televisiva, quando acusado sem provas,¹⁴² e o afastamento remunerado dos policiais que atuassem como representantes de entidades de classe, para que pudessem se dedicar exclusivamente a elas.¹⁴³ Outros projetos se referiam especificamente à

137 LOIOLA, 2021.

138 Ibid.

139 Fonte: TRE-ES.

140 ESPÍRITO SANTO. Assembléia legislativa do Espírito Santo. *Anais*. Vol I, p.43, 1992.

141 Ibid, p.42, 1992.

142 ESPÍRITO SANTO. Assembléia legislativa do Espírito Santo. *Anais*. Vol VIII, p. 1508, 1992.

143 ESPÍRITO SANTO. Assembléia legislativa do Espírito Santo. *Anais*. Vol I, p.52, 1992.

ascensão na carreira dos praças, como a criação de uma academia de oficiais no Espírito Santo, para que não precisassem se qualificar em outros estados,¹⁴⁴ além de passar os soldados que tivessem curso superior, automaticamente, para o quadro de oficiais da PMES, visando a suprir uma suposta carência de tenentes.¹⁴⁵

Também apresentou propostas mais abrangentes, voltadas para a população em geral, como dar à gestante de baixa renda o direito de merendar em escola pública¹⁴⁶, e a criação de passe livre para membros de associações de moradores e centros comunitários¹⁴⁷, mas o que predominava na atuação de Camata era a defesa da classe policial. Isso era perceptível, também, em seus discursos na plenária que, por vezes, acabavam gerando tensões com os seus colegas parlamentares. Um dos que mais discutia com o Cabo Camata era o deputado Luciano Cortez, do PRN. A seguir, um trecho de discurso em que se evidencia o conflito entre ambos:

O Sr. Cabo Camata – Nobre Deputado, o seu pronunciamento é válido, mas não concordamos quando disse que a Polícia militar é fraca [...] A polícia matou seis elementos em Barra de São Francisco e está sendo considerada culpada; quando mata um esturador, é culpada; assim como quando pega um bandido, um esturador e não o mata, apenas lhe aplica uma surra, como fazíamos na época em que usávamos farda. Esturador, assaltante, batíamos de cabo de machado. E no dia em que pegamos um esturador, um assaltante em flagrante, voltamos a fazer a mesma coisa. Todo cidadão deveria fazer isso e não defender esses bandidos. Deveria ajudar a Polícia Militar e não ficar com demagogia, falando que a polícia é fraca.

O Sr Luciano Cortez – Se V.Exa. conhecesse a lei, saberia que tem Juiz pra julgar, e Promotor pra acusar. V. Exa., com o seu mínimo curso de cabo, não tem competência pra julgar, condenar e executar um criminoso. (Palmas)

O Sr. Cabo Camata – Os Srs que estão aplaudindo o nobre deputado devem aguardar o julgamento dos matadores dos sem-terra pela Justiça, para ver se vai ter um mandante na cadeia! Isso nunca vai acontecer. Os senhores são contra a violência, mas achamos que violência tem que ser tratada com violência, porque a Justiça até hoje não resolveu nada.

O Sr Luciano Cortez – Anotem os nomes dos assassinos e os Senhores verão se entre eles não têm a Polícia Militar inserida. Averiguem!¹⁴⁸

Além de abordar a questão policial e, por conseguinte, o problema da segurança pública, outro tema recorrente nas declarações do Cabo Camata era a moralização

144 ESPÍRITO SANTO. Assembléia legislativa do Espírito Santo. *Anais*. Vol I, p.52, 1992.

145 Ibid, p. 44.

146 ESPÍRITO SANTO. Assembléia legislativa do Espírito Santo. *Anais*. Vol II, p. 189, 1992.

147 ESPÍRITO SANTO. Assembléia legislativa do Espírito Santo. *Anais*. Vol VII, p. 1959, 1993.

148 ESPÍRITO SANTO. Assembléia legislativa do Espírito Santo. *Anais*. Vol IV, p. 960, 1991.

da política, o combate à corrupção. Tema esse, aliás, que o fez entrar em conflito com um colega de partido, Ulysses Anders, em 1993. Os atritos se iniciaram com as alegações de Camata de que Anders estaria plagiando projetos de sua autoria e usando-os para fazer demagogia e autopromoção, enquanto Anders defendia que essa era uma discussão sem propósito, e que, por serem da mesma bancada, pouco importava a autoria em si, desde que as propostas do PSDB tramitassem a contento na Assembleia.¹⁴⁹

Posteriormente, o problema evoluiu para acusações de que Ulysses Anders participava de esquemas de corrupção, sobretudo envolvendo o recebimento de propina de empresas importadoras de automóveis, interessadas em benefícios oriundos do Fundap (Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias).¹⁵⁰ Diante da tribuna, Camata fez diversas declarações desafiando Ulysses Anders a permitir a quebra do seu sigilo bancário, para mostrar se ele tinha algo a esconder ou não, mas Anders sempre se negou a fazê-lo.

Esse conflito entre Camata e Anders se arrastou durante meses, com troca de acusações de corrupção dos dois lados. Foi a partir disso que surgiu a figura da vara de gurugumba, símbolo da punição aos políticos corruptos e à bandidagem. Em depoimento concedido a Marisa Sampaio, jornalista da TV Gazeta, Camata defendeu o uso da vara de gurugumba, tradicionalmente adotada por famílias do interior do estado para bater em crianças desobedientes, para surrar Ulysses Anders.¹⁵¹ Depois dessa repercussão, o artefato virou uma marca característica da imagem pública do Cabo Camata, amplamente utilizada em suas campanhas.

O clima de hostilidade entre os dois companheiros de partido ficou tão intenso que a permanência de Camata no PSDB se tornou insustentável. Em setembro de 1993, Dejar saiu do PSDB e migrou para o PSD. Certamente, o confronto com Ulysses Anders foi um fator importante para a sua saída, mas não o único. Havia outro, fora

149 ESPÍRITO SANTO. Assembléia legislativa do Espírito Santo. *Anais*. Vol XIII, p. 3808-3812, p. 3938-3939, 1993.

150 ESPÍRITO SANTO. Assembléia legislativa do Espírito Santo. *Anais*. Vol XIV, p. 4294-4296, p. 4342-4348, 1993.

151 Cabo Camata: a lei da gurugumba. *Revista Capixaba Agora*. Vitória, ano I, n. 01, p. 11, dez. 1997.

do âmbito do poder local, que se alinhava com as diretrizes nacionais do PSDB e dizia respeito à estratégia do partido para chegar à presidência em 1994.

No dia 05 de setembro de 1993, foi publicada uma notícia, na Folha de São Paulo, de que um deputado estadual peessedebista do Espírito Santo defendeu publicamente a chacina de Vigário Geral, ocorrida em 29 de agosto.¹⁵² Basicamente, Camata citou o incidente na favela de Vigário Geral como algo positivo, um caso de justiça sendo feita mediante execuções sumárias, e alegou que, quando era policial, no norte do estado, costumava eliminar bandidos em plantações de eucalipto ateando fogo em seus corpos, para não deixar rastros.

Depois, temendo a repercussão do que foi dito, Camata solicitou que tais declarações fossem retiradas dos anais da Assembleia, mas já era tarde. Em 06 de setembro de 1993, a Folha de São Paulo publicou um artigo de opinião, do colunista Marcelo Leite, fazendo uma associação entre o Cabo Camata e Fernando Henrique Cardoso, o grande favorito à disputa presidencial pelos tucanos. Dizia um trecho do artigo:

O próprio “nome de guerra” já fornece um tacanho exemplo do oportunismo eleitoral dos políticos brasileiros. Ansioso talvez por escapar do justo anonimato, não é que o deputado aplaudiu, quinta-feira passada, a matança de Vigário Geral? [...] Se eu fosse um peessedebista de boa estirpe, desses com diploma de USP ou PhD em Harvard, faria um escândalo. Ou o Cabo Camata ou eu. Como não sou, permito-me fazer uma previsão que, sinceramente, preferiria injusta: nenhum prócer do PSDB de B moverá uma palha contra o Cabo Camata. Afinal, eles têm coisas mais importantes com que se preocupar. O mais proeminente deles, por exemplo, só tem olhos para a racionalidade econômica (e na terra de cegos, caolhos e míopes em que se tornou o governo...). Enquanto isso, o país real se desmilingue.¹⁵³

Sendo assim, podemos especular que a saída de Camata do PSDB se deveu não apenas às suas contendas com Ulysses Anders, no cenário estadual, mas também, e principalmente, ao desejo do Diretório Nacional do partido tucano de afastar elementos que pudessem ser associados ao extremismo, à truculência e ao discurso autoritário, evitando, dessa forma, prejudicar a imagem de Fernando Henrique rumo à presidência. O fato é que Camata saiu do partido ainda em setembro, foi para o

152 Deputado tucano do ES defende chacina de 21 em Vigário Geral. *Folha de São Paulo*. São Paulo, p. 04, 05 set. 1993.

153 LEITE, Marcelo. FHC e o Cabo Camata. *Folha de São Paulo*. São Paulo, p. 02, 06 set. 1993.

PSD e nele se lançou como candidato ao governo do estado do Espírito Santo, em 1994.

O Dejour Camata que vai entrar na disputa pelo cargo mais alto do poder executivo estadual é essa figura polêmica, com um nicho eleitoral específico (a Polícia Militar), mas que consegue ampliar a sua base de apoio explorando os temas da segurança pública, o combate à corrupção e o descrédito com a política tradicional. Apresentando-se como um *outsider*, como alguém que não é um político profissional e, portanto, não foi corrompido pelo sistema como os outros, o seu potencial de crescimento se deverá, principalmente, à sua capacidade de atrair o voto das camadas populares, através de um discurso voltado para o combate à violência e para o tratamento da bandidagem com “mãos de ferro”. Mas ainda assim, de início, ele será considerado um candidato inexpressivo, sem chances de vitória.

Buaiz versus Camata e a política como espetáculo público

É importante refletirmos um pouco sobre como os indivíduos Vitor Buaiz e Dejour Camata representam formas muito distintas de se pensar e fazer política. Observando a trajetória de ambos, podemos perceber como a construção dessas duas figuras públicas seguiu caminhos diferentes e foi moldando as suas posturas políticas ao longo do tempo.

A “escola política” de Vitor Buaiz foi o sindicalismo. Embora tenha sido membro do movimento estudantil da UFES, nos anos 1960, e presenciado a forte repressão do regime civil-militar no Rio de Janeiro em 1968, ele mesmo admitiu, em entrevista a Ueber José de Oliveira, que até então nunca havia se envolvido efetivamente com a política partidária, chegando a afirmar que “a minha militância no movimento estudantil foi mais tímida do que no movimento sindical, que começou a acontecer a partir de 1979”.¹⁵⁴ Nunca participou dos movimentos de guerrilha, por exemplo, tal como fizera o seu companheiro de partido, Perly Cipriano. Se acabou sendo preso,

154 OLIVEIRA, 2008, p. 247.

em 1972, foi por causa de um engano, no incidente do desvio de medicamentos do ambulatório de Itanguá para a Guerrilha no Araguaia.

Contudo, atuando em entidades de representação sindical, como a ADUFES e o SIMES, dentre outras, Vitor Buaiz começou a vivenciar a política como um espaço de conciliação, de escuta do outro e de busca do consenso. Isso significa aprender a ceder, exercer o diálogo, acolher pontos de vista divergentes, fazer concessões e superar as diferenças e os antagonismos em nome de um bem comum. Significa também buscar resolver os conflitos dentro das vias institucionais, das regras do jogo, ainda que isso desagrade os que defendem uma postura mais radical e revolucionária contra a ordem vigente. Ao observarmos a vida política de Vitor, desde o seu período como líder sindical, mas também durante os seus mandatos de deputado federal e prefeito de Vitória, podemos perceber que ele buscou adotar essa postura. Conseqüentemente, construiu a sua imagem de político moderado, equilibrado, tolerante e comedido nas palavras.

Em contrapartida, a “escola política” de Dejalir Camata foi o corporativismo. O seu batismo político se deu na presidência da ACS/PMBM/ES, e o episódio da entrevista para o jornal A Gazeta, em 1987, foi um marco importante em sua vida. Antes disso, conforme afirmou para a *Revista Capixaba Agora*, em 1997, ele era o que se pode chamar de “alienado político”, que não sabia sequer o que era um partido.¹⁵⁵ Embora pareça, a princípio, ser algo próximo do sindicalismo, há diferenças notáveis entre sindicalismo e corporativismo. O sindicalismo pressupõe a defesa dos interesses de uma categoria profissional sem que isso comprometa as demais. O corporativismo consiste na defesa dos interesses de uma determinada categoria, em detrimento de todas as outras. Ou seja, em vez de promover a expansão de direitos, o corporativismo visa a monopolizá-los, transformando-os, assim, em privilégios.¹⁵⁶

No caso de Camata, isso era perceptível quando ele sugeria, por exemplo, que, a fim de resolver o problema da violência, era preciso dar “carta branca” aos policiais

155 Cabo Camata: a lei da gurugumba. *Revista Capixaba Agora*. Vitória, ano I, n. 01, p. 10, dez. 1997.

156 BOBBIO; MATEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 287-291.

para agirem contra os bandidos – ou seja, prender, julgar, condenar e executar, sem sofrerem amarras ou constrangimentos de outras esferas do poder. Era perceptível, também, em seus projetos de lei, quando ele propunha dar aos praças a promoção automática ao oficialato, se eles tivessem feito algum curso superior, ou um espaço gratuito na mídia para eles se defenderem de acusações sem provas. Devido ao seu caráter de exclusividade, esses são direitos que acabam soando como privilégios, uma vez que não contemplam nenhuma outra categoria profissional. Obviamente, tudo isso é apresentado de forma circunstanciada, atenuada, buscando-se justificativas como o alto grau de periculosidade do trabalho policial, ou então a ideia de que, assim, seria possível resolver o caos da segurança pública.

Baseando-se nessa lógica, atuando como representante dos cabos e soldados da Polícia Militar, Cabo Camata aprendeu a ter como prioridade a defesa dos interesses de sua categoria. Acima de qualquer conciliação, e ainda que fosse necessário passar por cima das regras preestabelecidas – como a proibição de greve, já que a PM é uma instituição militarizada. Se fosse preciso recorrer a polêmicas, ataques pessoais, calúnias, acusações, ele o faria. E, de fato, foi o que Camata fez, tanto na presidência da ACS/PMBM/ES quanto na Assembleia Legislativa. Dessa forma, construiu a sua imagem de político agressivo, autoritário, intransigente, falastrão e difícil de lidar.¹⁵⁷

Entender essa diferença de perfis é primordial porque, quando discutimos sobre campanhas eleitorais, precisamos levar em conta que a representação dos candidatos começa a ser elaborada muito antes da eleição propriamente. Há uma margem que pode ser trabalhada pelos estrategistas de campanha, exaltando alguns atributos e mitigando outros, mas a base é feita no longo prazo, durante toda a trajetória de vida e atuação política.¹⁵⁸ Uma vez que o candidato construiu uma determinada imagem pública, o que o marketing político pode fazer é lapidar essa imagem de acordo com os anseios do público-alvo e com as categorias de *personas*

157 Cabo Camata revive o açoite na política. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 01, 06 nov. 1994;

Ex-cabo investe no descrédito dos políticos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 06, 06 nov. 1994.

158 ALMEIDA, Alberto Carlos. *A cabeça do eleitor: estratégia de campanha, pesquisa e vitória eleitoral*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

políticas disponíveis. Sobre esse segundo item, vale mencionar a discussão proposta por Roger-Gérard Schwartzberg na obra *O Estado Espetáculo*.

Publicado em 1977, o livro de Schwartzberg retoma e complementa as análises difundidas por Guy Debord dez anos antes, no seu célebre *A Sociedade do Espetáculo* (1967). Debord nos explica que, após a Segunda Guerra Mundial, com a evolução da mídia e das tecnologias de comunicação, a imagem e o espetáculo foram assumindo uma posição central na vida cotidiana, abarcando diversas esferas da sociedade.¹⁵⁹ O que Schwartzberg fez foi se apropriar dessas reflexões e aprofundá-las, especificamente, no campo da política, considerando que, com o avanço das tendências apontadas por Debord, o Estado se transformou em uma empresa de espetáculos, a política, em encenação, e os políticos, em vedetes.¹⁶⁰

Schwartzberg parte da constatação de que, no mundo contemporâneo, as imagens atuam como importantes instrumentos de percepção da realidade social, ainda que elas sejam fictícias, artificiais ou idealizadas. Tais imagens são veículos privilegiados para a construção de narrativas e visões de mundo. Contudo, para que elas cumpram bem essa tarefa, é preciso que se adequem às expectativas do público-alvo ao qual são destinadas. Ademais, para atender a essas expectativas, muitas vezes é preciso desempenhar um papel na sociedade e participar do espetáculo, ou seja, encarnar um personagem e seguir certos ritos e demandas do público. Essa mesma lógica se aplica à política contemporânea e às campanhas eleitorais.

Cientes disso, os políticos têm buscado construir as suas imagens de modo a atrair o interesse do público e angariar o seu apoio, embora essas representações, muitas vezes, não sejam um retrato autêntico de si mesmos. Desse modo, Schwartzberg defende que:

O homem político vem procurando, cada vez mais, impor uma imagem de si mesmo que capte e fixe a atenção do público. Essa imagem é uma reprodução mais ou menos fiel dele mesmo. É o conjunto de traços que ele preferiu apresentar à observação pública. É uma seleção, uma

159 DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

160 SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. *O Estado Espetáculo*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

recomposição. Esta maquete reduzida constitui, portanto, uma representação figurada da realidade. E, ao mesmo tempo, uma reconstrução da realidade. Esta reconstrução lembra o trabalho do artista. Mas desta vez o artista toma a si mesmo como material de trabalho – como na autobiografia, ou no auto-retrato. Mas, desta vez, o escultor esculpe sua própria estátua. Amassa a sua própria argila. É, ao mesmo tempo, artista e modelo, criador e criação.¹⁶¹

Uma vez constituída a imagem do homem político, ele precisa desempenhar um papel que possua um certo nível de semelhança com suas posturas e atitudes. Segundo Schwartzberg (1978), analisando o cenário político de seu tempo, existem pelo menos 5 personagens, arquétipos, modelos-padrão, que os políticos costumam adotar para construir as suas imagens públicas: o *herói*, o *homem ordinário*, o *líder charmoso*, o *pai da nação* e (no caso de mulheres) a *díva*. Cada um tem as suas peculiaridades e, se o político se identifica com um dos possíveis arquétipos, dificilmente ele poderá desempenhar outro personagem, uma vez que os parâmetros fundamentais que os definem são bem distintos.

O herói se define pelo seu caráter excepcional e pelos feitos grandiosos. É uma criatura *sui generis*, muito acima das ambições e possibilidades reais das pessoas comuns. Para realçar o seu estatuto sobre-humano, sendo uma espécie de deus entre os homens, procura manter sempre uma postura altiva, distanciada das massas, indiferente aos clamores e agitações populares. Isso o torna aristocrático e, muitas vezes, orgulhoso. Todavia, nos momentos críticos, desce do panteão e assume, de bom grado, a incumbência de transmitir direção e esperança para os mortais, se colocando como um farol, o guia dos povos. Adquire, assim, um “tríplice ofício: ele faz o espetáculo, proporciona o sonho e confere a certeza”.¹⁶² Como exemplos desse personagem, o autor cita nomes como Charles de Gaulle, Franklin Roosevelt, Winston Churchill, e Mao Tse Tung, dentre outros.

Já o homem ordinário é um indivíduo sem grandes atributos ou realizações notáveis. Não tem um currículo de peso, ou uma vasta experiência para compartilhar. Entretanto, em vez de essas características se constituírem em fraqueza, elas o fortalecem, dão a ele contornos reais, gerando nas pessoas comuns uma

161 SCHWARTZENBERG, 1978, p. 03

162 Ibid, p. 14.

identificação instantânea e um carisma singular. Nas palavras do autor: “super-representativo em virtude de sua banalidade mesma, encarna a opinião média, o bom senso, a sabedoria das nações. Anódino e familiar, ele prodigaliza os lugares-comuns e as verdades óbvias”.¹⁶³ Sendo uma figura tão trivial, o homem ordinário serve também de exemplo, de inspiração, para mostrar que todo mundo pode alcançar a glória um dia. Estando entre os grandes, atua como um intruso, sua presença causa espanto, quebra o protocolo, abala as hierarquias. Por isso mesmo, é o nome preferido das massas insatisfeitas com o *status quo*, que nutrem um desejo de mudança e não põem mais credibilidade na ordem vigente. Ciente de que a sua aura de normalidade é a sua maior arma, muitas vezes o homem ordinário procura reforçar isso publicamente, ainda que de forma artificial. Enquadram-se nesse perfil políticos como Nikita Krushev, Gerald Ford, Jimmy Carter e Helmut Kohl, dentre outros.

O líder charmoso é o mestre da autopromoção e da manipulação dos afetos. Dentre todos os perfis, é o que mais vende a sua própria imagem, dando mais destaque à forma do que ao conteúdo. Antenado com as tendências, amigo das tecnologias, se fortalece em momentos de otimismo e de boas expectativas quanto ao futuro. Possui um excelente currículo, e tende a ser mais novo do que a média no seu segmento. Compensa a sua pouca experiência sendo um jovem dinâmico, arrojado, *workaholic*, que gosta de surpreender e mostrar serviço. Leva uma vida glamourosa, suscita a curiosidade do público, é alvo dos tabloides de celebridades. Personifica o ideal de sucesso de sua época e se coloca publicamente como um verdadeiro *popstar*, despertando apreço não por ser igual ao povo, mas aquilo que o povo gostaria de ser. Afinal, “nessa cultura do espetáculo, onde se vive de olhos cravados em alguém ou alguma coisa, o líder ou a estrela servem de pontos de apoio para a projeção dos sonhos e aspirações do público”.¹⁶⁴ Como os maiores exemplos desse perfil, o autor cita os irmãos John e Joseph Kennedy, mas menciona também políticos como Valéry Giscard d'Estaing e Pierre Trudeau.

163 SCHWARTZENBERG, 1978, p. 43.

164 Ibid, p. 68.

O pai da nação tem como traços marcantes a sabedoria, a experiência e a prudência. Com uma idade mais avançada, construiu uma carreira no médio e longo prazo, sem grandes saltos, sem ascensão meteórica. Indivíduo bem informado, de boa reputação, muitas vezes é especialista em alguma área de interesse público, tornando-se uma referência no assunto. Transmite segurança, lucidez e tranquilidade. Evita as rupturas e as soluções radicais. Quando o cenário se mostra desafiador e as pessoas precisam de um líder, assume o comando do governo e demonstra competência, mas, ao contrário do herói, que se mantém frio e distante, ele faz questão de se aproximar do povo, a quem deseja amparar e proteger, como uma figura paternal. Em suma, “esse homem de sabedoria e ciência é – acima de tudo – um homem de autoridade. Encarna a firmeza, a energia, a capacidade de resolver e de impor decisões, desmantelando resistências e obstáculos”.¹⁶⁵ Em sintonia com esse personagem, o autor menciona Dwight Eisenhower, Georges Pompidou e Willy Brandt.

Por fim, a diva é um tipo de personagem que diz respeito às mulheres. Em um espaço ainda predominantemente ocupado por homens, como a política, ela surge para ser uma exceção à regra. Engloba certas características do herói e do pai, sendo um misto de heroína e mãe, uma pessoa extraordinária, mas que transmite sensatez e segurança. Contudo, por estar inserida em um ambiente dominado pelos homens, para ser levada a sério e se impor, para não parecer uma intrusa fora do seu *habitat*, acaba sendo politicamente agressiva e autoritária, atributos considerados naturais dos homens em sociedades machistas. “Despojadas, então, de sua própria cultura, as raras emancipadas imitam seus senhores. Como o descolonizado começa por copiar o ex-colonizador”.¹⁶⁶ Para exemplificar o personagem da diva, o autor cita figuras como Margaret Thatcher, Golda Meir e Indira Gandhi. Vale lembrar que Roger Schwartzberg publicou essa obra no final dos anos 1970, então, de lá pra cá, essa realidade se alterou, assim como os parâmetros sobre o que é ser masculino-feminino e a presença das mulheres na política.

165 SCHWARTZENBERG, 1978, p. 86.

166 Ibid, p. 94.

Em todo o caso, quando nos referimos especificamente aos outros personagens abordados (herói, homem ordinário, líder charmoso e pai da nação), a contribuição de Schwarzenberg ainda nos parece valiosa para compreendermos os perfis que os atores políticos costumam representar no espetáculo público.

Incorporando essa análise em nosso objeto de pesquisa, podemos considerar que Vitor Buaiz e Cabo Camata se adequam aos perfis apresentados. Vitor Buaiz seria a figura do pai. Pessoa experiente, com uma trajetória que passa pelo movimento estudantil, pela atuação à frente da Pastoral da Saúde, do movimento sindical, a participação na fundação do PT, a derrota em duas eleições (1982 e 1985), para depois vencer outras duas (1986 e 1988), e o mandato de prefeito de Vitória. Além disso, um político com fama de sensato, moderado, conciliador, adepto do diálogo e da formação de coligações. Alguém que transmite segurança, que é visto como a voz da razão, longe dos extremismos e das soluções simplistas. Por ter sido médico, um ofício voltado para o cuidado com as pessoas, reforça a ideia de ser um político que pode cuidar do governo, amparar a população, promover qualidade de vida.

Quanto ao Cabo Camata, o personagem comparável à sua imagem pública é o homem ordinário. Com uma formação modesta (estudou até o 2º grau), ocupante de um posto baixo na PMES, sem uma carreira política consolidada, Dejair é o campeão da normalidade. Como presidente da ACS/PMBM/ES, vai ter o seu primeiro contato com o mundo da política, representando os interesses dos policiais junto ao poder público e, assim, conquistando certa notoriedade entre os seus pares.

Expulso da PMES, mas valorizado pelos colegas, consegue ser eleito para representá-los na Assembleia Legislativa, onde exerce um mandato altamente corporativista e vive se envolvendo em polêmicas e trocas de acusações. Uma delas chegou a repercutir no comando nacional do PSDB, e acabou precipitando a sua saída do partido. Todavia, apesar da falta de experiência e desse histórico problemático, Camata é a típica figura que se eleva nos momentos de descrédito com a política tradicional, elitista, afastada das massas, distante dos clamores populares. Personifica a *antipolítica*, o voto de protesto, a desforra de um eleitorado

ávido por alguém que aja e pense como ele, e que dê voz ao seu desejo de mudança.

Apresentamos a trajetória individual de Vitor Buaiz e Cabo Camata, e discutimos os personagens que mais se aproximam das suas imagens públicas. Tratemos agora da conjuntura político-partidária do Espírito Santo, na qual eles estão imersos.

A conjuntura político-partidária do Espírito Santo

Para compreendermos a conjuntura político-partidária do Espírito Santo nas vésperas da eleição de 1994, precisamos refletir sobre o processo de ascensão e queda do PMDB aqui no estado. Ele vai gerar desdobramentos que ecoam no contexto eleitoral de 1994, no jogo de forças em que Vitor Buaiz e Cabo Camata se lançarão como candidatos ao governo do ES.

No começo da década de 1980, PDS e PMDB eram os partidos mais importantes do Espírito Santo. O primeiro surgiu a partir da ARENA, o partido governista durante a ditadura, e que, em geral, possuía mais apoio nas regiões do interior e entre as classes altas. O segundo surgiu a partir do MDB, a oposição legalizada ao regime, que sempre se saiu melhor nas grandes cidades e entre as camadas populares. Em certo sentido, PDS e PMDB mantiveram esse panorama e, no início da década, o jogo de forças entre as duas agremiações era relativamente equilibrado. A respeito da reação de eleitores à criação de novos partidos, comentam Ferreira, Batista e Stabile:

A criação de novos partidos foi um desafio para o eleitorado, que se deparou com agremiações partidárias novas e às quais deveria adaptar-se. As exceções eram PMDB e PDS, herdeiros, respectivamente, do espólio político e eleitoral do MDB e da ARENA. Portanto, cabia aos eleitores não só buscar conhecer os novos partidos, mas distinguir as clivagens existentes entre os mesmos, seu perfil ideológico, programático e conhecer suas plataformas eleitorais.¹⁶⁷

167 FERREIRA, Denise Paiva; BATISTA, Carlos Marcos; STABILE, Max. A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006. *Opinião Pública*. Campinas, v. 14, 2008, p. 433.

Todavia, o cenário começou a mudar em 1982, com a eleição do peemedebista Gerson Camata para o governo do estado, a conquista das duas vagas para o Senado, a maioria dos deputados federais, dezesseis deputados estaduais e a vitória dos candidatos do PMDB em grande parte das prefeituras.¹⁶⁸ A partir de então, com a eleição de vários dos seus candidatos, o PMDB se projetou bastante no Espírito Santo.

Conforme Ueber José de Oliveira nos explica, o PDS foi para o pleito de 1982 dividido, por razões que remontam a algumas rivalidades que já existiam desde a época da ARENA, entre o grupo liderado por Elcio Álvares (a ARENA UM, que virou o PDS UM) e o grupo liderado por Eurico Rezende (a ARENA DOIS, posteriormente chamada de PDS DOIS).¹⁶⁹ O resultado do PDS nas urnas foi um reflexo dessa cisão interna, que enfraqueceu a sigla.

O PMDB, ao contrário, sempre prezou muito pela unidade partidária, até mesmo por uma questão de sobrevivência. Desde a época do MDB, nos anos 1970, diante das tentativas do governo federal de enfraquecer a legenda para minar a oposição ao regime, através de medidas como a Lei Falcão (1976), o Pacote de Abril (1977) e a volta do pluripartidarismo (1979), seus membros tinham muita convicção de que manter a unidade partidária era fundamental. Na prática, seguindo essa lógica de não dividir as forças, o PMDB virou um partido que absorvia pessoas e grupos de diversos matizes políticos, muitas vezes inconciliáveis. Com o tempo, isso vai acabar se mostrando um problema, contribuindo para divisões internas. Ferreira avalia:

Os avanços da redemocratização, com a anistia e a volta dos exilados, a reformulação do sistema partidário e o retorno de eleições diretas para os governos dos estados, inauguraram um novo momento histórico e obrigaram esses atores a refazer suas estratégias. Até o fim dos anos 70, os opositores do regime militar atuavam nos quadros do bipartidarismo e tinham um alvo comum – o combate ao regime; no novo quadro, abriu-se um leque amplo de opções partidárias. As oposições, naquele momento, se dividiram e seguiram caminhos diferentes, além de contar com novos atores, em função do retorno dos exilados.¹⁷⁰

168 Fonte: TRE-ES.

169 OLIVEIRA, 2008.

170 FERREIRA, Marieta de Moraes. Vozes da oposição: ditadura e transição política no Brasil. In: *Seminário 40 anos do golpe: Ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro, 7 letras, 2004, p. 186.

Vale mencionar também que, nos anos finais da ditadura, houve um fenômeno comum em diversos estados do Brasil, que foi a migração de políticos da ARENA para o PMDB. Lideranças que, antes, possuíam vínculos próximos com os militares, que seguiam um posicionamento claramente governista, se bandearam para a oposição e buscaram desvincular a sua imagem do regime.¹⁷¹ Os recém-chegados passaram a disputar eleições pelo PMDB, em detrimento de figuras que já possuíam uma relação mais antiga com a legenda oposicionista. No caso do Espírito Santo, um bom exemplo disso é Gerson Camata, que migrou da ARENA para o PMDB em 1980. Essa *arenização* do PMDB também será um dos fatores causadores de grandes divergências no partido, sobretudo entre as alas mais progressistas e os grupos egressos da ARENA.¹⁷²

Mas, em 1982, a realidade ainda era outra. Os peemedebistas acabaram chegando a um acordo em torno da indicação de Gerson Camata e do vice José Morais para a disputa ao governo do estado, embora não tenha sido uma escolha unânime. Além dos apoiadores da candidatura de Gerson, havia, no PMDB, um grupo expressivo que defendia o lançamento de Max Mauro como candidato, porém a proposta não decolou.¹⁷³ Foi feito um cálculo estratégico de que, naquele momento, Max não tinha tantas chances de êxito no interior do estado, um fator crucial para a eleição de um governador no Espírito Santo, e então se estabeleceu um acordo tácito entre Gerson Camata e Max Mauro. Gerson seria o candidato do PMDB ao governo, com o apoio irrestrito de Max e de seu grupo, e, na eleição seguinte, aconteceria o contrário, sendo a vez de Max pleitear o governo com o apoio de Gerson e seus correligionários.¹⁷⁴ O plano deu certo, e o PMDB seguiu totalmente coeso para as eleições. Camata saiu vitorioso, com 60,34% dos votos, contra 38,02% do segundo colocado, Carlos Alberto Lindenberg Von Schilgen (PDS)¹⁷⁵, e Max se contentou em

171 OLIVEIRA, Ueber José de. *Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar: um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964-1982)*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, 2013.

172 Ibid.

173 LEMOS, Amarildo Mendes. *Agora é Max: A trajetória política de Max de Freitas Mauro (1970-1990)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2014.

174 OLIVEIRA, Ueber José de; PEREIRA, Valter Pires. Eleições no Espírito Santo: da hegemonia do PMDB à fragmentação partidária (1982/1992). *Ágora*. Vitória, n. 7, 2008.

175 Fonte: TRE-ES.

ser reeleito como deputado federal, esperando chegar a sua vez na eleição seguinte.

Em 1986, as divergências internas do PMDB vieram à tona novamente, dessa vez com mais intensidade. Finalmente, chegou o momento de Max Mauro se lançar como candidato a governador pelo PMDB, conforme fora combinado quatro anos antes. Entretanto, Gerson Camata não se dispôs a cumprir a sua parte no acordo, isto é, retribuir o apoio que recebeu de Max e seus aliados em 1982.¹⁷⁶ Outra liderança do PMDB, o advogado e senador José Ignácio Ferreira, também tinha interesse em se candidatar ao governo estadual, com a anuência de um setor importante do seu partido, ligado a Roberto Valadão, prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, e ao deputado estadual Hugo Borges, de Guarapari.¹⁷⁷ Camata acabou apoiando a indicação de José Ignácio para governador.

Após uma convenção muito atribulada do PMDB, realizada no Ginásio Álvares Cabral, com direito a compra de votos a favor de Max e agressões físicas e verbais contra Gerson, chegou-se a um acordo.¹⁷⁸ Max seria o candidato peemedebista ao governo do estado, tendo Carlos Alberto Cunha como vice; Gerson Camata se lançaria como Senador, tal como planejara desde que colocou o seu vice (José Moraes) no comando do governo; e outra opção do PMDB ao Senado seria o empresário Camilo Cola. Dessa maneira, formou-se a chapa que ficou conhecida como *Macaca*, com as iniciais dos três candidatos. Quanto a José Ignácio, assim como ocorrera entre Gerson e Max, em 1982, formou-se o entendimento de que ele deveria se aliar a Max em 1986. Assim, repetindo o acordo, embora com um ator diferente, na próxima eleição José Ignácio seria indicado para se lançar como governador, com o apoio de Max.¹⁷⁹

A curto prazo, em termos eleitorais, os problemas foram resolvidos. Max Mauro foi eleito governador, com 54,9% dos votos, desbancando Elcio Álvares (PFL), que

176 OLIVEIRA; PEREIRA, 2008.

177 LEMOS, 2014.

178 Ibid.

179 OLIVEIRA, 2008.

obteve 34,5% e Arlindo Vilaschi (PT), com 10%.¹⁸⁰ Camata conseguiu uma das vagas para o Senado, mas Camilo foi superado por João Calmon, outro peemedebista. Nos outros cargos, o PMDB reafirmou a sua posição de partido grande no Espírito Santo, elegendo 7 entre os 10 deputados federais e 16 entre os 40 deputados estaduais (o PFL, por exemplo, que foi o 2º colocado, elegeu apenas 9).¹⁸¹

Porém, internamente, o clima no PMDB foi de racha no partido. Ao longo do governo de Max Mauro, as divergências entre o seu grupo e o de Gerson se intensificaram, e os dois líderes acabaram saindo do PMDB para ingressar em outras siglas. Aliás, a migração de caciques políticos para outros partidos e o surgimento de novas agremiações, a partir de legendas já consolidadas, é um dos fenômenos mais característicos da política partidária de meados dos anos 1980.¹⁸²

No caso do PDS, por exemplo, as divergências internas levaram ao surgimento do Partido da Frente Liberal (PFL), em 1985, por ocasião das articulações para definição de um candidato à presidência, a ser escolhido via Colégio Eleitoral.¹⁸³ Um grupo continuou no PDS, enquanto outros migraram para o PMDB e para o recém-criado PFL.

No Espírito Santo, especificamente, várias lideranças importantes do PSD foram para o PFL, como Elcio Alvares, Theodorico Ferraço e Stélio Dias, fazendo com que o partido já despontasse como uma agremiação forte na política capixaba, rivalizando com o soberano PMDB. Outro partido que surgiu no período foi o PSDB, em 1988, a partir de segmentos do PMDB que tinham uma posição política mais voltada para a centro-esquerda, de viés social-democrata.¹⁸⁴ Sem contar, é claro, a

180 Fonte: TRE-ES.

181 Fonte: TRE-ES.

182 MELO, Carlos Ranulfo. Por que chegamos a tanto e que importância isso tem? Considerações sobre a fragmentação partidária no Brasil. In: PERLIN, Giovana; SANTOS, Manoel Leonardo (Org.). *Presidencialismo de coalizão em movimento*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

183 RIBEIRO, Ricardo Luiz Mendes. *PFL: do PDS ao PSD*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2016

184 ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 17, 2002.

criação do PT, no início da década, e a sua gradual inserção no contexto político capixaba, inspirado na ideia de que o PMDB se tornara uma falsa oposição, e de que era preciso construir um verdadeiro partido de massas para representar politicamente as classes populares.¹⁸⁵

Com a criação de novas legendas, e a migração de lideranças notáveis, o PMDB acabou se enfraquecendo. Gerson Camata e José Ignácio foram para o PSDB, mas depois romperam relações e seguiram para o PDC e o PST, respectivamente. Max Mauro, no curso do seu mandato de governador, ficou sem partido, em 1990. Dois anos depois, foi para o PDT, junto de seu grupo, fortalecendo a sigla aqui no estado.¹⁸⁶

Diante de tais circunstâncias, isto é, divisões internas nos partidos já estabelecidos e o surgimento de novas siglas, o cenário que se dará, no Espírito Santo, no final da década de 1980, será marcado por um amplo processo de fragmentação político-partidária. Tomemos como exemplo a ocupação de cadeiras na Assembleia Legislativa. Em 1986, 5 partidos conseguiram eleger deputados estaduais, com o PMDB em primeiro lugar, ocupando 16 vagas de um total de 30, seguido do PFL com 9 vagas. Já nas eleições seguintes, em 1990, 9 partidos conseguiram eleger deputados estaduais. O PMDB ficou com apenas 4 cadeiras (empatando com o PRN) e os primeiros colocados foram PFL e PSDB, com 6 e 5 vagas, respectivamente.¹⁸⁷ Em um cenário como esse, no qual a relação de forças entre os partidos não é mais tão desbalanceada, estabelecer alianças e compor coligações com outros grupos constituem-se em práticas fundamentais da vida política.¹⁸⁸ Essa perspectiva dialoga com a ideia de *presidencialismo de coalizão*, tal como é abordada por Sérgio Abranches, levando em conta o panorama político nacional e o modo como, no Brasil, o chefe do poder executivo federal precisa formar amplas coalizões para adquirir governabilidade em seu mandato.¹⁸⁹

185 OLIVEIRA, 2008.

186 LEMOS, 2014.

187 Fonte: TRE-ES.

188 CARREIRÃO, Yan de Souza. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, v. 14, 2014.

189 Para mais informações, ver: ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Em 1990, chegou o momento de Max Mauro fazer seu sucessor. Depois de cogitar alguns nomes, como Vitor Buaiz, José Ignácio e Vasco Alves, Max decidiu pelo lançamento da candidatura do seu Secretário de Planejamento, o engenheiro Albuíno Azeredo.¹⁹⁰ Concorrendo com ele, foram candidatos também Rogério Medeiros, do PT, José Ignácio, do PST, e João Calmon, do PMDB.

Conforme aponta Ronaldo Cassundé, Albuíno não era uma figura conhecida da população capixaba.¹⁹¹ Nunca havia se candidatado a um cargo eletivo, fez carreira como empresário do ramo de transportes ferroviários e foi secretário de planejamento. Contudo, com o apoio de Max Mauro e, conforme já apontamos no capítulo 1, construindo a sua campanha com base em uma moderna estrutura de marketing, Albuíno foi crescendo ao longo do ano eleitoral, e acabou sendo vitorioso, no 2º turno, com 43,8% dos votos (em segundo lugar, José Ignácio, com 35,7%).¹⁹² No poder legislativo, confirmou-se a tendência de queda do PMDB. Alcançou bons números para deputado federal, elegendo 6 representantes, mas não elegeu nenhum senador e conseguiu apenas 4 parlamentares na Assembleia Legislativa, conforme mencionamos.

Portanto, tendo em vista que o contexto político-partidário do Espírito Santo, no início dos anos 1990, foi marcado por uma forte fragmentação do poder, decorrente do declínio do PMDB e do fato de que nenhum partido conseguia mais ser soberano sozinho, as eleições para governador do Estado, em 1994, estiveram, a princípio, totalmente em aberto, a depender das alianças e articulações políticas realizadas. Poucas coisas foram definidas com certa antecedência, diante de uma conjuntura tão dinâmica. Citemos alguns exemplos:

- 1) Albuíno teve dificuldades para definir um sucessor.
- 2) Max Mauro foi candidato novamente a governador, sem o apoio de Albuíno. Seus adversários viram nisso uma oportunidade de sepultarem a sua carreira política.
- 3) Buaiz foi candidato pelo PT, para tentar, enfim, coroar a sua legenda no estado.

190 OLIVEIRA, 2008.

191 CASSUNDÉ, 2008.

192 Fonte: TRE-ES.

4) A possibilidade de Gerson Camata entrar ou não na disputa foi um fator importante para os postulantes ao governo do estado.

5) Mais do que nunca, recorrer às alianças e formar coligações partidárias, assim como criar redes de apoio, que incluíam a sociedade civil e a ajuda de lideranças de nível nacional, foram elementos cruciais para a vitória.

No próximo capítulo, veremos como tais processos se desenrolaram ao longo da eleição.

CAPÍTULO 3

O lançamento das candidaturas

Inicialmente, a eleição para o governo do estado teve seis candidatos: Max Mauro (PMN), Rose de Freitas (PSDB), Enivaldo dos Anjos (PDT), José Maria Pimenta (PMDB), Vitor Buaiz (PT) e Cabo Camata (PSD). As candidaturas foram registradas no dia 10 de junho de 1994, prazo final estabelecido pela Justiça Eleitoral.¹⁹³ O peemedebista José Maria Pimenta foi inscrito como candidato “laranja”¹⁹⁴, um artifício do PMDB para ganhar um pouco mais de tempo e, posteriormente, substituí-lo por outro nome.

O senador Gerson Camata, apesar de ser apontado como um forte concorrente nas pesquisas realizadas desde o ano anterior, acabou não lançando candidatura ao governo.¹⁹⁵ Ele era o candidato dos sonhos do PMDB, mas, no fim das contas, declinou dos inúmeros convites e preferiu disputar a reeleição ao senado.

A indicação de Gerson como candidato a governador era um dos poucos consensos que ainda existiam no PMDB em 1994 – um partido que, conforme explicamos no capítulo anterior, já tinha sido predominante no Espírito Santo na década de 1980, mas que vinha sofrendo um notável processo de desgaste, devido a conflitos e divisões internas (culminando na saída de importantes lideranças), e à diminuição da sua representatividade no poder legislativo estadual e nas prefeituras. Todavia, conforme veremos depois, a ausência de Camata da corrida pelo governo estadual evidenciou as divergências no PMDB e mostrou que o partido não tinha efetivamente um plano B, alguém capaz de aplacar as diferenças entre os peemedebistas e de mobilizar uma candidatura minimamente coesa, tal como

193 Definido o quadro da sucessão. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 11 jun 1994.

194 O uso de candidato “laranja” é um recurso empregado pelos partidos políticos quando eles desejam lançar um nome para a disputa eleitoral, mas ainda não chegaram a um acordo sobre quem deve ser o candidato em definitivo. Ou seja, o partido pode escolher um nome para registro de candidatura, antes que o prazo para as inscrições termine, e depois é permitido mudar o nome do candidato oficial, conforme o interesse da agremiação. O candidato “laranja” cumpre o papel de “guardar o lugar” para outra pessoa.

195 REIS, 1994.

ocorrera em 1982 e 1986. Sobre a situação do PMDB, o veterano da política estadual José Carlos da Fonseca afirmou o seguinte, em uma entrevista concedida ao jornal *A Tribuna*:

Não há ninguém para substituir o Camata. Eles ficaram tão desarvorados que, a essa altura, não há mais nem tempo para se recompor, em termos de conservadorismo local, uma candidatura capaz de abrigar o grupo conservador da política do Espírito Santo. Acho que o Camata espalhou essa gente de forma definitiva.¹⁹⁶

Vale ressaltar que, antes da resposta final, em diversos momentos Gerson Camata foi ambíguo em seu posicionamento, às vezes dando esperanças de efetivamente entrar na disputa ao governo, conforme os peedemebistas desejavam, e às vezes demonstrando desinteresse ou hesitação.¹⁹⁷ Até que ele, finalmente, confirmou a sua desistência, no dia 15 de maio de 1994, em uma convenção regional do PMDB realizada no Clube Náutico Brasil.¹⁹⁸ Durante um tempo, os peemedebistas continuaram acreditando na possibilidade de Gerson mudar de ideia, mas foi uma decisão sem volta. Registraram José Maria Pimenta, para não perder o prazo de inscrição eleitoral, porém, diante da inflexibilidade de Gerson, o PMDB ficou sem candidato próprio a governador. Cogitaram lançar Camilo Cola, Sérgio Ceotto ou Rita Camata, esposa de Gerson, mas abandonaram a ideia e liberaram seus correligionários para apoiarem os demais candidatos.¹⁹⁹ A respeito da ambivalência de Gerson Camata, avalia Reis:

O senador não dizia que era candidato, mas também não fazia nada para evitar a expectativa que o PMDB tinha de que ele viesse a disputar. Levou a incerteza até a convenção e o partido acabou escolhendo um candidato descartável, José Maria Pimenta, esperando pelo senador. Mas acabou ficando sem representante na disputa. Em Brasília, importante liderança do partido em nível nacional ouviu estarecida essa história de um parlamentar capixaba e não acreditou:

196 Eleições prometem muitas surpresas. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 12 jun. 1994.

197 "Governar o Espírito Santo é tentação". *Revista Vida Vitória*. Vitória, ano VIII, n. 103, p. 16, 2ª quinzena, out. 1993;

Papos e política. *Revista Vida Vitória*. Vitória, ano VIII, n. 113, p. 10, 2ª quinzena, abr. 1994;

Camata chega para a decisão. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 04 mai. 1994;

Camata vai consultar os pais. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 06 mai. 1994;

PMDB cria comissão para saber o que Camata quer. *A Tribuna*. Vitória, p. 3, 10 mai. 1994;

Camata está sem ânimo para as eleições. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 12 mai. 1994;

Pressão para convencer Camata a ser candidato. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 13 mai. 1994;

PMDB pronto para esperar por Camata até o dia 31. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 14 mai. 1994.

198 Camata diz que não é candidato. *A Tribuna*. Vitória, p. 05, 15 mai. 1994.

199 Camilo na lista de candidatos. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 02 jun 1994;

PMDB chega hoje a uma decisão. *A Tribuna*. Vitória, 03 jun. 1994;

Partidários do PMDB são liberados. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 11 jun. 1994.

“- E vocês permitem que esse cara faça isso?”.²⁰⁰

A desistência de Gerson Camata animou os demais postulantes ao governo do estado.²⁰¹ O auxílio do PMDB, apesar do relativo declínio da legenda no Espírito Santo, não poderia ser desprezado. Todos queriam, de alguma forma, angariar o apoio dos peemedebistas, ou de, pelo menos, uma parcela deles.

Max Mauro, rival de Gerson desde os tempos de PMDB, tentou se aproximar do seu antigo partido em busca de apoio, reiterando a ideia de que possuía raízes dentro do PMDB e de que gostaria de fazer uma candidatura que englobasse o partido inteiro, não apenas alguns segmentos.²⁰² Afirmou que não estava em posição de rivalidade com os peemedebistas, uma vez que “qualquer pesquisa pode demonstrar que o maior inimigo do PMDB, nos planos regional e nacional, é o PT”.²⁰³ Além disso, ofereceu ao PMDB a vaga de vice-governador em sua chapa, a liderança da campanha, espaço para discussão do programa de governo e composição do secretariado.²⁰⁴

Vitor Buaiz também viu na desistência de Gerson uma oportunidade de estreitar relações com o PMDB, em especial com o grupo formado por Rita Camata, Vasco Alves, Sérgio Ceotto, dentre outros. E, de fato, conforme veremos depois, esse apoio se concretizou, tendo um papel importante na campanha de Vitor. Em resposta às declarações de Max Mauro, de que o PT era o verdadeiro inimigo do PMDB, Vitor disse apenas que Max era contraditório, pois “antes, ele se apresentava como o candidato anti-Camata, e agora, depois dos novos acontecimentos, já parte para buscar apoio do PMDB”.²⁰⁵

No caso do PDT, que, até então, não tinha definido Enivaldo dos Anjos como o seu candidato, a saída de Gerson Camata foi vista como a chance de costurar uma grande aliança entre PDT, PSDB, PMDB e PTB, todos em prol do sucessor de Albuíno. Essa coligação teria a função de formar uma frente de combate a Vitor

200 REIS, 1994, p. 16.

201 Desistência de Camata deixa adversários entusiasmados. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 17 mai. 1994.

202 Max Mauro lembra raízes do partido que fundou. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 17 mai. 1994.

203 Ibid.

204 Max quer ter um vice do PMDB. *A Tribuna*. p. 02, 28 mai. 1994.

205 Vitor está confiante nas adesões. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 17 mai. 1994.

Buaiz e Max Mauro, dois nomes mais “à esquerda” politicamente, de modo a fortalecer o candidato do governador mediante o apoio de partidos relevantes do cenário político estadual.²⁰⁶

Quanto ao PSDB, que, inicialmente, não queria lançar uma candidatura própria, dando preferência a uma possível aliança com o PMDB, a ausência de Camata fez os tucanos pensarem em formar uma chapa também.²⁰⁷ Cogitaram lançar a deputada federal Rose de Freitas, presidente do Diretório Regional do PSDB, o ex-prefeito de Vila Velha, Jorge Anders, ou o ex-senador José Ignácio Ferreira. Acabaram oficializando a candidatura de Rose de Freitas ao governo do estado, mas essa decisão não foi um ponto pacífico dentro do partido, muito pelo contrário. Rose teve grandes dificuldades em conseguir apoios para a sua campanha, dentro e fora do PSDB, e foi para a disputa sem formar coligação.

Por fim, no que se refere ao Cabo Camata, não encontramos informações que sugerem alguma mudança de atitude a partir do momento em que Gerson desistiu de concorrer ao governo estadual. Todavia, é razoável imaginar que ele tenha ficado satisfeito, ao saber que o seu primo distante, figura notória da política capixaba, ex-governador, ex-deputado estadual, ex-deputado federal, senador da república, não seria um adversário na corrida rumo ao Palácio Anchieta, fazendo com que ele fosse o único Camata na disputa. De acordo com João Gualberto Vasconcellos,²⁰⁸ isso repercutiu, inclusive, nas urnas, pois muitas pessoas votaram no Dejour Camata por engano, achando que estavam votando em Gerson Camata.²⁰⁹ Segundo José Carlos Gratz, amigo de Dejour Camata e um dos seus conselheiros políticos em certo momento da campanha, se Gerson tivesse concorrendo, Dejour teria desistido: “eu acho que não, aí ele não lançaria, porque ele teria certeza que Gerson seria o

206 PDT reforça ideia de coligação com o PMDB. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 17 mai. 1994;

Partidos entram na reta final das decisões. *A Tribuna*. Vitória, p. 05, 22 mai. 1994.

207 Saída de Camata faz PSDB pensar em lançar candidato. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 18 mai. 1994.

208 VASCONCELLOS, João Gualberto M. O fenômeno Cabo Camata. In. REIS, Jonas (Org.). *Em nome do Espírito Santo*. Vitória: Nemar, 1994.

209 A urna eletrônica foi gradativamente implementada no Brasil a partir de 1996, ou seja, nas eleições de 1994 o voto ainda era impresso. Como na cédula eleitoral constava apenas o nome dos candidatos, sem imagens, é razoável presumir que certos eleitores liam o sobrenome “Camata” como opção para governador e confundiam Dejour com Gerson.

governador. Agora, ele achava que poderia derrotar o Vitor e o Max, e teria derrotado mesmo, se não fosse a astúcia do Rogério Medeiros”.²¹⁰

Tratemos, então, do lançamento das candidaturas, observando as coligações que foram formadas e introduzindo a temática do comportamento de eleitor.

Max Mauro lançou sua candidatura pelo PMN, com o apoio da Coligação Resistência Democrática (PMN/PL/PPS/PRP/PSC), em uma convenção realizada no Clube Olímpico de Vila Velha.²¹¹ Na ocasião, ressaltou que a coligação estava de portas abertas para uma eventual entrada do PSDB e do PMDB, o que acabou não acontecendo. Os peessedebistas lançaram uma candidatura própria, com Rose de Freitas, e os peemedebistas não consideravam interessante, naquele contexto, uma aliança com Max Mauro. O ex-deputado peemedebista Antonio Pelaes, por exemplo, afirmou o seguinte: “Uma aliança com o PMN deveria ser totalmente descartada. Ele é muito bonzinho agora, mas depois que senta na cadeira acha que se elegeu sozinho. Ganhar com Max Mauro é o mesmo que não ganhar”.²¹²

Vale destacar que Max Mauro chegou a sugerir que Vitor Buaiz, que estava na frente dele nas pesquisas, deveria abandonar a disputa para apoiá-lo, e se candidatar a deputado federal. Ele alegou que, dessa forma, o PT poderia se aliar ao PMN, e Vitor cumpriria o papel de ajudar a formar uma maioria petista na Câmara Federal, para dar governabilidade a Lula²¹³: “O PT deveria se preocupar em dar condições ao seu candidato à Presidência da República, o Lula, de governar o país, garantindo-lhe maioria no Congresso Nacional”.²¹⁴ Em resposta a Max Mauro, Vitor Buaiz lembrou que, no Fórum de Pequenos Partidos, foi combinado que haveria duas chapas completas, uma de Max e outra de Vitor, e afirmou que Max pretendia, apenas, confundir a opinião pública.²¹⁵ Além disso, questionou: “como Max se coloca na frente desses pequenos partidos quando a candidatura do PT é a única que está

210 GRATZ, José Carlos. *Personagens políticos e opinião pública nas eleições para governador do estado do Espírito Santo em 1994*. Entrevista concedida a Felipe da Costa Barcellos, Vitória, 22 mar. 2022.

211 Frente se compromete a apoiar Max. *A Tribuna*. Vitória, 29 mai. 1994.

212 Coligações ameaçam rachar PMDB. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 18 mai. 1994.

213 Max quer ganhar o apoio do PT. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 10 mai. 1994.

214 Ibid.

215 Vitor Buaiz rebate ex-governador. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 10 mai. 1994.

colocada há mais de seis meses e que tem a preferência do eleitorado do estado?”²¹⁶

Todavia, apesar desses impasses na formação de alianças que foram almeçadas, mas não se concretizaram, Max lançou a candidatura confiante, reafirmando a própria experiência política, bem como a capacidade de resolver os problemas e os desafios referentes à administração pública:

Eu conheço muito bem a burocracia e como superar os entraves, dinamizando a administração. É completamente diferente administrar uma prefeitura de administrar um estado. Eu também já fui prefeito e hoje sei disto. A minha experiência política me garante saber como me relacionar com os poderes, o legislativo principalmente. Esta experiência que vivi durante quatro anos que estou colocando agora, mais uma vez, à disposição do povo do estado.²¹⁷

Enivaldo dos Anjos foi o escolhido para ser o candidato do PDT, após reuniões realizadas na residência oficial do governador, na Praia da Costa, com representantes de vários partidos.²¹⁸ Em torno dele, foi formada a Coligação Trabalhista (PDT/PTB). Além de Enivaldo, ex-prefeito de Barra de São Francisco e ex-Secretário do Interior, foram cogitados outros nomes do secretariado de Albuíno, como Theodorico Ferraço (Transportes), José Eugênio Vieira (Fazenda), Luiz Buaiz (Saúde) e Xerxes Gusmão (Casa Civil), e também o ex-deputado federal constituinte Stélio Dias.²¹⁹

Dentre as opções possíveis, o nome de Enivaldo prevaleceu muito mais por uma determinação do PDT do que por uma aceitação sem ressalvas dos demais aliados do governador – o PTB e a frente PFL/PPR/PP. Houve boatos de que Enivaldo era apenas um candidato “laranja”, e Albuíno precisou se manifestar publicamente para desmentir os rumores de que o PDT indicaria outro nome depois.²²⁰ O PTB queria

²¹⁶ Vitor Buaiz rebate ex-governador. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 10 mai. 1994.

²¹⁷ Max: ofereço a minha experiência. *Revista Vida Vitória*. Vitória, ano VIII, n. 116, p. 14, 1ª quinzena, jun. 1994.

²¹⁸ Pedetistas se decidem na terça. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 06 mai. 1994;
PDT define coligações hoje. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 27 mai. 1994.

²¹⁹ Luiz Buaiz tem apoio do governo para eleição, diz Madureira. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 26 mai. 1994;

PDT define coligações hoje. *A Tribuna*. Vitória, p. 05, 27 mai. 1994;

Ferraço garante apoio ao PDT. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 31 mai. 1994;

²²⁰ Albuíno dá força a Enivaldo. *A Tribuna*, Vitória, p. 02, 04 jun. 1994.

Theodorico Ferraço como candidato, e a frente PFL/PPR/PP preferia Luiz Buaiz ou Stélio Dias, ambos egressos do PFL que foram para o PDT. Os pedetistas alegavam que Enivaldo era uma figura mais consolidada dentro do partido, mais alinhado com a candidatura de Leonel Brizola à presidência, ao passo que Luiz Buaiz e Stélio eram recém-chegados, que tinham entrado no PDT fazia somente quatro meses, mediante uma costura política para as disputas proporcionais (deputado federal e estadual).²²¹

Com a imposição da candidatura de Enivaldo dos Anjos pela Executiva do PDT, a frente PFL/PPR/PP desistiu de formalizar uma aliança com o partido de Albuíno, e a Coligação Trabalhista se firmou apenas entre PDT e PTB.²²² Ferraço foi indicado, inicialmente, como candidato ao senado, depois ele mudou para deputado federal. Após o registro de candidatura, Enivaldo afirmou:

Ainda é cedo para fazer uma avaliação. Acho que só nas próximas 72 horas. O PDT vai agora correr atrás do apoio de segmentos de outros partidos para seguir nessas eleições. Como todo candidato, acreditamos que vamos conseguir este apoio e do povo.²²³

A deputada federal Rose de Freitas lançou a sua candidatura pelo PSDB em uma convenção bastante controversa do partido, realizada no Parque de Exposições de Carapina.²²⁴ A indicação de Rose de Freitas como representante do PSDB teve muita resistência entre os tucanos, o que acarretou em pressões para ela renunciar.²²⁵ Segundo Ueber Oliveira, as divergências sobre a candidatura de Rose provinham de, pelo menos, dois setores do PSDB: o grupo de Paulo Hartung, que acreditava que os tucanos não haviam se preparado para concorrer ao governo estadual e, por isso, era melhor apoiarem Vitor Buaiz; e o grupo de Lézio Sathler, que contestava a nomeação de Rose, por achar que tal escolha não fora devidamente discutida entre eles, mas também não conseguia viabilizar outro candidato para o PSDB.²²⁶

221 PDT não abre mão de ter Enivaldo como candidato. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 25 mai. 1994.

222 PDT se alia ao PTB e vai de Enivaldo. *A Tribuna*. Vitória, p. 05, 11 jun. 1994.

223 Opinião dos candidatos. *A Tribuna*. Vitória, p. 05, 11 jun. 1994.

224 Papos e política. *Revista Vida Vitória*. Vitória, ano VIII, n. 115, p. 08, 2ª quinzena, mai. 1994.

225 Rose garante que não renuncia. *A Tribuna*. Vitória, 03 jun. 1994.

226 OLIVEIRA, 2008.

Apesar das tentativas de costurar alianças e firmar acordos com outros partidos, Rose entrou na corrida pelo Palácio Anchieta sem coligação. Afinal, conforme mencionamos, com a desistência de Gerson Camata, o PMDB liberou seus correligionários para apoiarem os candidatos que preferissem. Ademais, PDT, PMN e PT já tinham os seus próprios candidatos, cada um com as suas respectivas coligações.²²⁷ Diante disso, ela acabou ficando isolada. Não conseguiu o apoio do PTB, que fechara aliança com o PDT de Enivaldo dos Anjos, não conseguiu se aproximar do PPS, que já estava somando forças com o PMN de Max Mauro, não atraiu os partidários da frente PFL/PPR/PP, que preferiram não aderir a coligações, e ainda teve que lidar com uma parcela de seu próprio partido que desejava apoiar Vitor Buaiz.²²⁸ Consequentemente, a candidatura de Rose de Freitas foi lançada “aos trancos e barrancos”, com grandes dificuldades de crescimento. O PMN chegou a propor uma aliança com Rose, que ela se retirasse da disputa e apoiasse Max Mauro, mas ela preferiu manter sua candidatura:

O partido não foi infeliz na sua decisão de sair sozinho. Somos um partido novo, com propostas novas. Temos um bom quadro de candidatos e um programa de governo para ser apresentado à sociedade. Não vimos com bons olhos a proposta de coligação com o PMN. O ex-governador Max Mauro é centralizador, egoísta. O PSDB é um partido com outra visão.²²⁹

Vitor Buaiz lançou a sua candidatura pelo PT, com o apoio da Frente Unidade Popular Pela Cidadania (PT/PSB/PCdoB/PCB), formada durante uma reunião, na Assembleia Legislativa, com representantes desses quatro partidos.²³⁰ A escolha de Vitor como candidato a governador já tinha sido pensada pelo PT com antecedência. Desde quando ele saiu da Prefeitura de Vitória (1989-1992), tendo feito um bom trabalho na capital, e concluído o seu mandato com uma boa avaliação, os petistas já tinham em mente que ele deveria ser o representante do partido nas eleições de 1994. Segundo Perly Cipriano, para manter Vitor em evidência, apesar de estar sem mandato, e para ele continuar sendo uma figura política atuante no debate público, foi criado o Comitê de Combate à Violência e em Defesa da Democracia, um espaço para discussão de questões relativas ao

227 Definido o quadro da sucessão. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 11 jun 1994.

228 Rose de Freitas corre atrás das alianças para a eleição. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 01 jun. 1994;

Rose diz que mantém candidatura. *A Tribuna*. Vitória, p. 05, 09 jun. 1994;

PSDB sai com Rose sem coligação. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 11 jun. 1994.

229 Opinião dos candidatos. *A Tribuna*. Vitória, p. 05, 11 jun. 1994.

230 Formada frente de apoio a Vitor. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 20 mai. 1994.

problema da violência e da defesa da democracia, com participação de Vitor Buaiz e de setores da sociedade civil:

Ele saiu da prefeitura muito bem avaliado, com uma aceitação imensa na sociedade, e um prefeito de uma capital, se ele está bem, ele é um potencial candidato a governador. E o nosso nome era o Vitor. Tanto é que, quando ele saiu da prefeitura, nós criamos um Comitê de Combate à Violência e em Defesa da Democracia, algo assim. Esse comitê era um espaço onde a gente reunia um monte de entidades da sociedade civil, nos reuníamos na OAB, depois em outros lugares. Tinha entidades da sociedade civil, partidos, personalidades, para falar de democracia e combate à violência. E o Vitor era uma figura de destaque lá, então ele continuou, mesmo fora da prefeitura, tendo um espaço para tratar de vários temas. Então, literalmente, a gente já sabia que ele seria o nosso candidato. No caso da prefeitura, teve disputa para ver quem seria o candidato a prefeito, mas pra governador não, foi só o Vitor.²³¹

Portanto, a oficialização da candidatura de Vitor Buaiz foi apenas um passo adiante, devidamente planejado, que o PT deu para buscar se expandir no Espírito Santo. Ocupar o poder executivo capixaba seria uma vitória importante para o partido, que vinha aumentando a sua representatividade nas esferas legislativas dos estados e dos municípios, que tinha Lula, mais uma vez, concorrendo à presidência, e que, no Espírito Santo, apostava em Vitor Buaiz como futuro governador. Reiterando a boa administração que fez em Vitória, como também a sua crença de que o PT diferia dos outros partidos e tinha total capacidade de governar o ES, Vitor Buaiz entrou no pleito suscitando boas expectativas:

A minha candidatura foi colocada desde quando estávamos na Prefeitura de Vitória, que é uma referência, porque lá desenvolvemos um trabalho consequente e que trouxe resultados positivos. Nós mostramos que nossa prática política é diferente dos outros partidos, e na medida em que se dá um salto de qualidade na administração pública, governando com ética, moralidade e fazendo da participação popular a tônica da administração, a sociedade quer participar e contribuir. Nós mostramos que temos capacidade para chegar à administração estadual.²³²

A candidatura do deputado estadual Cabo Camata foi lançada sem causar grande alvoroço ou repercussão. Ele oficializou a sua entrada na disputa pelo PSD, partido que o acolheu após a saída do PSDB, no final de 1993, devido a atritos com Ulysses Anders e, principalmente, à decisão dos tucanos de preservarem a imagem de Fernando Henrique Cardoso, conforme explicamos no capítulo anterior. O PSD

231 CIPRIANO, Perly. *Personagens políticos e opinião pública nas eleições para governador do estado do Espírito Santo em 1994*. Entrevista concedida a Felipe da Costa Barcellos, Vitória, 08 abr. 2022.

232 Entrevista Vitor Buaiz. *Revista Vida Vitória*. Vitória, ano VIII, n. 114, p. 12, 1ª quinzena, mai. 1994.

lançou Camata pela Coligação União Social Trabalhista Renovadora (PSD/PRN/PtdoB/PTRB). Ele foi o último a se inscrever e, em cima da hora, ainda tentou atrair o PSDB para a sua coligação, oferecendo a Rose de Freitas a vaga de vice-governadora em sua chapa, porém ela recusou.²³³ Em depoimento à imprensa, depois de definido o quadro sucessório da eleição, declarou que estava contando com o apoio dos peemedebistas e que acreditava na possibilidade de ir para o segundo turno:

O PMDB sem a coligação com o PMN não conseguiria unir o partido. Essa foi a melhor posição para o partido. Agora, acho que grande parte deles deve apoiar a minha candidatura. Acho que os eleitores também vão apoiar a minha candidatura, porque ela vem de baixo. Acredito que vamos chegar ao segundo turno.²³⁴

Lançadas as candidaturas, coube ao eleitorado capixaba escolher quem seria o próximo governador do Espírito Santo, quem seria o merecedor do seu voto de confiança para os próximos quatro anos de governo. Sendo assim, podemos nos perguntar: por que Vitor Buaiz e Dejar Camata foram os nomes mais escolhidos pelo eleitor? Como explicar que, diante do cenário que se colocava no Espírito Santo em 1994, um médico sindicalista e um policial expulso da PM fossem os grandes protagonistas da corrida eleitoral, levando o pleito para o segundo turno?

Para respondermos a essa pergunta, primeiramente, nós precisamos compreender a cabeça do eleitor, ou seja, como funciona o seu processo decisório e quais critérios são levados em consideração na escolha de um determinado candidato.

A ciência política brasileira é repleta de estudos sobre o comportamento do eleitor, tendo nos trabalhos de Antonio Lavareda (1989), Rubens Figueiredo (1994), Raquel Meneguello (1994), Maria D'Alva Kinzo (1996), André Singer (1998), Yan Carreirão (2002), Alberto Carlos Almeida (2008) e Emerson Urizzi Cervi (2012) algumas das suas principais referências. De acordo com esses autores, um dos critérios mais importantes, para o eleitor, ao decidir em quem votar, é a avaliação de desempenho. O que isso significa? Significa que, quando o governo atual é mal avaliado, os eleitores nutrem um desejo de mudança, e quando o governo atual é bem avaliado,

233 Inscrições são feitas na última hora. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 11 jun. 1994.

234 Opinião dos candidatos. *A Tribuna*. Vitória, p. 05, 11 jun. 1994.

o desejo é de continuidade. Em outras palavras, se o governo em exercício não consegue resolver os principais problemas enfrentados pelos cidadãos, as pessoas almejam uma alteração brusca nos rumos da política. Todavia, se as coisas estão melhorando, ou, ao menos, é assim que a sociedade enxerga a atuação do governo, vale a máxima do ditado popular: “em time que está ganhando, não se mexe”.

A avaliação de desempenho repercute na decisão do eleitor porque, conforme ressalta Carreirão, “eleitores que avaliam o desempenho do governo como bom tendem a votar no candidato do governo, e eleitores que avaliam o desempenho do governo como ruim tendem a votar na oposição”.²³⁵ Nessa perspectiva, os candidatos com mais chances de sucesso são aqueles que melhor representam o desejo de mudança ou de continuidade do eleitorado, de acordo com as circunstâncias políticas do momento.

No caso do governo Albuíno, um governo que passou por diversas dificuldades, marcado por uma intensa crise financeira e fiscal, por atrasos no pagamento do funcionalismo público, greves dos professores, falência dos sistemas de saúde e educação, pelo agravamento do problema da segurança pública, pela falta de investimentos em políticas sociais e por atritos com o poder legislativo, esse último quase culminando na abertura de um processo de *impeachment*,²³⁶ é natural que o cenário político-eleitoral que se colocava em 1994 fosse mais propício a candidaturas que representassem uma mudança no estado das coisas, uma ruptura com o *status quo*.

Albuíno não conseguiu avançar no cumprimento das promessas que fez durante a sua campanha em 1990. Conforme explica João Gualberto Vasconcellos, Albuíno conseguiu se eleger porque, além de ter contado com a ajuda do governador Max Mauro, e de ter sido bem assessorado na construção do seu marketing eleitoral, ele

235 CARREIRÃO, Yan de Souza. *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 53.

236 Para mais informações, ver: LIMA (2011) e SILVA (2008).

costurou uma rede de apoio, baseada nos municípios, na figura dos prefeitos, com quem ele tinha uma boa interlocução desde que fora Secretário de Planejamento.²³⁷

Albuíno não teve o apoio de coligações, e isso fez muita falta quando ele deixou de ser candidato e precisou, de fato, governar. Nas palavras de Marcelo Siano Lima, ele “desprezou as coligações partidárias, optando por aliar-se a grupos heterogêneos, situação na qual as negociações tornam-se bem mais complexas, haja vista a necessidade de dialogar quase que individualmente com os atores políticos”.²³⁸ Por outro lado, a base de apoio que o sustentava, constituída pelos prefeitos, não tinha compromisso com um projeto de desenvolvimento consistente, pensado para o âmbito estadual como um todo.²³⁹ Diante disso, para conduzir o seu governo e aprovar minimamente as suas matérias legislativas, Albuíno ficou refém de constantes acordos e negociações com o Poder Legislativo, que ampliou a sua interferência sobre o Poder Executivo e formou uma espécie de “coalizão fisiológica”, extremamente volátil e atrelada ao governo somente se os seus interesses fossem atendidos.²⁴⁰

Em decorrência dessas práticas, dois aspectos merecem destaque. Primeiro, Albuíno ficou marcado como um governador “fraco”, de mãos atadas, com pouca capacidade administrativa. Segundo, criou-se um *modus operandi* na relação Governadores x Assembleia Legislativa que virou um paradigma e, assim, permaneceu por mais de uma década, englobando os governos de Albuíno, Vitor Buaiz e José Ignácio, guardadas as devidas peculiaridades de cada gestão.

Como esperar do eleitorado um desejo de continuidade, em uma conjuntura político-social feita essa, marcada por crises e paralisia decisória? E como supor que uma

237 GUALBERTO apud SILVA, Francisca Selidonha Pereira da. *O programa povo na TV da TVE-ES como estratégia de comunicação pública*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2008.

238 LIMA, Marcelo Siano. *O Presidencialismo de Coalizão: a Experiência no Estado do Espírito Santo Entre os Anos de 1991 a 1994*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2011, p. 189.

239 SILVA, Francisca Selidonha Pereira da. *O programa povo na TV da TVE-ES como estratégia de comunicação pública*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2008.

240 LIMA, 2011.

candidatura ligada à situação fosse mais promissora que uma candidatura de oposição nesse cenário? Ora, partindo da premissa da avaliação de desempenho como um critério de escolha para o eleitor, os candidatos com maiores chances de sucesso nas eleições para governador, em 1994, deveriam ser os que representassem a mudança, uma possibilidade de ruptura com o governo Albuíno.

Obviamente, não era essa a situação de Enivaldo dos Anjos ou de Max Mauro. Enivaldo foi a escolha do PDT para suceder Albuíno. Sendo assim, ele personificava a continuidade da gestão em andamento, marcada por crises e dificuldades administrativas. Todas as críticas e insatisfações dirigidas ao governador Albuíno resvalavam na figura de seu possível sucessor, minando as suas chances de sucesso.

Além disso, Enivaldo enfrentou muita resistência por parte dos aliados do PDT, que desejavam outro representante para a disputa ao governo. Conforme mencionamos, o PTB almejava a indicação de Theodorico Ferraço, e a frente PFL/PPR/PP tinha preferência, sobretudo, por Luiz Buaiz. Eles aceitaram, meio a contragosto, a indicação de Enivaldo, mas não se empolgavam com a possibilidade de ele ser vitorioso, nem se empenhavam devidamente para que isso acontecesse. A candidatura de Enivaldo dos Anjos seguiu sem deslanchar, até que, no dia 03 de agosto de 1994, ele renunciou. Desanimado, alegando que sua candidatura não deslançava por falta de estrutura e de apoio de pessoas influentes do governo estadual, Enivaldo se retirou do pleito.²⁴¹ O governador Albuíno ainda tentou dissuadi-lo de sua decisão, porém sem sucesso. Depois, contatou o presidente do PDT, Rômulo Penina, em busca de alternativas. Recebeu a seguinte resposta: “Perdemos Zé Eugênio e agora Enivaldo. Não temos um nome para apresentar à população como alternativa”.²⁴²

Quanto ao candidato Max Mauro, embora tivesse rompido relações com Albuíno em 1993, devido a divergências e desentendimentos ocorridos ao longo do mandato de Albuíno, ele ainda era uma figura muito associada ao governador em exercício.

241 Enivaldo renuncia à candidatura. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 03 ago. 1994.

242 Ibid.

Afinal, Albuíno deu os primeiros passos na política como Secretário de Planejamento de Max, que apoiou a sua candidatura ao governo, fez dele o seu sucessor e promoveu a ideia de que haveria uma continuidade entre as duas gestões. Todavia, apesar de não ter ocorrido exatamente isso, pois eles se afastaram politicamente, a ponto de Max ter declarado que Albuíno fazia um governo “que tem funcionado sob pressão de alguns, que não tem programação financeira, que recebeu um estado com as finanças equilibradas e que – com dois anos e quatro meses – perdeu o controle da situação”,²⁴³ a possibilidade de Max Mauro retornar ao Palácio Anchieta não simbolizava propriamente uma mudança, dado o histórico de aliança política entre ele e Albuíno.

Outro aspecto que prejudicou o crescimento da campanha de Max Mauro em 1994 foi o fato de ele ter feito muitos inimigos poderosos ao longo de sua carreira política, conforme apontam Ueber Oliveira, João Gualberto Vasconcellos e Jonas Reis. Max era conhecido pelo seu estilo agressivo e vingativo de fazer política e, ao agir dessa forma, para fazer valer os seus interesses e subjugar seus opositores, ele acabou acumulando muitos desafetos em sua vida pública.²⁴⁴ Podemos citar, por exemplo, Gerson Camata, Valci Ferreira e o próprio Albuíno Azeredo, cada um com o seu grupo de apoiadores e a sua rede de influência no cenário político capixaba. Os inimigos de Max Mauro, ao perceberem que ele tentaria novamente se eleger governador do Espírito Santo, mas dessa vez enfraquecido, politicamente isolado e fora da órbita do ex-todo-poderoso PMDB, viram na sua candidatura uma oportunidade de sepultarem a sua carreira política.²⁴⁵ E como fazer isso? Fazendo-o sofrer uma derrota humilhante na eleição, perdendo para um candidato visto como azarão, um coadjuvante na disputa, sem tradição alguma na política. Esse desejo dos inimigos de Max Mauro de sepultarem a sua carreira política também contribuiu para o crescimento da candidatura do Cabo Camata. Sobre esse ponto, João Gualberto Vasconcellos afirma o seguinte:

Olha, querendo ou não, a política é uma coisa que se institui mais pelo ódio do que pelo amor. É aquela máxima: “inimigo de inimigo meu, é amigo

243 “Lamento, lamento muito”. *Revista Vida Vitória*. Vitória, ano VII, n. 97, p. 10, 1ª quinzena, jul. 1993.

244 OLIVEIRA, 2008.

245 REIS, 1994.

meu”. Para muitos setores da política capixaba, era importante derrotar o Max. Porque o Max é um homem sério, que fez um governo sem mácula de corrupção, muito seguro das coisas que fazia, mas o Max tem aquela coisa né: inimigo dele, ele trata a pão e água. Então, na classe política, no meio dos prefeitos, dos vereadores, dos deputados, ele tinha muitos inimigos. E aí eles se juntaram, porque a candidatura do Vitor não era uma candidatura do sistema, era uma candidatura de centro-esquerda. Quem era político tradicional, e ao mesmo tempo queria derrotar o Max, acabou indo pro lado do Cabo Camata. Foi uma contingência meio por acaso, que ninguém imaginava no começo. Às vezes, na política, você não quer derrotar, você quer diminuir a vitória do outro. E aí, você vai no candidato que é considerado menor, pra impedir que outro se eleja. Mais do que eleger o seu amigo, você quer derrotar o seu inimigo.²⁴⁶

No que diz respeito a Rose de Freitas, a sua candidatura foi prejudicada, principalmente, pela falta de apoios, tanto dentro quanto fora do seu partido. Embora ela também não representasse tão bem o sentimento de mudança, uma possibilidade de renovação na política capixaba, o maior obstáculo foi o isolamento da sua campanha, que não conseguiu aglutinar alianças de peso em torno da sua chapa. Foi uma candidatura planejada em cima da hora, motivada pela “brecha” deixada por Gerson Camata ao desistir de concorrer, e que não decolou. No entanto, diferentemente de Enivaldo dos Anjos, que renunciou à disputa, Rose levará a sua campanha até o fim, e terá um papel importante nas articulações políticas do segundo turno.

Restaram, portanto, dois candidatos opositores ao governo Albuíno, que poderiam representar uma mudança e uma renovação no cenário político do Espírito Santo, aos olhos dos eleitores: Vitor Buaiz e Cabo Camata. O primeiro, como o representante do PT, legitimado pela sua trajetória no movimento sindical dos médicos, na fundação do Partido dos Trabalhadores e no comando da Prefeitura de Vitória. O segundo, como o candidato do PSD, conhecido pela sua defesa dos interesses da categoria policial, pelo discurso de combate à violência e por ser o candidato *antissistema*, do voto de protesto.

A análise da avaliação de desempenho demonstra que o eleitor possui uma racionalidade ao votar. O seu processo decisório não é algo tão nebuloso, subjetivo e indecifrável. Na verdade, é simples, e possui uma lógica clara: quando o governo

²⁴⁶ VASCONCELLOS, João Gualberto. *Personagens políticos e opinião pública nas eleições para governador do estado do Espírito Santo em 1994*. Entrevista concedida a Felipe da Costa Barcellos, Vitória, 12 jul. 2022.

atual é bem avaliado, o eleitor deseja a continuidade do trabalho em andamento, e vota em quem represente essa continuidade; quando é mal avaliado, ele busca a mudança, e vota em quem seja da oposição, por acreditar que ela pode fazer a diferença e resolver os problemas dos cidadãos. Naturalmente, sempre haverá exceções, mas, em geral, é possível perceber alguns padrões no processo de escolha de uma massa de eleitores, dadas as circunstâncias sociopolíticas nas quais o povo é chamado a opinar mediante o voto.

A avaliação de desempenho é apenas um dos elementos que constituem a lógica do eleitor, e que contribuíram para o sucesso de Vitor Buaiz e Cabo Camata. Existem outros, que também possuem um peso na sua tomada de decisão. Na próxima seção, vamos nos debruçar um pouco mais sobre esse tema, relativo ao comportamento de eleitor.

Uma explicação para o sucesso de Vitor Buaiz e Cabo Camata

Conforme ressalta Julian Borba, as teorias que procuram explicar o comportamento do eleitor se dividem em três grandes linhas: teoria sociológica, teoria psicossociológica e teoria da escolha racional.²⁴⁷ Longe de afirmarmos que uma delas está correta, e as demais estão erradas, o importante é termos em mente que cada uma possui um enfoque específico, de acordo com a abordagem adotada pelo pesquisador.

A teoria sociológica parte do princípio de que o fundamental, na compreensão do comportamento do eleitor, é entender o contexto em que os indivíduos atuam, bem como as variáveis socioeconômicas, demográficas e ocupacionais que definem a sua posição na sociedade. O comportamento do eleitor, segundo essa perspectiva, é um reflexo das estruturas sociais nas quais as pessoas se integram e constituem as suas vidas, como poder aquisitivo, onde elas moram, categoria profissional, escolaridade, histórico familiar, sistema de crenças, etc.²⁴⁸

247 BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. *Opinião pública*. Campinas, v. 11, 2005.

248 Ibid.

A teoria psicossociológica tem como parâmetro as pesquisas de opinião, pressupondo que elas refletem, com uma boa margem de segurança, a mentalidade dos cidadãos. Logo, por meio delas é possível traçar o perfil dos eleitores, descobrindo as suas preferências políticas, visões de mundo e inclinações ideológicas.²⁴⁹

Já a teoria da escolha racional tem como preceito básico a ideia de que o voto é produto de uma ação racional baseada em cálculos de interesse, pois os eleitores são seres racionais que agem procurando, antes de tudo, maximizar seus ganhos. Sendo assim, o eleitor se comporta como um consumidor no mercado político, em busca do que lhe pareça o melhor produto disponível, conforme as circunstâncias e necessidades que o tocam.²⁵⁰

Nesta seção, construiremos uma argumentação acerca do comportamento do eleitor a partir da teoria da escolha racional, por acreditarmos que ela é a mais adequada para explicar o sucesso das candidaturas de Vitor Buaiz e Cabo Camata nas eleições para governador do estado do Espírito Santo. Mas, antes, faremos alguns comentários sobre a ideia de escolha racional do eleitorado, para evitarmos confusões e visões estereotipadas acerca dessa problemática.

Tomar como referência a teoria da escolha racional implica, dentre outras coisas, não subestimar o eleitor médio. É entender que ele possui uma capacidade de julgamento e segue critérios racionais de escolha, ainda que não seja dotado de sofisticação política ou de conhecimento acadêmico sobre o universo da política. O que faz a escolha do eleitor ser racional é que, a partir das informações às quais ele tem acesso, ele forme uma lógica decisória, e vote visando ao atendimento dos seus interesses.²⁵¹

Não se trata de postular uma racionalidade absoluta, sem a influência das paixões e dos afetos no processo de escolha. A questão primordial, para a teoria da escolha

249 BORBA, 2005.

250 Ibid.

251 FIGUEIREDO, Marcus. *A decisão do voto: democracia e racionalidade*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

racional, é saber que o eleitor utiliza o voto como um instrumento para se posicionar estrategicamente na realidade, em prol dos benefícios que ele poderá obter, dependendo de em quem votar. Nesse sentido, afinidade ideológica, filiação partidária ou posição social não são causas do comportamento do eleitor, são apenas simplificadores, “atalhos” analíticos, guias para a tomada de decisão.²⁵²

Conforme salienta Anthony Downs, um dos autores basilares dessa vertente, “o termo racional nunca é aplicado aos fins de um agente, mas somente aos seus meios”.²⁵³ Logo, é possível tomar uma atitude racional a partir de informações equivocadas, assim como é possível ter informações verdadeiras e agir em desacordo com elas. O que importa, para essa teoria, é ter em mente a racionalidade do processo decisório, não a assertividade plena. Sempre haverá indivíduos agindo de modo irracional. Todavia, quando se trata de uma massa de eleitores, somos capazes de perceber uma racionalidade consistente no processo de escolha. Nas palavras de Emerson Urizzi Cervi:

Considerando que a função das eleições, em uma democracia, é selecionar os integrantes do governo, o comportamento racional em relação às eleições é orientado para a finalidade de compor um governo que seja o melhor possível para ele. A questão que move o eleitor é identificar o melhor governo segundo seus próprios interesses. Acontece que nem sempre os cálculos são perfeitos e, mesmo agindo racionalmente, os homens podem cometer erros. Torna-se necessário, então, estabelecer uma diferença entre ações racionais equivocadas e ações irracionais. Um homem racional que, sistematicamente, comete erros, deixará de cometê-los se descobri-los e se o custo de sua eliminação for menor que os benefícios obtidos com eles. Já o homem irracional não deixará de cometer erros, porque ele possui uma propensão não-lógica a repeti-los.²⁵⁴

Portanto, mais do que pressupor uma racionalidade infalível, o foco da explicação na teoria da escolha racional é sobre o que leva o indivíduo a agir, a votar em alguém que lhe pareça capaz de defender os seus interesses e resolver os principais problemas da sociedade em um dado momento.

Nesse sentido, como descobrir os interesses, preocupações e desafios que impactam na vida da população? Como identificar os elementos circunstanciais que

252 CERVI, Emerson Urizzi. *Opinião pública e comportamento político*. Curitiba: InterSaberes, 2012.

253 DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 27.

254 CERVI, 2012, p. 119-120.

condicionam a escolha do eleitorado, formando o rol de prioridades e demandas a que um candidato deve atender? A resposta é: através de uma análise da conjuntura, do panorama político-social e das questões mais urgentes que estavam postas para a população em um determinado contexto. É isso que vai impactar diretamente no processo de escolha do eleitor, fazendo com que ele procure, a partir das informações e premissas que embasam a sua lógica de julgamento, a alternativa mais benéfica dentre as que estão colocadas em disputa. Sobre isso, afirma Figueiredo:

As condições objetivas, que restringem e balizam as circunstâncias do eleitor, são parte integrante da situação decisória. [...] Com isto, quero enfatizar que as situações decisórias são, por definição, contextuais. Isto é, as decisões são sempre condicionadas. Esta teoria espera que, sob as mesmas condições, os indivíduos tomem exatamente as mesmas decisões. E supõe também que, ao se alterarem as condições – o contexto –, também se alterem as decisões.²⁵⁵

No caso das eleições para governador do Espírito Santo, em 1994, examinar a conjuntura estadual nos ajuda a compreender por que Vitor Buaiz e Cabo Camata foram os nomes mais escolhidos pelo eleitorado, se tornando os líderes da corrida rumo ao Palácio Anchieta. Isso se deu porque, diante do cenário que se colocava, das circunstâncias políticas do momento, dos desafios enfrentados pelos cidadãos capixabas em 1994, Vitor e Dejair, cada um a sua maneira, foram os mais bem-sucedidos em dialogar com os anseios da sociedade. Além disso, eles tinham os perfis mais “convincentes” para transmitir a imagem de que seriam capazes de sanar os problemas prioritários da população. Logo, era racional, do ponto de vista dos eleitores, dar um voto de confiança para esses dois candidatos, em detrimento dos demais concorrentes. Vejamos um pouco melhor essa questão.

Quando nos voltamos para a conjuntura político-social do Espírito Santo em 1994, último ano da gestão de Albuíno Azeredo, percebemos que o cenário deixado pelo governador, na reta final do seu mandato, não era muito animador para a população. Cenário este, é preciso ressaltar, que não se deu graças à vontade pessoal de Albuíno, mas por causa das inúmeras dificuldades que ele teve para efetivamente governar, para pôr em prática o seu programa de governo.

255 FIGUEIREDO, 2008, p. 132.

Já mencionamos esse tópico. Albuíno não conseguiu formar uma base de apoio consistente na Assembleia Legislativa. O apoio dos prefeitos, que o sustentou durante a campanha e foi decisivo para levá-lo à vitória, em 1990, não foi capaz de lhe dar governabilidade depois de eleito. Ele acabou ficando refém de uma coalizão fisiológica, formada por grupos parlamentares que não possuíam uma relação de fidelidade com o governador, e apenas o apoiavam em questões pontuais, desde que recebessem benefícios e concessões de toda natureza. Dentre elas, a distribuição de cargos em setores estratégicos da administração pública, e de recursos financeiros para obras e serviços nas bases municipais.²⁵⁶ Mas, ainda assim, com esse apoio comprado, que lhe dava condições mínimas para conduzir o seu mandato, o sentimento predominante era de que Albuíno deixava o governo “à deriva”, incapaz de implementar a contento as políticas que ele almejava enquanto chefe do poder executivo estadual. Nas palavras de Marcelo Siano Lima, ao se referir ao governo de Albuíno:

Foi, dessa forma, um governo que potencializou práticas seculares da política brasileira, repaginadas pelo contexto histórico das transformações profundas por que passou o país a partir da segunda metade do século XX. O patrimonialismo era uma característica do grupo parlamentar suprapartidário, e Albuíno, ao aliar-se a ele, potencializou essa prática, incorporando-a dentro do aparelho de Estado, algo que outros governantes, pelo menos no discurso, faziam questão de negar. Albuíno distribuiu cargos e vantagens aos parlamentares, recebendo em troca o apoio que necessitava tanto para aprovação de suas matérias legislativas quanto para a sustentação das condições objetivas de governança e de governabilidade do Estado durante sua gestão. Ele não cooptou nem praticou a coalizão, governando ao sabor dos acontecimentos, mas tendo claro que sua sustentação política dependia do atendimento das demandas do grupo suprapartidário da Assembleia e de setores do próprio governo que lideravam áreas significativas da classe política.²⁵⁷

Portanto, o mandato de Albuíno ficou marcado pelas constantes negociatas e pela baixa eficiência do governador em resolver os problemas que surgiam. As áreas de saúde e educação careciam de investimentos, mas os gargalos na administração financeira impediam a chegada de recursos onde mais se necessitava. Os pagamentos do funcionalismo público viviam atrasando e sem os devidos reajustes, gerando insatisfações e greves. A nomeação de Theodorico Ferraço e de Enivaldo dos Anjos, inimigos de Max Mauro, para pastas importantes do Secretariado de

256 LIMA, 2011.

257 Ibid, p. 191.

Albuíno, renunciou a ruptura definitiva do ex-governador com o seu antigo Secretário de Planejamento, deixando este mais isolado. A formação de uma comissão especial para apreciar a possibilidade de *impeachment*, instaurada em abril de 1993, motivada por acusações de crime de responsabilidade contra o governador, apesar de ter não ter ido à frente, sendo arquivada no mês seguinte, aumentou o desgaste na imagem de Albuíno, e tornou-o mais dependente da coalizão fisiológica para se manter no poder.²⁵⁸

Diante dessas circunstâncias, teremos duas consequências relevantes, em termos político-eleitorais, para o ano de 1994. Primeiro, um desejo de mudança por parte do eleitorado, conforme discutimos na seção anterior. Partindo do princípio de que o governador em exercício estava falhando em atender aos interesses da população, ao se mostrar incapaz de conduzir o governo e de ofertar adequadamente os serviços públicos básicos, desenvolve-se, nos cidadãos, o sentimento de que, do jeito que as coisas estavam, não poderiam continuar. Isso atrapalha o crescimento de candidaturas governistas, uma vez que, pela lógica do eleitor, elas representam a continuidade do que está ruim. Sobre esse aspecto, Cervi diz o seguinte:

Uma das consequências desse modelo analítico é que os eleitores racionais não votam simplesmente pelo voto, visto que o interesse está ligado, principalmente, à possibilidade de ganhos próprios que vão além do ato de votar. Se as utilidades atuais, apresentadas pelo partido governante, forem muito baixas para o eleitor, ele pode acreditar que qualquer mudança futura que acontecer tenderá a aumentar suas “rendas”. Nesse caso, para o eleitor, é racional votar contra o partido no poder e a favor da mudança. Como parte desse processo, em condições normais, os eleitores comparam o que o governo está fazendo com o que ele deveria fazer, sem necessariamente se referirem a algum outro partido.²⁵⁹

Segundo, teremos, do ponto de vista do eleitorado, a busca de uma candidatura que demonstre ter capacidade de administrar bem a coisa pública e de construir alianças sólidas, sobretudo a partir de uma experiência anterior bem-sucedida. Ao seguir essa lógica de escolha, o que se almeja é fazer um contraponto ao que está posto pela gestão atual – no caso de 1994, superando os maiores entraves do governo Albuíno, e sinalizando uma possível mudança nos rumos da política. E existe forma melhor de fazer isso do que através de um candidato de oposição, com fama de

258 LIMA, 2011.

259 CERVI, 2012, p. 123-124.

moderado e conciliador, e que já fez uma boa administração enquanto prefeito de uma cidade importante, como a capital do Espírito Santo?

Ora, dentre os candidatos que estavam no páreo, em 1994, Vitor Buaiz era o que mais se aproximava desse perfil de oposicionista e bom gestor. A sua trajetória no PT, e a sua experiência como prefeito de Vitória, corroboram essa concepção. O argumento subjacente a ela é o de que não basta ser da oposição e prometer o que o povo quer ouvir, é preciso ter currículo, experiência com o problema enfrentado pelos cidadãos, uma “bagagem” que transmita credibilidade a tal ideia. Além disso, é preciso focar nas questões consideradas importantes no momento, pois não adianta ser experiente e fazer uma campanha baseada em assuntos que fogem do rol de prioridades do eleitorado. Alberto Carlos Almeida explica essa perspectiva:

O eleitor leva em conta as seguintes informações ao escolher o seu governante:

1. Quem tem o poder de combater quais problemas. Prefeitos cuidam dos postos de saúde, governadores cuidam da segurança pública e o presidente da inflação e do desemprego.
2. Qual é o principal problema que atinge a minha vida atualmente.
3. Dentre os candidatos que estão pedindo o meu voto, qual deles está dizendo que vai resolver aquilo que eu considero ser o principal problema.
4. Qual candidato tem autoridade, tem o currículo, que permite antever que ele realmente vai tentar resolver este problema.²⁶⁰

Vale fazer uma observação aqui que, aliás, o próprio Alberto Carlos Almeida endossa, ao desenvolver a sua reflexão. Esse raciocínio não se dá de modo plenamente cristalino e sistemático na cabeça de todos os eleitores. Vai depender do grau de sofisticação política de cada um e do nível de interesse em acompanhar o cotidiano do governo.²⁶¹ Mas, de modo geral, apesar das diferenças de profundidade analítica em cada eleitor, essa lógica permeia todo o processo decisório que vai fazer o eleitorado escolher entre o candidato A ou B, dentre as opções disponíveis em uma eleição. O autor ainda alerta: “não responsabilize o eleitor caso você seja derrotado numa eleição depois de fazer uma campanha em que o principal tema tratado por você não era o principal problema do eleitorado”.²⁶²

260 ALMEIDA, 2008, p. 67.

261 Ibid, 2008.

262 Ibid, 2008, p. 74.

Além da má administração de governo, outro problema grave enfrentado pelo eleitorado em 1994 era o da segurança pública. Em verdade, são assuntos que se aproximam, uma vez que é dever do Estado atuar em prol da segurança da população. Mas a segurança pública é um tema que acaba sendo mais próximo dos cidadãos, presente no dia a dia das pessoas, e capaz de mobilizar tanto os afetos (medo, revolta, repúdio, vingança, etc) quanto as soluções extremistas. Sendo assim, é um assunto que merece ser tratado à parte.

Desde o final dos anos 1980, em sintonia com um movimento de escala nacional, o Espírito Santo testemunhou o aumento expressivo nos índices de criminalidade. As razões desse problema são diversas, e englobam fatores como a crise econômica da “década perdida”, inflação galopante, desemprego, aumento da desigualdade social, concentração populacional nos grandes centros urbanos, sucateamento das polícias e fortalecimento do crime organizado, sobretudo em atividades ligadas ao tráfico de drogas e à contravenção.²⁶³

Segundo dados do Atlas da Violência, em 1994, o Espírito Santo foi o estado com a segunda maior taxa de homicídios do Brasil (42,5 homicídios a cada 100 mil habitantes), perdendo apenas para o Rio de Janeiro (48,7 homicídios a cada 100 mil habitantes). Se levarmos em conta somente os homicídios na faixa etária de 15 a 29 anos, em 1994, ficamos em quarto lugar nacional, atrás do Rio de Janeiro (86,65), Amapá (76,35) e Pernambuco (66,01). E se compararmos as nossas taxas em 1984 e 1994, que são de 18,02 e 42,5 a cada 100 mil habitantes, respectivamente, percebemos que, em dez anos, houve um aumento de quase 136% no número de homicídios no Espírito Santo.²⁶⁴

Já deve ter ficado claro aonde estou querendo chegar. Reforçar a ideia de que, com a escalada da violência no estado, era pertinente, do ponto de vista do eleitorado,

263 O medo chega ao Espírito Santo. *Revista Vida Vitória*. Vitória, ano VII, n. 88, p. 01-02, 2ª quinzena, fev. 1993;

Violência. *Revista Vida Vitória*. Vitória, ano VIII, n. 114, p. 20, 1ª quinzena, mai. 1994;

Grande Vitória em dados. *Revista Instituto Jones dos Santos Neves*. Vitória, dez. 1994;

Violência criminalizada: os homicídios cometidos no Espírito Santo noticiados nos jornais (1994-2002). *Revista Ufes Cidadã*. Vitória, n. 01, 2004.

264 Atlas da Violência. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>>. Acesso em 04 jul. 2022.

votar no Cabo Camata para governador do Espírito Santo. Afinal, ele era um egresso da Polícia Militar, ex-presidente da Associação de Cabos e Soldados, que, em 1987, liderou um movimento da categoria reivindicando benefícios e melhores condições de trabalho, e que, posteriormente, assumiu um mandato de deputado estadual, atuando como um defensor dos interesses da polícia e denunciando as mazelas da segurança pública em nosso estado.

Sobre a confiança em Dejair para solucionar o problema da violência, cabe o seguinte questionamento: será que o eleitorado foi demasiadamente ingênuo, ao acreditar que um simples ex-cabo da PM, expulso por insubordinação, criador de polêmicas e conhecido por defender execuções sumárias e combate ao crime fora dos parâmetros legais, teria condições de promover uma efetiva melhoria na segurança pública?

Ora, não podemos perder de vista que, pela racionalidade do eleitor, escolhe-se sempre de acordo com as opções que estão postas em jogo, e não porque se acredita piamente na competência do candidato para resolver os problemas. Por mais que se busque uma lógica, ao fazer escolhas políticas, é sempre uma aposta, não existem garantias. É o mesmo processo mental de quando vamos ao mercado e compramos um produto. Ao escolhermos o que comprar, somos guiados por algumas variáveis cruciais, como preço, alternativas disponíveis, custo-benefício e facilidade de uso. Essa última variável, embora muitas vezes seja desconsiderada, quando tratamos de escolhas no “mercado político”, tem um peso importante no processo decisório do eleitor médio. Não adianta ser qualificado, porém incompreensível, competente, porém enfadonho. Quanto mais claro e inteligível, aos olhos do povo, mais fácil é “vender” a sua mensagem durante uma eleição.²⁶⁵

Nesse sentido, o Cabo Camata foi muito bem-sucedido ao promover a bandeira da segurança pública, tratando de temas complexos de maneira simplista e acessível para a maioria da população. Longe de desqualificá-lo, essa forma superficial de abordar questões complicadas soou como positiva para muitos eleitores, fazendo

265 MANHANELLI, 1988.

com que Dejour se tornasse, no pleito de 1994, o representante mor da causa da segurança pública, o candidato com um bom “currículo” para resolver tal problema.

Portanto, capacidade de governar e segurança pública foram os assuntos que permitiram a Vitor Buaiz e Cabo Camata se colocarem como as melhores alternativas para suceder Albuíno Azeredo no Palácio Anchieta. Juntos, esses temas foram a tônica da eleição de 1994, suscitando debates e propostas que mobilizavam a opinião pública em prol de duas candidaturas oposicionistas e em detrimento de outras. Partindo da concepção de opinião pública como um fenômeno que se refere a um tema de relevância pública, tal como Figueiredo e Cervellini explicam, a busca de um bom gestor e o combate à criminalidade foram os assuntos que mais mobilizaram os eleitores de Vitor Buaiz e Cabo Camata, respectivamente, embora não sejam os únicos pontos que eles abordaram em suas campanhas.

Vamos examinar como as propostas de Vitor Buaiz e Cabo Camata traduzem percepções distintas sobre o universo da política e sobre como resolver os problemas da população capixaba. De modo geral, podemos perceber que, nas propostas de Vitor Buaiz, as questões são apresentadas com maior complexidade, e sugerem a necessidade de esforços conjuntos para que se possam atingir os resultados esperados. Isso casa bem com a ideia de que, para pô-las em prática, é preciso um governador experiente, com comprovada capacidade de administrar e que detenha a habilidade de transitar bem entre as esferas de poder, mediante o diálogo e a formação de alianças.

Quanto às propostas do Cabo Camata, nota-se que os problemas são tratados de forma mais superficial, com foco nos indivíduos, e a partir de medidas unilaterais do governador, desconsiderando o caráter coletivo e democrático da política. Sendo assim, elas combinam com uma visão mais rasa do processo político, mas soam bem para quem está farto de justificativas “burocráticas” para o não-atendimento de suas demandas e, por isso, deseja soluções radicais antes nunca tentadas. Além disso, elas deixam implícito que boa parte dos problemas pode ser resolvida com “a pessoa certa no lugar certo”, seja o governador ou pessoas de sua confiança.

Vejam, então, algumas das propostas de Vitor e Dejair, divididas por eixo temático. Em seguida, faremos observações sobre elas.

Tabela 1 – Buaiz e Camata – Propostas para a situação financeira do governo estadual

Vitor Buaiz	Cabo Camata
Reestruturar o aparelho fazendário estadual, dotando-o de capacidade de arrecadação e fiscalização, e investindo, prioritariamente, em recursos humanos e informatização.	Informatizar a secretaria da fazenda e postos de arrecadação, e pôr um fiscal de confiança do governador para fiscalizar cada fiscal.
Criar instâncias democráticas de discussão do orçamento estadual, garantindo a participação popular, buscando a inversão das prioridades hoje existentes e elevando a parcela de recursos destinados às áreas sociais.	Devolver 20% do imposto recolhido, em forma de vales fiscais que poderão ser trocados por carne, feijão, arroz, fubá, leite, pão, vale-transporte, adubo, fertilizantes, gasolina, diesel, óleo de soja, gás de cozinha etc.
Reordenar o atual sistema de incentivos fiscais, criando critérios de seletividade e mantendo a capacidade de financiamento estatal.	Pagar bons salários aos servidores para que não precisem praticar a corrupção.
Elaborar projetos de lei complementares, buscando regular a atual legislação orçamentária, principalmente no que tange aos limites à alteração do orçamento aprovado.	

Fonte: A Gazeta – Agenda 94

Tabela 2 – Vitor Buaiz e Cabo Camata – Propostas para a Reforma do Estado e do serviço público

Vitor Buaiz	Cabo Camata
Regionalizar e descentralizar as ações do governo.	Trabalhar com profissionais de perfil técnico, todos eles cidadãos capixabas.
Criar um fórum para discutir as questões de política de recursos humanos do governo: regime jurídico único, plano de cargos e salários, pendências judiciais, regularização do pagamento do funcionalismo.	Prover boas condições de trabalho e salários dignos, para prestar o melhor atendimento possível a quem paga o governador e os servidores, que é o povo.
Resgatar a função do planejamento, implantando o Conselho Estadual de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Regional.	
Implementar mecanismos de negociação coletiva, valorizando, como interlocutores legítimos, os sindicatos dos servidores.	

Fonte: A Gazeta – Agenda 94

Tabela 3 – Vitor Buaiz e Cabo Camata – Propostas para as áreas de Segurança e Justiça

Vitor Buaiz	Cabo Camata
Valorizar o policial com salários dignos, formação profissional e segurança para sua família.	Comandar pessoalmente as Polícias Civil e Militar.
Agilizar o Conselho de Segurança Pública e incentivar a criação dos Conselhos Municipais, com representantes de organizações comunitárias, de classe, das Polícias	Tratar com mão de ferro os marginais que infestam o Espírito Santo.

Civil e Militar e outros segmentos interessados.	
Aumentar a integração dos policiais com a sociedade.	Combater o crime, em parceria com a Polícia Federal.
Fortalecer a Defensoria Pública para tornar mais eficiente a defesa do consumidor e do cidadão.	Colocar um homem fardado em todos os bairros da Grande Vitória e do interior, que será escolhido pela comunidade para inibir a ação dos marginais.
Elaborar políticas de combate à violência contra as mulheres, incluindo a expansão dos núcleos de atendimento das delegacias de mulheres.	Promover a escolha, por voto secreto de policiais, do comandante-geral da PM, dos comandantes dos batalhões e do superintendente de Polícia Civil.
Possibilitar aos presos, em especial aos condenados, condições de trabalho e aprendizagem, em áreas como mecânica, carpintaria, marcenaria, eletricidade, artesanato e outros, em parceria com organizações sociais.	Após a posse do governador, dar um prazo de 24 horas para que os marginais deixem o ES. Findo o prazo, determinar o fechamento das fronteiras do estado. Os que estiverem dentro do estado serão presos e, em caso de resistência, terão o tratamento merecido.

Fonte: A Gazeta – Agenda 94

Tabela 4 – Vitor Buaiz e Cabo Camata – Propostas para a Saúde

Vitor Buaiz	Cabo Camata
Recuperar a capacidade operacional dos hospitais públicos e reabrir os leitos hospitalares.	Reabrir todos os leitos existentes.
Garantir o aumento do percentual orçamentário para a área da saúde.	Alocar, imediatamente, recursos financeiros para reestruturação e colocação em atividade de todos os hospitais do estado.

Reorganizar, junto com os municípios, o Sistema Hospitalar de Urgência e Emergência.	Vender as residências oficiais da Praia da Costa e de Santa Teresa, e todos os imóveis da COMDUSA, a fim de gerar recursos para a saúde.
Garantir a disponibilidade e acesso gratuito aos medicamentos de uso contínuo para o tratamento do coração, diabetes, câncer e outros.	Acabar de vez com as filas de pacientes pelos corredores dos hospitais e dar a cada morador, perto de casa, o atendimento que necessita.
Encaminhar à Assembleia Legislativa regulamentação do Fundo Estadual de Saúde.	Facilitar as consultas aos pacientes, evitando que percorram os hospitais à procura de vaga.
Convocar, imediatamente, o Conselho Estadual de Saúde, com respeito às deliberações aprovadas por esse conselho.	Incentivar as prefeituras a investirem 10% de sua arrecadação em saúde.
Em parceria com os municípios, ampliar, até o fim do mandato, os serviços de imunização, para garantir a meta de 100% da cobertura vacinal de crianças até 15 anos, de gestantes e de populações selecionadas contra a hepatite B.	

Fonte: A Gazeta – Agenda 94

Tabela 5 – Vitor Buaiz e Cabo Camata – Propostas para a Educação

Vitor Buaiz	Cabo Camata
Fortalecer os Conselhos de Escola, os Conselhos Municipais e o Estadual.	Fechar a Secretaria de Comunicação e aplicar as verbas de publicidade na educação.
Aumentar progressivamente as receitas	Aplicar 32% do orçamento em educação,

destinadas à educação, passando de 25% para 35% até o fim do mandato.	investindo em pagamento e reciclagem de professores, bem como, diretamente, no aluno.
Rearticular o Fórum Estadual da Educação, com a participação de todos os interessados na melhoria da qualidade da escola pública.	Montar, na Secretaria de Educação, uma fábrica de móveis escolares e uma gráfica para confecção de material didático.
Melhorar os índices de evasão e repetência.	Fornecer uniformes aos alunos.
Fortalecer o ensino na área rural.	Construir 3 universidades estaduais: na região metropolitana, no norte do estado e no sul.
Garantir, em articulação com os governos federal e municipal, a suficiência e a qualidade da merenda escolar.	Incentivar todas as modalidades de esporte, nas escolas públicas, onde os alunos terão todas as facilidades.
Mobilizar a sociedade capixaba, em campanhas de educação e cidadania, para erradicar o analfabetismo, em parceria com as prefeituras municipais, a sociedade civil, universidades e entidades empresariais.	

Fonte: A Gazeta – Agenda 94

Tabela 6 – Vitor Buaiz e Cabo Camata – Propostas para Metropolização e Interiorização do Desenvolvimento

Vitor Buaiz	Cabo Camata
Reordenar o crescimento da Grande Vitória, qualificando-a para maior especialização nas áreas de comércio, serviços e empresas de bases	Ter arrecadação suficiente para dar uma casa com lote urbanizado para todos aqueles que pagam aluguel.

tecnológicas, em articulação com os municípios.	
Criar programas de fortalecimento da estrutura de serviços das cidades de médio e pequeno porte, melhorando as condições socioambientais e de apoio à produção, retendo a renda gerada na região e ampliando a capacidade de absorção de emprego no interior.	Reduzir o déficit habitacional, através da construção de moradias diretamente com quem precisa de casa para morar. Programa estabelece o valor do material de construção em R\$ 1357,60 para uma casa de 44 metros quadrados.
Aproveitar a dinâmica Corredor Centro-Leste, estimulando sua integração ao interior do estado.	Reduzir, imediatamente, o preço da passagem no sistema Transcol.
Fortalecer o desenvolvimento da agricultura capixaba como base estratégica para a interiorização do crescimento econômico.	Fechar, imediatamente, a Ceturb.
Aprimorar o fomento para a descentralização de investimentos em agroindústrias e em processamento de minerais para as zonas produtoras de matérias-primas, estimulando as vocações regionais do interior do estado.	

Fonte: A Gazeta – Agenda 94

Primeiramente, gostaria de explicar por que desconsideramos as propostas de Max Mauro e Rose de Freitas. Conforme já mencionamos, a teoria da escolha racional, como chave explicativa para o comportamento do eleitorado, não pressupõe que os eleitores fazem um julgamento totalmente frio e calculista ao examinar as propostas de cada candidato. Na verdade, ela parte do princípio de que os eleitores votam de acordo com os seus interesses, e que tais interesses possuem uma lógica própria de funcionamento. Ainda que essa lógica seja, eventualmente, equivocada ou

incompleta, mais do que exigir do eleitor uma racionalidade plena, busca-se sempre entender o que conduz o seu processo de escolha. E o eleitorado, em geral, faz as suas escolhas de acordo com a conjuntura e os problemas que mais o afligem em um determinado momento. Nesse sentido, Max Mauro e Rose de Freitas não passaram pelo crivo da lógica básica do cenário eleitoral de 1994, que era o desejo de mudança, para romper com o contexto geral deixado por Albuíno. Tampouco personificavam os atributos da boa governança ou do combate à violência, questões cruciais para a população capixaba em 1994. Sendo assim, a explicação para o fracasso deles perante a opinião pública tem mais a ver com isso do que com a ideia de que eles tenham feito propostas ruins. Não adianta analisar e colocar em perspectiva as propostas dos quatro candidatos, a resposta não reside aí.

Quanto a Vitor Buaiz e Cabo Camata, uma vez que eles conseguiram se colocar como candidatos de oposição ao *status quo*, e cada um representou uma temática relevante para o eleitorado de 1994, vale a pena dar o próximo passo, que é comparar as suas propostas. Conforme podemos perceber, as propostas de Vitor Buaiz levam em consideração a complexidade dos desafios de cada área, e as propostas do Cabo Camata tendem a enfatizar as soluções simples e diretas.

No que diz respeito à situação financeira do Espírito Santo, Vitor Buaiz defendia, por exemplo, que era preciso investir e reestruturar o aparelho fazendário estadual, para melhorar a nossa capacidade de arrecadação e fiscalização. Além disso, era necessário criar instâncias democráticas de discussão do orçamento estadual, promovendo a participação popular; elaborar projetos de lei complementares, buscando regular a legislação orçamentária; e aumentar a parcela de recursos para as áreas sociais. Já o Cabo Camata, acreditava que a solução para a crise financeira seria colocar um fiscal de confiança do governador para fiscalizar outro fiscal, dando a entender que “se todo mundo vigiar todo mundo, não tem como roubar”. Ele propunha também o pagamento de bons salários aos servidores da fazenda, para que, assim, eles não precisem praticar a corrupção a fim de viverem confortavelmente. Além disso, defendia que 20% dos impostos recolhidos fossem restituídos à população em forma de vales, que poderiam ser trocados por itens,

como alimentos, combustíveis, vale-transporte, etc. Em entrevista ao jornal *A Tribuna*, Dejair explicitou o que pensava sobre os sonegadores de impostos:

Está se observando, ao longo de muitos anos, não é só de agora, a roubalheira que tem com o dinheiro público. O cara deixa de pagar imposto porque não confia no seu governante. A partir do momento em que começa a confiar, volta a pagar os impostos. Ainda mais com esse programa de arrecadação, cada cidadão vai querer a nota fiscal. Agora, no meu governo sonegador vai ser tratado igual bandido, e lugar de bandido é na cadeia, e o bandido que não conseguirmos botar na cadeia vamos botar em outro lugar.²⁶⁶

Em relação à reforma do Estado e do serviço público, o contraste entre as propostas permanece. Vitor Buaiz promovia a ideia de que era preciso regionalizar e descentralizar as ações do governo, bem como aprimorar o planejamento estratégico da máquina pública, discutir a política de recursos humanos do estado e implementar mecanismos de negociação coletiva com entidades de representação dos servidores públicos. Somente após esse amplo processo de discussão e deliberação, seria possível implementar soluções políticas para a máquina estatal. O Cabo Camata, em contrapartida, apostava mais uma vez no pagamento de salários dignos para melhorar a eficiência do serviço público, somado aos investimentos em boas condições de trabalho. Ademais, ele ressaltava a importância de nomear profissionais com perfil técnico, todos eles necessariamente cidadãos capixabas, como se isso fosse um sinal de preocupação genuína com o desenvolvimento do Espírito Santo, mais do que uma pessoa de outro estado teria. Perguntado sobre como lidaria com as ameaças de greve do funcionalismo público, uma constante ao longo do governo Albuíno, mais especificamente se seria preciso pedir uma “trégua” aos grevistas até as coisas se acomodarem na nova gestão, Vitor Buaiz afirmou:

Não há necessidade de pedirmos trégua. À medida que nós fazemos um gesto, chamando o funcionário para discutir a política salarial e de pessoal, significa dizer que nas negociações a questão vai passar obrigatoriamente na discussão. Não há necessidade de pedirmos trégua. Eles entendem que nós vamos encontrar o Estado falido financeiramente, desestruturado no ponto de vista administrativo, e que vamos ter que ter um tempo. Que tempo é esse, nós vamos decidir durante as negociações.²⁶⁷

No tocante à segurança pública, assunto preferido do Cabo Camata, e que constituiu o seu principal tema de campanha, percebe-se claramente a sua marca registrada

266 Cabo Camata promete ser mão de ferro. *A Tribuna*. Vitória, p. 05, 11 set. 1994.

267 Vitor quer a população fiscalizando o Estado. *A Tribuna*. Vitória, p.12, 25 set. 1994.

enquanto figura política: a defesa do combate à violência com mais violência. Enquanto Vitor Buaiz propunha medidas como a criação de um Conselho de Segurança Pública, mais segurança para as famílias dos policiais, fortalecimento da Defensoria Pública, políticas de combate à violência contra a mulher e ressocialização dos condenados via educação profissional, Cabo Camata defendia uma abordagem pouco ortodoxa como forma de reduzir os altos índices de criminalidade no estado.

Em primeiro lugar, o governador deveria se envolver pessoalmente com a gestão da segurança pública, ao assumir o comando das polícias Civil e Militar. Deveria também colocar um homem fardado em cada bairro da região metropolitana e do interior, alguém eleito pelos moradores, para inibir a ação de bandidos nas comunidades. Outro ponto notável foi a proposta de escolha do comandante-geral da PM, dos comandantes dos batalhões e do superintendente de Polícia Civil mediante o voto secreto dos policiais. Mas, acima de tudo, chama a atenção, no receituário de Dejour, o tratamento da bandidagem com mãos de ferro. A sua proposta mais famosa, que o distinguia claramente dos demais candidatos ao governo, era a de que, se fosse eleito, daria 24 horas para os bandidos deixarem o estado espontaneamente. Depois desse prazo, mandaria fechar as fronteiras e daria início a uma verdadeira caçada aos criminosos do Espírito Santo. Os que resistissem à ação policial seriam sumariamente executados pelos policiais e, assim, segundo Camata, a segurança pública seria restabelecida no estado. Afinal, “a partir do momento em que um estuprador, um assaltante, mata um cidadão de bem, por que é que não pode morrer também?”.²⁶⁸ Sobre tal proposta, vale mencionar o comentário de José Carlos Gratz, em entrevista concedida para esta dissertação:

Em relação ao discurso dele, uma coisa eu posso te falar: muita gente votou nele por causa dessa declaração. Eu não acredito que ele alcançaria esse tipo de objetivo extremo, mas que hoje você tem um excesso de bandido na rua, tal como se lê nos jornais – é bandido tomando conta daqui, outro dali, a milícia acolá – realmente o Brasil perdeu o controle da segurança pública de maneira invejável. Mas eu não acredito que o Cabo Camata fosse conseguir esse objetivo dele, e também não acredito que ele falava isso para se gabar. Ele poderia até tentar, e aí eu sou obrigado a falar dele, que já morreu há tantos anos: aí ele estaria montando um esquadrão da morte, e você não pode tomar uma atitude dessa como governador de estado, até

268 Cabo Camata promete ser mão de ferro. *A Tribuna*. Vitória, p. 05, 11 set. 1994.

porque o governador é limitado em várias áreas, não acredito que ele conseguiria esse objetivo em hipótese alguma. Falar ele falou, e não foi uma vez só não, foram várias vezes. Também digo pra você uma coisa: ele poderia não alcançar 100% dos objetivos dele, mas que ele ia conseguir muita gente pra exterminar bandido ele ia. Ele era meio doido, ele não gostava desse tipo de gente.²⁶⁹

Na esfera da saúde, a área profissional de origem de Vitor Buaiz, médico gastroenterologista, o tratamento dado ao tema é similar ao que ele propõe para os demais setores de governo, pautando-se pela ideia de boa governança e gestão democrática. Nesse campo, ele e Camata se aproximam um pouco, ao destacarem a necessidade de se ampliar os investimentos em saúde, a oferta de leitos hospitalares e a parceria do governo estadual com os municípios. A diferença se dá pelo modo como eles tratam tais questões. Dejair se preocupa principalmente com “o que fazer?”, com o resultado final do processo, que é a melhoria dos serviços de saúde, da estrutura hospitalar e do atendimento ao público. Já Vitor, demonstra uma ênfase maior com o “como fazer?”, salientando a importância de se ouvir o Conselho Estadual de Saúde, no processo de formulação de políticas públicas, e o trabalho conjunto com a Assembleia Legislativa, para promover a regulamentação do Fundo Estadual de Saúde. Vale mencionar uma proposta inusitada do Cabo Camata para angariar mais recursos em prol da saúde, que é a de vender as residências oficiais da Praia da Costa e de Santa Teresa, bem como todos os imóveis da Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano (COMDUSA).

Quanto à educação, Cabo Camata também se destaca por propor medidas um tanto quanto exóticas. Dentre elas, instalar, na Secretaria de Educação, uma marcenaria, para construir móveis escolares, e uma gráfica, para impressão de material didático. Outra ideia de Dejair era fechar a Secretaria de Comunicação e aplicar as verbas publicitárias na educação, tendo em vista que “um governo que trabalha não precisa gastar dinheiro nos jornais e na televisão para dizer que o Espírito Santo está cada vez melhor, quando, na verdade, está indo para o buraco”.²⁷⁰ Mas ele também propôs ações convencionais, como distribuição de uniformes para os alunos, incentivo à prática de modalidades esportivas na escola, maiores investimentos em

²⁶⁹ GRATZ, José Carlos. *Personagens políticos e opinião pública nas eleições para governador do estado do Espírito Santo em 1994*. Entrevista concedida a Felipe da Costa Barcellos, Vitória, 22 mar. 2022.

²⁷⁰ Agenda 94. *A Gazeta*. Vitória, p. 07, 24 set. 1994.

educação e, ousando um pouco mais, a construção de 3 universidades estaduais (uma na região metropolitana, uma no norte e uma no sul do estado). E Vitor Buaiz, mais uma vez, trouxe no âmbito da educação a sua ideia de administração responsável e democrática, baseada em planejamento estratégico e no diálogo com a sociedade. Ele propôs, por exemplo, fortalecer os Conselhos de Escola, os Conselhos Municipais e o Estadual, aumentar progressivamente as receitas da educação, rearticular o Fórum Estadual da Educação, aprimorar o ensino na área rural e melhorar os índices de evasão e repetência. O combate ao analfabetismo foi um dos pontos principais do seu plano de governo. Vitor acreditava que isso só seria possível por meio de esforços conjuntos do poder público e da sociedade:

O analfabetismo é uma das piores doenças, um dos piores flagelos que temos dentro de nossa sociedade. [...] O analfabeto não tem seu direito de cidadania garantido, ele não tem as informações que são necessárias, ele não tem acesso às informações para que possa exercer seu poder como cidadão. E nós não queremos que isso aconteça no Espírito Santo. Acho que vamos iniciar esse processo criando brigadas educacionais. Nós vamos ter que contar com a ajuda dos sindicatos patronais, trabalhadores, entidades religiosas, as igrejas e as entidades da sociedade civil, para que, até o ano 2000, tenhamos todos os capixabas alfabetizados.²⁷¹

Por fim, no que diz respeito à metropolização e interiorização do desenvolvimento, também podemos perceber a diferença de complexidade entre as propostas de Vitor Buaiz e Cabo Camata. Vitor propunha, dentre outras coisas, reordenar o crescimento da Grande Vitória, qualificando-a para maior especialização nas áreas de comércio, serviços e empresas de bases tecnológicas; fortalecer o desenvolvimento da agricultura capixaba como base estratégica para a interiorização do crescimento econômico; e aprimorar o fomento de investimentos em agroindústrias e em processamento de minerais para as zonas produtoras de matérias-primas, estimulando as vocações regionais do interior do estado. Dejar, por outro lado, propunha reduzir o déficit habitacional dando uma casa com lote urbanizado para todos aqueles que morassem de aluguel, prefixando o valor do material de construção em R\$ 1.357,60 para uma casa padrão de 44 metros quadrados. Ainda nessa pasta, pressupondo serem medidas capazes de promover a metropolização e interiorização do desenvolvimento no estado, ele defendia o

271 Vitor quer a população fiscalizando o Estado. *A Tribuna*. Vitória, p.14, 25 set. 1994.

fechamento da Ceturb e a redução imediata do preço da passagem de ônibus no sistema Transcol.

Não temos a intenção de problematizar extensivamente as propostas de Vitor Buaz e Cabo Camata, nem de examinar a viabilidade das suas ideias na prática, tendo em vista a conjuntura estadual e os limites do que é permitido em uma democracia. O que queremos é, apenas, ressaltar que tais propostas refletem os perfis dos dois candidatos, suas visões acerca da política e dos problemas enfrentados pelos cidadãos capixabas em 1994. As propostas de Vitor Buaz destacam a complexidade dos desafios de cada área e a necessidade de se unir forças para construir políticas públicas de qualidade, mas reafirmam o entendimento de que governar é possível. Já as propostas do Cabo Camata tendem a realçar as soluções simples e diretas, sem grandes obstáculos, assim como a noção de que a “pessoa certa no lugar certo” é capaz de resolver as coisas de maneira satisfatória.

Embora Dejair Camata tenha apresentado propostas para assuntos fora da segurança pública, tal como se exige de qualquer candidato ao poder executivo, é notório que o seu principal interesse era o problema da segurança, constituindo-se em sua bandeira de campanha na eleição de 1994. O combate à violência se tornou a sua grande marca, e o fato de ser um egresso da polícia, ex-presidente da Associação de Cabos e Soldados, deputado atuante em prol da categoria, sempre denunciando as mazelas da segurança pública no ES, o credenciava, aos olhos da população, a abraçar essa causa. Segundo João Gualberto Vasconcellos, a campanha do Cabo Camata foi monotemática:

O Camata tinha um discurso veemente em termos de segurança, dizia que ia botar os bandidos pra correr, que ia amarrar os vagabundos na Praça Costa Pereira e na Praça Oito pra dar uma coça de gurugumba. Coisas assim, ao mesmo tempo engraçadas e ao mesmo tempo soluções simples para problemas complexos. Resolver tudo na ameaça da força, o homem da força. [...] O Cabo Camata era uma coisa absolutamente imponderável, uma candidatura completamente marginal no início do processo, mas ele se aproveitou desse sentimento de insegurança da sociedade, e montou uma campanha monotemática. A campanha dele era basicamente segurança, prender bandido, essas coisas.²⁷²

272 VASCONCELLOS, João Gualberto. *Personagens políticos e opinião pública nas eleições para governador do estado do Espírito Santo em 1994*. Entrevista concedida a Felipe da Costa Barcellos, Vitória, 12 jul. 2022.

Em contrapartida, Vitor Buaiz se colocava como o homem ponderado, sereno, responsável e preocupado com diversos setores da administração pública. Alguém que acreditava na transformação da sociedade por meio da política, das instituições democráticas, do diálogo, da participação popular e da superação das diferenças em nome de um bem comum. Como lastro para a sua fé em um Espírito Santo melhor, recorria sempre à sua experiência no comando da Prefeitura de Vitória, onde fez uma boa administração, que o catapultou para a corrida eleitoral de 1994. Quando questionado sobre as diferenças entre administrar um município e um estado, entre os desafios enfrentados por um prefeito e por um governador, Vitor respondia de maneira otimista, reiterando o Espírito Santo como um estado viável:

Esta diferença, em termos, é real. Mas a administração pública é uma coisa só. O importante é ter uma equipe de governo competente, séria e que trabalhe de forma unificada. Tem que ter um projeto e programa de governo viável e tem que estabelecer as prioridades do governo. Com isto, se tem menos dificuldade de governar. O Espírito Santo é um estado pequeno e viável. Mas infelizmente não é reconhecido em nível nacional.²⁷³

A diferença entre Vitor Buaiz e Cabo Camata também é notável quando comparamos os personagens que eles representavam perante a opinião pública. Nesse sentido, vale a pena retomarmos a contribuição de Roger Schwartzberg em *O Estado Espetáculo*. No capítulo 2, quando discutimos a ideia de política como espetáculo público a partir de Schwartzberg, vimos que existem, pelo menos, 5 personagens-padrão que os políticos costumam representar, enquanto figuras públicas: o herói, o homem ordinário, o líder charmoso, o pai da nação e a diva. E, conforme mencionamos anteriormente, Vitor Buaiz tem um perfil que se aproxima da figura do pai, enquanto o Cabo Camata é equiparável à imagem do homem ordinário. Tratemos um pouco melhor dessa perspectiva, pois ela nos ajuda a compreender o sucesso dos dois candidatos em 1994.

Desde o início de sua carreira, Vitor Buaiz era conhecido pela imagem de político sério, sensato, contido, equilibrado, preocupado com o social, adepto do diálogo e defensor de medidas voltadas à ampliação da participação popular nas questões políticas. Foi assim na sua primeira candidatura à Prefeitura de Vitória, em 1985, na eleição como deputado constituinte, em 1986, e na campanha de 1989, que o

273 Entrevista Vitor Buaiz. *Revista Vida Vitória*. Vitória, ano VIII, n. 114, p. 12, 1ª quinzena, mai. 1994.

elegeu prefeito da capital. Em 1994, não foi diferente. Seja através de suas propostas, ou de seus comentários acerca dos principais desafios a serem enfrentados pelo futuro governador do estado, Vitor sempre adotou uma postura “paterna” na sua forma de lidar com a política. Schwartzberg nos explica quais são os atributos que definem o personagem do pai:

Quais são os traços que compõem esse modelo paternal de autoridade? Primeiro: a sabedoria. O “pai” é o homem experiente, e que conhece a fundo todas as coisas. É o homem informado e prudente. Capaz de enfrentar todas as circunstâncias, com discernimento, prudência e moderação. [...] Quem fala em sabedoria fala também em sapiência. A segunda característica paternal é o saber, a competência. É a capacidade de solucionar problemas “que nos ultrapassam”, a nós, pobres cidadãos médios. Numa sociedade industrial adiantada, com mecanismos sutis, esse tema da competência – sobretudo tecnocrática – é essencial. Corresponde ao “Papai sabe tudo” da criança deslumbrada pelo pai. Finalmente, esse homem de sabedoria e ciência é – acima de tudo – um homem de autoridade. Encarna a firmeza, a energia, a capacidade de resolver e impor decisões, desmantelando resistências e obstáculos.²⁷⁴

Sobre a figura do pai, conforme é retratada por Schwartzberg, duas considerações merecem destaque. Em primeiro lugar, para o autor, o pai é um arquétipo político que ganha relevo em situações de crise, em momentos conturbados da política, nos quais as coisas escapam do controle e a sensação de desamparo perante o governo toma conta da sociedade.²⁷⁵ Nesses momentos, a população se volta para políticos que transmitem segurança, experiência e capacidade comprovada de governar. As pessoas buscam uma mudança expressiva, porém não querem fazer escolhas “no escuro”, apostando em alguém totalmente iniciante para resolver os seus problemas. Diante disso, o pai se coloca como o perfil ideal para navegar nesse mar revolto, pois transmite segurança, sabedoria e domínio das atividades que se dispõe a fazer.

Em segundo lugar, vale lembrar que, em Schwartzberg, o pai também representa a possibilidade de união, de agregar tendências distintas e de servir como árbitro dos interesses de cada “filho” sob sua tutela.²⁷⁶ Levando isso para o âmbito do poder, o pai é também o político bom em costurar alianças, capaz de unir diversos segmentos em torno de si, de mobilizar várias forças sociais e de convocá-las a

274 SCHWARTZENBERG, 1978, p. 86

275 Ibid.

276 SCHWARTZENBERG, 1978.

participarem efetivamente das atividades de governo. Nesse sentido, o pai se diferencia do herói, uma figura que também floresce em momentos de crise, quando o povo demanda soluções drásticas, é notoriamente competente, mas não costuma trabalhar em grupo, pois confia tanto na própria capacidade que prefere se manter distante do clamor dos mortais. Enquanto o herói é extraordinário e aristocrático, o pai é preparado e acessível, gosta de somar esforços e de aproveitar o melhor que existe em cada um. É o conciliador nato. Dessa maneira, Perly Cipriano avalia o perfil de Buaiz:

O Vitor já tinha sido deputado federal, já tinha sido prefeito, e antes de ser eleito ele concorreu à prefeitura em 1985, então ele já tinha uma certa experiência. Já tinha uma plataforma mínima, construída ao longo do tempo. Aqui no Espírito Santo, ele vinha abordando os problemas sociais com maior intensidade, englobando questões como educação, saúde, segurança. Enfim, era um programa mais avançado, e pra isso nós precisamos chamar os sindicatos, as associações, entidades de mulheres, movimento negro, pra ajudar na campanha. Nós queríamos chamar a grande massa excluída, e também dialogar com a classe média, criando algo amplo. O programa tinha uma abrangência muito grande. Falávamos com os trabalhadores do campo, da cidade, a classe média, artistas, intelectuais. Toda essa gama apoiou o Vitor, não apenas porque eles sabiam do trabalho desenvolvido por ele na prefeitura de Vitória, mas também porque fazia parte da nossa estratégia trazê-los pro nosso lado.²⁷⁷

Em contrapartida, quando levamos em conta a imagem pública do Cabo Camata, percebemos que o personagem que mais se adéqua ao seu perfil é o homem ordinário. Vale lembrar que o ordinário, na acepção de Schwartzberg, não deve ser interpretado de modo necessariamente negativo. Ele é o homem comum, sem grandes virtudes ou realizações, sem uma vasta experiência, que não é proveniente da elite, tampouco é reconhecido como um membro do primeiro escalão do poder. Entretanto, por ser um forasteiro no meio dos “grandes”, ele é muito bom em gerar identificação instantânea nas massas, se colocando como o seu semelhante e, por extensão, o seu autêntico porta-voz. Detentor de um vocabulário simples, de uma educação formal mediana e de uma origem familiar plebeia, ele evoca o senso comum e o carisma popular, fazendo questão de se aproximar dos humildes. E, ao se lançar na disputa pelo poder, atrai o apoio daqueles que não se sentem

277 CIPRIANO, Perly. *Personagens políticos e opinião pública nas eleições para governador do estado do Espírito Santo em 1994*. Entrevista concedida a Felipe da Costa Barcellos, Vitória, 08 abr. 2022.

representados pelos candidatos convencionais, considerados “mais do mesmo”. Nas palavras de Schwartzberg:

Superstar da normalidade, anti-herói, antítese da autoridade heroica, ele representa a autoridade rotineira por excelência. É o homem comum, encarnando as virtudes comuns. Por vezes de uma maneira magistralmente talentosa, o que o transforma em estrela de primeira grandeza em seu registro mais modesto. A que se deve esse triunfo do banal, esta irrupção das séries B no *box office* da política? O homem ordinário é, antes de tudo, o “prazer da identidade”, para falar como Roland Barthes. Existe, para todos, a possibilidade de uma plena identificação com este homem do povo saído das fileiras, com esse dirigente que veio da base, com esse *self-made-man* que suscita a adesão por identidade. O homem comum representa também o prazer do conformismo. Ourives trabalhando com ideias recebidas e com lugares-comuns, ele aumenta o sentimento de segurança do público. Virtuoso do convencional, curador das convicções de massa, ele consolida o grupo ao preservar as explicações costumeiras e populares. Seu estratagema é a quietude através da rotina. O homem comum é, finalmente, o prazer da identidade. Ainda que puramente aparente. Ele corresponde a reflexos populistas, ou talvez mesmo “poujadistas”. Personifica a desforra dos pequenos contra os grandes, a vitória dos pequenos, dos obscuros, dos não-graduados. Numa fúria de ostracismo. Ai dos vencedores! Ai dos heróis vitoriosos! Viva o *underdog*, o cão escorraçado, o papel secundário! Honra ao eterno coadjuvante!²⁷⁸

Sobre essa leitura do homem ordinário enquanto um personagem político, devemos ter em mente dois aspectos cruciais. Primeiro, por saber que a identificação com o povo é a sua maior qualidade, muitas vezes o homem ordinário faz questão de reafirmar a sua origem simples, ostentar os hábitos de uma pessoa comum e se comunicar de modo informal, para demonstrar que é “gente como a gente”. Ao tratar dos problemas dos cidadãos, utiliza um vocabulário fácil e despojado, e aponta para as possíveis soluções de maneira vaga e simplificada. Suas propostas demonstram o ímpeto de recorrer a medidas drásticas, nunca tentadas, sem base sólida ou o aval de especialistas, e denotam a falta de profundidade ao tratar de desafios complexos do âmbito da política. Com isso, mesmo dando a entender que não é um perito nos assuntos abordados, ele ganha crédito com parte do eleitorado, passando a imagem de corajoso e autêntico. Nessa perspectiva, Dejjair Camata falou sobre os seus planos depois de eleito:

Após o término da eleição, quando vou sair vitorioso das urnas, tenho um prazo para, no dia 1º de janeiro, botar meu esquema de segurança pública na rua, e qual é? É botar um homem fardado em todos os bairros, porque a presença do homem fardado inibe a ação do marginal. Vamos ter um policial bem pago que vai trabalhar com confiança no governador. Eu já tenho todos

278 SCHWARTZENBERG, 1978, p. 43-44

os pontos onde tem o traficante, o esturador. Claro que não tenho 100%, mas o básico tenho. [...] Eu vou fechar a Secretaria de Comunicação. Vou fechar porque ela se tornou um antro. Ao invés de investir em uma divulgação que precisa ser investida realmente, estamos aí com um gasto de 7% do orçamento com comunicação. Então, 25% para a educação é constitucional, mais os 7% da comunicação eu vou ter 32% para investir em salário dos servidores, na reciclagem do professor.²⁷⁹

Segundo, vale ressaltar que, embora ele se desenvolva em momentos críticos que demandam mudanças radicais, tal qual o personagem do pai, o que também condiciona o cenário para o homem ordinário é o descrédito com a política tradicional. Se os eleitores do pai têm um pouco mais de cautela quanto à sua abertura para o novo, os eleitores do homem ordinário se arriscam mais no desconhecido. Por um lado, porque ficam deslumbrados com a sensação de identidade e familiaridade que ele estimula, se colocando como um dos seus, como alguém que dá voz ao clamor dos esquecidos. Por outro, porque seguem a linha do voto de protesto, escolhendo candidatos inusitados como forma de expressar a sua insatisfação contra o sistema político, os partidos e os governantes convencionais. Em suma, o que habilita o pai perante o eleitorado é a sensatez, a competência e a experiência, o que habilita o homem ordinário é a identidade, a ousadia e a aura antissistema que ele carrega.

Em setembro de 1994, a *Revista Vida Vitória* publicou uma matéria sobre o clima das eleições estaduais nas vésperas do primeiro turno. Para tanto, foram enviados repórteres às ruas de Vitória-ES, a fim de ouvirem dos cidadãos o que eles pensavam sobre os candidatos e em quem eles pretendiam votar. O resultado desse trabalho ilustra bem a perspectiva que examinamos até aqui.

O estudante Fábio Guimarães Coelho, de 17 anos, em sua primeira experiência eleitoral, disse não ter “muitas esperanças nessa eleição, porque o pessoal continua votando em políticos com velhos discursos e com velhas posições”. Mas, apesar disso, afirmou que votaria em Vitor Buaiz, porque “gostou do seu trabalho na Prefeitura de Vitória”. A dona de casa Evanda Figueiredo Mussiello, de 67 anos, que se definiu como monarquista, afirmou que evitava votar em candidatos do PT, porque “sou da paz e do amor, o PT quer guerra”. Contudo, de modo um tanto

279 Cabo Camata promete ser mão de ferro. *A Tribuna*. Vitória, p. 5-7, 11 set. 1994.

ambíguo com a ideia de ser da paz, declarou que “queria votar no Vitor, mas o erro dele é estar no partido errado. Acho que posso votar no Cabo Camata. Ele está brigando e isto me entusiasmou”.²⁸⁰

A engenheira Débora Loureiro Junger, de 36 anos, respondeu que Vitor era seu candidato certo porque “é o único com postura melhor e que pode mudar alguma coisa. Nele eu tenho a certeza de honestidade”. Já Adir José da Silva, sargento da PM, de 41 anos, garantiu que votaria no Cabo Camata, pois “ele é um trabalhador como nós, já foi policial e não é político. Ele conhece nosso sofrimento e sabe dos problemas da segurança, não só de Vitória, mas de todo o estado”. Por fim, o corretor de imóveis Rogério Segóvia Bocanossa, de 32 anos, disse que Max “poderia ser a melhor opção, porque ele centraliza e já sanou o estado uma vez”, mas, mesmo assim, votará em Vitor Buaiz “porque ele não é xiita como o PT”, e porque gosta de suas propostas. Afirmou também que “jamais votaria em alguém ligado ao pior governo que este estado já teve, e se o povo for consciente não elege ninguém que está ligado a Albuíno”.²⁸¹

Nesses breves depoimentos, podemos perceber alguns elementos fundamentais de nossa análise sobre o porquê de o eleitorado decidir votar em Vitor Buaiz ou Cabo Camata, a saber: o voto em Vitor, por causa da sua experiência na Prefeitura de Vitória, de onde ele saiu prestigiado; o voto em Dejour como uma forma de protesto, afinal “ele está brigando”, o que atrai aqueles que não se sentem devidamente representados; o voto em Vitor, porque ele tem uma postura séria, coerente, íntegra e boas propostas; o voto em Dejour, porque ele é “como nós”, sabe o que o povo passa e se preocupa com a segurança pública; a rejeição a todo mundo que tem ligação com Albuíno, um governador mal avaliado, de modo a evitar a continuidade de sua má gestão.

Portanto, a explicação para o sucesso de Buaiz e Camata, nas eleições de 1994, envolve basicamente três pilares. Primeiro, o desejo de mudança, decorrente da administração atribulada de Albuíno, que teve dificuldades para formar coalizões e

280 A vez do cidadão. *Revista Vida Vitória*. Vitória, ano IX, n. 123, p. 12-13, 2ª quinzena, set. 1994.

281 Ibid.

implementar as suas políticas de governo. Segundo, os temas da boa governança e da segurança pública, problemas graves da população capixaba em 1994, que foram monopolizados por dois candidatos de oposição que se colocavam como alternativas ao grupo político no poder. Terceiro, os personagens políticos Vitor Buaiz e Cabo Camata, cada um com a sua trajetória de vida, suas propostas de governo e suas imagens públicas consagradas, similares aos perfis de “pai” e de “homem ordinário”, conforme a abordagem de Roger Schwartzberg.

Isso não significa que descartamos o papel de certas articulações políticas – ou a ausência delas – nesse processo eleitoral. Dentre elas, o atraso das forças conservadoras do estado em construir uma candidatura de peso para substituir Gerson Camata, a falta de coesão do PMDB, que se viu sem candidatura própria, a dificuldade de Rose de Freitas em conseguir apoio dentro e fora do PSDB, os inimigos de Max Mauro querendo sepultá-lo politicamente com uma derrota vexatória e a ausência de um nome consensual para ser o candidato de Albuíno. Todos esses fatores, de alguma forma, contribuíram enormemente para pavimentar o caminho de Vitor Buaiz ou Cabo Camata rumo ao Palácio Anchieta.

O fato é que, se considerarmos a evolução das pesquisas eleitorais ao longo do primeiro turno, podemos perceber que Vitor Buaiz esteve na liderança desde o começo da eleição, a disputa sempre foi pelo segundo lugar. Os demais candidatos, na melhor das hipóteses, deveriam competir entre si para chegar ao segundo turno contra o candidato do PT.

De modo geral, houve uma tendência de estabilidade no percentual de votos de Vitor, enquanto Max foi encolhendo, Rose cresceu timidamente e Dejair deu uma guinada a partir da segunda quinzena de setembro. Vale ressaltar que as pesquisas mostraram um alto percentual de indecisos, votos em branco e nulos. Porém, na medida em que foi se aproximando o dia da eleição, os votos desse segmento foram direcionados para os quatro concorrentes, sobretudo para Camata, que acabou ultrapassando Max Mauro nas vésperas do primeiro turno.

Seguem os dados da Pesquisa IBOPE, em menção estimulada, contratada pela Rede Tribuna para cobrir as eleições de 1994:

Tabela 7 – Pesquisa Eleições 1994 – Intenções de voto para governador do estado do Espírito Santo

Candidato	07/08	04/09	17/09	02/10
Vitor Buaiz	37%	39%	35%	39%
Max Mauro	18%	13%	12%	14%
Rose de Freitas	1%	4%	5%	9%
Cabo Camata	11%	14%	13%	21%
Indecisos/ brancos/nulos	33%	30%	33%	17%

Fonte: Pesquisa IBOPE/REDE TRIBUNA

Em linhas gerais, as estimativas apontadas pelas pesquisas se confirmaram. No dia 03 de outubro de 1994, os eleitores foram às urnas decidir quem seria o novo governador. Vitor Buaiz obteve 46,63% dos votos válidos, seguido por Cabo Camata com 27,33%, Max Mauro com 13,09% e Rose de Freitas com 12,94%.²⁸² Fez-se necessário um segundo turno, entre Vitor Buaiz e Cabo Camata. O povo capixaba seria novamente chamado a votar, tendo que escolher entre o ponderado e o impulsivo, o conciliador e o conflituoso, o bom gestor e o xerife – uma polarização que mobilizou várias forças políticas e sociais, a nível estadual e nacional. A seguir, veremos como isso ocorreu.

O segundo turno

Assim que saiu o resultado da eleição, confirmando que haveria um segundo turno, começaram as articulações políticas de ambos os lados da disputa. Vitor acenou para as forças progressistas da sociedade civil, bem como para o PMDB e o PSDB, e Camata trouxe para si o apoio da frente PFL/PPR/PP, do PTB e dos policiais militares. Mas antes de tratarmos disso, precisamos comentar a surpresa que foi, para muita gente, a chegada do Cabo Camata ao segundo turno.

282 Fonte: TRE-ES

Embora tenhamos examinado os diversos fatores que justificavam o crescimento da candidatura do Cabo Camata, no “calor dos acontecimentos” não foi assim que os contemporâneos enxergaram o processo eleitoral, de modo que ele não foi considerado um concorrente forte pelos seus adversários. As expectativas eram de que, se Vitor não vencesse de primeira, Max Mauro seria o candidato que chegaria ao segundo turno. O ponto de inflexão se deu em meados de setembro, quando o percentual de indecisos reduziu e os votos desse segmento migraram, principalmente, para Camata. Segundo Perly Cipriano, que trabalhou na campanha de Vitor para o governo do estado, de início não era tão evidente o crescimento da candidatura de Camata, tampouco qual era a sua base de apoio. No entanto, quando ele foi para o segundo turno, as coisas ficaram mais explícitas, e a possibilidade de Camata vencer a eleição se mostrou real:

Olha, até bem próximo da eleição, a gente sentia que a campanha do Camata estava crescendo, mas não tinha muita visibilidade. A gente sentia, porque ouvia a polícia falando, as pessoas falando, e se mexendo muito. Mas as pesquisas não estavam revelando muito isso, até que saiu o resultado, mostrando que haveria o segundo turno. Aí, as forças que estavam por trás dele começaram a aparecer, inclusive dentro dos outros partidos. Os outros partidos, que aparentemente eram contra o Cabo Camata, acabaram apoiando ele. Foi uma disputa acirrada. O PT chamou as forças progressistas do estado, os democratas, a executiva nacional do partido, até o Fernando Henrique gravou um depoimento. Criou-se um clima nacional de que corria risco de o Cabo Camata ganhar, isso gerou um certo medo em muita gente. A gente acreditava e trabalhava pra ganhar, sempre, mas havia sempre um risco. A gente via os carros da Polícia Militar transportando material de campanha, os quartéis com material, até as rádio-patrolhas eram usadas para fazer campanha pro Camata. Delegacias eram usadas também. Em alguns lugares, eles ostentavam propaganda eleitoral, e, como não havia coibição, a Justiça Eleitoral também não fez muito esforço, eles faziam isso, apesar da absoluta ilegalidade. E não é verdade – a gente sempre tem que insistir nisso – que ele era solitário, sozinho na campanha. Ele teve muito apoio de setores conservadores. Ele juntou todos esses conservadores e foi pra cima.²⁸³

Perly chama atenção para um ponto importante: devemos ter cuidado com a ideia de que o Cabo Camata estava sozinho na disputa, alheio ao jogo de forças da política capixaba. O próprio Camata, ao se declarar um candidato sem apoio, sem tradição política, sem financiamento e sem gente poderosa por trás dele, se esforçava para transmitir a imagem de “lobo solitário”, de alguém que estava fora do sistema e, por

283 CIPRIANO, Perly. *Personagens políticos e opinião pública nas eleições para governador do estado do Espírito Santo em 1994*. Entrevista concedida a Felipe da Costa Barcellos, Vitória, 08 abr. 2022.

isso mesmo, era capaz de mudá-lo.²⁸⁴ Dessa forma, ele se vendia como um candidato diferente dos demais, avesso a conchavos políticos, que podia contar apenas com a solidariedade do povo, com a ajuda das pessoas simples: “Se eu tiver que me reunir em salas fechadas com políticos de outros partidos para lutar pelo segundo turno, prefiro ficar com os eleitores que eu tenho. Comigo não haverá troca de favores. Sou assim e assim continuarei sendo”.²⁸⁵

Ao mobilizar o apoio das massas, Dejour atraía a simpatia daqueles que realmente decidem uma eleição, os que votam. Afinal, não adianta ter suporte partidário, coligações, tempo de televisão, recursos financeiros e marketing profissional, se o candidato não cair nas graças de quem vai às urnas, o eleitor. Dinheiro e marketing sozinhos não fazem milagre, é uma soma de fatores. Nesse sentido, podemos afirmar que Dejour foi muito hábil desde o início da disputa, buscando se comunicar com as classes populares, abraçar o tema da segurança pública e utilizar os instrumentos de que dispunha de maneira inteligente – o que contraria a ideia de que ele tenha sido totalmente azarão no pleito de 1994. O depoimento de Marcelo Siano Lima ilustra bem essa perspectiva:

O que a gente poderia chamar de azarão, na política, num caso como esse? Seria aquela pessoa que é um *outsider*, que vence a eleição mesmo não tendo o apoio. Eu acho que, naquele ano, aquele grupo fisiológico que já estava no seu quarto ano em operação de comando do poder legislativo, foi colocado diante de uma questão que ele tinha que resolver. Essa questão era bem simples: o que fazer na campanha? Os candidatos lançados eram o ex-prefeito de Vitória, Vitor Buaiz, do PT, e o ex-governador Max Mauro. O Cabo Camata surge como o que, nisso aí? Se nós pensarmos uma questão de azarão, porque ele seria um *outsider*, talvez sim, só que eu “espanco” a ideia de que ele tenha feito uma campanha desorganizada, desprovida de recursos, sem estratégia. Eu “espanco” esse tipo de perspectiva, de entendimento. Camata tinha estratégia, tinha método, tinha recursos. E os recursos captados para Camata foram captados exatamente por esse grupo que tinha na Assembleia, mais os seus aliados do setor empresarial. Achar que feijoada da Associação de Cabos e Soldados bancaria a campanha de Camata é besteira, isso não existe. Achar que você faz uma campanha para governador de um estado, mesmo sendo o Espírito Santo, um estado pequeno, sem recursos, você está querendo fazer rir.²⁸⁶

284 Falta de dinheiro é preocupação para PSD. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 16 jun. 1994;

Cabo Camata dispensa apoio. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 17 jun. 1994;

Cabo Camata promete ser mão de ferro. *A Tribuna*. Vitória, p. 05, 11 set. 1994;

Camata já pensa no 2º turno. *A Tribuna*. Vitória, p. 09, 05 set. 1994.

285 Ex-PM força 2º turno no Espírito Santo. *O Globo*. Rio de Janeiro, p. 07, 06 out. 1994.

286 LIMA, Marcelo Siano. *Personagens políticos e opinião pública nas eleições para governador do estado do Espírito Santo em 1994*. Entrevista concedida a Felipe da Costa Barcellos, Vitória, 05 abr. 2022.

A origem dos recursos empregados na campanha de Camata ainda não é clara. O que se sabe é que ele conseguiu montar uma estrutura de campanha consistente e que, de acordo com Marcelo Siano Lima, “com certeza alguns fundapianos o apoiaram, em razão desse grupo da Assembleia Legislativa que via com bons olhos a sua candidatura”.²⁸⁷ Esse grupo ao qual ele se refere são os políticos da coalizão fisiológica de Albuíno, que nós explicamos anteriormente. Parlamentares ligados a setores empresariais do cenário capixaba, que se opunham ao progressismo de Vitor Buaiz e que não queriam um retorno de Max Mauro ao governo, uma vez que, a partir de Albuíno, eles adquiriram uma relevância política maior. Com a chegada de Dejour ao segundo turno, esses parlamentares vão apoiá-lo abertamente, formando uma espécie de conselho político para assessorá-lo.

Após o resultado do primeiro turno, que definiu Vitor Buaiz e Cabo Camata como os postulantes ao governo, iniciaram-se as movimentações políticas em torno das duas candidaturas. Era chegado o momento de ampliar, de expandir as bases de apoio e de conquistar os votos dos indecisos, bem como dos eleitores de Max Mauro e Rose de Freitas. Para tanto, estabelecer alianças políticas e angariar o máximo de apoio na sociedade civil constituiu-se na maior preocupação dos dois candidatos.

Desde o final de junho, Vitor Buaiz havia recebido o apoio de uma ala do PMDB, os chamados “autênticos”, representada por Rita Camata e Vasco Alves, uma vez que o partido tinha retirado a candidatura própria e liberado as suas bases para apoiarem quem quisessem.²⁸⁸ Além de simpatizar com algumas propostas de Vitor, como a assistência à criança carente e o desenvolvimento do interior do estado, esse grupo via, na aliança com Vitor, uma oportunidade de enfraquecer Max Mauro, de modo que a eleição pudesse ser decidida ainda no primeiro turno.²⁸⁹ No segundo turno, Vitor buscou reafirmar o apoio dos autênticos e, mais que isso, atrair para a sua campanha o PMDB como um todo. Todavia, chegar a um consenso entre os peemedebistas se mostrou uma tarefa bastante complicada, pois, conforme apontou o presidente regional do partido, Roberto Valadão, “os peemedebistas são muito

287 Ibid.

288 Grupo do PMDB fecha com Vitor. *A Tribuna*, Vitória, p. 12, 26 jun. 1994.

289 Grupo de Rita e Vasco mais perto de Vitor. *A Tribuna*, Vitória, p. 02, 21 jun. 1994.

ecléticos”.²⁹⁰ Rita Camata, que apoiou Vitor desde o primeiro turno, demonstrou certa hesitação em fechar a mesma parceria para o segundo turno, alegando que esperava uma decisão conjunta do seu partido, bem como um posicionamento do seu marido, o senador, novamente eleito, Gerson Camata.²⁹¹ Hugo Borges, vice-presidente regional do PMDB, era contra a aliança com Vitor, e preferia que o seu partido apoiasse o Cabo Camata no segundo turno.²⁹² Já Vasco Alves foi um dos primeiros a aderir formalmente à campanha de Buaiz contra Camata, reiterando que “é preciso dar um salto na qualidade da política feita no Estado. Vitor significa respeito com a coisa pública e, principalmente, com a população, com a democracia e contra a violência”.²⁹³

No dia 21 de outubro, diante da demora do PMDB em chegar a um consenso, e percebendo que Gerson dava sinais de que se manteria neutro, Rita Camata decidiu se aliar a Vitor Buaiz contra o Cabo Camata.²⁹⁴ Os peemedebistas postergaram a sua decisão final por mais alguns dias, até que, no dia 30 de novembro, em uma reunião da executiva regional do partido, foi definido o apoio a Vitor Buaiz, por 5 votos a 2. Os votos vencidos foram de Hugo Borges e Ilsa Sartório, que preferiram se aliar ao Cabo Camata, apesar do posicionamento contrário do PMDB.²⁹⁵

Vitor Buaiz também procurou a ajuda do PSDB para o segundo turno. Conforme explicamos anteriormente, a candidatura de Rose de Freitas ao governo do estado nunca foi um ponto pacífico entre os tucanos. Ela se lançou sem o apoio maciço dos peessedebistas, sofreu pressões para renunciar, mas seguiu com a sua campanha até o fim, obtendo apenas 12,94% dos votos válidos. Com a chegada do segundo turno, coube a ela e ao PSDB escolher entre Vitor e Dejair.

Desde o primeiro turno, o então prefeito de Vitória, Paulo Hartung, já tinha manifestado o seu desejo de apoiar Vitor Buaiz, apesar da candidatura de Rose de Freitas.²⁹⁶ Ele não compareceu à convenção do PSDB, realizada no Parque de

290 PMDB ainda tem decisão. *A Tribuna*, Vitória, p. 03, 21 out.

291 Dúvida. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 15 out. 1994.

292 PMDB ainda tem decisão. *A Tribuna*, Vitória, p. 03, 21 out.

293 Petista participa de mutirão em Vila Velha. *A Tribuna*. Vitória, p. 05, 16 out. 1994.

294 Rita confirma apoio ao candidato do PT. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 22 out. 1994.

295 PMDB decide ir de Vitor no segundo turno. *A Tribuna*. Vitória, p. 11, 01 nov. 1994.

296 PMDB segue opção do prefeito Paulo Hartung. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 07 jul 1994.

Exposições de Carapina, na qual Rose foi nomeada como candidata ao governo estadual. Diante disso, para não entrar em conflito com os seus companheiros de partido, Paulo Hartung optou por se manter neutro: “não participei das articulações que envolveram a escolha de Rose e nem fui à convenção que oficializou a sua candidatura, mas eu não vou afrontar a ninguém anunciando a minha posição”.²⁹⁷ Com a derrota de Rose, Hartung se viu liberado para apoiar efetivamente o candidato Vitor Buaiz. A sua decisão foi anunciada no dia 08 de outubro, dois dias antes do fim da apuração dos votos, fazendo com que ele fosse o primeiro político do estado a formalizar o apoio a Vitor Buaiz no segundo turno.²⁹⁸

Ao longo do mês de outubro, outras lideranças do PSDB foram declarando seu apoio a Vitor Buaiz. Dentre elas, José Ignácio, eleito novamente senador da República; Lézio Sathler, deputado federal; João Batista Motta, prefeito da Serra; e a própria Rose de Freitas, deputada federal e presidente regional do PSDB.²⁹⁹ A posição oficial do partido só foi divulgada no dia 26 de outubro, através de um termo de compromisso assinado por Rose de Freitas e Vitor Buaiz, que previa a adoção de um plano emergencial para o governo do estado e o compromisso de, caso Vitor fosse eleito, não fazer oposição a Fernando Henrique Cardoso.³⁰⁰ Segundo Vitor Buaiz, a parceria com o PSDB, no segundo turno da eleição, foi uma forma de reatar a aliança política que começou em 1988, na Prefeitura de Vitória: “nós vamos dar continuidade a essa união, agora em uma dimensão muito maior, que é o governo do estado do Espírito Santo. Queremos caminhar juntos, não apenas na campanha eleitoral, mas no ato de governar”.³⁰¹

O Cabo Camata também contou com uma rede de apoio considerável. Assim que foi confirmada a sua chegada ao segundo turno, ele tratou de buscar a ajuda de partidos grandes em nosso estado, como PMDB e PSDB, porém sem sucesso.³⁰² O PDT e o PMN também foram sondados, mas ambos hesitaram em fechar uma aliança com ele, oscilando entre ficar do lado de Vitor ou em posição de

297 Hartung adota a neutralidade. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 09 set. 1994.

298 Hartung decide: vai apoiar Vitor Buaiz. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 09 out. 1994.

299 PSDB também mostra posição. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 26 out. 1994.

300 PSDB se alia a Vitor Buaiz para 2º turno. *A Tribuna*. Vitória, p. 09, 27 out. 1994.

301 Ibid.

302 Cabo Camata busca apoio. *A Tribuna*. Vitória, p.05, 12. out. 1994.

neutralidade.³⁰³ Quem realmente uniu forças com o Cabo Camata, constituindo-se no seu principal alicerce de campanha, foi a frente PFL/PPR/PP, composta por figuras como José Carlos Gratz, Marcos Madureira, Valci Ferreira e Fernando Silva. Esses parlamentares já se articulavam com o Cabo Camata desde o primeiro turno, contrariando a ideia de que ele era, de fato, um “lobo solitário” na eleição. Segundo Marcelo Siano Lima, a própria candidatura de Camata surgiu devido ao incentivo desses deputados, que estavam em exercício de mandato no governo Albuíno, e não desejavam a vitória de Max Mauro nem de Vitor Buaiz:

Essa candidatura surgiu dentro da Assembleia, insuflada por um grupo de deputados, dentre eles Fernando Silva, que era vice-líder do governo Albuíno, o presidente da Casa, Marcos Madureira, José Carlos Gratz, enfim. Pode perceber que todos eles são personagens que, em algum momento, têm um histórico de divergência com Max Mauro, que era um dos candidatos que se colocavam, e que também já viam o PT como um grande problema. Aquele antipetismo atávico, não tão forte como hoje, mas forte, já tomava os seus corações e mentes. Então, o Camata foi visto como uma possibilidade real.³⁰⁴

Vale lembrar que os membros da frente PFL/PPR/PP, que faziam parte da coalizão fisiológica de Albuíno, não viram com bons olhos o lançamento de Enivaldo dos Anjos como o candidato do governador na eleição de 1994. Conforme já explicamos, Enivaldo foi uma imposição do PDT. O próprio Albuíno chegou a cogitar outros nomes do seu secretariado para a sucessão, como Theodorico Ferraço, Luiz Buaiz e José Eugênio Vieira. Os aliados de Albuíno não se empolgaram com a indicação de Enivaldo para a disputa ao governo, tanto que desistiram de participar da Coligação Trabalhista (PDT/PTB).

A partir de outubro, esse grupo oficializou a aliança com o Cabo Camata e criou uma espécie de conselho político, formado por políticos, advogados, jornalistas e publicitários, para lhe prestar suporte financeiro e assessoria política na reta final da eleição.³⁰⁵ Nas palavras de Rubens de Freitas Rocha, um assessor de campanha do Cabo Camata, “a estrutura agora precisa ser outra, diferente daquela do primeiro

303 Partidos se movimentam para 2º turno. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 12 out. 1994; Semana é de decisões. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 15 out. 1994.

304 LIMA, Marcelo Siano. *Personagens políticos e opinião pública nas eleições para governador do estado do Espírito Santo em 1994*. Entrevista concedida a Felipe da Costa Barcellos, Vitória, 05 abr. 2022.

305 Conselho político vai ajudar Cabo Camata. *A Tribuna*. Vitória, p. 05, 18 out. 1994.

turno; a campanha ganha uma estrutura maior e mais profissional”.³⁰⁶ Na reunião que sacramentou a criação do conselho político, estavam presentes José Carlos Gratz, Marcos Madureira, Nilton Gomes, Luiz Durão e Hugo Borges, dentre outros.³⁰⁷ Eu perguntei a José Carlos Gratz qual era o seu papel nesse conselho, bem como o dos demais integrantes. Ele respondeu de forma sucinta, sem entrar em detalhes: “Angariar recursos e disciplinar o Camata, coisa que nós não conseguimos. A principal tarefa era discipliná-lo, mas não adiantava. Falava com ele alguma coisa, ele ia gravar o programa eleitoral e saía totalmente diferente do conversado”.³⁰⁸ Além disso, ele minimizou o aspecto formal desse termo “conselho político”, e destacou a dificuldade em conseguir dinheiro e estrutura para a campanha, dando a entender que, de fato, Dejair trabalhou com poucos recursos materiais:

Veja bem, a única pessoa que eu discordo aí, que até ficou do lado do Camata, mas não participou desse conselho, foi o Hugo Borges. A gente conversava com o Cabo Camata, mas quando a gente fazia uma articulação pra fazer um comício, não tinha um palanque. Quando pensava em fazer alguma coisa, não tinha um trio elétrico. E a gente não conseguia dinheiro. E política sem dinheiro não tem como, não existe. Mas ele saía sempre das reuniões com um otimismo impressionante. [...] Agora, botaram o nome de conselho, mas, na verdade, éramos apenas um grupo de amigos que se reuniam para tentar saber como a gente ia andar no outro dia. Eu era mais ponderado que o Camata, eu e o Madureira, nós falávamos com ele. Nós três éramos como gêmeos siameses, mas o Niltinho também foi importante, Niltinho era meu amigo. Eu consegui, na reta final, um trio elétrico, alugamos por dez mil reais, e finalizamos a campanha assim. Só sei que, mesmo vendo as pesquisas, eu não acreditava em como o Cabo Camata estava crescendo tanto.³⁰⁹

Marcelo Siano Lima possui outro ponto de vista sobre essa questão. Ele defende que o Cabo Camata fez uma campanha altamente profissional, munida de estratégia, recursos humanos e materiais, e que José Carlos Gratz teve um papel fundamental no levantamento de fundos para o seu amigo. Ressalta também que a atuação de Gratz nesse período, em que ele era um deputado estadual em seu primeiro mandato legislativo, já era um prenúncio do personagem político poderoso que ele viria a se tornar, ao longo da década de 1990, à frente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo:

306 Conselho político vai ajudar Cabo Camata. *A Tribuna*. Vitória, p. 05, 18 out. 1994.

307 Ibid.

308 GRATZ, José Carlos. *Personagens políticos e opinião pública nas eleições para governador do estado do Espírito Santo em 1994*. Entrevista concedida a Felipe da Costa Barcellos, Vitória, 22 mar. 2022.

309 Ibid.

Gratz movimentou muito dinheiro em favor de Camata. Porque Gratz sempre passava muito essa visão de que ele era um *outsider* na política, o que ele nunca foi. O Gratz é aquele cara que vem de um extrato mais baixo da sociedade, mas que soube angariar em torno de si um poder político muito consistente, ao ponto de, principalmente no governo de José Ignácio, todas as decisões do Estado passarem por ele. Eu me lembro de um episódio do Claudio Vereza contando pra gente, numa reunião da Mesa Diretora, que Zé Armando, presidente da CST, foi ter uma audiência com ele. Aí, Zé Armando entrou, e no Gabinete do Presidente tinham dois quadros muito bonitos, um do Levino Fânzeres e outro do Homero Massena. O Zé Armando olhou pro quadro do Levino, *A Ressurreição de Lázaro*, e falou: “Esse quadro realmente é uma obra de arte das mais lindas! Eu sempre que venho aqui admiro esse quadro!”. Aí o Claudio olhou pra ele e pensou: “Caramba, era muito descarada a coisa, eles não saíam daqui!”. Então, assim, a capacidade que você tem quando você tá operando é muito grande. Porque é o seguinte, Felipe: a atividade política não tem muito mistério. Se você consegue manipular o aparato do Estado, se você consegue se colocar como um *player* capaz de favorecer outros *players*, você consegue com isso dar à sua personalidade uma envergadura muito maior, muito mais musculosa, do que você possa imaginar. Então, você passa a ser respeitado pelos demais *players* em virtude da sua capacidade de operar facilidades para eles. É isso, por exemplo, o que o Arthur Lira faz.³¹⁰

Divergências à parte, o que importa para nós, no escopo deste trabalho, é assinalar que a campanha do Cabo Camata ganhou um reforço notável no segundo turno, a partir a adesão da frente PFL/PPR/PP. Quem também apoiou Camata contra Vitor Buaiz foi o PTB, seguindo a posição do partido em nível nacional, que fechou parceria com o PPR e o PFL nos outros estados.³¹¹ Todavia, o petebista Thedorico Ferraço, bem como o seu filho, Ricardo Ferraço, se opuseram à determinação do PTB e se aliaram a Vitor, o que causou controvérsias entre os seus companheiros de partido.³¹² Esse apoio dos Ferraço teve um papel importante na conquista de votos para Buaiz no interior do estado, fazendo diferença no resultado final da eleição.

Além das articulações políticas de Vitor Buaiz e Cabo Camata, vale mencionar as estratégias de campanha que eles adotaram no segundo turno. Vitor continuou empenhado na apresentação de suas propostas e na defesa da participação popular na política, mas, em outubro, ele começou a adotar um tom mais firme e enérgico ao falar do seu adversário.³¹³ Porém, em vez de recorrer a ofensas ou a acusações,

310 LIMA, Marcelo Siano. *Personagens políticos e opinião pública nas eleições para governador do estado do Espírito Santo em 1994*. Entrevista concedida a Felipe da Costa Barcellos, Vitória, 05 abr. 2022.

311 Cabo Camata tem a preferência de petebistas. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 10 out. 1994.

312 Ibid.

313 Vitor vai mudar o estilo no 2º turno. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 13 out. 1994.

inicialmente, ele optou por confrontar o Cabo Camata fazendo um contraste entre as suas propostas de governo e as suas experiências na administração pública – critérios em que Vitor conseguia se colocar como o candidato mais preparado. Para tanto, foi preciso evocar novamente a trajetória de Vitor na Prefeitura de Vitória e, nas palavras de Rogério Medeiros, “insistir em mostrar a figura de um candidato que teve pleno êxito administrativo e uma enorme capacidade política de administrar com vários partidos, inclusive com o PSDB, sem privilégios ao PT”.³¹⁴

Em contrapartida, o Cabo Camata preferiu manter a sua campanha longe de discussões técnicas sobre a política, e tratou de se desvencilhar um pouco das noções de força e truculência, típicas do seu discurso sobre a segurança pública. Os programas eleitorais passaram a expor um lado mais familiar de Dejar, com o uso, por exemplo, de um álbum de fotografias, mostrando várias etapas de sua vida, desde recém-nascido até a fase adulta, para reforçar a sua origem simples e a ideia de homem pacato, sem apego à violência.³¹⁵ Contudo, apesar dessa tentativa de amenizar o seu viés autoritário, para atrair aqueles que não desejavam um governador com mãos de ferro, Dejar foi gradativamente radicalizando o seu discurso, na medida em que a disputa foi ficando cada vez mais acirrada. E Vitor, em certo sentido, sendo levado pelo fluxo dos acontecimentos, seguiu pelo mesmo caminho.

O cerne das críticas de Vitor Buaiz ao Cabo Camata era o despreparo e a inexperiência do seu concorrente para assumir o comando de um estado, bem como a falta de um projeto de governo para apresentar à sociedade: “Esse discurso do faço e acontece é um discurso vazio. No segundo turno, estarão em jogo dois projetos de governo, nós temos o nosso, ele não”.³¹⁶ Outro ponto que Buaiz também explorava era a tentativa de Camata de depreciar toda a classe política, dando a entender que ele era um *outsider*, do tipo “votem em mim, pois eu não sou político; ninguém presta, só eu”. “É como se ele não fizesse parte desse grupo, e não tivesse colaborado para denegrir a imagem do legislativo estadual”.³¹⁷ Mas, aos poucos, a

314 Coordenação tem mudanças. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 10 out. 1994.

315 Propaganda para 2º turno começa leve. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 25 out. 1994.

316 Petista pede a Cabo Camata que mostre projeto. *A Tribuna*. Vitória, p. 13, 08 out. 1994.

317 Ibid.

crítica de Buaiz foi ganhando outra dimensão, com suspeitas de que o candidato do PSD tinha relações próximas ao submundo do crime organizado do Espírito Santo.

Já o Cabo Camata tinha como um aspecto fundamental de sua crítica a Vitor Buaiz o antipetismo. Ao tentar explicar o porquê da dificuldade de Vitor em firmar alianças com os prefeitos do interior do estado, Dejair disse: “Eles estão entendendo que, com a vitória do candidato da CUT, do candidato do PT, o Espírito Santo vai ser um laboratório petista. E quem tiver um projeto político, com a vitória do PT, esse projeto vai por água abaixo”.³¹⁸ Frequentemente, ele tentava desqualificar Vitor Buaiz por ser do PT, um partido que surgiu, sobretudo, no ambiente urbano, tendo como bandeiras a luta pelos direitos dos trabalhadores, a redução da desigualdade social e a reforma agrária, dentre outras. E, aos olhos da população capixaba, especialmente no interior do estado, ainda era muito forte o estigma de o PT ser um partido grevista, hostil, defensor da invasão de terras, promotor de conflitos e tensões sociais, o que fazia dessas regiões um ambiente de difícil penetração de candidaturas petistas.³¹⁹ De acordo com Perly Cipriano, o antipetismo existe desde a fundação do PT e, de fato, foi usado para atacar Vitor Buaiz em 1994:

No caso dos ataques a Vitor, não tinha muito como falar de corrupção, nem de enriquecimento ilícito. O que pesava contra ele, e motivava os ataques dos adversários, era ser do PT. Já havia antipetismo, desde o dia em que o partido nasceu. O PT nasceu defendendo reforma agrária, a inclusão social de negros, mulheres, índios, sem-terra, dentre outros. Tem muita gente que não quer essas coisas, que não quer o combate à desigualdade, isso cria inquietação. O PT, diferentemente da maioria dos outros partidos, sempre teve uma posição, isso incomoda. Os demais partidos, geralmente, não têm lado definido. E partido tem que ter lado. O PT sempre disse o que pensava sobre os índios, sobre os negros, sobre os LGBTs, sobre reforma agrária, sobre educação, sobre verba pública. Isso, naturalmente, traz uma parcela para o nosso lado, mas em compensação coloca outras contra nós.³²⁰

Em paralelo ao antipetismo, Cabo Camata fazia uso de calúnias e provocações contra Vitor Buaiz. Diversas acusações sem fundamento foram proferidas por Camata, relativas ao mandato de Vitor como prefeito de Vitória. Por exemplo, afirmar que Buaiz “limpou os cofres da prefeitura no último dia de administração”, que ele

318 Cabo Camata aposta em rejeição ao PT. *A Tribuna*. Vitória, p. 07, 16 out. 1994.

319 REIS, 1994; OLIVEIRA, 2008.

320 CIPRIANO, Perly. *Personagens políticos e opinião pública nas eleições para governador do estado do Espírito Santo em 1994*. Entrevista concedida a Felipe da Costa Barcellos, Vitória, 08 abr. 2022.

abandonou a cidade sozinha para ir a Cuba “beijar os pés de Fidel Castro, ditador de um país onde as pessoas preferem enfrentar os tubarões no mar a continuar vivendo lá”, e que ele usou verba pública para bancar coquetéis luxuosos de bebida alcoólica para o pessoal da OAB.³²¹ Dejour também dizia coisas de caráter mais pessoal a respeito de Vitor. Dentre elas, questionar a legitimidade dele como um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, pois “se há algum representante dos trabalhadores nessa eleição, sou eu”.³²² Falar que, se fosse eleito, ele mandaria fechar todos os restaurantes vegetarianos do estado e deixaria as churrasqueiras, já que Vitor não come carne.³²³ Parabenizar a diretoria do PDT por ter ouvido a sua proposta de aliança para o segundo turno e “pelo ato democrático de também ouvir um candidato da CUT”.³²⁴

Esse tipo de comentário de Camata, embora soe como provocação pura e simples, é entendido por uma parte do eleitorado como sinal de coragem, de autenticidade e até mesmo bom humor. Eles têm o efeito de gerar entusiasmo e conexão com as massas, fazendo de Dejour um assunto das pessoas no dia a dia (“Você viu o que o Camata falou do Vitor ontem? Aquele ali fala mesmo, doa a quem doer!”), e colocando-o em evidência perante a opinião pública, como o porta-voz de um assunto de relevância pública (segurança). Nesse sentido, há uma finalidade estratégica por trás das provocações. Enquanto Buaiz se empenhava em explicar as suas propostas e mostrar as diferenças entre ele e o outro concorrente, para demonstrar que ele era o mais preparado da disputa, Camata procurava transmitir a imagem de um candidato espontâneo, descontraído e corajoso, para despertar a simpatia do eleitorado.³²⁵ Esses foram os tópicos centrais de suas campanhas no segundo turno.

A diferença entre Vitor e Dejour foi diminuindo no decorrer da disputa. Conforme já mencionamos, Vitor terminou o primeiro turno com 46,63% dos votos válidos, e

321 Cabo Camata contra ataca. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 04 nov. 1994; VASCONCELLOS, João Gualberto. *Personagens políticos e opinião pública nas eleições para governador do estado do Espírito Santo em 1994*. Entrevista concedida a Felipe da Costa Barcellos, Vitória, 12 jul. 2022.

322 Cabo Camata pede apoio a 12 partidos. *A Tribuna*. Vitória, p. 07, 13 out. 1994.

323 Linha dura surpreende capixabas. *O Globo*. Rio de Janeiro, p. 07, 07 out. 1994.

324 Candidato se reúne com PDT e sai otimista. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 21 out. 1994.

325 Vitor vai explorar mais as diferenças. *A Tribuna*. Vitória, p. 05, 01 nov. 1994; Camata aposta na TV. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 02 nov. 1994.

Camata com 27,33%. Restando só os dois na corrida rumo ao Palácio Anchieta, pesquisas indicavam Vitor com 49% e Camata com 39%, no dia 23 de outubro.³²⁶ Duas semanas depois (06/11), Vitor tinha 48% e Camata 41%.³²⁷ Percebendo esse movimento ao longo do segundo turno, a campanha de Vitor Buaiz começou a apostar mais no fator denúncia contra o Cabo Camata, para mostrar os riscos que ele representava caso fosse eleito e mobilizar a opinião pública em prol da candidatura petista. Isso se deu, principalmente, por meio de peças publicitárias televisivas, produzidas por Bete Rodrigues e Amylton de Almeida, repetindo a parceria dos tempos em que atuaram no marketing da campanha de Albuíno Azeredo, em 1990.³²⁸

A mais famosa delas foi ao ar no dia 02 de novembro de 1994, Dia de Finados. A ideia central era comparar Adolf Hitler e Dejalir Camata, para alertar a opinião pública sobre os riscos de se deixar levar pelo discurso extremista e por soluções que implicam o extermínio de inimigos. Basicamente, a peça consistia em um locutor falando, imagens fortes associadas ao Holocausto e uma música de fundo para dar o tom de suspense. Segundo Jonas Reis (1994), houve uma hesitação inicial, por parte da coordenação de campanha de Buaiz, sobre o uso ou não dessa peça publicitária, que poderia soar como algo apelativo e forçado, uma medida desesperada para conter o crescimento de Camata, podendo, assim, surtir um efeito contrário. Todavia, no fim das contas, eles optaram por colocá-la no ar, causando bastante polêmica. A esse respeito, traz Reis:

[LOCUTOR, em off] Em 1933, um cabo alemão foi eleito com mais de 17 milhões de votos. Sua plataforma era acabar com os bandidos, os baderneiros, e dar casa e comida para todos. No fim do seu governo, tinha matado 20 milhões de pessoas queimadas vivas, esquartejadas. O nome do cabo era Adolf Hitler.³²⁹

326 Vitor Buaiz tem 49% e Cabo Camata 39%. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 23 out. 1994.

327 Vantagem de Vitor é de 7 pontos. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 06 nov. 1994.

328 Bete Rodrigues e Amylton de Almeida foram os responsáveis pela famosa peça publicitária em que a mãe de Albuíno Azeredo, Dona Normília Azeredo, faz um depoimento comovente falando sobre o seu filho, candidato a governador do estado. Evocando a figura da mãe zelosa, de origem pobre, que vê seu filho vencer na vida e romper barreiras historicamente impostas ao povo preto, a peça é considerada um case de sucesso no marketing eleitoral capixaba. Para mais informações, ver: BILICH, Jeanne Figueiredo; RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira. *Amylton de Almeida – “O Guerreiro dos Ideais” pela liberdade, democracia e cidadania (1980-1989)*. Revista *Ágora*, n. 2, 2005.

329 REIS, 1994, p. 34.

Essa peça publicitária também trazia, como conteúdo de denúncia contra o Cabo Camata, a suspeita de que ele tinha ligações com o esquadrão da morte, mencionando um dossiê produzido por uma Comissão, composta pelo delegado da Polícia Civil Francisco Badenes e o advogado Joaquim Marcelo Denadai, dentre outros, que investigava o crime organizado no Espírito Santo e vinculava Dejair à Scuderie Detetive Le Cocq.³³⁰ O vídeo menciona o surgimento de esquadrões da morte no Brasil, em consonância com o aumento da criminalidade e a presença de seus associados no meio político:

[LOCUTOR, em off] Os nazistas matavam quem eles queriam e deixavam um cartaz com o símbolo da caveira. Em 1937, o esquadrão da morte chegou ao Brasil através de Filinto Muller, chefe da Polícia e um simpatizante dos nazistas. O símbolo da caveira continuou a ser usado para matar inocentes, de preferência pobres e negros. Nos anos 60, o símbolo da morte voltou com mais frequência, aumentando os índices de criminalidade em todo o país. Muita gente inocente foi morta. Hoje, a organização é poderosa e tem seus membros envolvidos em tráfico de drogas, assaltos a banco, sequestro e fraude eleitoral. O esquadrão da morte agora quer eleger candidatos para tomar conta de tudo, para matar inocentes, para governar com mão de ferro e violência. Em julho deste ano, um dossiê dos direitos Humanos entregue à Procuradoria da República, em Brasília, revelou que o cabo Dejair Camata é suspeito de pertencer ao esquadrão da morte.³³¹

Como era de se esperar, a repercussão dessa peça publicitária da campanha de Vitor Buaiz foi grande. Houve quem achasse que Vitor abaixou o nível da discussão, uma vez que, até então, ele tinha focado na apresentação de propostas e no tom comedido para se comunicar com a sociedade.³³² Houve também críticas ao termo “matar inocentes”, como se o problema fosse apenas esse, mas usar grupos de extermínio para matar bandidos fosse válido – o que poderia reforçar o argumento do Cabo Camata.³³³ De qualquer forma, o fato é que a campanha de Vitor começou a adotar um tom mais emotivo para sensibilizar a opinião pública, de modo a alertar o eleitorado sobre os perigos de um candidato com visões extremistas e adepto da violência “regeneradora” como instrumento de restauração da ordem social.

330 Justiça garante investigação sobre crime organizado no Espírito Santo. *Folha de São Paulo*. São Paulo, p. 13, 14 jul. 1994.

331 REIS, 1994, p. 34-35.

332 PT ataca Cabo Camata durante programa de TV. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 03 nov. 1994; Presidente do TRE pede campanha limpa. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 04 nov. 1994.

333 REIS, 1994.

Sobre a comparação com o líder nazista, no dia seguinte à divulgação Dejar disse que “nem sequer era nascido na época de Hitler, eu sou um cabo que já salvou a vida de muitas pessoas no tempo em que fui bombeiro”.³³⁴ E, no que dizia respeito às acusações de possuir ligação com o esquadrão da morte, disse apenas que, na época do seu surgimento, “eu tinha 12 anos e trabalhava no cabo da enxada, junto com meu pai”.³³⁵ A reação do PSD foi pleitear na Justiça o direito de resposta durante o programa eleitoral de Buaiz, porém sem sucesso. O presidente regional do partido, Jesus Vaz, ainda afirmou: “nós entendemos que nazista é o senhor Vitor Buaiz e os xiitas do PT, treinados na Nicarágua, na Líbia e no Afeganistão”.³³⁶

Outro fator importante, que certamente somou forças à campanha de Vitor Buaiz, foi o apoio do presidente recém-eleito, Fernando Henrique Cardoso, no início de novembro. A realização dessa aliança entre Vitor e Fernando Henrique, “Pai do Plano Real”, teve basicamente duas funções. Primeiro, sinalizar para a opinião pública a ideia de estabilidade, de frente ampla em prol da democracia, mostrando que o radicalismo e o sectarismo, por vezes atribuídos ao PT e à esquerda de maneira geral, não se encontravam em Vitor Buaiz, mas sim em seu adversário. Isso veio no momento certo da campanha, uma vez que começaram a surgir boatos, fomentados pelos apoiadores do Cabo Camata, de que o PT estaria envolvido em episódios de invasão de propriedades que estavam acontecendo no norte do estado.³³⁷

Segundo, mostrar que, com Vitor governador, nosso estado teria uma boa interlocução com o poder federal, sem oposição sistemática ao novo presidente da república, o que poderia acarretar em isolamento no âmbito nacional ou em sanções ao estado do Espírito Santo. Com a aproximação prévia entre Buaiz e FHC, dava-se o primeiro passo na direção contrária a esse temor de que, eventualmente, um governador petista poderia não dialogar bem com aquele que derrotou Lula ainda no primeiro turno. Em contraponto a isso, vale lembrar que o Cabo Camata já tinha sido do PSDB, partido no qual se elegeu deputado estadual, em 1990, e acabou

334 Candidato exigirá o direito de resposta. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 03 nov. 1994.

335 Ibid.

336 Candidato exigirá o direito de resposta. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 03 nov. 1994.

337 Coligação divulga nota de alerta. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 09 nov. 1994.

expulso por defender publicamente a chacina de Vigário Geral. Para não comprometer a imagem de Fernando Henrique Cardoso, a cerca de um ano da eleição, mantendo-o longe de qualquer postura extremista, Camata foi desligado do PSDB. Portanto, é razoável imaginar que, se ele fosse eleito, não teria uma relação das mais amistosas com o presidente da república.

A deputada Rose de Freitas e o prefeito Paulo Hartung tiveram um papel fundamental na efetivação dessa aliança. Apesar das divergências, ambos se uniram a Vitor Buaiz no segundo turno, acreditando que ele seria a melhor opção para o futuro do Espírito Santo, antes mesmo de uma posição oficial dos tucanos. Assim que o PSDB capixaba formalizou o apoio a Vitor, em 26 de outubro, já havia o interesse em contatar Fernando Henrique para aproximá-lo do candidato petista, mas a agenda de compromissos de FHC, na Europa e na Argentina, acabou adiando um pouco o encontro, realizado no dia 09 de novembro em Brasília.³³⁸ O jornalista Jonas Reis menciona o episódio, em seu livro *Em nome do Espírito Santo*.

Confirmada a audiência que foi solicitada por Rose de Freitas e Paulo Hartung junto a Fernando Henrique Cardoso, na manhã do dia 09 de novembro, Vitor Buaiz saiu de Vitória rumo a Brasília, em um jatinho particular cedido pelo empresário Camilo Cola. Com ele, havia uma comitiva formada pelo seu coordenador de campanha, Rogério Medeiros, a deputada Rose de Freitas, os prefeitos Paulo Hartung, João Batista Motta e Vasco Alves, e o senador José Ignácio, dentre outros. O clima durante o voo era de preocupação, pois a candidatura do Cabo Camata estava em uma crescente e era preciso tomar providências para consolidar a liderança de Vitor. Chegando a Brasília, se depararam com o alarido da imprensa local, ávida por noticiar a consumação da aliança entre o petista capixaba e FHC. Na sede nacional do PSDB, a comitiva entrou em um elevador, mas o grande número de pessoas gerou excesso de carga, enguiçando o aparelho. Após alguns minutos de espera por ajuda, conseguiram chegar ao local combinado, foram recebidos por Sérgio Motta e Pimenta da Veiga, e Vitor Buaiz foi chamado a conversar com Fernando Henrique a

³³⁸ Fernando Henrique Cardoso dá apoio a Vitor Buaiz. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 09 nov. 1994; Cardoso dá apoio ao PT no Espírito Santo. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, p. 06, 09 nov. 1994; Petista Buaiz ganha Cardoso como aliado. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, p. 08, 09 nov. 1994; FHC apoia o petista Buaiz. *O Globo*. Rio de Janeiro, p. 03, 10 nov. 1994;

sós. A reunião entre eles durou sete minutos e, em seguida, ambos saíram de uma sala, fizeram as fotos oficiais e se juntaram aos demais presentes para uma coletiva de imprensa. Na viagem de volta ao estado, a sensação entre os passageiros foi de dever cumprido, e de que mais um apoio importante fora conquistado para a campanha da Frente Unidade Popular Pela Cidadania.³³⁹

Firmado o apoio, Fernando Henrique Cardoso declarou à imprensa que “a melhor opção para o Espírito Santo é a eleição de Vitor Buaiz”, e que a disputa era entre a “candidatura da democracia contra a candidatura do autoritarismo”.³⁴⁰ Vitor Buaiz, em contrapartida, disse que “não cabe ao governo estadual fazer oposição ao governo federal”, e que, se fosse eleito, iria “trabalhar pela integração do estado com o governo federal”.³⁴¹ Por fim, Rogério Medeiros pontuou: “A passagem de Vitor Buaiz por Brasília demonstra que o presidente está preocupado com o destino do Espírito Santo e que rejeita o autoritarismo de Cabo Camata”.³⁴²

Precisamos fazer uma observação importante aqui, sobre algo que, talvez, já tenha passado pela cabeça do leitor. Mesmo com o somatório de forças políticas que Vitor conseguiu atrair no segundo turno, bem como as suspeitas de que o seu adversário tinha envolvimento com o crime organizado, Dejour permaneceu no páreo até o fim. A pergunta é: Como isso foi possível? Existem outros fatores, além da capacidade de comunicação popular e do suporte da frente PFL/PPR/PP, que viabilizaram a candidatura do Cabo Camata até o dia 15 de novembro de 1994? A resposta é sim. O Cabo Camata conseguiu manter-se competitivo na eleição em decorrência, também, de outros dois fatores, os quais citaremos a seguir.

O primeiro deles foi o apoio maciço dos policiais militares. Em verdade, não é algo realmente surpreendente, considerando a trajetória do Cabo Camata desde os tempos da Associação de Cabos e Soldados, e a maneira como ele ingressou e exerceu o seu mandato na Assembleia Legislativa, sendo um defensor dos interesses da categoria policial. Contudo, no segundo turno, a coisa tomou grandes

339 REIS, 1994.

340 Fernando Henrique diz que Vitor é melhor opção. *A Tribuna*. Vitória, p. 09, 10 nov. 1994.

341 Ibid.

342 Ibid.

proporções, e os policiais abraçaram a campanha de Dejour com bastante entusiasmo e pouca discriminação. Mesmo durante o expediente, era comum ver homens fardados portando material de campanha do Cabo Camata, fazendo panfletagem e utilizando recursos como delegacias e viaturas para auxiliar o candidato do PSD.³⁴³

Eram frequentes os relatos sobre policiais atuando em prol de Camata. O coordenador da campanha de Vitor Buaiz, Rogério Medeiros, informou ter visto policiais militares fazendo *blitz* no município de São Mateus para distribuir adesivos e panfletos de propaganda de Camata.³⁴⁴ Disse também que, em Vila Velha, houve um incidente no qual um policial fardado tentou coagir motoristas que utilizavam adesivos de Vitor Buaiz nos automóveis, em um estacionamento de supermercado.³⁴⁵ O deputado Claudio Vereza afirmou que policiais à paisana se infiltravam em comícios de Buaiz, para distribuir panfletos de Camata no meio da multidão, e o vereador Otaviano de Carvalho denunciou o recebimento de uma multa por dirigir com uma bandeira do PT no automóvel.³⁴⁶ Uma equipe do jornal *A Tribuna* constatou a presença de material publicitário de Camata em uma guarita da PM, na Praça Costa Pereira, bem como em um módulo policial situado na Praça Getúlio Vargas.³⁴⁷ E, conforme foi noticiado no jornal *Estado de São Paulo*, no dia 11 de novembro de 1994 houve um tumulto na Praça Costa Pereira, quando um grupo de militantes do PT estava fazendo campanha e foi abordado por policiais militares, que apreenderam o material de propaganda, destruíram-no e dispersaram o grupo, sem motivo legal aparente.³⁴⁸

Casos como esses fizeram a coordenação de campanha de Vitor Buaiz temer pela idoneidade do processo eleitoral, com o receio de que os policiais pudessem coagir os eleitores nos locais de votação e, quem sabe, fraudar as urnas. Para garantirem a integridade dos eleitores de Vitor no dia 15 de novembro, os petistas protocolaram,

343 Deputado diz que policiais fazem campanha eleitoral. *A Tribuna*. Vitória, p. 05, 05 nov. 1994.

344 Coligação denuncia que policiais estão fazendo campanha. *A Tribuna*. Vitória, p. 05, 08 nov. 1994.

345 Ibid.

346 Deputado diz que policiais fazem campanha eleitoral. *A Tribuna*. Vitória, p. 05, 05 nov. 1994.

347 Coligação denuncia que policiais estão fazendo campanha. *A Tribuna*. Vitória, p. 05, 08 nov. 1994.

348 Ação de PMs causa guerra eleitoral no Espírito Santo. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, p. 26, 12 nov. 1994.

junto ao Tribunal Regional Eleitoral, um pedido de intervenção de tropas federais, com o intuito de fazerem a segurança dos locais de votação, em vez da Polícia Militar, mas o pedido foi negado.³⁴⁹ Em resposta às denúncias de policiais fardados fazendo campanha para Camata e intimidando os apoiadores de Buaiz, o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Edilson Neves de Carvalho, argumentou que se tratava de casos isolados, que a ação de poucos indivíduos não era motivo para macular toda a instituição e que as denúncias formais que chegassem a ele seriam devidamente apuradas.³⁵⁰ De qualquer forma, o fato é que o apoio dos policiais ajudou a impulsionar a candidatura do Cabo Camata no segundo turno.

O segundo fator que manteve Dejour competitivo foi a dificuldade de penetração do PT no interior do estado. Tal dificuldade se deve, em parte, à própria origem do Partido dos Trabalhadores, uma agremiação de base predominantemente urbana, vinculada ao movimento sindical, calcada na defesa da classe trabalhadora e de ideais progressistas. Ademais, há de se lembrar que o interior do Espírito Santo é uma região marcada pela presença de forças conservadoras, amparadas pelo domínio das oligarquias rurais e/ou pelo arcabouço sociocultural da colonização imigrante europeia, de matriz cristã conservadora. Em regiões assim, o discurso autoritário encontra condições mais favoráveis para se firmar, e a mensagem do combate à desigualdade social e da luta pela reforma agrária sofre resistências dos grupos de interesse locais. No entanto, conforme Ueber Oliveira destaca, “para vencer eleições majoritárias, no estado do Espírito Santo, é imprescindível uma expressiva votação no interior, a qual se adquire com uma forte articulação com os líderes locais”.³⁵¹ Tanto Buaiz quanto Camata sabiam da necessidade de se fortalecerem no interior do estado, e fizeram movimentos nesse sentido em suas campanhas. Porém Camata, devido ao seu perfil político, suas convicções e sua rede de apoio partidária, com forte capilaridade nos municípios do interior, de início conseguiu uma adesão maior que Vitor fora da região metropolitana.

349 Pedida presença de tropa federal. *A Tribuna*. Vitória, p. 05, 09 nov. 1994;
TRE não aceita pedido de intervenção federal. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 11 nov. 1994.

350 O outro lado. *A Tribuna*. Vitória, p. 05, 05 nov. 1994;
Comando da PM quer acusações formais. *A Tribuna*. Vitória, p. 05, 08 nov. 1994;
Comandante orienta os policiais. *A Tribuna*. Vitória, p. 05, 09 nov. 1994.

351 OLIVEIRA, 2008, p. 168.

Mas apesar das dificuldades de penetração do PT no interior, prejudicando a candidatura de Vitor Buaiz, foram feitos esforços notáveis para minimizar esse problema. Vale mencionar a atuação de Theodorico Ferraço em prol de Buaiz no sul do estado, contrariando a determinação do PTB de se aliar a Camata. Recém-eleito deputado federal, no segundo turno Ferraço optou por ficar ao lado do candidato petista, e teve um papel importante de articulação política junto aos municípios do sul, que orbitavam em torno da influência de Cachoeiro de Itapemirim, seu berço político. Seu filho, o deputado estadual Ricardo Ferraço, também apoiou Buaiz contra Camata, acreditando que o governador deveria ser alguém equilibrado, com experiência administrativa, competência para governar e cautela para resolver os problemas do estado.³⁵² Ao oficializar o seu apoio a Vitor, o que soou como uma surpresa no meio político capixaba, Theodorico afirmou que estava apoiando Buaiz porque ele era capaz de assegurar “um amplo diálogo suprapartidário com todos os prefeitos e toda a sociedade. Com Vitor governador, se terá um governo do Espírito Santo, e não só do PT”.³⁵³ Eu perguntei a Marcelo Siano Lima, que trabalhou para Theodorico Ferraço, as possíveis razões desse apoio, e ele levantou uma questão interessante, que complementa a ideia de que Ferraço preferiu Buaiz porque queria um candidato capaz de governar para todo o estado. Ele sugere que, talvez, houvesse também o medo de lidar com um governador incontrolável e imprevisível:

O Ferraço é um personagem político muito curioso. Não é porque eu gosto dele não, porque eu gosto, fui diretor dele e tudo. A origem política do Ferraço vem do movimento trabalhista do Fernando Ferrari. Mas o Ferraço logo cai nos braços da ARENA, na organização partidária pós-1965. Ele vem do MTR (Movimento Trabalhista Renovador). Ele era um advogado jovem em Cachoeiro, o início da atividade política dele foi ali, no início da ditadura. Só que, como o Ueber muito bem coloca em um livro dele, no Espírito Santo a organização partidária no período da ditadura seguiu muito a organização partidária do período pré-ditadura, onde o PSD se agregou mais na ARENA, e o PTB e certas facções do PSD se agregaram mais ao MDB. O Ferraço não é um cara de centro, ele é de uma centro-direita um pouco mais lúcida. Mas ele é pirracento, quando ele toma raiva de você, ele vai até o final pra acabar com você, quando ele tem força pra isso. O Ricardo Ferraço também não via com bons olhos o Camata. Mas é uma indagação interessante essa, o que levou Theodorico a fazer isso? Receio de um incontrolável? Theodorico não gosta de lidar com pessoas incontroláveis. Ele não gosta, ele controla. Toda a encenação que ele e Enivaldo faziam na Assembleia, quando a gente acompanhava por trás, percebia que era pura encenação. Enivaldo chegava pra ele e falava: “Você é um velho, caduco, não nos representa, não consegue dirigir!”. Ferraço

352 Deputado oferece ajuda. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 14 out. 1994.

353 Ferraço assume apoio a Vitor Buaiz na campanha. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 18 nov. 1994.

respondia: “Ôh minha mula, minha égua, tá dando muito coice hoje? Vou ter que pegar um chicote? Assina essa ata logo que eu tô mandando, vai, que eu tenho que sair daqui!”. Era encenação, eles são muito amigos, mas mostra um pouco como que eles pensavam.³⁵⁴

Além desses dois fatores que ajudaram o Cabo Camata, existe um terceiro, que é mais uma hipótese do que algo efetivamente comprovado: o apoio extraoficial do governador Albuíno Azeredo. Essa é uma questão que levanta inúmeros questionamentos, mas que, se for verdade, certamente pode entrar no rol de elementos que promoveram a candidatura de Dejair rumo ao Palácio Anchieta. Essa hipótese já era cogitada pelos petistas no decorrer dos acontecimentos do pleito de 1994. Quando começaram a aumentar as denúncias de envolvimento da PM nas eleições, sem a tomada de providências para que os incidentes fossem apurados e punidos, Vitor afirmou que “o governador Albuíno está fazendo corpo mole, porque apoia o Cabo Camata”.³⁵⁵ E quando gravou um programa eleitoral que foi ao ar no dia 06 de novembro, Buaiz se excedeu ao falar que “o candidato de Albuíno, dos bicheiros e do crime organizado é o Dejair”, criando uma situação embaraçosa no PDT, que já tinha firmado aliança com o petista – apesar de Albuíno ter se declarado neutro – e quase voltou atrás.³⁵⁶ A esposa de Albuíno, Waldicéia Azeredo, chegou a manifestar publicamente o seu apoio ao Cabo Camata.³⁵⁷

Mas em vez de apenas conjecturarmos a partir de indícios e afirmações soltas, devemos refletir se realmente é pertinente a ideia de que Albuíno Azeredo tenha optado pelo Cabo Camata, em detrimento de Vitor Buaiz. Do ponto de vista do governador Albuíno, considerando que a candidatura de Enivaldo dos Anjos naufragou em agosto, que ele tinha interesse em evitar a chegada de Max Mauro ao segundo turno, que Vitor estava na liderança das pesquisas e Rose aparecia em

354 LIMA, Marcelo Siano. *Personagens políticos e opinião pública nas eleições para governador do estado do Espírito Santo em 1994*. Entrevista concedida a Felipe da Costa Barcellos, Vitória, 05 abr. 2022.

355 Ação de PMs causa guerra eleitoral no Espírito Santo. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, p. 26, 12 nov. 1994.

356 PDT declara apoio oficial a Vitor Buaiz. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 27 out. 1994;
Albuíno fica neutro na sua sucessão. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 27 out. 1994;
Governador ganha direito de resposta em programa. *A Tribuna*, Vitória, p. 07, 08 nov. 1994;
PDT decide hoje se retira apoio a Vitor. *A Tribuna*. Vitória, p. 09, 08 nov. 1994;
PDT critica candidato do PT. *A Tribuna*. Vitória, p. 09, 09 nov. 1994.

357 Camatista. *Revista Vida Vitória*. Vitória, ano IX, n. 125, p. 06, 2ª quinzena, out. 1994.

último lugar, a ideia de apostar no Cabo Camata para se contrapor ao candidato da Frente Unidade Popular Pela Cidadania já parece mais plausível.

Devemos lembrar também quais eram os setores que Albuíno representava e com quem ele se articulava politicamente. Ele era um egresso do meio empresarial, dono de uma empresa de consultoria em transporte ferroviário, que entrou no poder público como Secretário de Planejamento do governador Max Mauro, e depois se lançou como candidato ao governo do estado, contando com uma rede de apoio formada pelos prefeitos do interior – vale lembrar, região em que o PT sempre teve mais dificuldade de adesão. Eleito governador, e percebendo que o apoio municipalista não era suficiente para conduzir o governo e aprovar as suas matérias legislativas, ele vai formar uma coalizão fisiológica na Assembleia Legislativa, conforme já explicamos, composta por figuras como José Carlos Gratz, Marcos Madureira, Valci Ferreira e Fernando Silva – isto é, membros do conselho político que deu suporte a Dejour no segundo turno. Portanto, levando em consideração todo esse retrospecto de Albuíno, o lugar social de onde ele provinha, quais atores políticos se articulavam com ele, os grupos de interesse que ele representava, não é de se admirar que ele tenha, de fato, ficado ao lado do Cabo Camata contra Vitor Buaiz. João Gualberto Vasconcellos endossa essa perspectiva:

Albuíno era um homem ligado às forças tradicionais do Espírito Santo. Tanto que, na gestão dele, houve uma banalização muito grande de um instrumento chamado FUNDAP (Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias), que teve operadores no mercado privado. Albuíno era um homem ligado a uma política muito tradicional, uma política de favorecimentos a empresários, e ele queria que seus interesses fossem expressos pelo Cabo Camata no segundo turno. Ele nitidamente apoiou o Cabo Camata. Ele não oficializou, mas a estrutura política de Albuíno, os deputados que ele controlava, as forças políticas, as contribuições de campanha, foram todas pro Cabo Camata. Não é coincidência que, quando o Cabo Camata virou prefeito de Cariacica, Albuíno foi seu Secretário de Planejamento.³⁵⁸

Diante desse quadro, tendo em vista o conjunto de forças políticas que esteve por trás de Vitor Buaiz e Cabo Camata em 1994, a disputa permaneceu equilibrada até o fim, gerando uma polarização expressiva na sociedade. Houve manifestações de apoio, na sociedade civil, para os dois candidatos. Vitor recebeu declarações

³⁵⁸ VASCONCELLOS, João Gualberto. *Personagens políticos e opinião pública nas eleições para governador do estado do Espírito Santo em 1994*. Entrevista concedida a Felipe da Costa Barcellos, Vitória, 12 jul. 2022.

favoráveis do presidente da Associação Médica do Espírito Santo, da Associação dos Magistrados do Espírito Santo, do Comitê Suprapartidário de Educadores do Espírito Santo, de profissionais da agricultura e do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo (CREA-ES).³⁵⁹ Porém, o que mais chamou atenção foi a manifestação de apoio da Igreja Católica, encabeçada pela figura do arcebispo de Vitória, Dom Silvestre Scandian, seguido pelos bispos das dioceses do estado:

As posições defendidas por um dos candidatos, de desprezo aos princípios éticos e desrespeito aos direitos humanos, tais como a prática de extermínio, apoio a chacinas, execução de criminosos e menosprezo à Constituição, estão em total desacordo com os princípios humanitários e a vida cristã, que defendem os valores éticos e, sobretudo, o direito à vida. É evidente que a Igreja não defende o crime, nem a impunidade; mas não pode aceitar que se queira “fazer justiça” à revelia da lei humana e dos Mandamentos de Deus. O voto é livre. Mas a consciência cristã, para agir livremente, deve guiar-se pela luz da Palavra de Deus, pelo respeito ao bem comum e pelos critérios da verdade, justiça e amor. O bem do Estado exige a contribuição de cada cidadão, através do voto responsável e consciente. Deus ilumine o nosso povo e abençoe o nosso estado.³⁶⁰

Alguns segmentos evangélicos apoiaram Buaiz. Dentre eles, luteranos, metodistas e presbiterianos.³⁶¹ Vale mencionar o caso do reverendo Jaime Wright, da Igreja Presbiteriana, que recebeu ameaças de morte após declarar apoio a Vitor, fazendo com que a Federação Internacional das Igrejas Luteranas e o Conselho Mundial de Igrejas contatassem Albuíno para pedir providências.³⁶² Houve também uma manifestação do Fórum Evangélico Pró-Vitor Buaiz, composto por pastores como Isack Samora, Joaquim Beato e Magno Malta, dentre outros.³⁶³

Do lado de Dejour Camata, ocorreram menos manifestações nesse sentido. Houve, por exemplo, um informe do ex-deputado estadual Jorge Daher, condenando o posicionamento dos representantes da igreja católica e defendendo Camata, pois “queremos mesmo é o Camata gurugumbando os ladrões de colarinho, pondo na

359 Presidente da Ames é favorável ao petista. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 19 out. 1994;
Magistrados anunciam apoio a Vitor Buaiz. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 26 out. 1994;
Informe: Por uma educação de qualidade. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 08 nov. 1994;
Informe: Carta aberta aos Profissionais da Agricultura. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 10 nov. 1994;
Informe: Eleições 1994: Entre a democracia e o retrocesso. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 12 nov. 1994.

360 Informe: A Igreja e as eleições. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 23 out. 1994.

361 Informe: Eleições 94 (2º turno) – Para ler e refletir. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 06 nov. 1994.

362 Ameaça a religioso gera repercussão internacional. *A Tribuna*. Vitória, p. 09 nov. 1994.

363 Informe: Manifesto contra a violência e pela vida. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 11 nov. 1994.

cadeia os corruptos, acabando com a insegurança, banindo do nosso estado os marginais, com pulso firme”.³⁶⁴ Alguns prefeitos também publicizaram apoio a Camata, em um informe coletivo assinado por Daniel Vantil (Presidente Kennedy), Benedito Silvestre Teixeira (Mimoso do Sul), Aloisio Santos (Cariacica), Leonor Lube (Viana), Alfredo Mayer (Domingos Martins) e Gilson Amaro de Salles (Santa Teresa), dentre outros.³⁶⁵ José Carlos Gratz publicou, em seu nome, na capa do jornal *A Tribuna*, um depoimento favorável a Camata e contrário àqueles que, “travestidos de cordeiros, utilizam a imprensa e a própria Igreja em prol de interesses escusos e politiquieiros”.³⁶⁶ Mas assim como ocorreu no caso de Vitor, o que mais deu repercussão foi a manifestação de grupos religiosos. Lideranças evangélicas pentecostais publicaram um abaixo-assinado, encabeçado pelo deputado estadual Jair de Oliveira, presidente da Igreja Cristo Verdade que Liberta, sinalizando o seu compromisso com o Cabo Camata. Abaixo, seguem os motivos que eles elencaram para apoiá-lo:

a) Ele não representa uma ameaça à vida, como alguns procuram fazer crer. Muito pelo contrário, ele prega a valorização da vida, ao prometer um governo forte e atuante, principalmente contra os assassinos, latrocidias, estupradores, assaltantes e todos aqueles que, em nosso dia a dia, representam a verdadeira ameaça à vida e à tranquilidade do cidadão comum; b) Suas propostas de governo são voltadas, principalmente, para o povo mais sofrido e carente de nosso estado, e aquelas referentes à educação e saúde coadunam-se com os princípios defendidos pelo Deputado Jair de Oliveira e praticados pelas Igrejas Evangélicas ao longo dos anos; c) Não identificaram em suas propostas nenhuma ameaça à vida, ao povo e ao futuro do estado do Espírito Santo.³⁶⁷

Segmentos da mídia começaram a se manifestar também. Porém, nesse caso, eram posicionamentos favoráveis apenas ao candidato do PT. Havia, entre eles, o medo de que a vitória de Camata pudesse comprometer não somente a ordem social, mas também a liberdade de expressão e de imprensa no Espírito Santo.³⁶⁸ Isso fez o Cabo Camata proferir ataques contra a mídia, contra a classe jornalística, taxando-as de vendidas, tendenciosas e reforçando o seu plano de fechar a Secretaria de Comunicação. Vale mencionar um editorial publicado pelo jornal carioca *O Globo*,

364 Informe: A igreja nas eleições. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 29 out. 1994.

365 Informe: Moção de apoio ao deputado Camata para governador. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 10 nov. 1994.

366 Informe: Em nome da verdade. *A Tribuna*. Vitória, p. 01, 13 nov. 1994.

367 Informe: Deputado Jair de Oliveira esclarece aos evangélicos e ao povo em geral. *A Tribuna*. Vitória, p. 02, 04 nov. 1994.

368 REIS, 1994.

cinco dias antes da votação do segundo turno, alertando para os perigos de uma eventual vitória do Cabo Camata:

No Espírito Santo, o eleitor não escolherá, no próximo dia 15, entre dois programas administrativos ou duas visões democráticas do exercício do poder. Por um desses acidentes que a vida pública conhece, mas não explica, tem possibilidades de sair vitorioso o ex-cabo Dejour Camata. É um candidato inaceitável. Não por algo de que o acusam, mas por tudo que ele próprio se vangloria de ter feito e pelo que se propõe a fazer se eleito. Camata é um torturador confesso de presos, que insinua até ter matado. E ameaça inaugurar, no Governo, o regime do açoite. Nessas circunstâncias, o apoio ao candidato do PT, Vitor Buaiz – independentemente de seus méritos próprios, revelados em administração exemplar na Prefeitura de Vitória – é tanto uma decisão política como uma opção pela civilização.³⁶⁹

Nas ruas, à medida que foi se aproximando a reta final do segundo turno, o clima de tensão e de rivalidade entre os apoiadores de Vitor Buaiz e Cabo Camata se intensificou. Um dos pontos mais frequentados por eles era a Praça Costa Pereira, localizada no centro de Vitória. Lá, era possível ver dezenas de cabos eleitorais de Buaiz e de Camata distribuindo material de campanha, ostentando bandeiras, circulando com carro de som e conversando com os transeuntes sobre os seus candidatos.³⁷⁰ “Senti um clima de hostilidade, com um número grande de cabos eleitorais remunerados ameaçando as pessoas que fazem campanha para Vitor”, disse Lúcio Faller, que panfletava para Buaiz no dia 03 de novembro, na Praça Costa Pereira.³⁷¹ No mesmo dia, o coordenador de um dos grupos de cabos eleitorais pró-Camata que atuavam na Vila Rubim, Paulo Dias, afirmou: “tinha um pessoal do Vitor aí, mas eles foram embora, eles não aguentam conosco”.³⁷²

Conforme foi chegando o dia 15 de novembro, o que começou como uma hostilidade latente se transformou em conflito aberto. Faltando quatro dias para a votação, a Praça Costa Pereira foi palco de um grande confronto entre apoiadores de Buaiz e de Camata, cerca de 200 pessoas, que trocaram socos, pontapés e agressões verbais.³⁷³ Houve prisões, apreensão de material fotográfico e pedidos de ajuda à Polícia Militar que, em vez de apaziguar os ânimos, parecia mais interessada em

369 Editorial: Escolha no Espírito Santo. *O Globo*. Rio de Janeiro, p. 01, 10 nov. 1994.

370 Cabos eleitorais disputam as ruas. *A Tribuna*. Vitória, p. 07, 04 nov. 1994.

371 Ibid.

372 Ibid.

373 Campanha pega fogo. *A Tribuna*. Vitória, p. 01, 12 nov. 1994.

apoiar um dos lados em disputa.³⁷⁴ Diante disso, foi preciso colocar nas ruas os agentes da Polícia Federal, para coibir os excessos dos militantes e restabelecer a ordem nos espaços públicos da cidade.

Ainda temendo pela idoneidade do processo eleitoral, e preocupada com a possibilidade de um confronto mais grave no dia da decisão, a Frente Unidade Popular Pela Cidadania encaminhou outro pedido de intervenção federal no Espírito Santo, dessa vez recorrendo ao Tribunal Superior Eleitoral, para garantir a segurança dos eleitores nos postos de votação.³⁷⁵ O pedido foi parcialmente atendido. Estabeleceu-se um acordo de que as tropas ficariam de prontidão, em vez de se colocarem ostensivamente nas ruas, e aguardariam as ordens para intervir onde fosse necessário.³⁷⁶ Não foi preciso, as expectativas de que o dia da votação seria tumultuado e repleto de ocorrências não se concretizaram. Os capixabas foram às urnas novamente, no dia 15 de novembro de 1994, para decidir quem seria o novo governador do estado do Espírito Santo. Representantes de entidades nacionais ligadas aos direitos humanos vieram ao estado para atuarem como observadores na eleição.³⁷⁷ De modo geral, a votação foi tranquila, sem tumultos ou grandes dificuldades.

Vitor Buaiz obteve 55,48% dos votos válidos, e Dejair Camata 44,52%.³⁷⁸ Confirmada a sua derrota para Buaiz, por uma diferença percentual de aproximadamente 5,5%, o Cabo Camata alegou que houve jogo sujo: “A avaliação que tenho a fazer é de que fiz uma campanha limpa, mas que a imprensa local, a CUT e o PT jogaram sujo”.³⁷⁹ Quanto a Vitor Buaiz, falando à imprensa já como governador eleito, ele afirmou que, em seu mandato, o estado contaria com o apoio integral do governo federal, e que a sua vitória era “também uma vitória da democracia brasileira, da liberdade, da construção da cidadania e da vida”.³⁸⁰

374 Reta final faz o clima pegar fogo na cidade. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 12 nov. 1994.

375 Pedida intervenção ao TSE. *A Tribuna*. Vitória, p. 03, 12 nov. 1994.

376 REIS, 1994.

377 Observadores acompanham votação no estado. *A Tribuna*. Vitória, p. 09, 15 nov. 1994.

378 Fonte: TRE-ES

379 Cabo Camata reclama de “jogo sujo”. *A Tribuna*. Vitória, p. 07, 16 nov. 1994.

380 Eleito, Vitor Buaiz agora quer comemorar. *A Tribuna*. Vitória, p. 05, 16 nov. 1994.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia desta pesquisa me ocorreu pela primeira vez no final de 2018, depois do resultado do segundo turno entre Fernando Haddad e Jair Bolsonaro. Na época, eu estava ainda bastante perplexo com o resultado da eleição, pois acreditava na vitória do Haddad e pensava que ele venceria a disputa, ainda que por uma minúscula vantagem percentual. Entretanto, não foi o que aconteceu. Bolsonaro foi eleito, com 55,13% dos votos válidos contra 44,87% de Haddad, para surpresa de muita gente. Diante desse cenário, comecei a me questionar de que maneira figuras como Jair Bolsonaro começam a corrida eleitoral como candidatos desacreditados e em pouco tempo adquirem uma ascensão meteórica, se transformando em fenômenos eleitorais, com grandes chances de vitória.

O tema me chamou atenção porque, em 2018, a impressão que se tinha era que a eleição de Bolsonaro não representava um fato isolado, mas sim um fenômeno de escala mundial. Vários países estavam passando por uma inflexão política à extrema direita, como, por exemplo, os Estados Unidos (Trump), Reino Unido (Johnson), Itália (Salvini), França (Le Pen), Hungria (Orban), Ucrânia (Zelensky) e Filipinas (Duterte), processo ancorado no uso sistemático das mídias sociais, de algoritmos computacionais e de *fake news*. Mas em vez de me enveredar pelos estudos desses fenômenos, o que muita gente qualificada já estava fazendo, eu decidi pesquisar algo mais voltado para a nossa realidade local, e que fosse um tema ainda pouco explorado. Nessa busca por respostas, eu constatei que o Espírito Santo teve a sua própria “versão” de Bolsonaro no polêmico e já falecido Cabo Camata, uma figura folclórica da política capixaba nos anos 1990. O recorte escolhido foram as eleições para governador do estado do Espírito Santo em 1994, nas quais o Cabo Camata foi um dos grandes protagonistas, tendo disputado em pé de igualdade com o petista Vitor Buaiz.

De fato, as comparações entre Dejour Camata e Jair Bolsonaro são inevitáveis. Eles possuem muitos atributos em comum. A começar, ambos vieram do meio militar –

Camata da Polícia, Bolsonaro do Exército – e deram os primeiros passos na vida pública atuando como porta-vozes de suas categorias.

Dejair obteve a sua primeira projeção em 1987, quando foi presidente da Associação de Cabos e Soldados e liderou um movimento que reivindicava melhorias nos salários e nas condições de trabalho dos PMs. Em 1986, Bolsonaro ganhou visibilidade ao publicar um artigo na revista *Veja*, expondo a insatisfação dos militares com os baixos salários da categoria e atribuindo a evasão dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras à falta de remuneração adequada. Esses episódios serviram para que Camata e Bolsonaro ganhassem o apoio e a simpatia dos seus pares, mas desagradou o alto-comando da Polícia e do Exército, instituições marcadas por relações de disciplina e hierarquia. Ambos sofreram represálias. Dejair foi afastado para tratamento médico e, em seguida, expulso da PM, enquanto Jair foi enviado para a reserva e se aposentou como capitão.

Excluídos da vida militar, mas estimados pelos colegas do pequeno e médio escalão, Camata e Bolsonaro conseguiram entrar na política por meio dos votos de seus companheiros de farda. O primeiro se elegeu deputado estadual pelo PSDB, em 1990, e o segundo foi eleito vereador pelo PDC, em 1988, mas dois anos depois foi alçado a deputado federal pelo mesmo partido. Fizeram mandatos altamente corporativistas, voltados para a defesa dos interesses das suas bases de apoio, e tiveram no tema da segurança pública a sua principal linha de comunicação com o restante da sociedade. Pregando punições mais severas para crimes hediondos e o combate à violência com mãos de ferro, dando carta branca para o policial agir, começaram a chamar a atenção do cidadão médio, aquele que lida cotidianamente com a violência urbana, que já foi assaltado várias vezes e não aguenta mais ver notícias de sequestros, assassinatos de inocentes e casos de impunidade devido a supostas “brechas” na legislação penal.

Por fugirem da abordagem convencional sobre a segurança pública, tachada de ineficaz e “protetora” da bandidagem, inicialmente são vistos como se estivessem pregando no deserto, sem condições reais de colocar suas propostas em prática.

Contudo, na medida em que a sua mensagem ecoa, baseada no questionamento da universalidade dos direitos humanos e no uso de violência saneadora para promover uma “limpeza” na sociedade, passam a ser admirados como corajosos e visionários.

Outro ponto em que Cabo Camata e Jair Bolsonaro assemelham-se é no discurso antipetista, com o uso de estereótipos que associam o Partido dos Trabalhadores ao grevismo, à desordem, à balbúrdia e ao sindicalismo caricato. Em paralelo a isso, há a estigmatização do campo progressista e o repúdio aos militantes de esquerda – vistos como tolos que continuam apegados a uma ideologia que já se mostrou “fracassada” desde o fim da Guerra Fria, e produziu regimes ditatoriais que podem ressurgir nos lugares em que a esquerda chegar ao poder. São também contrários à CUT, considerada o “bicho papão” da sociedade, bem como à reforma agrária, propagando a ideia de que o MST quer se apropriar das terras de todas as pessoas.

Se compararmos a candidatura do Cabo Camata, em 1994, e a de Jair Bolsonaro, em 2018, uma característica que também é comum aos dois é o fato de se colocarem como candidatos antissistema, muito embora possuam vínculos com a velha política estabelecida. No caso de Bolsonaro, a constatação dessa mentira é mais nítida, pois um indivíduo que ocupa o cargo de deputado federal por sete mandatos seguidos, totalizando vinte e oito anos, que esteve na Câmara dos Deputados durante as presidências de Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, certamente não pode ser tratado como um político fora do sistema. Entretanto, quando observamos a situação de Dejair, que se lançou como candidato a governador tendo apenas quatro anos de deputado estadual, o seu viés pró-sistema se manifesta muito mais pelas alianças que ele fez ao longo desse quadriênio, do que por “tempo de casa” na Assembleia Legislativa. Cabo Camata se aliou à coalizão fisiológica de Albuíno, pois o próprio ímpeto que ele tinha de exercer um mandato corporativista o induzia a buscar acordos e a não fazer oposição sistemática ao governador, para conseguir benefícios à sua categoria, em troca de colaborar para a governabilidade do poder executivo. Todavia, publicamente, a imagem propagada por Bolsonaro e Camata é a de candidatos aversos ao sistema, nadando contra a corrente, desprovidos de

recursos e de aliados poderosos, contando apenas com a solidariedade da população, e nada mais.

Outro elemento que aproxima Cabo Camata e Jair Bolsonaro é o fato de que ambos representam candidaturas que dialogam com o senso comum, com os modos de agir e pensar da população mais simples. Isso é perceptível no uso de vocabulário simples ao se comunicar, sem termos técnicos ou ideias mais elaboradas, nas propostas rasas para os desafios da sociedade, evocando o bom e velho “pessoa certa no lugar certo” como solução para questões estruturais, e pelo esforço por se apresentarem como gente do povo, de origem modesta e sem *pedigree*. Soma-se a isso o fato de que ambos flertam com um certo conservadorismo popular, que se manifesta, dentre outras formas, na aversão a movimentos sociais, no discurso punitivista e na defesa de medidas autoritárias para sanar os problemas que afligem os cidadãos. Dessa forma, se busca o sentimento de identificação com as massas, colocando-se como o seu semelhante e verdadeiro emissário no jogo de interesses que constitui a política.

É importante ressaltar também que esses personagens políticos se alimentam da desilusão da sociedade com o poder estabelecido e a democracia liberal. Representando a candidatura antissistema, com propostas fora do convencional e soluções radicais para dificuldades crônicas, eles personificam o desejo de mudança do eleitorado, mas uma mudança que, muitas vezes, para ser colocada em prática, requer o atropelo dos freios institucionais e do equilíbrio entre os três poderes. São o alvo preferido do voto de protesto, daqueles que votam em candidatos considerados excêntricos como forma de expressar a sua insatisfação com o sistema político vigente. Nesse sentido, Dejour Camata e Jair Bolsonaro conseguem canalizar a indignação da sociedade contra o *status quo*, mas, para dar vazão a esse ímpeto de ruptura, há sempre o risco de que as suas políticas possam se traduzir em uma afronta ao estado de direito e às instituições democráticas.

O último aspecto que eu gostaria de enfatizar, e que constitui um ponto de ligação entre Dejour Camata e Jair Bolsonaro, é o fato de que ambos se lançaram na disputa

pelo poder executivo em uma conjuntura na qual a direita hegemônica estava dividida, e demorou a emplacar uma candidatura unificada.

Conforme explicamos, a desistência de Gerson Camata de concorrer ao governo estadual em 1994 deixou as forças conservadoras do Espírito Santo, inicialmente, sem representante, e revelou que o PMDB não tinha um plano B naquela eleição. Albuíno Azeredo lançou Enivaldo dos Anjos como o seu sucessor, mas a iniciativa não surtiu o efeito esperado e ele acabou se retirando da disputa. Rose de Freitas não conseguiu formar coligações, e, mesmo no PSDB, não era uma unanimidade. Vitor Buaiz e Max Mauro, naquele contexto, eram considerados nomes à esquerda no cenário político capixaba. Diante disso, com o passar dos meses, foi ficando evidente que a única alternativa viável para as forças conservadoras do Espírito Santo, em 1994, era apoiar o Cabo Camata contra Vitor Buaiz. E, de fato, elas migraram para a campanha dele na reta final da eleição, levando-o ao segundo turno, com chances reais de vitória.

No caso de Jair Bolsonaro, em 2018, ocorreu um processo parecido. O PSDB que, nas últimas seis eleições (1994-2014), polarizara a disputa presidencial com o PT, havia perdido o protagonismo exercido por duas décadas e se viu desgastado por escândalos de corrupção e divisões internas. Com muita dificuldade, os tucanos lançaram Geraldo Alckmin na corrida presidencial, mas o clima político da época, marcado pelo lavajatismo, pelas políticas de austeridade e pelo fortalecimento da pauta dos costumes, abriu margem para o surgimento de outras alternativas de direita. Dentre elas, Álvaro Dias, Henrique Meirelles, João Amoedo, Cabo Daciolo e Jair Bolsonaro. Na medida em que o cenário eleitoral foi se delineando, com a prisão do ex-presidente Lula, que de início liderava as pesquisas eleitorais e foi substituído por Fernando Haddad, bem como com o advento da candidatura do deputado Jair Bolsonaro, considerado um fenômeno da internet, mas ainda pouco cotado como o representante mor da direita nas eleições de 2018, as forças conservadoras e liberais, que até então estavam divididas entre vários candidatos, optaram por Bolsonaro e contribuíram para a sua eleição no segundo turno, vencendo Haddad com 55,13% dos votos.

Portanto, Dejalir Camata e Jair Bolsonaro foram candidatos de direita inicialmente secundários no processo eleitoral, mas que cresceram exponencialmente por força das circunstâncias políticas e sociais que estavam postas em 1994 e em 2018. Esse ponto de semelhança entre os dois é crucial para que a gente não se esqueça de que o sucesso de uma candidatura eleitoral, sobretudo para cargos do executivo, requer a capacidade de compreender o momento pelo qual o estado/país está passando, identificar os temas relevantes da opinião pública e costurar alianças sólidas com as forças políticas e sociais que possam agregar à campanha. Feito isso, entra em ação o personagem político, aquele que vai desempenhar um papel perante o eleitorado e representar o conjunto de interesses subjacentes a uma candidatura.

Esses são os fatores que eu considero essenciais para comparar Dejalir Camata e Jair Bolsonaro, cada um em seu contexto histórico e com as devidas proporções de suas candidaturas. Outros elementos em comum aos dois podem ser mencionados, ainda que de forma breve. Dentre os quais, a hostilidade com a mídia, como se os meios de comunicação estivessem sempre de complô contra eles; a questão da corrupção, atribuída a um grupo político específico e não a problemas estruturais presentes nas esferas de poder; e a idealização da classe militar, vista como um antro de virtude e de devoção ao bem comum. Essas e as demais características que eu mencionei nos permitem, de certa forma, presumir que as eleições para governador do Espírito Santo, em 1994, foram um “laboratório” do cenário da eleição presidencial de 2018.

Apesar da minha curiosidade inicial ter partido das eleições presidenciais de 2018, conforme eu já mencionei, ao longo do mestrado o meu interesse de pesquisa se deslocou para o estudo do Espírito Santo pelo Espírito Santo. Isso quer dizer que, embora eu tenha começado a minha jornada acadêmica pensando principalmente no âmbito político nacional, gradativamente isso foi se tornando um ponto secundário do meu olhar de pesquisador, e eu fui percebendo um campo rico de estudo no cenário capixaba dos anos 1990. Por isso que eu não tratei explicitamente de Bolsonaro nas minhas análises, embora o leitor, muito provavelmente, tenha

percebido vários aspectos em comum entre ele e Cabo Camata ao longo do texto – alguns dos quais eu elenquei acima, apenas para não soar como uma omissão, uma negligência de minha parte. Em vez de construir a dissertação a partir desse paralelo entre 1994 e 2018, eu procurei desenvolver um trabalho que fosse efetivamente voltado para a história recente do Espírito Santo. A tarefa se faz necessária na medida em que se trata de uma área de estudo ainda pouco explorada do ponto de vista histórico, e também porque suscita reflexões que contribuem para um maior entendimento da realidade capixaba, a partir de suas próprias características, contingências e singularidades. Isso implica em desdobramentos que nos atravessam, que nos impactam, até hoje.

Enquanto escrevo o encerramento deste trabalho, estamos no segundo turno das eleições de 2022. Lula (PT) e Bolsonaro (PL) concorrem à presidência da República. E após 28 anos sem segundo turno na disputa pelo governo do estado do Espírito Santo, estamos novamente numa situação em que nenhum candidato a governador obteve a maioria (50% + 1) dos votos válidos de primeira. A última vez que isso aconteceu foi justamente em 1994, com Vitor Buaiz e Cabo Camata. Hoje, o segundo turno ocorre entre Carlos Manato (PL), candidato bolsonarista ao governo do ES, e o atual governador Renato Casagrande (PSB) – aliás, ele vive esta situação pela segunda vez, já que em 1994 ele era o vice na chapa de Buaiz.

Naturalmente, o Espírito Santo de hoje não é o mesmo de 1994. Do ponto de vista do poder, em específico, novos fatores entraram em cena no jogo de forças da política capixaba. Por exemplo, a influência do bolsonarismo nas eleições estaduais, o uso das mídias sociais como ferramenta de comunicação política, e o peso do voto evangélico, dentre outros. Ainda assim, a impressão que se tem é que houve também permanências no panorama político local. Podemos citar o antipetismo, expresso pela rejeição ao PT e aos seus aliados locais, bem como a ênfase na pauta da segurança pública, manifesta por meio da denúncia de uma suposta ineficácia do poder público em promover segurança, e de um discurso punitivista de combate à criminalidade. São elementos que remontam ao passado recente de

nosso estado. Sendo assim, lançar luz sobre eles pode ajudar a elucidar questões que ainda estão presentes nos dias atuais.

Com esta dissertação, gostaria de contribuir, ainda que modestamente, para uma maior compreensão do cenário político-social capixaba nos anos 1990. Foi um período marcado, dentre outras coisas, pela fragmentação político-partidária, altos índices de violência, falência do poder público, evolução das atividades ligadas ao crime organizado e adesão gradual ao ideário neoliberal, em termos de políticas públicas locais. Há de se ressaltar também que, a partir do governo de Albuíno Azeredo, estabeleceu-se uma dinâmica de relações entre governadores e Assembleia Legislativa que se tornou um paradigma, no qual os governadores ficaram altamente dependentes de grupos parlamentares que eram ligados a interesses empresariais do setor de exportação. Esses deputados pleiteavam cargos, benesses e incentivos fiscais de toda natureza e, em troca, cooperavam com o governador na aprovação de suas matérias legislativas. Caso o governador se recusasse a ceder para tais grupos, ele se via de mãos atadas, sem condições objetivas de governar. Albuíno Azeredo (1990-1994), Vitor Buaiz (1995-1998) e José Ignácio (1999-2002) sentiram na pele esse dilema. A partir do mandato de Paulo Hartung (2003-2006), houve uma redução da influência desses grupos parlamentares em relação ao governador, mas os seus aliados do setor empresarial, sobretudo os “fundapianos”, continuaram (e continuam) sendo uma força política relevante no Espírito Santo.

Através desta pesquisa, gostaria, também, de esclarecer por que candidaturas como a de Dejair Camata caem no gosto do eleitorado. Para tanto, é preciso ter em mente que o voto do eleitor possui uma racionalidade, uma lógica que guia o seu processo decisório. Essa lógica é baseada nos interesses que movem o cidadão e nos problemas que ele considera mais graves para o próximo governante solucionar. Os candidatos que tiverem um perfil alinhado com o que o eleitor prioriza, e conseguirem dialogar com os temas mais quentes da opinião pública, possuem maiores condições de êxito em uma disputa eleitoral. Mas, além disso – não podemos esquecer – é preciso considerar também os fatores pessoais (capacidade

de comunicação, carisma e trajetória de vida) e circunstanciais (alianças políticas, recursos financeiros e apoio na sociedade) do candidato, pois eles possuem um papel crucial. Perceber como tais elementos se articulam nos permite compreender de que maneira candidaturas inicialmente marginais conseguem surpreender e se transformar em fenômenos eleitorais.

Por fim, gostaria de enfatizar que nenhuma disputa eleitoral está previamente ganha, as escolhas dos atores políticos e o posicionamento das forças sociais contam muito para o resultado das urnas. Foi assim que aconteceu com Vitor Buaiz, no ano de 1994, a partir do momento em que ele chegou ao segundo turno da eleição e contou com o apoio de uma frente ampla em prol da sua candidatura, evitando a vitória de alguém que era considerado por muitos uma ameaça à vida e à ordem democrática. Que nós possamos ter esse mesmo senso de responsabilidade ao fazermos as nossas escolhas políticas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. A mídia na transição democrática brasileira. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 48, p. 53-65, 2005.

ALMEIDA, Alberto Carlos. *A cabeça do eleitor: estratégia de campanha, pesquisa e vitória eleitoral*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

ALMEIDA, Jorge. *Como vota o brasileiro: perfil ideológico e evolução do voto nas pesquisas de opinião de 1994*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. *Marketing político, hegemonia e contra-hegemonia*. Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

AVRITZER, Leonardo. *O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018*. *Novos estudos CEBRAP*, v. 37, n. 2, p. 273-289, 2018.

BARROS FILHO, Eduardo Armando de. A TV na América Latina: Formação e Desenvolvimento da Televisão no Brasil e no México. In: *Anais Eletrônicos do IV Congresso Internacional de História: Cultura, sociedade e poder*. Jataí-GO: Universidade Federal de Goiás, 2014, p. 1-9.

BECHARA, Gabriela Natacha; RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Ditadura militar, atos institucionais e Poder Judiciário. *Justiça do Direito*, Passo Fundo, v. 29, n. 3, p. 587-605, 2015.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília. UnB, 1998.

BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. *Opinião pública*, v. 11, p. 147-168, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1992.

_____. A opinião pública não existe. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente. *Atas de comissões*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1987.

_____. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Diário da Câmara dos Deputados*, Brasília, ano 42-43, 1987-1988.

BUCCI, Eugênio; HAMBURGER, Esther (Org.). *A TV aos 50 anos. Criticando a Televisão Brasileira no seu Cinquentenário*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CARREIRÃO, Yan de Souza. *A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. *Revista Brasileira de Ciência Política*, p. 255-295, 2014.

CARVALHO, Alessandra. “*Democracia e desenvolvimento*” versus “*Segurança e desenvolvimento*”: as eleições de 1974 e a construção de uma ação oposicionista pelo MDB na década de 1970. *Varia Historia*, 2012, v. 28, n. 48, p. 555-572.

CARVALHO, Aloysio Henrique Castelo de. *Imprensa e opinião pública no Brasil: uma retrospectiva histórica*. In: Lima, Venício A. de; Guimarães, Juarez; Amorim, Ana Paola. (Org.). *Em defesa de uma opinião pública democrática: conceitos, entraves e desafios*. 1ed. São Paulo: Paulus, 2014, v. 1, p. 89-131.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, v. 40, n. 2, 1997.

CASSUNDÉ, Ronaldo. *A vitória de Albuíno: campanhas modernizadas no Brasil e no Espírito Santo*. 2008. 200 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

CASTRO NETTO, David Antonio. Propaganda e sociedade: o caso das Diretas Já! e a campanha eleitoral de Tancredo Neves. *Domínios da Imagem*, v. 14, p. 84-112, 2020.

CERVELLINI, Sílvia; FIGUEIREDO, Rubens. Contribuições para o conceito de opinião pública. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 3, n. 3, p. 112-119, 1995.

CERVI, Emerson Urizzi. *Opinião pública e comportamento político*. Curitiba: InterSaberes, 2012.

COSTA, Leticia Viana. *Parâmetros políticos das prioridades na educação pública municipal, no governo da cidade de Vitória (1989-1992)*. 2006. 234 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: EDUSP, 1999.

ESPÍRITO SANTO. Assembléia legislativa do Espírito Santo. *Anais*. 1991-1993.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.

FERREIRA, Denise Paiva; BATISTA, Carlos Marcos; STABILE, Max. A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006. *Opinião Pública*, v. 14, p. 432-453, 2008.

FERREIRA, Fernanda Vasques. Raízes históricas do conceito de opinião pública em comunicação. *Revista em Debate*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 50-68, 2015.

FERREIRA, Jorge. *A democracia no Brasil: (1945-1964)*. São Paulo: Atual, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Vozes da oposição: ditadura e transição política no Brasil*. In: Seminário 40 anos do golpe: Ditadura militar e resistência no Brasil. Anais do seminário. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 183-191.

FIGUEIREDO, Marcus. *A decisão do voto: democracia e racionalidade*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2008.

FIGUEIREDO, Ney Lima. *Jogando para ganhar: marketing político: verdade e mito*. São Paulo: Geração Editorial, 1994.

GASPARI, Elio. *A ditadura acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. Pia Sociedade de São Paulo-Editora Paulus, 2014.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. 1. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 2014.

HAUSSEN, Doris Fagundes. *Rádio e política: tempos de Vargas e Perón*. 1992.

JAMBEIRO, Othon. *A TV no Brasil do Século XX*. Salvador: Edufba, 2001.

JORNAL A GAZETA. Vitória, Espírito Santo, 1985-1994.

JORNAL A TRIBUNA. Vitória, Espírito Santo, 1994.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEMOS, Amarildo Mendes. *Agora é Max: A trajetória política de Max de Freitas Mauro (1970-1990)*. 2014. 311f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

LIMA, Marcelo Siano. *O Presidencialismo de Coalizão: a Experiência no Estado do Espírito Santo Entre os Anos de 1991 a 1994*. 2011. 214f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

LIMA, Venício Artur de. Revisitando sete teses sobre mídia e política no Brasil. *Comunicação & Sociedade*, v. 30, n. 51, p. 13-33, 2009.

LIPPMANN, Walter. *Opinião Pública*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

LOIOLA, Gelson. *Dejair Camata: Cabo Camata*. Dados biográficos. Vitória: Acervo pessoal, 2021.

MACEDO, Maria Helena de Almeida. *Poder e comunicação: a emergência do marketing na política capixaba da década de 1980*. 2007. 190 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

MANHANELLI, Carlos Augusto. *Estratégias eleitorais: marketing político*. São Paulo: Summus, 1988.

MARTIN, Margô Devos. *A trajetória de uma geração política no Espírito Santo: da universidade ao poder: 1982 a 1992*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2005.

MATEUS, Samuel. A Estrela (De) Cadente: uma breve história da opinião pública. *Estudos em Comunicação*, n. 4, p. 59-80, 2008.

MELO, Carlos Ranulfo. Por que chegamos a tanto e que importância isso tem? Considerações sobre a fragmentação partidária no Brasil. In: PERLIN, Giovana; SANTOS, Manoel Leonardo (Org.). *Presidencialismo de coalizão em movimento*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

OLIVEIRA, Josemar Machado de; OLIVEIRA, Ueber José de. Opinião pública na Europa e no Brasil: das origens da expressão à materialização tardia. *Dimensões*, n. 44, p. 10-43, 2020.

OLIVEIRA, Ueber José de. *Desempenho político-eleitoral das principais agremiações partidárias, no Espírito Santo, entre 1892 e 2002*. 2008. 326 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

_____. Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar: um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964-1982). 2013. 335 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas.

_____. O processo eleitoral de 1994, no Espírito Santo: o cenário de representação da política e o fenômeno Cabo Camata (PSD) versus Vitor Buaiz (PT). *Ágora*. Vitória, n. 11, 2010.

OLIVEIRA, Ueber José de; PEREIRA, Valter Pires. Eleições no Espírito Santo: da hegemonia do PMDB à fragmentação partidária (1982/1992). *Revista Ágora*. Vitória, n. 7, 2008, p. 1-31.

PINTO, Carolina Júlia. *Historia do Partido dos Trabalhadores na Grande Vitória 1975-2000*. In: Encontro De Pesquisadores De Historia Anpuh-Es, Vitória, 2003. v. 1. p. 1-13.

PINTO, Roselaine Carlos. *Conselho Popular de Vitória – Formação e trajetória de um movimento (1986-2004)*. 2007. 94 f. Dissertação (mestrado em Política Social). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

QUEIROZ, Adolpho (Org.). *Na arena do marketing político: ideologia e propaganda nas campanhas presidenciais brasileiras*. São Paulo: Summus, 2006.

REIS, Jonas. *Em nome do Espírito Santo*. Vitória: Nemar, 1994.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REVISTA CAPIXABA AGORA. Vitória, ano I, 1997.

REVISTA VIDA VITÓRIA. Vitória, Espírito Santo, ano VII-IX, 1993-1994.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. Campanhas eleitorais em sociedades midiáticas: articulando e revisando conceitos. *Sociol. Polít.*, Curitiba, n. 22, p. 25-43. 2004.

RIBEIRO, Ricardo Luiz Mendes. *PFL: do PDS ao PSD*. 2016, 282 f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

ROCHA JUNIOR, José Carlos. A campanha pelas Diretas já! no estado do Espírito Santo. *O Estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985)*. In: FAGUNDES, P. E.; OLIVEIRA; U. J.; ANGELO, V. A. (Org.). Vitória: GM Editora, 2014.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; RUBIM, Lindinalva Silva Oliveira. Televisão e políticas culturais no Brasil. *Revista USP*, n. 61, p. 16-29, 2004.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 13, p. 101-113, 2007.

_____. A contemporaneidade como idade mídia. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 4, n. 7, p. 25-36, 2000.

SAMUELS, David. Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil. *Dados*, v. 40, p. 493-535, 1997.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. *Memória do Desenvolvimento do Espírito Santo: Grandes Nomes Américo Buaiz*. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2011.

SCHERER, Canício. *Entre a utopia e a realidade: tensões e conflitos entre o PT e Vítor Buaiz (1995-1998)*. 2005. 159 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARTZENBERG, ROGER-GÉRARD. *O Estado Espetáculo*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007.

SILVA, Francisca Selidonha Pereira da. *O programa povo na TV da TVE-ES como estratégia de comunicação pública*. 2008. 278 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

VASCONCELLOS, João Gualberto M. O fenômeno Cabo Camata. In. REIS, Jonas (Org.). *Em nome do Espírito Santo*. Vitória: Nemar, 1994, p. 39-51.

VITÓRIA. Prefeitura Municipal de Vitória. *Avaliação da administração municipal, período 1989/1992*, vol I e II (anexos), 1992.

_____. Prefeitura Municipal de Vitória. *Lei nº 3.730*, de 5 de junho de 1991.

APÊNDICE I

Dados sobre as eleições para governador do ES em 1994

Tabela 8 – Resultado das eleições para governador do ES em 1994 – 1º Turno

Candidato	Partido	Nº de votos	%	Votos Válidos (%)
Vitor Buaiz	PT	495.948	35,02	46,63
Cabo Camata	PSD	290.677	20,53	27,33
Max Mauro	PMN	139.262	9,83	13,09
Rose de Freitas	PSDB	137.666	9,72	12,94
Branços	-	256.076	18,08	-
Nulos	-	96.181	6,79	-
Votos válidos	-	1.063.533	-	100
Votos apurados	-	1.415.810	100	-

Fonte: TRE-ES

Tabela 9 – Resultado das eleições para governador do ES em 1994 – 2º Turno

Candidato	Partido	Nº de votos	%	Votos Válidos (%)
Vitor Buaiz	PT	669.533	50,93	55,48
Cabo Camata	PSD	537.051	40,85	44,52
Branços	-	11.226	0,85	-
Nulos	-	96.653	7,35	-
Votos válidos	-	1.206.584	-	100
Votos apurados	-	1.314.463	100	-

Fonte: TRE-ES

Tabela 10 – Distribuição de votos dos candidatos a governador em 1994 – 1º Turno

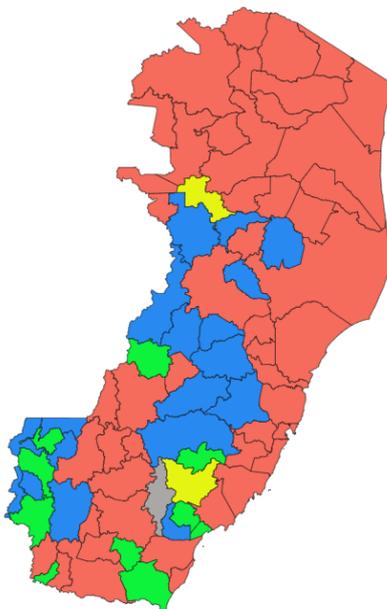
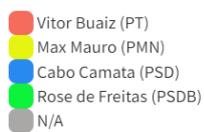
Candidato	Partido	Grande Vitória (%)	Interior (%)
Vitor Buaiz	PT	53	47
Cabo Camata	PSD	38	62
Max Mauro	PMN	44	56
Rose de Freitas	PSDB	32	68

Fonte: OLIVEIRA (2008)

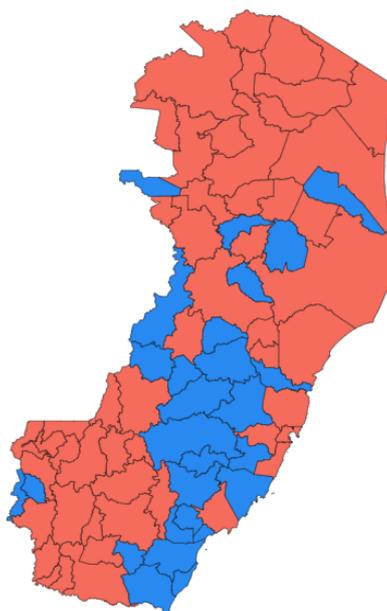
Tabela 11 – Distribuição de votos dos candidatos a governador em 1994 – 2º Turno

Candidato	Partido	Grande Vitória (%)	Interior (%)
Vitor Buaiz	PT	44	56
Cabo Camata	PSD	43	57

Fonte: OLIVEIRA (2008)

Figura 1 – Eleições governador do ES em 1994 – Vencedor por município – 1º Turno

Fonte: TRE-ES – Elaboração própria

Figura 2 – Eleições governador do ES em 1994 – Vencedor por município – 2º Turno

Fonte: TRE-ES – Elaboração própria

APÊNDICE II

Entrevistas

Entrevista com José Carlos Gratz, realizada no dia 22 de março de 2022

1) Quando nos falamos por telefone, você comentou que conhecia o Cabo Camata de longa data, bem antes dele entrar na política. Quando foi que vocês se conheceram, primeiramente?

José Carlos Gratz (JCG) – Eu conheci o Cabo Camata na década de 80, quando ele assumiu a presidência da Associação de Cabos e Soldados e depois tocou fogo no almoxarifado, ele já era doido desde aquela época (risos). Depois ele resolveu entrar na política, ganhou a eleição, ele tinha os defeitos dele – eu não posso falar muito, porque eu também tenho os meus. Ele era genioso, e rasgava praticamente uma Constituição por semana. Exatamente isso que acontece até hoje, já acontecia no passado. Ele rasgava porque ninguém cumpria a Constituição, as autoridades não cumpriam a Constituição, principalmente naquilo que ele fazia, que era em defesa da PMES.

2) Então foi aí o seu primeiro contato com ele?

JCG – Sim, foi o meu primeiro contato. Tivemos um mandato juntos, ele era meu amigo pessoal, depois eu tive uma desavença com ele, porque ele contou uma mentira sobre um desembargador, e eu fui obrigado a desmenti-lo publicamente.

3) Foi durante um discurso na plenária da ALES?

JCG – Não, foi quando ele era candidato a prefeito de Cariacica, em 1996.

4) Durante a ligação, você afirmou também que sente falta de uma figura como ele na política capixaba atual. Poderia explicar um pouco melhor o seu ponto de vista?

JCG – Eu sinto falta dele e falta de mim na política atual. Porque o verdadeiro homem público, o político nato, aquele que foi eleito pelo voto popular, ele tem o dever de defender as instituições e não ser subserviente a determinados personagens que o ES tem, no Ministério Público, no Judiciário, no Tribunal de Contas, na mídia e na própria Assembleia, que são subjugados pelo Governo. E eu nunca fui assim nos meus mandatos, e o Cabo Camata era mais ou menos isso. Ele não tinha acordo com o governador, ele tinha acordo e compromisso com os eleitores dele e com a PMES.

5) Vocês foram deputados estaduais juntos, como você já mencionou, no período de 1991 até início de 1995. Você pelo PFL, ele pelo PSDB e depois pelo PSD. Como era a sua relação com ele no dia a dia da Assembleia Legislativa?

JCG – A minha relação com o Cabo Camata não era só com ele especificamente. Era eu, Cabo Camata, Marcos Madureira, principalmente nós três. Cabo Camata tinha um grave defeito, ele gostava de tomar mais de uma cachaça, ele gostava de uma pinga (risos). Eu ia muito na casa dele, morava lá em Itaparica, e era uma relação muito boa. O Cabo Camata era uma pessoa muito tranquila, não pensem os seus leitores que ele era um idiota não, muito pelo contrário. Ele tinha conhecimento do Regimento, fazia bons discursos, só ficava nervoso com a falta de atendimento do Executivo aos pedidos dele para ajudar a PMES, e eu acompanhava ele nisso, sempre fui um defensor da PMES.

6) A saída do Cabo Camata do PSDB foi uma surpresa?

JCG – Foi um erro fatal pra ele. Camata saiu do PSDB, foi para um partido que na época não tinha ninguém, com o compromisso de fazer uma coligação com o nosso partido (PFL). O nosso partido preencheu as vagas, e ele acabou ficando isolado no PSD. Ele ficando isolado, não tinha condições de ser candidato a deputado porque não teria legenda, então ele, na cara de pau, falou que seria candidato a governador, e registrou a candidatura dele ao governo do estado, sem um real no bolso. O Cabo Camata era daqueles que pegavam um talão de cheque no banco, dava nove

cheques sem fundo e sacava um. Um dia encontrei ele na rua, com o carro parado, sem gasolina, ali na reta do aeroporto, e colocamos uns trocados de gasolina pra ele ir embora. Ninguém ajudou ele, e ele com aquelas doideiras de falar o que bem entendia na televisão, chegou a cerca de 500 mil votos, e perdeu por uns 5% dos votos. Uma coisa eu posso garantir: o Vitor não ganhou nada, quem ganhou a eleição pro Vitor foi Rogério Medeiros, estrategista fantástico, politicamente é um intelectual, montou uma estratégia de campanha difamando o Cabo Camata na televisão, botando gente queimada nos postes, dizendo que o Cabo Camata ia exterminar todo mundo, e na semana da campanha o Rogério publicou no jornal A Gazeta uma página inteira com o nome de vários artistas do Brasil dizendo que apoiavam Vitor Buaiz – e era mentira, os artistas nem sabiam quem ele era. Então o Rogério foi habilidoso e ganhou a eleição, o Vitor mesmo não teria competência para ganhar nada.

7) Sobre a saída do Cabo Camata do PSDB, você lembra na época de um atrito entre ele e Ulysses Anders?

JCG – Ele e Ulysses inicialmente eram amigos. Eu, ele, Ulysses Anders, Jorge Anders, a gente fazia os encontros, eu tinha lancha, a gente saía de lancha, e eles tiveram um desentendimento sério lá no plenário mais de uma vez. O Ulysses ainda era meio criança na época, muito novo, nós tivemos dois deputados bem jovens, ele e o Luciano Cortez. O Luciano era mais habilidoso, o Ulysses brigou com o Cabo Camata, e esse foi o motivo dele sair do PSDB.

8) A candidatura do Cabo Camata ao governo do estado pelo PSD foi considerada inusitada na época. Na sua opinião, o que levou ele a se lançar na disputa pelo cargo de governador?

JCG – Ele se lançou porque gostava de política e não queria ficar de fora do processo. Como ele não teve legenda para aceitar o PSD, ele então, sem nenhuma lógica política, resolveu ser candidato a governador contra dois personagens importantes no Espírito Santo: o Vitor, que tinha sido prefeito de Vitória, e o Max, que

tinha sido governador. Ele derrotou o Max e foi pro segundo turno com o Vitor. O mais interessante do Cabo Camata foi o linguajar dele nos debates. Ele usava um linguajar que o povo entende, e não um linguajar que só as pessoas cultas, letradas, entendem. O Vitor perdia para ele nos debates, de longe. Quando o Vitor fazia uma pergunta pra ele, ele apontava para a câmera, e falava diretamente com o povo, questionando as acusações lançadas contra ele. Uma vez o Vitor afirmou: “Candidato, o senhor é emitente de cheques sem fundo”. Camata respondeu: “Ora, quem nunca emitiu um cheque sem fundo? Eu quero os votos só de quem emitiu um cheque sem fundo alguma vez na vida!” (risos). Pois então, esse tipo de coisa o povo gosta, você está entendendo? É difícil encontrar um cidadão que nunca tenha emitido um cheque sem fundo, isso é natural. O Cabo Camata teve essa grande capacidade de se comunicar com o povo, tanto que ele foi eleito prefeito dois anos depois, num município que é do povão (Cariacica).

9) Você acha que o fato de Gerson Camata ter optado por concorrer ao Senado, e não ao Governo do Estado, pode ter deixado o Cabo Camata mais confiante, influenciando a sua decisão de se lançar como candidato a governador?

JCG – Eu conheci Gerson Camata e fui colega dele de república por cinco anos. O Cabo Camata não tinha nenhum tipo de relacionamento próximo com o Cabo Camata, eles não eram íntimos, são parentes distantes. E o Gerson não moveu sequer um dedo para ajudar o Cabo Camata em nada. Os votos que ele obteve foram graças a uma meia dúzia de amigos, como eu, Marcos Madureira, Fernando Silva e o povo. Ele não tinha nada. O voto que ele obteve foi um voto espontâneo, que pode acontecer a qualquer momento, como aconteceu na eleição de 2018. Imaginar que Marcos do Val e Contarato derrotariam Magno Malta e Ricardo Ferraço, se botassem numa bolsa de apostas, eu dava 100 pra 1 que nenhum dos dois ganharia a eleição, e ganharam. O voto é do povo. É isso que certos candidatos não entendem. Quando o povo quer votar no camarada, ele vota. Não quer saber se o cara fala bonito. Se fosse o caso, bastaria pegar um professor universitário, um indivíduo letrado, com doutorado, e botava pra concorrer, mas não vai ter voto. Por

isso que aparece lá na Assembleia Legislativa, por exemplo, pessoas que não tem cultura nenhuma, que passam o mandato sem saber qual é o Regimento da Casa.

10) Então, mesmo que o Gerson tivesse se candidatado como governador, o Dejalair entraria na disputa?

JCG – Eu acho que não, aí ele não lançaria, porque ele teria certeza que Gerson seria o governador. Agora, ele achava que poderia derrotar o Vitor e o Max, e teria derrotado mesmo, se não fosse a astúcia do Rogério Medeiros.

11) No dia 04 de agosto de 1994, o jornal A Tribuna noticiou que o deputado Fernando Silva havia confirmado o apoio do PFL à candidata Rose de Freitas, do PSDB. No dia seguinte, você o desmentiu, afirmando que “o deputado Fernando Silva não estava autorizado a falar em nome do PFL sobre um possível apoio a Rose de Freitas nas eleições”. Disse também que “se as lideranças do PSDB no estado não a apoiam, como vamos colocar a nossa cara na frente?”. Você poderia comentar esse caso?

JCG – Então, o Fernando Silva, hoje aposentado como procurador da Assembleia, que está em Colatina e é meu amigo, na época era deputado estadual, não tinha autoridade pra falar porque o presidente do PFL era eu, então ninguém falava por mim, durante o tempo em que eu tive algum tipo de poder quem falava por mim era eu, não delegava poder pra ninguém. Ele contou uma mentira, e eu apenas desmenti ele, e ficou por isso mesmo. Porque a Rose é isso que a gente conhece. Ela é uma mulher que tem fibra, coragem, mas eu achava que ela não tinha chances naquela disputa. Na política a gente tem que escolher, tem que vislumbrar alguma coisa. E eu já tinha me comprometido, até pela amizade que eu tinha, com o Cabo Camata. Eu nunca neguei minhas amizades.

12) Inicialmente, nos primeiros momentos da corrida eleitoral, você já tinha uma percepção de que a candidatura do Cabo Camata era mais promissora que a da Rose de Freitas?

JCG – Desde o começo, eu achava que a Rose não tinha chance nenhuma, e que a disputa seria entre Max Mauro e Vitor Buaiz. Até porque os dois tinham aquilo que o Camata não tinha: o apoio da mídia. A campanha do Cabo Camata foi crescendo com as doideiras dele, eu nunca vi uma campanha crescer tão rapidamente. Tanto que, nas rodas por aí, muita gente acreditava que ele venceria o Vitor no segundo turno. Mas, voltando a dizer, a astúcia do Rogério foi o que deu a eleição pro Vitor, o Vitor não ganharia de ninguém. Ele ganhou pra prefeito da mesma forma, contando também com o apoio da esquerda, que estava forte na época, mas graças principalmente à genialidade do Rogério, às articulações que ele fez.

13) No segundo turno da eleição, conforme foi divulgado pelo jornal A Tribuna no dia 18 de outubro, foi formado um conselho político para dar suporte ao Cabo Camata na reta final da campanha. Segundo a publicação, o conselho era composto, dentre outras pessoas, por José Carlos Gratz, Marcos Madureira, Nilton Gomes, Hugo Borges e Luiz Durão. Qual era o seu papel nesse conselho?

JCG – Veja bem, a única pessoa que eu discordo aí, que até ficou do lado do Camata mas não participou desse conselho, foi o Hugo Borges. A gente conversava com o Cabo Camata, mas quando a gente fazia uma articulação pra fazer um comício, não tinha um palanque, quando pensava em fazer alguma coisa, não tinha um trio elétrico. E a gente não conseguia dinheiro, e política sem dinheiro não tem como, não existe. Mas ele saía sempre das reuniões com um otimismo impressionante. Falava: “eu vou ganhar essa eleição, com dinheiro ou sem dinheiro!”. Tinha dia em que ele não tinha dez reais no bolso, era impressionante. Teve um dia em que a minha esposa arrumou pra ele, se não me engano, uns cinquenta reais pra ele comer, porque ele realmente não tinha nada. Agora, botaram o nome de conselho, mas, na verdade, éramos apenas um grupo de amigos que se reuniam para tentar saber como a gente ia andar no outro dia. Eu era mais ponderado que o Camata, eu e o Madureira, nós falávamos com ele. Nós três éramos como gêmeos siameses, mas o Niltinho também foi importante, Niltinho era meu amigo. Eu consegui na reta final um trio elétrico, alugamos por dez mil reais, e finalizamos a campanha assim. Só sei que, mesmo vendo as pesquisas, eu não

acreditava em como o Cabo Camata estava crescendo tanto. Aí, na reta final, o Rogério publicou uma página inteira com o nome de vários artistas famosos do Brasil apoiando o Vitor Buaiz, e tachando o Cabo Camata como se ele fosse um terrorista, um assassino, um Hitler da vida, e ele não era nada disso. O Cabo Camata tinha o jeito dele, andava com a tal da gurugumba, que eu não sabia o que era, só andava com ela no banco de trás do carro, ia pra televisão, falava que bandido ele ia matar todo mundo, não ia ficar nenhum bandido no estado, entendeu? E isso aí foi usado contra ele, não sei se no fim das contas isso beneficiou ou prejudicou ele. Mas até hoje eu conheço muita gente que quer ver algum governador ou presidente pra exterminar um bocado de bandidos nesse país.

14) Esse conselho político, como foi colocado aí no jornal, tinha como uma das tarefas angariar recursos para a campanha?

JCG – Angariar recursos e disciplinar o Cabo Camata, coisa que nós não conseguimos. A principal tarefa era disciplinar o Camata, mas não adiantava. Falava com ele alguma coisa, ele ia gravar o programa eleitoral e saía totalmente diferente do que tínhamos conversado antes.

15) Quando a gente vê as declarações do Cabo Camata durante a campanha, principalmente no tema da segurança pública, uma que ficou bastante famosa foi a promessa de que, se fosse eleito governador, ele daria 24 horas para os bandidos fugirem do Espírito Santo, e depois disso ele fecharia as fronteiras do estado e mandaria a polícia ir atrás dos bandidos atirando para matar. Na sua opinião, uma pessoa que conheceu o Camata, e que foi membro do conselho político que o orientou no segundo turno, o Cabo Camata realmente acreditava que um governador tem condições de implementar essas medidas, ou era apenas um marketing dele, uma forma de se conectar com o povo, de transmitir a imagem de um homem valente, destemido, preocupado com a segurança pública?

JCG – Olha, destemido o Cabo Camata era, isso eu posso te assegurar. O que me faz falar isso não é nem essa questão de fechar as fronteiras. Eu me lembro que

quando pegou fogo lá no mercado da Vila Rubim ele era deputado, eu fui lá com ele, um fogaréu danado, ainda tinha gente lá dentro, ele tirou a roupa, ficou sem camisa e entrou no meio do incêndio. Saiu todo sapecado pelo fogo, todo encarvoado, mas ajudou a salvar pessoas do incêndio, isso foi página de jornal. Em relação ao discurso dele, uma coisa eu posso te falar: muita gente votou nele por causa dessa declaração. Eu não acredito que ele alcançaria esse tipo de objetivo extremo, mas que hoje você tem um excesso de bandido na rua, tal como se lê nos jornais – é bandido tomando conta daqui, outro dali, a milícia acolá – realmente o Brasil perdeu o controle da segurança pública de maneira invejável. Mas eu não acredito que o Cabo Camata fosse conseguir esse objetivo dele, e também não acredito que ele falava isso para se gabar. Ele poderia até tentar, e aí eu sou obrigado a falar dele, que já morreu a tantos anos: aí ele estaria montando um esquadrão da morte, e você não pode tomar uma atitude dessa como governador de estado, até porque o governador é limitado em várias áreas, não acredito que ele iria conseguir esse objetivo em hipótese alguma. Falar ele falou, e não foi uma vez só não, foram várias vezes. Também digo pra você uma coisa: ele poderia não alcançar 100% dos objetivos dele, mas que ele ia conseguir muita gente pra exterminar bandido ele ia. Ele era meio doido, ele não gostava desse tipo de gente.

16) A minha dúvida, no caso, é se ele falava essas coisas como se estivesse representando um personagem, ou se era algo genuíno dele.

JCG – Era genuíno, tanto que depois que começou a falar isso ele passou a andar com seguranças, e só andava armado. Ele não falava isso por gabolice, falava porque era convicção dele. Tem gente que é assim. Por isso que eu acho que ele faz uma certa falta na política. Hoje você não vê isso. Você vê é muito almofadinha, com carteira de senador, falando bonitinho. Mas atitude mesmo você não vê das pessoas que estão com o poder na mão, você vê é muita politicagem.

17) Em uma entrevista concedida à revista Capixaba Agora, em dezembro de 1997, o Cabo Camata afirmou que o seu sucesso em campanhas eleitorais se devia ao seu marketeiro, Antonio Cabral Neto, que o acompanhava desde a Associação de

Cabos e Soldados. Você conheceu ele? O Antonio teve uma participação importante na campanha de 1994?

JCG – Lógico que eu o conheci. Primeiro que ele nunca foi conhecido como Antonio Cabral, a gente chamava de Cabo Cabral. Ele era um rapaz de cor, bem moreno, magrelinho, que ficava 24 horas como se estivesse no bolso do Cabo Camata, essa é a verdade. O Cabo Cabral, também já falecido, vivia do lado do Cabo Camata, só faltava dormir com ele, e lamentavelmente ele não era uma pessoa muito saudável e morreu de doença. Realmente ele foi importante na vida do Cabo Camata, mas não imagino eu, como homem público, que conhece a importância de pessoas na vida de cada um, que ele tenha sido importante para conseguir votos pro Camata se eleger.

18) Oficialmente, Gerson Camata se manteve neutro em relação à campanha do Cabo Camata rumo ao Governo do Estado. Você sabe me dizer se nos bastidores o Gerson interferiu, de alguma forma, a favor ou contra o seu primo?

JCG – Gerson Camata era primo de terceiro grau do Dejair, apenas o sobrenome deles era Camata. O Gerson era um amigo que eu tinha paixão por ele, mas não moveu um dedo pra ajudar o Cabo Camata, como também não moveu um dedo pra tirar voto dele. Ele simplesmente foi neutro.

19) O apoio de Fernando Henrique Cardoso a Vitor Buaiz fez o Cabo Camata perder votos?

JCG – O Fernando Henrique foi eleito presidente no primeiro turno, e deu uma declaração favorável a Vitor Buaiz. Isso tem influência. As pessoas vivem de influências, eu, você, o povo, então eu imagino que isso somou muito também pra vitória de Vitor Buaiz naquele momento. Isso prova que o Cabo Camata foi prejudicado pelo Rogério Medeiros que conseguiu essa declaração do FHC.

20) No dia 13 de novembro de 1994, foi publicado na capa do jornal A Tribuna um informe publicitário em seu nome com críticas ao PT e à campanha de Vitor Buaiz. (Texto: representantes e militantes do PFL, PSDB, PMDB, PPR, PP, PTB e PDT estão indignados com os políticos aproveitadores que estão tentando enganar o povo capixaba. Na realidade, representam as oligarquias e cartéis que há muito vem achacando o ES. Travestidos de cordeiros, utilizam a imprensa e a própria Igreja em prol de interesses escusos e politiqueiros. Esse mesmo PT, que foi contra o Plano Real, contra Fernando Henrique Cardoso e principalmente contra o povo capixaba para não perder o poder, busca a qualquer custo o apoio do nosso presidente da república. Porém, o povo do ES não vai se deixar enganar. Dep. estadual José Carlos Gratz) Você poderia, por gentileza, explicar o contexto dessa publicação, que foi colocada na capa do jornal?

JCG – Veja bem, tem alguma mentira nessa publicação? Não tem, nenhuma mentira. Eu participei ativamente da campanha do Fernando Henrique Cardoso, eu era membro da executiva nacional do PFL, fui página de jornal da Folha de São Paulo com ele, na primeira página, como um dos que votou pela coligação do PFL com o Fernando Henrique. O PFL foi parceiro do Fernando Henrique Cardoso, mas ele é um grande articulador da mentira, ele não tem lado. Uma hora é de direita, outra hora é de esquerda. Eu não consigo definir direito o que significa direita e esquerda, mas uma coisa eu sei definir: eu sempre fui antipetista. Nem por isso eu deixei de aprovar todas as propostas interessantes, inteligentes, e até maléficas, do governo Vitor Buaiz. Por exemplo, foi o governo Vitor Buaiz que mandou para a Assembleia o projeto de aumento de ICSM de combustíveis, energia, telefonia, que sustenta hoje o estado. Eu achei que isso era importante naquele momento e aprovei a lei, de 18 pra 28%, se não me engano. O Fernando Henrique é um senhor hoje, lógico que é um homem muito inteligente, atingiu o grau de presidente da república, mas também ele é um homem que passou uma vida de dúvidas, não sabia pra que lado ele ia. Fez coligação com o PFL, que é um partido claramente de direita, depois fez coligação com o PT. Hoje ele vai apoiar o Lula. E eu lamento muito ver um homem como o ACM Neto falando que não faz restrição ao Lula. Ninguém entende bem o que é esse “não faz restrição”, eu também não tenho nada

contra o Lula, mas eu não voto no PT, eu sou contra o PT. Não quer dizer que eu não tenho amigos no PT, eu tenho, mas ninguém pode mandar no meu voto. Por exemplo, eu voto no Renato Casagrande, que também é de partido de esquerda, e tenho um eleitorado que vai me acompanhar aonde eu for, entende? Então a questão que você perguntou aí, nessa publicação, não tem nenhuma mentira. O PT está aqui quando interessa, e quando não interessa está ali. E o Fernando Henrique hoje é um oportunista de 90 anos. É um caso até *sui generis*, porque uma pessoa que tem 90 anos está na hora de abandonar a política, ele nem tem o que falar mais. Ele tem que botar um pijama, fazer leitura à noite e ficar descansando, não tem que opinar politicamente mais.

21) Nessa publicação, você tocou em dois pontos importantes. Primeiro, o apoio de Fernando Henrique a Vitor Buaiz. Segundo, a influência da Igreja naquela eleição, principalmente a Igreja Católica, na figura do Dom Silvestre Scandian, arcebispo de Vitória. Ele assumiu um lado, ficou a favor de Vitor Buaiz, e angariou apoio pro Vitor no sentido de valorizar a vida, de buscar uma política mais humana, contra o que ele entendia como uma ameaça autoritária, representada pelo Cabo Camata.

JCG – Eu vou falar francamente a minha posição, porque eu não sou homem de curva, eu sigo em linha reta, e não tenho medo de criticar aqueles que se acham representantes de Deus. Pra mim esse Dom Scandian era um dos maiores comunistas que tinha aqui no ES, um farsante da igreja, pregava uma coisa e fazia outra. Eu tive uma discussão com ele muito séria, pessoalmente, porque ele vivia batendo na Assembleia, e eu era o presidente da Assembleia. Ele criticava supostas mordomias. Eu retirei o 14º salário, que um deputado tinha, o 15º, auxílio-moradia, auxílio-paletó, eu extingui isso em 1997, como presidente da Assembleia. Entreguei uma carta ao Dom Scandian, e disse na cara dele: “Eu te conheço não como um arcebispo, mas sim como um político do PT, quero que o senhor leia esta carta no Convento”. Ele concordou, honrou, eu fui no palanque, junto com Vasquinho, que era prefeito de Vila Velha, meu amigo de infância, e ele leu essa carta. Foi obrigado a ler porque eu estava ao lado dele. O povo aplaudiu, e eu me retirei. Mas o Dom

Scandian era um grande comunista com fama de bonzinho, criado pela mídia capixaba.

22) Você acha que é possível fazer um paralelo entre Jair Bolsonaro e Cabo Camata?

JCG – Eu acho que sim, o Cabo Camata era um Jair Bolsonaro melhorado (risos). Eu não vejo muita diferença nos versos, no palavreado, do Cabo Camata e do Jair Bolsonaro. A diferença que eu vejo é que eu acho que o Cabo Camata ainda tinha um pouco mais de preparo cultural que o Bolsonaro, e veja que eu vou votar no Bolsonaro. O Bolsonaro tem o estilo dele, e quando se vive em um país democrático, você tem que adotar o sistema de cada um. Por acaso alguém pode enxergar o Lula como um Fernando Henrique? Lógico que não. Fernando Henrique é um homem preparado, tem doutorado, tem mestrado, fala vários idiomas, e no entanto Lula fala um linguajar popular para o povo brasileiro, que aceita. E o Jair Bolsonaro fala um linguajar para outro povo brasileiro, que também aceita. Nós temos dois povos brasileiros. Por exemplo, é simples: não pense você que o cidadão que mora lá em Santa Catarina, imagina que ele é igual ao cara que mora lá na Paraíba, ele se acha diferente. Isso acontece no Brasil, por ser um país continental, como também acontece nos EUA. Não pense você que o cara que mora na Califórnia, se acha igual ao cara que mora no Texas, ou em Nova Orleans, ele se acha diferente. Então a população é assim. O mesmo acontece com o cara da África do Sul, se comparado a alguém que mora em outro país africano. A diferença social, a diferença cultural, sempre existiu e sempre existirá. Então, essa questão de Jair Bolsonaro e Cabo Camata, eu vejo os dois mais ou menos parecidos. Eu só não sei qual seria o melhor, o Cabo Camata ou o Vitor Buaiç. Vitor saiu do governo com uma aprovação muito baixa, não sei se o Camata seria pior que ele, é complicado. Será que Bolsonaro vai sair com 0% de aprovação? Será que o Lula vai conseguir ganhar? Não sei, é complicado. O que nós não podemos deixar – você como historiador, e eu como influente político, que ainda tem uma certa influência com os aliados – é de alertar a população que a gente vive um processo democrático, e que nós devemos aceitar o voto popular. O povo pode errar cem vezes, mas é o povo

que está certo. Eu fui eleito quatro vezes deputado estadual. O povo pode eleger quem ele quiser, Lula, Ciro, Bolsonaro, ele está certo. Depois, nós é que devemos cobrar quem foi eleito. O brasileiro é um povo muito pacato, muito simples, a reação do povo brasileiro é muito pacífica, entende? Aqui você vê todo mundo fazendo o que quer, do jeito que quer, ao seu bel prazer, e a reação nossa é nenhuma. Então, finalizando essa questão de Jair Bolsonaro e Cabo Camata, eu tenho pra mim que os dois eram irmãos gêmeos.

Entrevista com Marcelo Siano Lima, realizada no dia 05 de abril de 2022

1) Então Marcelo, profissionalmente, o que você estava fazendo em 1994?

Marcelo Siano Lima (MSL) – Eu entrei na Assembleia Legislativa em 1985, fui assessor do então deputado Paulo Hartung, no último ano do seu primeiro mandato, e o assessorei no seu segundo mandato. Quando ele foi eleito deputado federal, eu me desliguei da assessoria, fiquei um tempo parado, pouco mais de um mês, e fui trabalhar com o então deputado Ricardo Ferraço. Trabalhei com Ricardo no primeiro e no segundo mandato dele. Quando ele foi eleito presidente da Assembleia eu fui pra Assessoria Especial do Gabinete da Presidência. A gente tinha sob nossa responsabilidade a elaboração de alguns estudos e projetos especiais pro Gabinete da Presidência, isso na década de 1990, durante o governo de Vitor Buaiz. Quando Ricardo estava pra sair da presidência da Assembleia eu já tinha percebido que não teria muito futuro ali. Eu já estava convidado pelo então deputado Lelo Coimbra pra compor a assessoria dele. Na época em que assessorei o Paulo ele era do PMDB, no final ele estava no PSDB, quando eu assessorei o Ricardo ele estava primeiro no PTB, depois foi pro PDT, e quando fui assessorar Lelo Coimbra ele estava no PSDB, depois foi pro PPS. Quando Lelo perdeu a eleição, eu fui trabalhar com um parlamentar de Colatina, o grão-mestre da maçonaria Eval Galazi. Eu fiquei com Eval durante o período em que Lelo estava fora da Assembleia, e quando ele retorna à Assembleia, com a ida do Enivaldo para o Tribunal de Contas, eu retorno à assessoria do Lelo. Aí ele foi eleito vice-governador do estado, no primeiro mandato de Paulo Hartung, eu não fazia parte do projeto dele para a vice-governadoria, e aí

eu fico solto. César Colnago me chamou pra trabalhar com ele, quando ele estava em mandato de deputado estadual, eu aceitei. Enfim, só pra te dar uma breve noção da minha trajetória profissional naquele período. Mas em 1994, especificamente, eu estava assessorando o Ricardo Ferraço na Assembleia Legislativa.

2) A candidatura do Cabo Camata ao governo do estado foi considerada uma surpresa?

MSL – Foi, quando surgiu, sim. Essa candidatura surgiu dentro da Assembleia, insuflada por um grupo de deputados, dentre eles Fernando Silva, que era vice-líder do governo Albuíno, o presidente da Casa, Marcos Madureira, José Carlos Gratz, enfim. Pode perceber que todos eles são personagens que, em algum momento, tem um histórico de divergência com Max Mauro, que era um dos candidatos que se colocavam, e que também já viam o PT como um grande problema. Aquele antipetismo atávico, não tão forte como hoje, mas forte, já tomava os seus corações e mentes. Então o Camata foi visto como uma possibilidade real. O que agrega-se ao fato dele ser uma possibilidade real é a característica que o Camata tinha do populismo, a facilidade que o Camata tinha de falar com as massas. Porque ele falava o que? Ele sabia identificar quais eram os pontos que a massa queria ouvir. A campanha do Camata, basicamente, se resumia às questões da segurança pública e a visões extremamente rasteiras dos demais problemas econômicos e sociais do estado. Mas a ênfase era a segurança, era o fator motivador de todo esse processo.

3) Você antecipou uma pergunta que eu ia fazer, mas vamos lá: havia entre os parlamentares da Assembleia Legislativa grupos que viam a candidatura do Cabo Camata com bons olhos? Quais eram os interesses envolvidos?

MSL – Sim. Em primeiro lugar, não deixar Max Mauro ganhar. Olha, eu não conversei isso com eles, mas acredito que até eles ficaram assustados com o crescimento da campanha do Camata. Eu acho que eles próprios se assustaram com a facilidade com que ele cresceu, porque todos nós nos assustamos. Os mesmos médicos que votaram em Bolsonaro em 2018, naquela eleição estavam

pedindo votos para Vitor Buaiz desesperadamente, que diferença! Porque o Camata não teve tempo de ser absorvido pelas elites.

4) Era uma questão de tempo pra ele ser absorvido pelas elites?

MSL – Pode parecer temerário o que eu vou te falar agora, mas, olhando o Bolsonaro, tomando Bolsonaro e sua experiência histórica como parâmetro, sim.

5) Nesse sentido, considerando que a campanha dele cresceu rápido, e houve na Assembleia gente que via isso com bons olhos, parlamentares desse grupo fisiológico, inclusive o presidente da Casa, você acha que é um equívoco, um exagero, um termo inadequado, rotular o Cabo Camata como um candidato azarão?

MSL – Olha Felipe, eu não iria por esse caminho. O que a gente poderia chamar de azarão, na política, num caso como esse? Seria aquela pessoa que é um *outsider*, que vence a eleição mesmo não tendo o apoio. Eu acho que naquele ano, aquele grupo fisiológico que já estava no seu quarto ano em operação de comando do poder legislativo, foi colocado diante de uma questão que ele tinha que resolver. Essa questão era bem simples: o que fazer na campanha? Os candidatos lançados eram o ex-prefeito de Vitória, Vitor Buaiz, do PT, e o ex-governador Max Mauro. O Cabo Camata surge como o que, nisso aí? Se nós pensarmos uma questão de azarão porque ele seria um *outsider*, talvez sim, só que eu “espanco” a ideia de que ele tenha feito uma campanha desorganizada, desprovida de recursos, sem estratégia. Eu “espanco” esse tipo de perspectiva, de entendimento. Camata tinha estratégia, tinha método, tinha recursos. E os recursos captados para Camata foram captados exatamente por esse grupo que tinha na Assembleia, mais os seus aliados do setor empresarial. Achar que feijoada da Associação de Cabos e Soldados bancaria a campanha de Camata é besteira, isso não existe. Achar que você faz uma campanha para governador de um estado, mesmo sendo o Espírito Santo, um estado pequeno, sem recursos, você está querendo fazer rir. Principalmente depois do grande *case* de marketing que foi a eleição de Albuíno, como foi operada a partir das ações de Jane de Abreu e Bete Rodrigues.

6) Quais setores empresariais apoiaram o Cabo Camata?

MSL – Eu não saberia te responder com exatidão, mas alguns “fundapianos” com certeza o apoiaram, em razão desse grupo da Assembleia Legislativa que via com bons olhos a sua candidatura. Gratz movimentou muito dinheiro em favor dele. Porque Gratz sempre passava muito essa visão de que ele era um *outsider* na política, o que ele nunca foi. O Gratz é aquele cara que vem de um extrato mais baixo da sociedade, mas que soube angariar em torno de si um poder político muito consistente, ao ponto de, principalmente no governo de José Ignácio, todas as decisões do estado passarem por ele. Eu me lembro de um episódio do Claudio Vereza contando pra gente, numa reunião da mesa diretora, que Zé Armando, presidente da CST, foi ter uma audiência com ele, aí Zé Armando entrou, e no gabinete do presidente tinha dois quadros muito bonitos, um do Levino Fânzeres e outro do Homero Massena. O José Armando olhou pro quadro do Levino, A Ressurreição de Lázaro, e falou: “Esse quadro realmente é uma obra de arte das mais lindas! Eu sempre que venho aqui admiro esse quadro!”. Aí o Claudio olhou pra ele e pensou: “Caramba, era muito descarada a coisa, eles não saíam daqui”. Então assim, a capacidade que você tem quando você tá operando é muito grande. Porque é o seguinte Felipe: a atividade política não tem muito mistério. Se você consegue manipular o aparato do Estado, se você consegue se colocar como um *player* capaz de favorecer outros *players*, você consegue com isso dar à sua personalidade uma envergadura muito maior, muito mais musculosa, do que você possa imaginar. Então você passa a ser respeitado pelos demais *players* em virtude da sua capacidade de operar facilidades para eles. É isso, por exemplo, o que o Arthur Lira faz. É isso, por exemplo, o que o Eduardo Cunha fazia quando, como dizia a deputada Iriny Lopes, toda vez que se votava uma questão de natureza fiscal, e Eduardo Cunha se aproximava do microfone de uma parte da Câmara, a bancada do PT sabia de imediato que o erário ia levar ali uma lambada de perder o rumo, uma lambada de perder o rumo da história, porque ela ia ser implacável. Então isso é o que cria essa coisa meio estranha, porque quando o parlamento tem muito poder, você tá num parlamentarismo. O presidencialismo brasileiro ainda é muito forte, só que de uns anos pra cá, o que tem acontecido, principalmente da crise do governo da Dilma em

diante, é que você vai percebendo que a força do presidencialismo brasileiro é testada pelo parlamento, da mesma forma que nos EUA, em oportunidades diversas, não necessariamente grandes, mas que vão desenhando pra quem tá te observando a capacidade que ele tem de ir além ou de parar o nível de ameaça que ele possa fazer sobre você. Então, por exemplo, um processo de impeachment, como é uma coisa absurda! E o Supremo, de uma forma bastante covarde, não quer assim definir o uso disso aqui (aponta para a Constituição Federal) como um elemento de barganha, é um absurdo! Mas se você pega a Constituição, se você pega o Regimento interno das casas legislativas, você vai perceber que o poder que o presidente da Casa tem, ainda que seja uma presidência colegiada, é um poder quase que imperial. O poder de um presidente da Casa é um poder quase que imperial. Então retornando, você pega uma candidatura igual a do Camata, ele sendo apoiado, de um lado, pelo presidente da Assembleia e pelo ex-presidente da Assembleia, de outro, pelo vice-líder do governo de Albuíno – o Albuíno não abria a boca, mas todo mundo sabia que na verdade o movimento da maioria do secretariado era de apoio ao Camata. Por causa do nível de críticas que o Max ia fazer, então Max já era descartado do plano, e por causa das posições que o candidato do PT tinha que assumir. Porque é aquela coisa, se era pra ser isso, por que Zé Ignácio não aceitou ser candidato nessa época? Foi ainda o resquício do porradeiro, porque Zé Ignácio perde a eleição pra Albuíno. E uma das coisas que, não sei se você já leu sobre isso, uma das coisas que foi muito explorada para a vitória do Albuíno no marketing, além da própria história pessoal dele, da capacidade de trabalho, foi o fato de Zé Ignácio ter sido vice-líder do governo do Collor, que estava em franca queda nessa época. Aí o Zé Ignácio perde, e o Collor o leva pra ser presidente da Telebrás, de onde ele sai e volta pra ser candidato ao senado e ser eleito.

7) Você acha que Vitor, antes do Camata ir crescendo de forma fenomenal, tinha de fato um favoritismo?

MSL – O Vitor era uma referência muito forte em termos da administração pública. Os anos 80, 90, foi um período em que o PT cresceu muito no nível das prefeituras

municipais. Começou com a experiência de Porto Alegre, foi tendo outras prefeituras, foi vencendo com Olívio Dutra, Tarso Genro, enfim. Foram vários prefeitos petistas em Porto Alegre, que era considerada uma cidadela do PT. Tanto que o Fórum Social Mundial era puxado por Porto Alegre. Você não tinha uma inflexão à direita como você foi tendo no eleitorado gaúcho nas últimas eleições, de forma tão acentuada. Então assim, o Vitor tinha uma imagem a nível estadual muito boa, mesmo fora da região metropolitana. A gestão do Vitor foi vista como uma gestão extremamente operante e competente na área social, educação e saúde, assistência social. Uma gestão correta, do ponto de vista da aplicação dos recursos públicos, não houve nenhuma denúncia de crise, de malversação. Ele só não conseguiu fazer o sucessor dele, é aí que ele abraça a candidatura de Paulo. Quando João vence a convenção, aí ele faz questão de deixar claro que com João ele não ia. Às vezes eu encontro com o Dr. Vitor. Ele não conversa sobre o governo dele, porque ele vai ter uma crise de autismo, ou vai ficar taciturno e não vai falar nada. Não fale sobre isso com ele, não tente entrevistá-lo sobre isso que ele não vai se pronunciar.

8) Poderia falar um pouco sobre o apoio de prefeitos como Vasco Alves e Theodorico Ferraço a Vitor Buaiz?

MSL – Vasco era prefeito de Vila Velha. Quando os prefeitos perceberam que o Camata tinha condições reais de ganhar, os prefeitos mais progressistas agarraram a campanha do Vitor com as duas mãos. O Ferraço, que não era mais prefeito de Cachoeiro, mas tinha sido secretário de Albuíno, era um homem extremamente influente, era candidato a deputado federal, pegou a campanha do Vitor e levou pra todos os municípios do sul. Ferraço foi essencial na virada, ou na consolidação, da campanha do Vitor. O Ferraço é um personagem político muito curioso. Não é porque eu gosto dele não, porque eu gosto, fui diretor dele e tudo. A origem política do Ferraço vem do movimento trabalhista do Fernando Ferrari. Mas o Ferraço logo cai nos braços da ARENA, na organização partidária pós-1965. Ele vem do MTR (Movimento Trabalhista Renovador). Ele era um advogado jovem em Cachoeiro, o início da atividade política dele foi ali, no início da ditadura. Só que, como o Ueber

muito bem coloca em um livro dele, no Espírito Santo a organização partidária no período da ditadura seguiu muito a organização partidária do período pré-ditadura, onde o PSD se agregou mais na ARENA e o PTB e certas facções do PSD se agregaram mais ao MDB. O Ferraço não é um cara de centro, ele é de uma centro-direita um pouco mais lúcida. Mas ele é pirracento, quando ele toma raiva de você, ele vai até o final pra acabar com você, quando ele tem força pra isso. Mas é uma indagação interessante essa, o que levou Theodorico a fazer isso? Receio de um incontrolável? Theodorico não gosta de lidar com pessoas incontroláveis. Ele não gosta, ele controla. Toda a encenação que ele e Enivaldo faziam na Assembleia, quando a gente acompanhava por trás, você percebia que era pura encenação. Enivaldo chegava pra ele e falava: “você é um velho, caduco, não nos representa, não consegue dirigir”. Ferraço respondia: “Ôh minha mula, minha égua, tá dando muito coice hoje? Vou ter que pegar um chicote? Assina essa ata logo que eu tô mandando, vai, que eu tenho que sair daqui!”. Era encenação, eles são muito amigos, mas mostra um pouco como que eles pensavam. Enivaldo também não apoiou o Camata, não apoiou. Ele chegou a ser líder do governo de Vitor, aliás um grande líder de governo. O Enivaldo é uma figura política das mais interessantes que você possa imaginar. Ele transita nas sombras, não gosta de holofotes. Eu suspeito que ele e o Ferraço tiveram, nessa época, uma postura da mesma forma que eles tiveram com Albuíno (articulação com os prefeitos do interior), não com a mesma intensidade. O Ferraço eu sei que fez. Eu me lembro que nós saímos de Vitória com Renato Casagrande, fomos a Muniz Freire, no último dia de comício. Nós fizemos Muniz Freire e Castelo, ele foi num Fiat Tipo, nós num Gol. Nós chegamos em Castelo, o Luiz Carlos Piassi nos recebeu. O Ferraço tinha colocado o Piassi pra fazer campanha pro Vitor, mesmo ele sendo inimigo do Renato. A cidade tava uma festa, ele fez o comício em Castelo, o Vitor já tinha saído de Castelo pra Cachoeiro, eu caí na besteira de não ir com o pessoal, porque Piassi me segurou. Ele ficou me mostrando a cidade, a gente foi andando, quando eu vi a gente andou a avenida principal toda, e quase no final, perto da igreja, estava o carro dele. Cheguei em Cachoeiro no final. O prefeito de Cachoeiro era o José Tasso, o Ferraço mandou um aviso pra ele: “Olha só, eu vou lotar a cidade, você tem duas opções. A primeira você não vai querer, que é subir no palanque do Vitor. A segunda é você sair da

cidade”. O José Tasso saiu da cidade. Do início da praça de Cachoeiro, até onde fica o Banco do Brasil, a cidade estava completamente entupida de gente. Quando cheguei e vi aquilo, eu falei: “Piassi, a gente ganhou. Conseguimos reverter”. Houve um esforço de muita gente. Teve muita reunião na Prefeitura de Vitória. Vasquinho, prefeito de Vila Velha, botou roupa de peão de prefeitura no Vitor, e botou ele pra andar em Terra Vermelha. Vasquinho estava no segundo governo dele, já tinha sido prefeito de Vila Velha, deputado constituinte, prefeito de Cariacica, e novamente estava como prefeito. Andou com Vitor por Terra Vermelha inteira. A Viviane Medeiros, filha do Rogério Medeiros, também participou da campanha do Vitor. Ela me disse que teve uma vez em que o Rogério mandou ela pro norte do estado, no eixo da BR 101. Ela sentou numa praça, em Conceição da Barra, ligou pro Rogério quase chorando e falou: “Pai, nós vamos perder essa eleição! Não estamos conseguindo chegar no povo, não estamos conseguindo falar a linguagem do povo!”. Foi aí que eles começaram a fazer alguns movimentos de mudança da campanha. Porque o Vitor era muito duro. Ele até tinha um certo apelo popular, mas Vitor era muito seco, não só porque era magro, mas no jeito dele mesmo. Ele é um amor de pessoa se ele gosta de você, um amor de pessoa. Mas tirando isso, ele não é aquele político populista que vai te abraçar, te beijar, que vai sentar pra tomar cachaça com você, ele não bebe álcool, não come carne, tem uma série de restrições. Já o Camata era aquele homem do povo, que se misturava com os pobres. Enfim, a Viviane colocou isso pra campanha do Vitor Buaiz, houve momento em que a campanha parecia perdida. Paulo organizou na Prefeitura de Vitória uma reunião com mais prefeitos aliados, ele bate na mesa e fala: “Olha só, não dá! Vocês podem não gostar do PT, mas é ou isso aqui ou aquela desgraça que tá surgindo ali!”. E aí houve um movimento tectônico que levou uma parte da prefeitada a abraçar a campanha do Vitor.

9) Havia de fato um medo da vitória do Cabo Camata, um medo do que isso poderia representar pro futuro do estado?

MSL – Sim, havia de fato um medo. O Camata era muito truculento na fala dele, como Bolsonaro também é. Só que o Cabo Camata não era frouxo, ele fazia

mesmo. Bolsonaro só diz que faz. “Vou colocar bomba!”, não colocou. O Camata dizia “sim, eu fiz o micro-ondas no meio do eucalipto, era um bandido, esturador, e eu queimei mesmo!”. Porque a gente tem que entender o seguinte, Felipe, é uma questão muito interessante: a nossa dificuldade, muitas vezes, de falar com a direita, advém exatamente de uma coisa que talvez seja a nossa maior virtude. A nossa maior virtude é a defesa intransigente dos direitos humanos. Mas você está falando com um cara que tem que enfrentar alguém o tempo todo na rua, alguém que está armado e ele pode ser morto. E aí, como você lida com essa pessoa? Então você está falando com um cara que não necessariamente é um fascista, mas que se tiver que atirar em você pra matar, se achar que você vai matá-lo, ele vai atirar e está legitimado pra isso. Isso é um paradoxo. Você acha que Fabiano Contarato nunca atirou em gente? Óbvio que sim, porque é inerente à profissão dele. É o mesmo que ser cirurgião e nunca ter sujado a mão de sangue, não existe. A gente tem que entender isso. O Freixo tem uma forma competente de conversar com esses caras. Ele, assim como a Marielle fazia, presta solidariedade a todas as famílias de policiais mortos, indo na contramão daquela ideia de que “vocês só defendem direitos humanos pra bandidos, não pra nós, não pro cidadão de bem!”. Isso permite que você vá criando as narrativas desses super-heróis, que dizem que vão fazer e acontecer. Camata era o herói típico desse lumpemproletariado que cultua pessoas de discurso fácil e de comportamento belicoso, que tem a ver com a nossa matriz autoritária, o nosso pensamento conservador, reacionário, tudo isso. Ele é um produto típico dessa galera, de consumo fácil pra essa galera.

10) Na sua opinião, o Cabo Camata realmente levava a sério aquela história de dar 24 horas pros bandidos saírem do Espírito Santo, e depois mandaria a polícia chegar atirando?

MSL – Claro que não, isso é parte de uma narrativa. É um discurso falacioso, mas que no imaginário funciona como um apito de cachorro (*dog whistle*), e passa uma imagem de sujeito macho, corajoso. Aí você vira e fala: “Ah é, então ele ia matar um monte de gente assim?”. A bem da verdade, não duvido que ele matava muita gente não. Mas nesse caso das 24 horas, não ia fazer, porque isso também ia gerar uma

grande reação, e eles não entram em conflito se eles acham que vão morrer. É igual exército americano. É ótimo, é lindo, é grande, é bonito pra caramba, os meninos e as meninas são incríveis, tem armas maravilhosas, mas não manda eles não, porque “Deus me livre, não quero que o meu filho morra na guerra!”. “Contrata uma empresa de mercenários, dá as armas pros poloneses, pros ucranianos, não mande os nossos!”. “Tem uma galera aí do Brasil, um tal de BOPE, paraquedistas, forças especiais, dá dinheiro e arma pra eles e manda pra lá, que eles fazem o trabalho, enquanto a gente fica de guarda, na porta da embaixada, dando pinta nos quartéis!”. É isso, cara, o que eles estão fazendo no século XXI é isso. Eles não lutam mais guerras convencionais, eles terceirizam. Até a CIA faz isso, coloca o agente de campo dela no setor de inteligência, cercado de mercenários que são de várias empresas, como a antiga Blackwater, o Wagner Group, etc. São vários, a África do sul é repleta dessas entidades. Esse pessoal de BOPE, BME, paraquedistas, Brigada de Operações Especiais de Goiânia, fuzileiros navais, quando eles dão baixa logo mandam o currículo. A passagem e o passaporte chegam prontos, com o lugar que eles tem que ir, para ganhar mil dólares ao dia. Mas é aquela coisa, é pegar ou largar, e se for não sabe se volta.

11) Você acha que é possível fazer um paralelo entre Cabo Camata e Jair Bolsonaro?

MSL – Olha, eu tenho muito receio de falar sobre isso, porque são contextos históricos distintos, são conjunturas distintas. Eu acho que é mais fácil se a gente tentar estabelecer o seguinte: algumas similaridades na questão do receptor do discurso, na construção do personagem público, na construção da narrativa. Mas os contextos históricos são muito distintos. O Bolsonaro é um projeto geopolítico de um movimento que vai pra muito além das fronteiras brasileiras, o Camata não. O Cabo Camata é o mesmo que se a gente tivesse eleito o Coronel Telhada, comandante da ROTA, como governador de São Paulo. Eu acho que, em 1994, o que aconteceu foi que as elites capixabas não tiveram a capacidade – como ocorreu em 2018, com Bolsonaro – de criar uma alternativa que empolgasse o eleitorado. Quando eles perceberam que a alternativa era aquela, eles migraram pra ela. Mas ali eles

migraram com a certeza de que eles controlariam. Com Bolsonaro, quem fez isso se deu mal. O Manuel Domingos, professor aposentado da UFF, conta dois diálogos muito interessantes. Um é que, em 2017, ele encontrou com o Almirante Flores, que foi Ministro da Marinha do Collor e do Itamar, no Clube Naval, no Rio de Janeiro. Manuel perguntou: “Almirante, vocês estão mesmo apoiando esse cara? (Bolsonaro)”. O Flores respondeu: “É o que tem pra hoje”. Aí o Manuel disse: “Mas vocês não tem a oportunidade de criar uma coisa nova?”. O Flores afirmou: “No momento, não”. O segundo diálogo foi com o General Santos Cruz. Manoel perguntou: “Mas General, logo ele? O que vocês vão fazer com ele, se ele fizer uma besteira?”. O Santos Cruz respondeu: “A gente controla”. Ou seja, eles achavam que por serem oficiais superiores, controlariam o Bolsonaro. E na verdade, não, o Bolsonaro nunca falou pros oficiais superiores, ele sempre falou pra cadetes da AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras), e pras pessoas que chegaram à patente dele. Porque quando ele foi pra reserva, era tenente, mas devido à legislação das Forças Armadas ele foi pra reserva na condição de capitão, proibido de entrar em qualquer OM (Organizações Militares). E aí depois o Villas Boas permitiu que ele fizesse aquele comício histórico na AMAN, ali foi dada a senha: tá aberta a porta, vai que é sua! Agora, o Cabo Camata já é aquela coisa mais da província. Da Constituição de 1988 pra cá, cada vez mais foi aumentando a participação de policiais civis, militares e bombeiros, e agora policiais federais, rodoviários e penitenciários, nas diversas representações de casas legislativas. Recentemente, a Polícia Militar montou a sua chapa, com os seus candidatos. Aquilo ali é uma narrativa muito perigosa, porque nem todo mundo, nem todo oficial, chancela a existência de uma plataforma militar. E aí vem à tona aquela discussão pré-1964: é a política no Exército, ou o Exército na política?

Entrevista com Perly Cipriano, realizada no dia 08 de abril de 2022

1) Perly, você participou da campanha de Vitor Buaiz rumo ao Governo do Estado?

Perly Cipriano (PC) – Sim, desde o início, desde quando o Vitor ainda estava na prefeitura, quando ele estava terminando o mandato dele, nós já começamos a

discutir a possibilidade dele ser candidato a governador. Ele saiu da prefeitura muito bem avaliado, com uma aceitação imensa na sociedade, e um prefeito de uma capital, se ele está bem, ele é um potencial candidato a governador. E o nosso nome era o Vitor. Tanto é que, quando ele saiu da prefeitura, nós criamos um Comitê de Combate À Violência e em Defesa da Democracia, algo assim. Esse comitê era um espaço onde a gente reunia um monte de entidades da sociedade civil, nos reuníamos na OAB, depois em outros lugares. Tinha entidades da sociedade civil, partidos, personalidades, para falar de democracia e combate à violência. E o Vitor era uma figura de destaque lá, então ele continuou, mesmo fora da prefeitura, tendo um espaço para tratar de vários temas. Então, literalmente, a gente já sabia que ele seria o nosso candidato. No caso da prefeitura, teve disputa para ver quem seria o candidato a prefeito, mas pra governador não, foi só o Vitor.

2) Qual era o seu papel durante a campanha, propriamente?

PC – Bom, eu sempre estive muito próximo do Vitor. Fui chefe de gabinete dele, e fazia parte de um pequeno núcleo que pensou a candidatura dele a governador. Quando ele foi candidato a governador eu acabei sendo candidato a deputado federal, fiquei como primeiro suplente, perdi pro João Coser, mas eu acompanhava a campanha do Vitor também, não apenas a minha candidatura – indo no comitê, discutindo com outras pessoas, e buscando novos aliados.

3) A escolha de Vitor Buaiz como representante do PT nessa eleição foi tranquila, sem divergências? Havia outros nomes bem cotados para a disputa?

PC – Não, para governador não. O Vitor saiu de uma administração muito bem avaliado, isso conta. Outros partidos queriam até um entendimento conosco, tanto é que a gente conversou com o PSB, conseguimos trazê-los para essa aliança, e outros partidos apoiaram também. Às vezes nem chegavam a fazer coligação, mas apoiavam o Vitor. Foi uma coisa muito interessante. Ele tinha uma grande aceitação na sociedade, embora na época estivesse disputando com nomes como Max Mauro, Rose de Freitas, Cabo Camata e outros.

4) A escolha de Vitor Buaiz para a disputa ao governo levou em consideração essa imagem de petista “light”, desvinculado de uma esquerda mais radical?

PC – Não, esse termo não foi nem tratado. O Vitor fazia parte de um campo que as pessoas chamavam de campo majoritário no PT, mas o Vitor estava além disso. Porque ele era uma pessoa que, na sociedade, queriam que ele fosse candidato também, não apenas no PT. Então não foi uma força de dentro do partido que impôs o nome dele, ele foi escolhido por uma aceitação ampla. Pelo êxito de sua administração, pelo bom diálogo que ele tinha com a sociedade, e pelo apoio nacional também.

5) Perly, eu gostaria que você falasse um pouco sobre a formação da Frente Unidade Popular Pela Cidadania, composta pelo PT, PSB, PCdoB e PCB, como uma frente para dar suporte à campanha do Vitor.

PC – Nós trabalhamos muito para trazer outros partidos para a frente, mas o PMDB tinha o seu candidato, o PSDB também tinha, assim como outros. Nós conseguimos o PSB, que era o maior partido dessa frente, tanto é que nos deu o vice, Renato Casagrande, que era deputado estadual na época. O PCdoB era um partido relativamente pequeno, mas que sempre esteve no campo progressista, então ele estava com a gente, ele e o PCB. Então essa era a nossa frente, ela não era muito ampla, PT era o maior partido, em segundo vinha o PSB, depois vinham os demais. Mas a aceitação do Vitor ia muito além da força desses partidos apenas. O Vitor conseguiu muita gente que teoricamente poderia votar no PMDB, mas votou nele. Tanto é que o segundo turno não foi contra o PMDB ou o PSDB, contra Max Mauro ou Rose de Freitas, foi contra o Cabo Camata, que era de um partido pequeno, sem programa nenhum, sem tradição nenhuma, e apareceu como aquela figura que não tinha programa, não tinha tempo de televisão, e falava coisas que eram verdadeiras ameaças, e aquilo atraiu muita gente. As pessoas diziam: “Camata não vai chegar no segundo turno!”. Todo mundo achava que ele não ia chegar, e sim Max Mauro ou Rose. Ele tinha pouco tempo de televisão, mas ele contou com o apoio da Polícia Militar, desde o início, intensamente. E no segundo turno foi mais intenso ainda. Foi

apoiado pela Polícia Militar, boa parte da Polícia Civil, fazendeiros, grupos de extermínio, a Scuderie Le Cocq, jogo do bicho, alguns empresários e representantes do judiciário. Quando ele foi pro segundo turno a gente levou um susto, a gente não acreditava. E teve muita gente apoiando ele na Praia do Canto, não foi só na periferia. Ele tinha uma base autoritária, algo que ainda existe hoje. Ele precede o Bolsonaro nesse tipo de coisa, ele expressou isso. Ele ia no interior falar com os fazendeiros, com os seguidores dele, e prometia: “nós vamos acabar com esse MST, vamos acabar com a invasão de terras!”. E quem tinha medo dessas coisas ficava do lado dele. “Vamos prender os bandidos!”. Ora, prender os bandidos é uma coisa genérica, que todo mundo fala, mas a gente sabe, só vai preso se for bandido pobre. As quadrilhas mesmo apoiavam ele.

6) As estimativas iniciais apontavam que a disputa ao governo do estado giraria em torno de Vitor Buaiz e Max Mauro. Entretanto, não foi isso que aconteceu. Em que momento vocês perceberam a candidatura do Cabo Camata como uma ameaça?

PC – Olha, até bem próximo da eleição a gente sentia que a campanha do Camata estava crescendo, mas não tinha muita visibilidade. A gente sentia porque ouvia a polícia falando, as pessoas falando, e se mexendo muito. Mas nas pesquisas não estavam revelando muito isso, até que saiu o resultado, mostrando que haveria o segundo turno. Aí as forças que estavam por trás dele começaram a aparecer, inclusive dentro dos outros partidos. Os outros partidos, que aparentemente eram contra o Cabo Camata, acabaram apoiando ele, foi uma disputa acirrada. O PT chamou as forças progressistas do estado, os democratas, a executiva nacional do partido, até o Fernando Henrique gravou um depoimento – não incidiu nada, mas ele gravou. Criou-se um clima nacional de que corria risco do Cabo Camata ganhar, isso gerou um certo medo em muita gente. A gente acreditava e trabalhava pra ganhar, sempre, mas havia sempre um risco. A gente via os carros da Polícia Militar transportando material de campanha, os quartéis com material, até as radiopatrulhas eram usadas para fazer campanha pro Camata. Delegacias eram usadas também. Em alguns lugares eles ostentavam propaganda eleitoral, e como não havia coibição, a Justiça Eleitoral também não fez muito esforço, eles faziam isso, apesar

da absoluta ilegalidade. Foi intenso. E não é verdade – a gente sempre tem que insistir nisso – que ele era solitário, sozinho na campanha. Ele teve muito apoio de setores conservadores. Ele juntou todos esses conservadores e foi pra cima.

7) Qual era a opinião de vocês, na época, sobre o Cabo Camata enquanto uma figura política?

PC – O Cabo Camata já tinha uma trajetória pública. Ele foi presidente da Associação de Cabos e Soldados, e fez muito movimento. Ele aparecia em um monte de movimentos da polícia, dando opinião nos veículos de comunicação, falando sobre como combater o crime. Ele tinha uma base no meio dos cabos e soldados, uma base forte. E nem sempre os oficiais das polícias se expõem – agora mais, naquela época bem menos. Tenho a impressão de que muitas coisas que ele falava se devia ao estímulo de alguns oficiais. Assim, não quebrava a hierarquia deles. Ele ficava falando em aumento de salário – algo que beneficiaria a todos – falando que tem que combater o crime, combater a corrupção, etc.

8) Perly, a que você atribui o crescimento da candidatura do Cabo Camata?

PC – Na época, as pessoas diziam o seguinte: “O Cabo Camata não se reelege deputado estadual”. Mas quando ele foi candidato a governador, com pouco tempo de televisão, sem proposta nenhuma, literalmente nenhuma, apenas “vou combater o crime, vou prender, vou botar os bandidos pra fora!”, ele fez uma campanha que interessava muito às elites. Elite gosta muito disso, os conservadores, os fazendeiros. Muitos fazendeiros votaram no Cabo Camata. O que mais me surpreendeu foi que muitos juízes, promotores, empresários assumiram abertamente, e financiaram a campanha no segundo turno. No primeiro turno ele tinha pouco tempo de televisão, mas já tinha apoio, não é verdade que ele não tinha apoio. Senão ele não teria tantos votos. É só olhar a votação dele, ela foi espalhada. Na Praia do Canto ele teve muitos votos, em quase todo lugar ele teve muito voto, e foi ao segundo turno bem à frente dos outros que a gente achava que podiam ir.

9) A próxima pergunta retoma algo que nós mencionamos agora a pouco, mas vamos lá. Em uma entrevista concedida a Ueber Oliveira, você afirmou que o Cabo Camata não teve votos apenas do povão, mas também das classes altas, dos moradores das áreas nobres. Você poderia explicar um pouco melhor essa questão?

PC – Quando o Collor foi eleito, ele teve dois tipos de eleitores consistentes. Primeiro, os excluídos dos excluídos, que votaram nele porque ele falava “vou resolver as coisas!”. Não tinha mediação, não precisava organizar nada, apenas “vou resolver!”. Segundo, os grandes, a classe alta, que achava que poderia controlar ele, e controlaram de fato. O Cabo Camata também trabalhou com essa lógica. As pessoas simples votam às vezes por essas razões, em um cara que diz que vai resolver, que é valente, que vai prender e matar. Todo mundo já foi vítima de algum tipo de crime, e todo mundo gostaria que aquele crime fosse apurado e o bandido fosse punido. E o Camata falava que ia punir, e até mesmo matar. Então ele teve esse apoio mais amplo, principalmente no segundo turno. Os fazendeiros, por exemplo fizeram campanha pro Camata intensamente, porque ele era contra o MST, contra as invasões de terras, queria usar o sistema prisional para punir os presos, em vez de mantê-los “na boa vida”. São coisas que, como a população não tem muito conhecimento sobre isso, e às vezes a gente do campo progressista descuida de falar sobre isso, ele foi ganhando terreno. E também, no primeiro turno, não se deu muita atenção para a campanha dele, achavam que ele estava fora da disputa. Mas ele estava no páreo, tanto é que conseguiu ir pro segundo turno.

10) Na sua opinião, o que levou setores da classe média e alta a apoiarem o Cabo Camata?

PC – Tem um segmento bastante grande no Brasil que é autoritário. Eles querem um candidato autoritário, mas alguém que eles possam controlar. Fizeram isso ao apostarem no Camata, fizeram isso ao apostarem no Bolsonaro. São pessoas que acreditam mesmo no autoritarismo. O número de homofóbicos, racistas, machistas, xenofóbicos é muito grande, maior do que a gente imagina. Geralmente eles não se expressam muito abertamente, mas às vezes, nas eleições, eles se expressam. A

pessoa que votava no Enéas, por exemplo, votava nele como forma de protesto, mas também porque achava que ele era um cara autoritário e, por isso, merecia o voto. Há muito isso, por mais que a gente estranhe. Pessoas que têm uma identidade com aquelas palavras de ordem radicais, sectárias e um pouco fanáticas. Até na ditadura houve pessoas que apoiaram. Quando veio o golpe de 1964, entidades como OAB, ABI, CNBB apoiaram o golpe.

11) Perly, eu gostaria que você discorresse um pouco sobre a campanha do Vitor Buaiz no primeiro turno, quais foram as estratégias adotadas pelo PT.

PC – O Vitor já tinha sido deputado federal, já tinha sido prefeito, e antes de ser eleito ele concorreu à prefeitura em 1985, então ele já tinha uma certa experiência. Já tinha uma plataforma mínima, construída ao longo do tempo. Aqui no Espírito Santo, ele vinha abordando os problemas sociais com maior intensidade, englobando questões como educação, saúde, segurança. Enfim, era um programa mais avançado, e pra isso nós precisamos chamar os sindicatos, as associações, entidades de mulheres, movimento negro, pra ajudar na campanha. Nós queríamos chamar a grande massa excluída, e também dialogar com a classe média, criando algo amplo. O programa tinha uma abrangência muito grande. Falávamos com os trabalhadores do campo, da cidade, a classe média, artistas, intelectuais. Toda essa gama apoiou o Vitor, não apenas porque eles sabiam do trabalho desenvolvido por ele na prefeitura de Vitória, mas também porque fazia parte da nossa estratégia trazê-los pro nosso lado.

12) E quanto à imagem pública do Vitor Buaiz naquele contexto?

PC – Era a imagem de um bom administrador, não-corrupto e bom de diálogo. Isso foi um elemento muito importante pro Vitor. Ele foi deputado federal constituinte nota 10, foi prefeito de Vitória e saiu com quase 80% de boa aceitação, e nacionalmente o PT estava em uma ascensão muito grande, isso tudo repercutia também.

13) Em relação aos debates, de acordo com o que era veiculado pela imprensa na época, sabe-se que eles costumavam ser bastante acalorados, com diversos ataques pessoais entre os candidatos a governador. Como foi isso pro Vitor?

PC – De fato, nos debates tinha muita agressão. Mas muitas vezes, até sem querer, é normal que os debates resvalam para questões pessoais. No caso dos ataques a Vitor, não tinha muito como falar de corrupção, nem de enriquecimento ilícito. O que pesava contra ele, e motivava os ataques dos adversários, era ser do PT. Já havia antipetismo, desde o dia em que o partido nasceu. O PT nasceu defendendo reforma agrária, a inclusão social de negros, mulheres, índios, sem-terra, dentre outros. Tem muita gente que não quer essas coisas, que não quer o combate à desigualdade, isso cria inquietação. O PT, diferentemente da maioria dos outros partidos, sempre teve uma posição, isso incomoda. Os demais partidos, geralmente, não tem lado definido. E partido tem que ter lado. O PT sempre disse o que pensava sobre os índios, sobre os negros, sobre os LGBTs, sobre reforma agrária, sobre educação, sobre verba pública. Isso naturalmente traz uma parcela para o nosso lado, mas em compensação coloca outras contra nós.

14) Terminado o primeiro turno, Vitor Buaiz foi o mais votado, obtendo 46% dos votos válidos, e em segundo lugar ficou o Cabo Camata, com 27%. Como foi a recepção desse resultado entre vocês? Vocês acreditavam na possibilidade de vitória no primeiro turno, ou sabiam que iria pro segundo, mas talvez com outro adversário em vez do Camata?

PC – Então, nós nunca acreditamos muito que seria possível ganhar logo no primeiro turno. Havia o Max Mauro, que tinha sido um governador bem avaliado. Havia a Rose de Freitas, que tinha prestígio. Eram adversários com nome, e por isso sabíamos que o mais provável era ir pro segundo turno, e aí sim o Vitor vencer. O Cabo Camata, no meio da campanha, não parecia muito que chegaria ao segundo turno. Quando ele foi pro segundo turno, teve que refazer um pouco o discurso, pra tentar atrair quem votou no Max e na Rose, e assim superar o Vitor. Foi aí que nós sentimos de fato a campanha do Cabo Camata crescendo, no segundo turno. Nós

vencemos, mas o Camata continuou tendo força, tanto que depois foi eleito prefeito de Cariacica.

15) Na sua opinião, por que Max Mauro e Rose de Freitas fracassaram? Foi apenas mérito do Cabo Camata, ou eles também deixaram a desejar em algum ponto de suas campanhas?

PC – Às vezes, as eleições surpreendem a gente. Gera-se uma polarização, e ela esvazia os outros candidatos. Se você der uma olhada agora, com Bolsonaro, está a mesma coisa. O Lula preencheu um campo amplo, está segurando ele, e crescendo um pouco. O Bolsonaro preencheu outro campo, de tamanho considerável. Resultado: não está sobrando lugar pra ninguém. No caso de 1994, assim que deu o segundo turno, polarizou-se em definitivo. Mas até lá, a Rose e o Max trilhavam mais ou menos o mesmo caminho. O Vitor aparecia como novidade, isso atraía um grupo de pessoas. Os demais candidatos, na minha avaliação, não trouxeram novidades nas suas propostas de trabalho. Eram lideranças mais antigas, porém não conseguiam atrair o eleitorado. Não é que eles não tinham capacidade, mas como vai polarizando em torno de duas candidaturas, não sobra espaço para eles. Igual à terceira via atualmente. O Max e a Rose já eram mais conhecidos, e por isso tinham também os seus desgastes naturais. O Vitor aparecia como novidade, do ponto de vista da administração, de um partido novo no cenário. Já o Cabo Camata seguiu trilhando a campanha em segundo plano, sem receber paulada de ninguém. Subestimavam ele, todo mundo subestimou. E aí ele foi pro segundo turno.

16) Você afirmou que existem certas candidaturas que geram uma polarização, e o restante fica esvaziado.

PC – Sim, fica esvaziado, fica muito difícil para os demais. Por exemplo, tirar voto do Bolsonaro hoje em dia é muito difícil. Mesmo os que apoiaram e votaram nele, e depois sofreram decepção, eles mais ou menos seguram o voto. E os outros seguram no Lula. No caso de 1994, o Max eu não sei bem a razão, porque ele fez uma boa administração no passado, mas chegando ali ele não teve força.

17) Perly, houve alguma mudança de rota na campanha do Vitor Buaiz, do primeiro para o segundo turno?

PC – Não, não creio que houve. Claro que, naturalmente, nessa situação você precisa fazer um discurso para ampliar, para atrair o apoio daqueles que não foram ao segundo turno. Você tem que fazer um esforço para trazer os eleitores da Rose, do Max, e com isso há sempre uma flexibilização dos discursos no segundo turno. Não tem jeito, tem que ampliar mais. Tanto é que no segundo turno fomos a Brasília pedir apoio a Fernando Henrique – que não resolveu nada na disputa, mas pedimos.

18) Quanto ao Cabo Camata, ele mudou um pouco a abordagem no segundo turno?

PC – Sim, mudou. Ele começou a arranjar mais propostas. Antes ele tinha poucos segundos para falar, depois passou a ter um tempo maior, aí aqueles que estavam com ele começaram a formular ideias, a melhorar as propostas iniciais. Ele acabou melhorando, não fez o mesmo discurso do primeiro momento, focado só na gurugumba. Radicalizou menos, embora estivesse furioso pois achava que ia ganhar. Mas de qualquer maneira, como ele passou a ter um tempo maior de televisão, ele precisou explicar melhor o que ele estava fazendo. Aqueles que apoiaram ele no segundo turno certamente falavam “inclua isso, tire aquilo”, e ele fez. E o Vitor, ao ser eleito no segundo turno, tinha que montar a sua equipe de governo, pegar o programa de governo e adequar nas diferentes secretarias, fazendo uma composição ampla, com gente de vários partidos, inclusive o PSDB.

19) Você acha que o apoio de Fernando Henrique Cardoso a Vitor Buaiz teve um peso eleitoral decisivo?

PC – Olha, nem tanto, foi um conjunto de fatores. Mas é sempre bom mostrar que você ampliou, que você uniu forças em prol da sua candidatura.

20) E o apoio de Theodorico Ferrazo, na articulação política com os prefeitos do interior?

PC – O Ferraço sempre teve uma certa capacidade de articulação política e liderança no sul do estado, ele conseguiu trazer prefeitos para a campanha do Vitor. Não são questões isoladamente determinantes, mas se juntar tudo, se for somando as alianças construídas, foi importante sim.

21) E o apoio da igreja, encabeçado pela figura do Dom Silvestre Scandian, arcebispo de Vitória?

PC – Ah, isso foi bem importante. Alguns setores da Igreja já apoiavam o Vitor desde o primeiro turno. Quando veio o segundo turno, com a presença do Camata na disputa – um cara agressivo, que pregava a violação dos direitos humanos –, juntou mais gente da igreja católica a favor de Vitor. Outros segmentos religiosos também se movimentaram a favor de Vitor, ainda que não demonstrassem tanto publicamente. Luteranos, batistas, metodistas, muitos deles fizeram até documentos orientando o voto dos fiéis.

22) Além dos que eu citei, há mais algum grupo que apoiou Vitor Buaiz e que você acha importante mencionar?

PC – Teve os movimentos populares, o MST, os sindicatos. Os médicos também, um número muito grande deles fechou com o Vitor. Muitos engenheiros, professores, a Universidade em peso. Tudo isso entrou no circuito de apoio a Vitor.

23) Vitor Buaiz venceu a eleição no segundo turno, com uma pequena diferença percentual pro Cabo Camata (Vitor – 55,5%; Camata 44,5%). Como explicar a vitória de Vitor Buaiz nesse processo eleitoral tão árduo, que foi a eleição para governador do ES em 1994?

PC – Veja bem, o Vitor tinha uma proposta de governo que tratava da inclusão, do desenvolvimento, e tinha uma articulação nacional. O discurso tinha muita coerência com o que acontecia no Brasil naquele momento, no Brasil e no exterior. O Vitor tinha um programa de governo mais avançado, que abrangia bastante a classe

média, as universidades, os estudantes, os trabalhadores, a igreja. Ele tinha uma abrangência maior no seu programa, e na sua trajetória de vida. Eu acho que sucesso dele nessa eleição passa por aí.

24) Você acha que é possível fazer um paralelo entre Cabo Camata e Jair Bolsonaro, entre a eleição para governador de 1994 e a eleição presidencial de 2018?

PC – O Cabo Camata precede Bolsonaro. Ele tinha pouco tempo de televisão, sem proposta nenhuma, e encontrou uma parte das forças políticas muito divididas, o que abriu o caminho para ele. Ele ficou meio de lado, ninguém batia nele no começo, as pessoas achavam ele engraçado, pensavam que a candidatura dele nunca daria certo. Mas ele já tinha uma trajetória, uma base de apoio nos militares. A força deles não vinha tanto do número, mas do poder de pressão que eles tinham. Policiais militares, civis, fazendeiros também. Era uma base conservadora, que falava em acabar os bandidos, em sumir com todos eles. Esse discurso agregava as pessoas, assim como o Bolsonaro. O Bolsonaro teve apoio da elite, contou com as redes sociais, com as *fake news*, fez um discurso que agradava os racistas, os machistas, os que são contra a esquerda. Mas além disso tudo, o Bolsonaro falou que era contra o sistema, ele e o Camata também tem isso em comum. Bolsonaro tinha sido deputado por 28 anos, mas se colocava como alguém de fora do sistema, contra isso “tudo que está aí”, contra a política como um todo. Cabo Camata também falava essas coisas, dando a entender que era contra a política, do tipo “vote em mim que eu vou resolver, porque a política não deixa resolver!”. Bolsonaro fez esse discurso, claro que com uma composição maior, nacional, internacional, fazendo enfrentamento com o Lula, com a Dilma, com o PT. Enfim, os dois têm em comum que são autoritários, sem propostas de inclusão social e se colocam como contrários ao sistema, isso impressiona muita gente.

Entrevista com João Gualberto Vasconcellos, realizada no dia 12 de julho de 2022

1) João, o que você estava fazendo, profissionalmente, em 1994?

João Gualberto Vasconcellos (JGV) – Bom, eu fiz meu doutorado na França, com o Cornelius Castoriadis, estudei filosofia política, depois eu cheguei aqui, fui pra Universidade, e montei com outros professores da Universidade um instituto de pesquisa. Inicialmente nós o chamávamos de CQD, Centro de Questões de Desenvolvimento, depois vários saíram e nós ficamos com o nome de Futura. Essa instituição fez a sua primeira eleição como instituto de pesquisa em 1992. Nós fomos contratados pela Rede Gazeta, fizemos os municípios da Região Metropolitana. Acertamos os sete resultados da região, saímos fortes desse processo de pesquisa. Quando chega, então, em 1994, nós estávamos com o instituto de pesquisa. Foi a primeira eleição que nós fizemos com esse nome de Futura. Nós não tivemos outros clientes privados, fizemos pesquisa só para a Rede Gazeta. Quando a eleição começou, nós tínhamos Vitor Buaiz, que era uma pessoa muito ligada à gente. Meu pai era do PT, deputado estadual pelo PT, e ele foi candidato ao senado em 1994, na chapa de Vitor. Então eu posso dizer que acompanhei a chapa de Vitor dessa varanda aqui, de dentro dessa casa. No dia em que meu pai foi convidado a vir como senador, entraram aqui o Vitor Buaiz, o Renato Casagrande, que era vice de Vitor, e que tinha sido colega de papai na Assembleia, e Rogério Medeiros. Eu estava lá na Futura e acompanhei a construção da chapa do PT, porque meu pai foi candidato ao senado. Mesmo assim, a Rede Gazeta nos contratou, nós não fizemos a campanha do PT. Quando a eleição começou, havia as quatro candidaturas: Max Mauro, que era ex-governador; Rose de Freitas, que era deputada federal; Cabo Camata, que era deputado estadual; e Vitor Buaiz. Eu me lembro que nós fomos acompanhando as pesquisas para A Gazeta, o Max e a Rose se estabilizaram em um certo patamar, em torno de 15% ou 16%, eu acho, passaram o primeiro turno deste tamanho, e o Cabo Camata começou a fazer uma campanha antipetista forte, que falou muito com a alma conservadora capixaba, e acabou conseguindo um destaque grande. E também o governo de Albuíno estava terminando muito mal, então as forças conservadoras do Espírito Santo foram se unindo todas em torno do

Camata. O Vitor tinha sido um bom prefeito de Vitória, e a novidade era o Cabo Camata. A campanha do Cabo Camata tem traços de semelhança muito grandes com a campanha do Bolsonaro em 2018, o PT contra um quadro de direita. Aliás, o Espírito Santo, muitas vezes, antecipa essas questões nacionais, porque nessa eleição venceu o Vitor, e ele também terminou o governo mais ou menos como a Dilma, mergulhado numa crise, nem no PT ele terminou o governo, ele mudou pro PV. Então vamos voltar, objetivamente. Eu acompanhei a eleição de três lugares: primeiro, como filho do candidato ao senado, ajudei um pouco na estratégia dele, na construção das coisas, fizemos alguns trabalhos específicos pra ele; segundo, como diretor de um instituto de pesquisa, trabalhando pro jornal A Gazeta; por fim, como professor da Universidade e sociólogo. Quando acabou o primeiro turno, e vimos que o Cabo Camata chegou ao segundo turno, eu perdi a isenção de dono de instituto de pesquisa e caí matando no Camata, porque ele era um perigo. Eu fui paraninfo de uma turma do curso de Administração, entre o primeiro e o segundo turno. Eu fiz uma fala como paraninfo alertando os que estavam ali presentes, membros da elite, filhos de empresários, sobre o perigo que representava a eleição no Espírito Santo. Ressaltei que o Espírito Santo poderia eleger um criminoso como governador do estado, e nós não deveríamos estar brincando, pois nenhum antipetismo, nenhum antiesquerdismo, justificaria a eleição do Cabo Camata. Me lembro de uma entrevista que eu fui, na TV Manchete, com um jornalista chamado Agnelo Neto, e eu repeti esses mesmos argumentos. Porque lá na Futura, pelas nossas pesquisas, nós vimos que, entre o primeiro e o segundo turno, o que aconteceu: Vitor Buaiz, com aquele jeitão dele, viajou de férias pra descansar, enquanto o Cabo Camata caiu matando, e teve um crescimento exponencial. Então, quando o segundo turno começou, o Cabo Camata era o preferido, não era um segundo turno qualquer, era um segundo turno em que o crescimento exponencial era de um candidato vinculado às forças do crime. Aí eu assumi esse outro papel. Tive o papel de alguém ligado a uma candidatura, o papel de analista de um instituto de pesquisa e o papel de alguém que tomou uma posição francamente a favor da eleição do Vitor. Tive falas muito contundentes no mundo privado e no mundo da Universidade. Na época, Bete Rodrigues fazia a campanha do Vitor, e um jornalista importante na cidade chamado Amylton de Almeida trabalhava com ela. Ele ajudou a

construir um comercial muito inteligente, que chamava “Hitler também era um Cabo”, que apontava pro perigo dessa militarização da política. A Bete trabalhou muito essa tese, e eu entrei muito nessa tese também, falei isso em muitos lugares. Mas no jornal A Gazeta não, lá nós apenas analisávamos os números, de forma fria.

2) O que as pesquisas feitas por vocês indicavam sobre a disputa no início? Sobre os candidatos, a conjuntura estadual, os principais temas da opinião pública.

JGV – O Vitor não era propriamente uma expressão da esquerda capixaba. Ele era médico, foi presidente do sindicato dos médicos, na época em que o sindicalismo petista era um sindicalismo de classe média. A primeira vez que ele se candidatou foi para prefeito de Vitória, em 1985. Ele perdeu a eleição – eu até ajudei, trabalhei nessa eleição, junto com o PT –, mas perdeu ganhando, foi a personalidade da eleição. O Hermes Laranja ganhou a eleição, com apoio do Gerson Camata, mas o Vitor saiu grande da disputa. No ano seguinte, veio a eleição para a Constituinte e ele se elegeu deputado federal. Esse mandato da eleição de 1986 foi um mandato de três anos, quando se restituiu as eleições nas capitais, e aí em 1988 ele veio de novo como candidato a prefeito e venceu. Fez uma excelente gestão em Vitória, tinha uma equipe de governo muito boa. Rogério Medeiros era seu vice-prefeito, tinha um secretariado de primeiro nível, e ele realmente fez uma gestão muito boa. Saiu como bom prefeito, querido na cidade, e sendo candidato natural à eleição em 1994. O Albuíno, que era o governador eleito pelo Max, tinha feito um mau governo, estava sem condições de lançar um candidato, e acabou apoiando por debaixo dos panos a candidatura do Cabo Camata. O Max já tinha sido governador, era de novo candidato, mas o Max tava implicado no mau governo de Albuíno. Ainda assim, ele veio como candidato pra tentar se refazer, porém não conseguiu, tinha perdido muito apoio. A Rose na época tava no PSDB, era deputada federal, mas era uma candidatura mais voltada, talvez, pro seu processo de crescimento político apenas, alguma coisa assim, não era uma candidatura que tinha muita força. Então o Max pagou o preço da gestão de Albuíno, a Rose era uma jovem deputada que não tinha uma estrutura como os outros tinham, e o PT disputou a eleição tendo o Vitor como o queridinho, a bola da vez. Bom prefeito, bom deputado. E o Vitor era um

personagem muito especial. Um vegano, um homem de vida espartana – ele morava aqui do outro lado, naquela rua ali –, não fumava, não bebia álcool, levava uma vida muito exemplar, era o genro que toda sogra queria ter. Era um médico também, de prestígio. E ele era um Buaiz, embora não fosse parente dos Buaiz ricos, mas tinha essa coisa da marca dos libaneses. Então Vitor era realmente o favorito nas pesquisas. Por tudo que se falava, não se tinha dúvidas disso. E o Cabo Camata era um deputado histriônico, um homem que não tinha legado nenhum, que não tinha nenhuma passagem forte pela política, que vinha de um primeiro mandato, e que foi presidente da Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar – ele tinha aí essa máquina de votos, usou essa máquina, se elegeu, fez um mandato meio amalucado, com muita *fake news*, tendo muita visibilidade com temas, digamos assim, autoritários, reacionários. Ele era a favor de “bandido bom é bandido morto”, essas teses aí da direita tradicional, sobretudo da direita militar, que é o que ele expressava. Não tinha na época essa presença evangélica tão grande, nem essa importância dos costumes. Era mais a questão da segurança mesmo, da violência, então ele explorou toda a campanha dele a partir disso. Quando a eleição começou, ele não era ninguém. O franco favorito era o Vitor, e a expectativa do mercado político era que entre Rose e Max sairia o segundo turno. Acabou que eles ficaram estagnados nos seus nichos iniciais, porque o Cabo Camata ocupou todos os espaços de oposição, sobretudo na Região Metropolitana e nas camadas populares. Os votos dos setores A e B foram divididos por Vitor, Max e Rose, e o Cabo Camata navegou nos setores mais pobres, com relativa facilidade.

3) Em relação à opinião pública, vocês fizeram esse levantamento de quais eram os temas mais caros à população, os temas mais importantes, os maiores desafios, o que as pesquisas mostravam?

JGV – A eleição de Vitor aqui se dá no mesmo momento em que se dá a eleição de Fernando Henrique Cardoso. O Lula tinha disputado o segundo turno das eleições de 1989, era o candidato mais forte, ele perdeu a eleição pro Collor mas perdeu com estatura. A falência do governo Collor levava a crer que o Lula era o candidato mais forte em 1994, era essa a expectativa. Aí veio a queda do Collor, a ascensão do

Itamar Franco, o Plano Real, e aí realmente se criou uma eleição atípica, tanto é que o Fernando Henrique tem um livro chamado *O improvável presidente do Brasil*. Meu pai, como eu te falei, foi candidato ao senado, e um dia papai chegou aqui em casa, ele tinha ido em um comício aqui na região metropolitana, e disse o seguinte: “Meu filho, na hora em que o Lula subiu no palanque, o povo levantou a nota de um real e começou a balançar”. Aí papai viu isso e pensou: “Perdemos a eleição”. O Fernando Henrique não era um personagem simpático. Era o Real, e ele ganhou a eleição por causa disso. Essa mudança no quadro nacional acabou impactando um pouco aqui. Fernando Henrique ganhou no primeiro turno, o Lula foi patinando, e enquanto Lula patinava o Fernando Henrique crescia. E aqui, no Espírito Santo, o Vitor não montou uma campanha petista, até as cores da campanha ele mudou. Ele montou uma campanha *light*, mais de centro do que de esquerda, sem usar flagrantemente teses de esquerda. Essa mudança no quadro nacional talvez tenha até favorecido aqui, porque o Fernando Henrique também tinha um pouco essa coisa da centro-esquerda. Com isso, então, tínhamos o Vitor, com a imagem que ele possuía de bom prefeito, bom deputado, um homem de bem, muito diferente do Cabo Camata, que era o inverso disso. É igual comparar Bolsonaro e Haddad, não é nem Bolsonaro e Lula, porque Lula é um tipo popular. Aí você me perguntou quais eram os temas que tomavam conta. Evidentemente, o tema econômico, porque o Brasil vivia uma inflação galopante, teve momentos horríveis de inflação, vários planos econômicos deram errado. A mágica do Real é que Fernando Henrique não é economista. A mágica do Real é que Fernando Henrique é sociólogo. E, então, ele construiu não um plano, mas uma aliança com a sociedade. Ele criou uma coisa genial chamada URV, Unidade Real de Valor, que indexou a economia. Inflação era uma coisa tão ruim para todos que Fernando Henrique ficou seis meses viajando, fazendo palestras, conversando, dando entrevistas – ele realmente fez um pacto nacional pelo fim da inflação. E aí este clima tomou conta da campanha. O Vitor não tinha nenhuma resistência a isso, porque ele não tinha propriamente teses de esquerda. Então esse tema da estabilidade, da sociedade que se organiza, tava muito presente. Fernando Henrique participou das lutas contra a ditadura, era um homem ligado às teses da centro-esquerda, tinha uma certa similaridade. Quem expressava isso no Espírito Santo era o Vitor. Não houve um pacto explícito, mas houve uma

coisa implícita, do clima político e econômico da sociedade. Esse era um tema importante, que favoreceu o Vitor. E ele, como bom prefeito de Vitória e como médico, evidentemente que o tema da saúde também veio. Tem três temas que, entra eleição, sai eleição, não saem da pauta do Brasil: educação, saúde e segurança. O Camata tinha um discurso veemente em termos de segurança, que ele ia botar os bandidos tudo pra correr, amarrar os vagabundos na Praça Costa Pereira, na Praça Oito, e ia dar uma coça de gurugumba, coisas assim, engraçadas e ao mesmo tempo soluções simples para problemas complexos, resolver tudo nessa ameaça da força. Um homem da força. E aí eu acho que essas duas teses acabaram monopolizando a opinião pública, e deixando as candidaturas de Max e Rose efetivamente em segundo plano. Os temas que tomaram conta da campanha de verdade, que originaram razões de voto, foram estabilidade, de um lado, e segurança, de outro. O Cabo Camata era uma coisa absolutamente imponderável, uma candidatura completamente marginal no início do processo, mas ele se aproveitou desse sentimento de insegurança da sociedade, e montou uma campanha monotemática. A campanha dele era basicamente segurança, prender bandido, essas coisas. E ele era um personagem que – eu até valorizei isso, escrevi umas coisas para A Gazeta tratando disso – se aproveitava muito daquelas coisas que ninguém diz, das coisas inesperadas, igual Bolsonaro. Eu me lembro de um debate na televisão em que ele pegou uma nota fiscal da prefeitura e disse que Vitor Buaiz havia pago bebida num coquetel – era uma bobagem, um coquetel qualquer que a prefeitura deu. Hoje em dia, ninguém mais oferece bebida alcoólica em coquetéis públicos, quase ninguém faz isso, não é razoável mais. Mas nos anos 1990 ainda se fazia isso. Alguém lá comprou vinho branco, ofereceram num coquetel da OAB, era um evento irrelevante. E aí, eu me lembro de um debate na televisão em que o Cabo Camata falou: “Pois é, então quer dizer que você ofereceu bebida pros advogados e tal?!”. Aí o Vitor disse assim: “Você está dizendo isso mas não pode provar! Você sabe que eu não bebo, Camata!”. O Camata falou: “Ah, bebe sim, um vinhozinho branco [...]” (risos). Quer dizer, ele ficava tirando sarro daquele personagem. Porque o Vitor era muito certinho, muito quadrado, sem cancha política, ruim de debate, essas coisas. Ele era um personagem dentro da lógica da ordem, uma coisa meio católica, meio Comunidade Eclesial de Base, do ponto de

vista estético. Já o Cabo Camata, eu acho que ele era o produto de algumas circunstâncias daquele momento no Espírito Santo. Uma era essa candidatura meio desenxabida do Vitor, sem *punch*, sem sal. Eu me lembro que meu pai viajava com ele pelo interior, e meu pai disse que uma vez eles estavam em um espaço público qualquer, uma moça veio, você via que era uma pessoa bem simples, e aí ela ofereceu pro Vitor um copo de Fanta, mas ele não bebe refrigerante. Aí ele foi e empurrou o copo da mão dela, de uma forma exagerada. Sabe aquele tipo todo vegano, no sentido caricato da palavra?! Ele mastigava a comida vinte e duas vezes. Todo mundo sabia que o Vitor era daquele jeito. Ele era capaz de entrar num espaço público, num restaurante, e não falar com ninguém, passar assim como se fosse eu ou você. Não entra rindo, não tem o gestual do político, o lado celebridade, o tapinha nas costas. Ele expressava bem uma nova política que o PT defendia naquele momento, como um partido fortemente ancorado na classe média, e que teve a sua primeira leva de prefeitos eleitos em Belo Horizonte, Porto Alegre, Fortaleza, Vitória. Governos que expressavam o chamado “modo petista de governar”, que trabalhavam com Orçamento Popular, participação, Conselhos Comunitários, coisa que ninguém fazia ainda. Excelentes gestões petistas nas prefeituras, diga-se de passagem. Então o Vitor tinha essa marca, e tinha um vasto repertório pra oferecer à população, porém daquele jeitinho dele, todo manso, calmo, bom moço. E o Cabo Camata não tinha nada pra oferecer (risos). Não tinha portfólio algum. Quando meu pai foi deputado estadual, na legislatura que começou em 1991, Camata era um dos cinco deputados do PSDB, e ele fez uma declaração pública dizendo que, quando ele era policial, em Jaguaré, ele pegava bandido e colocava dentro de um pneu, jogava do alto de um morro e botava fogo no pneu, que descia queimando. Na época, um correspondente da Folha de São Paulo fez uma matéria longa sobre isso. Fernando Henrique era pré-candidato à presidência da República, Rose era presidente do PSDB. Aí Fernando Henrique pediu a Rose o afastamento do Cabo Camata, ele acabou saindo do PSDB e foi pro PSD, lá ele ganhou muita visibilidade.

4) *Você acha que o atrito de Camata com Ulysses Anders foi positivo pra ele? Ele fez denúncias de corrupção contra Ulysses, e depois isso foi comprovado.*

JGV – Na verdade, o que se dizia nos bastidores – nada oficial, são apenas boatos – era que ambos fizeram um acordo com um segmento empresarial, pra passar uma legislação que os favorecia. A Assembleia Legislativa era presidida por Marcos Madureira, tinha o grupo do Valci Ferreira, José Carlos Gratz e cia, o primeiro presidente foi o Valci, o segundo foi o Madureira. Foi nesse momento que essa turma começou a tomar conta da política do Espírito Santo. Camata e Ulysses chegaram a fazer um acordo para passar uma lei qualquer, que favorecia esses empresários, e o dinheiro seria dividido entre os dois, só que Ulysses foi na frente e pegou tudo. Repito, é o que se falava nos bastidores políticos, boatos, não tenho condições de provar isso. E aí eles brigaram, caíram na mão, Cabo Camata bateu no Ulysses, e aí na televisão essa narrativa de que Ulysses era corrupto foi o Camata que inventou, disse que deu uma coça nele. Me lembro do Camata dizendo assim: “Ele chegou em casa, e teve que tomar um banho de arnica!” (risos). Ele falava com um sotaque meio mineiro, puxando o R na “arnica”. Então todos esses episódios meio grotescos, meio nebulosos, do ponto de vista dos princípios éticos, no que diz respeito ao erário, e pouco recomendáveis do ponto de vista da ação política, Camata os transformava em episódios burlescos, engraçados, pitorescos. Essa apropriação dos fenômenos da política pra esse campo do pitoresco antecipou um pouco a estratégia de Bolsonaro. Camata o fez com muita competência, e virou o personagem da eleição. Ele tinha uma tese da segurança, mas uma tese vaga, tipo essas coisas que nós vemos até hoje, de que a população armada diminui os crimes, de que ele ia botar os bandidos todos pra correr pro Rio de Janeiro, enfim.

5) Essa questão da vara de gurugumba como o símbolo do Cabo Camata começou com o Ulysses, não foi? Ele falava que ia pegar o Ulysses...

JGV – Ele pegou, eu acho. Posso estar enganado, mas creio que houve essa agressão sim. Porque ele dizia na televisão que o Ulysses teria que tomar um banho de arnica, que era a forma que as mães tratavam os machucados das crianças em casa, no interior. Mas também Felipe, pode ser que não tenha ocorrido nada, porque ele era tão escandaloso, tão espetaculoso, tão falastrão, tão irresponsável com o que dizia, que talvez nem tenha ocorrido e mesmo assim falou que bateu. Vou te

contar um caso. Meu pai era candidato ao senado, estava viajando, aí parou o carro num posto de gasolina, o Cabo Camata estava lá, ele viu meu pai e gritou: “Oh Helio, você vai votar em mim?”. Meu pai respondeu: “Claro que não, Camata, eu tô na campanha de Vitor, como é que eu vou votar em você, rapaz?!”. Aí o Camata respondeu: “Ah, então por causa disso, pelo menos paga a minha gasolina aí, vai!”, e foi embora sem pagar (risos). Papai acabou pagando, ficou sem graça com a situação, ele era todo certinho, aí pagou. Então, ele era adepto dessas coisas inesperadas. Ele tinha raiva de mim, porque eu tinha dado aquelas declarações contra ele no programa do Agnelo Neto, que ele tinha crescido muito entre o primeiro e o segundo turno. Tinha saído uma pesquisa da Futura e eu estava comentando a pesquisa, dizendo que o crescimento dele era muito intenso, e que as elites deveriam tomar cuidado para não entregar o nosso estado nas mãos de alguém da compostura do Cabo Camata. Aí ele entrou no ar, por telefone, e me esculhambou (risos). Ele fazia essas coisas. Falou que o que eu estava dizendo não tinha nada a ver, que era um absurdo, etc. Aí o Agnelo ficou sem saber o que fazer, criou-se aquela saia justa, ao vivo. Ele ligou pra redação, a redação botou a fala dele no ar, e ele me esculhambou. Quando começou o segundo turno, no primeiro programa dele, ele começou metendo o pau num sociólogo – imagino que fosse eu – dizendo: “Vem aqui disputar a eleição, ôh sociólogo! Vem disputar comigo, pra você ver!”. Então, era disso que ele era capaz. Ele era capaz de tomar atitudes histriônicas, na linha do Jânio Quadros, na linha do Bolsonaro, coisas fora do comum. Isso chamou muita atenção. Eu me lembro que as pessoas dos setores populares, as pessoas mais simples, que trabalhavam na Universidade, que trabalhavam nas nossas casas e dos nossos amigos, os postos mais simples das empresas, foram todas tomadas pela campanha do Cabo Camata. Lá na Futura, um rapaz que trabalhava com a Gente, Paulo Cesar, era louco pelo Camata. Camata falava aquelas coisas, no dia seguinte Paulo chegava na Futura rindo, eufórico, contando as coisas que o Camata dizia e prometia. A gente dizia: “tá doido Paulo, vê se isso vai dar certo, isso é uma irresponsabilidade, esse cara não vai botar bandido pra correr coisa nenhuma!” (risos). Mas enfim, se você pegasse as pesquisas, você ia vendo como ele foi tomando territorialmente as periferias, e socialmente os setores que, na pesquisa, a gente chama de D e E. A candidatura dele acabou se apoiando em alguns pilares.

Um, o pilar do tipo popular. Ele é diferente de Bolsonaro em um ponto: Bolsonaro é mal-humorado, Camata era bem-humorado, alegre, engraçado, ele fazia um tipo um pouco mais leve do que essa coisa bolsonarista. E o momento da sociedade era outro também. Esse era um pilar da campanha dele: comunicação, capacidade de falar com as massas, mediante um populismo autoritário e inconsequente. Outro pilar importante é que as elites no poder, com o governo de Albuíno, um governo que ia muito mal, não tinham onde desaguar a candidatura deles, e acabaram migrando pra candidatura do Camata, ainda que não fosse público. Essa turma, formada por José Carlos, Valci, Madureira, os empresários ligados à sonegação, foi migrando pra candidatura do Cabo Camata. Era uma coisa silenciosa, e só ficou clara quando explodiu, na reta final da campanha do primeiro pro segundo turno. Aí acabou resultando numa luta. O PSDB, que não estava no segundo turno, acabou entrando claramente na campanha. Paulo Hartung, que era prefeito de Vitória, ficou claramente do lado de Vitor, levou ele a Brasília pra falar com Fernando Henrique já eleito, e fizeram uma articulação. O presidente eleito, com muito prestígio nos setores empresariais, apoiou Vitor. Aos poucos começou a ficar evidente os riscos da vitória do Camata: Começaram a pensar: “O que eles vão fazer com o Banestes? O que eles vão fazer com a Cesan?” Aí começam os medos. “Cabo Camata chega, limpa tudo, e essa Assembleia que tá aí acoberta ele!”. Enfim, começaram um monte de temores. Na minha opinião, o Vitor não ganharia da Rose nem do Max, só ganharia se fosse contra o Cabo Camata. Porque o Cabo Camata é como o Bolsonaro agora: contra ele, vai todo mundo no segundo turno.

6) Então, na sua opinião, se Rose ou Max fossem para o segundo turno...

JGV – Eles venceriam o Vitor, porque eles agregariam as forças da sociedade. O antibolsonarismo migra todo pro Lula. Muita gente que não gostou do modo como o governo do PT acabou, sobretudo pelas denúncias de corrupção, sobretudo por esse identitarismo às vezes exagerado, que acabou provocando esse nacionalismo absurdo do bolsonarismo, agora vota no Lula contra o Bolsonaro. Do mesmo modo, o “anticabocamatismo” foi mais forte do que os receios de um governo fraco do Vitor, pela própria estrutura do personagem, e pelo antipetismo também. Então

acabou que o Vitor foi beneficiário de uma candidatura que era muito temida. Uma coisa eram os setores mais pobres votarem no Cabo Camata no primeiro turno, com o apoio de alguns setores da sociedade, outra coisa é quem votou em Max no primeiro turno, em Rose, esses grupos migraram. Na verdade, do primeiro pro segundo turno, metade dos votos de Rose e metade dos votos de Max dividiram-se entre Vitor e Camata. Nós fizemos esse levantamento, o deslocamento era praticamente igual. O Cabo Camata começou o segundo turno realmente empoderado, e ele foi muito mais agressivo, muito mais presente, muito mais articulado, não parou de fazer campanha, e o Vitor começou mais acomodado. Houve um momento em que a candidatura mais provável foi a do Cabo Camata, com chances de ultrapassar o Vitor. Aí houve uma articulação da superestrutura capixaba inteira, quem tem patrimônio, quem tem negócios, gente que ficou com medo de um governo muito desarrumado e corrupto desandar tudo. Com isso, o Camata foi perdendo o favoritismo e perdeu a eleição.

7) João, fale um pouco sobre a aliança de Paulo Hartung e Vitor Buaiz nessa eleição.

JGV – No primeiro turno, o partido de Paulo, o PSDB, lançou a Rose, mas Paulo e Rose nunca foram parceiros, os tucanos tinham uma candidatura mas ele ficou isento no processo. No segundo turno não, aí ele fez uma aliança clara com Vitor. Na prefeitura de Vitória, quando Vitor foi eleito prefeito, o PSDB tava na aliança de Vitor. Paulo e Vitor nunca foram parceiros de verdade, mas também nunca tiveram em campos diferentes, eles sempre se aproximaram dessa linha de centro-esquerda do PSDB e do PT nos anos 1990. No primeiro turno Paulo esteve ausente, mas no segundo turno ele fez essa aproximação com Fernando Henrique que, do meu ponto de vista, foi o elemento que definiu a eleição. O Cabo Camata continuou o que era, o Vitor continuou o que era, havia a ameaça do Cabo Camata, e o Fernando Henrique, que tinha sido Ministro da Fazenda, que tinha feito o Plano Real, era presidente eleito, tinha muito poder de convocação, de falar com as elites. Na minha opinião, ele foi um dos grandes responsáveis pela consolidação da vitória do Vitor. O maior responsável pela vitória do Vitor foi ele mesmo, não vamos deslocar as coisas. Por

ter se mantido sereno, calmo, com as propostas dele, sem entrar no carnaval do Camata. Ele manteve aquela linha dele – meio sem graça, mas era a linha dele. Uma campanha propositiva, com bom conteúdo, num momento em que as gestões municipais do PT tinham bons resultados. Quanto ao Camata, continuou com a mesma estratégia. O que mudou foram as circunstâncias da eminente vitória do Camata terem assustado setores das elites, promovendo a construção de um certo consenso da segurança. Não se tratava mais de eleger um petista, nem de eleger alguém que eles consideravam o melhor quadro, mas de evitar os riscos que se poderia trazer para o Espírito Santo com o Cabo Camata.

8) Você acha que o apoio de Paulo Hartung ao Vitor Buaiz, em 1994, envolvia alguma forma de retribuição pelo apoio de Vitor a Paulo na eleição de 1992, para a Prefeitura de Vitória?

JGV – Na verdade, o Paulo era deputado federal pelo PSDB, prometeu a Albuíno que iria pro PDT para disputar a Prefeitura de Vitória, Albuíno acreditou e ficou sem candidato. Essa ausência de candidatura do grupo de Albuíno foi importante para a eleição de Paulo, que se candidatou pelo PSDB, disputou com Luiz Buaiz (PFL), e Albuíno apoiou o candidato do PT, que foi o Cosser, botando o Tovar de vice, do PDT. Mas Cosser e Vitor nunca foram do mesmo grupo. Na época, a eleição era em um turno só. Até um certo momento da campanha, o Cosser tinha uma certa expressão, e Luiz Buaiz estava ligeiramente na frente de Paulo. Mas nos últimos quinze dias houve o chamado voto útil a favor de Paulo. As pessoas, com medo da eleição de um quadro da direita, que era Luiz Buaiz, votaram em Paulo. Se você pegar as pesquisas, vai perceber que Luiz manteve o número de votos, João foi minguando e Paulo crescendo. Mas eu creio que em 1994 não teve acordo nenhum, não vejo nenhuma relação de causa e efeito. Eu acho que o Paulo, como todos nós, ficou com medo da eleição do Cabo Camata, medo do que ele podia representar pro estado. Então ele tomou uma atitude de político responsável, digamos assim. É como agora, nesse quadro que nós estamos hoje, com o medo de uma reeleição do Bolsonaro, do que isso pode causar ao Brasil. O Paulo, como homem antenado, preocupado com o futuro do estado, preocupado com todas essas coisas, fez a

opção dele. E outra, se o Vitor tinha sido prefeito de Vitória, e acabou eleito governador, o caminho natural de Paulo era deixar a prefeitura e ser também governador. Paulo sabia disso. Suceder o Cabo Camata seria um desastre, ele ia quebrar tudo. Era muito melhor, pra quem pretendia ser governador futuramente, que houvesse um governador minimamente responsável, do que um maluco. Então eu acho que a atitude do Paulo foi mais nesse sentido, do que propriamente uma retribuição.

9) João, quais fatores contribuíram para construir o cenário eleitoral de 1994, que teve Vitor e Dejour como os grandes protagonistas?

JGV – Primeiro, o cenário nacional de estabilização e fim da inflação, culminando na eleição de Fernando Henrique Cardoso à presidência. Regionalmente, o Albuíno tinha sido uma promessa que deu errado, ele apresentou-se como o novo, como um candidato negro, de origem pobre, e acabou sendo um político de pouca expressão, fez um governo muito frágil, com muitas greves na educação. Com isso, os capixabas voltavam a demandar o novo. O Vitor foi beneficiado pela falência da política tradicional, expressa pelo governo Albuíno. Tanto é que os representantes da política tradicional na eleição não tiveram espaço, a eleição se passou entre dois políticos novos, entre dois políticos em relativo começo de carreira, Buaiz e Camata, um da esquerda e outro da direita. Mas os representantes convencionais da política tradicional não participaram do segundo turno. Eu acho que essa coisa do novo, de substituir Albuíno, de buscar o “modo petista de governar”, teve muita importância. Enfim, no plano nacional, a estabilidade trazida por Fernando Henrique, no plano local, a oposição ao governo tradicional de Albuíno. Esses foram os dois elementos mais importantes da campanha.

10) Como você definiria a imagem política de Vitor Buaiz e Cabo Camata, na eleição de 1994?

JGV – O Vitor disputou a eleição com uma imagem de centro-esquerda. Ele abandonou qualquer discurso radical, petista, e mudou até as cores da bandeira,

optando por usar azul, branco e rosa. Ele fez sua campanha com a Bete Rodrigues, a marketeira mais importante do estado. Fez uma campanha bonita, uma campanha alegre, colorida, e tentou colocar-se realmente como uma alternativa de centro-esquerda, mostrando que não ia colocar o patrimônio de ninguém em risco. Ele não quis trazer para si a rejeição antipetista, nada disso. Então a imagem dele era a de um homem sério, bom prefeito de Vitória, bom constituinte, homem responsável, foi isso que ele fez. E o Cabo Camata construiu uma imagem de vingador, a expressão dele por meio da vara de gurugumba é isso, um governo com o chicote na mão, uma imagem de xerife, de homem que implanta a ordem pela ponta do chicote.

11) E os demais, qual a imagem que eles colocaram em 1994?

JGV – Absolutamente tradicionais. O Max e a Rose ficaram numa situação parecida com a da terceira via hoje, o Eduardo Leite, o Ciro Gomes, a Simone Tebet. Que chance a Simone Tebet tem de construir uma imagem nesse jogo de radicalização atual? É muito difícil. Enquanto isso, a cada semana Bolsonaro arruma alguma coisa pra chamar atenção sobre ele, e aí o petismo contrapõe. Isso tá condenado a “sanduichar” a terceira via, não tem jeito. Aqui no Espírito Santo foi a mesma coisa. Max e Rose ficaram sem condições concretas e objetivas de construir imagem, eles passaram a campanha como figurantes, como mais do mesmo. Um era ex-governador, um homem do MDB, que era um partido forte, mas perdeu o comando do MDB porque jogou toda a força em Albuíno, que era do PDT. Já Albuíno fez alianças à sua direita, para conseguir governar, e ficou muito ligado ao municipalismo, tanto que Enivaldo era um quadro muito ligado a ele. Max chegou na eleição e acabou sendo levado pela onda da polarização Camata x Vitor. A Rose tinha sido eleita deputada estadual em 1982, tinha um programa de rádio chamado *A Hora do Povo*, da Rádio Capixaba, pertencente a Hugo Borges. Ela veio de Minas Gerais, era uma moça nova, bonita, começou com esse programa popular, e acabou se elegendo deputada estadual em 1982, se reelegendo em 1986, e depois virou deputada federal. Ou seja, ela ingressou na política por meio do rádio, pela popularidade que ela obteve nesse programa. Ela não era daqui, era casada com o Kleber Frizzera, ele veio pro ES e ela veio junto, aí entrou no rádio e depois na

política. Ela virou, como se fala por aí, uma política municipalista, com a questão do uso da emenda parlamentar e da articulação política na esfera municipal. A Rose nunca teve uma proeminência que não fosse pelo campo da articulação fisiológica de interesses. Ao ser deputada federal pelo PSDB, ficou muito ligada ao Fernando Henrique, e usou muito a máquina federal pra conseguir pequenos favores. O negócio da Rose é arrumar trator pra roça, máquina de pilar arroz, uma estradinha aqui, outra acolá. Ela diz que é municipalista, mas, na verdade, é um título pra uma política tradicional, a Rose sempre foi uma política de tipo muito tradicional. Chegou na eleição com essa marca, e não decolou. Depois de 1994, ela foi outras vezes deputada federal, num total de cinco, e agora está no primeiro mandato do senado.

12) No livro do Jonas Reis, em que você escreveu um capítulo sobre o “fenômeno Cabo Camata”, você e o Jonas trabalharam com a ideia de que Max Mauro era conhecido pelo seu jeito vingativo de fazer política, e por causa disso ele acumulou muitos desafetos ao longo da sua carreira. Esses desafetos do Max viram, na candidatura dele em 1994, uma oportunidade de sepultarem a sua carreira política. Pra fazer isso, eles acreditavam que o Max deveria sofrer uma derrota humilhante nessa eleição, perdendo para um candidato considerado azarão, que era o Cabo Camata. Você poderia explicar um pouco melhor esse ponto de vista?

JGV – Olha, querendo ou não, a política é uma coisa que se institui mais pelo ódio do que pelo amor. É aquela máxima: “inimigo de inimigo meu, é amigo meu”. Para muitos setores da política capixaba, era importante derrotar o Max. Porque o Max é um homem sério, que fez um governo sem mácula de corrupção, muito seguro das coisas que fazia, mas o Max tem aquela coisa né: inimigo dele, ele trata a pão e água. Então, na classe política, no meio dos prefeitos, dos vereadores, dos deputados, ele tinha muitos inimigos. E aí eles se juntaram, porque a candidatura do Vitor não era uma candidatura do sistema, era uma candidatura de centro-esquerda. Quem era político tradicional, e ao mesmo tempo queria derrotar o Max, acabou indo pro lado do Cabo Camata. Foi uma contingência meio por acaso, que ninguém imaginava no começo. Às vezes, na política, você não quer derrotar, você quer diminuir a vitória do outro. E aí, você vai no candidato que é considerado menor, pra

impedir que outro se eleja. Mais do que eleger o seu amigo, você quer derrotar o seu inimigo. Então eu acho que houve uma certa coalizão de inimigos do Max que acabou marchando pro lado do Camata, os mais conservadores, e acabou ajudando o Camata, mas isso é um elemento daquele momento. O Gerson Camata, por exemplo, era um político que não tinha muitos inimigos, ninguém ia se juntar pra derrotar o velho Camata, mas o Max sim. É igual ao Renato Casagrande, ele não é um político de ter muitos inimigos, dificilmente se juntaria um grupo pra derrotá-lo. Agora, Luciano Rezende, em Vitória, tinha muitos inimigos, era um político muito perseguidor também. Muitas pessoas que acabaram indo pra outras candidaturas em 2020, como Pazolini ou Coser, foram pra ajudar a derrotar Luciano, representado pelo Fabrício Gandini, que nem foi pro segundo turno. Um político que chega ao final do seu mandato muito desgastado por desavenças pessoais proporciona isso, a união de seus adversários para derrotá-lo. Max foi implacável com o Gerson Camata, por exemplo. Foi implacável com o MDB, desconstruiu o grupo político que estava consolidado no MDB pra eleger Albuíno – que foi um fracasso – durante a sua sucessão ao governo. Enfim, foi um dos elementos da eleição de 1994. Na época em que escrevi eu dei essa importância pro fator Max Mauro, eu estava ali no calor dos acontecimentos, e hoje eu manteria exatamente o que eu disse. O livro foi escrito logo depois da eleição, foi uma ideia do Jonas, e eu participei.

13) A gente já comentou isso anteriormente, mas eu acho que é bom ressaltar porque é um ponto fundamental. Você acha que Albuíno contribuiu de alguma forma com o Cabo Camata, a partir dessa ideia de derrotar Max Mauro?

JGV – Acho sim, mas não só para derrotar o Max. Albuíno era um homem ligado às forças tradicionais do Espírito Santo. Tanto que na gestão dele houve uma banalização muito grande de um instrumento chamado FUNDAP (Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias), que teve operadores no mercado privado. Albuíno era um homem ligado a uma política muito tradicional, uma política de favorecimentos a empresários, e ele queria que seus interesses fossem expressos pelo Cabo Camata no segundo turno. Ele nitidamente apoiou o Cabo Camata. Ele não oficializou, mas a estrutura política de Albuíno, os deputados que

ele controlava, as forças políticas, as contribuições de campanha, foram todas pro Cabo Camata. Não é coincidência que, quando o Cabo Camata virou prefeito de Cariacica, Albuíno foi seu Secretário de Planejamento. Quando Albuíno se candidatou novamente a governador, em 1998, os sustentáculos da sua campanha eram Cabo Camata, Sérgio Vidigal e Theodorico Ferraço, eles eram de um mesmo grupo político – o Vidigal menos ligado a essa política tradicional, ele participou mais por força daquele momento. Mas Ferraço, Albuíno e Dejair eram todos desse processo político. Eles perderam em 1994, mas controlaram a Assembleia e viraram o nosso centrão, o ES teve a construção de um centrão já nos anos 1990. Essa banalização da política pela via do fisiologismo, que está muito presente hoje no campo da política nacional, já estava presente no ES nesse período de que trata a sua dissertação. Nós antecipamos um pouco o quadro nacional nesse ponto.

14) Por que Vitor Buaiz tinha tanta dificuldade de penetração no interior, tendo seus votos principalmente na Região Metropolitana?

JGV – Ele tinha sido prefeito de Vitória, com isso ele ganhou importância na Região Metropolitana. E o PT era um partido urbano, ligado ao sindicalismo urbano, de funcionários públicos, médicos, advogados, engenheiros. Não tinha prefeitura nenhuma no interior. A bancada do PT na Assembleia Legislativa era formada por gente como Aloísio Krohling, João Coser e Brice Bragato, todos de Vitória, não tinha deputados do interior do estado, não tinha presença política no interior. E o interior naquela época era mais conservador do que é hoje, não dava passagem para uma candidatura petista. A bandeira da reforma agrária era um grande tabu, a UDR (União Democrática Ruralista) ainda era muito forte, ainda tinha um movimento sem-terra muito forte, tinha invasão de terras. Com certeza o meio rural capixaba era muito conservador, não dava passagem pro PT, até por conta dos movimentos sociais do campo. A presença das elites era maior.

15) Poderia comentar brevemente o episódio com o Cabo Camata no programa de televisão, em que ele te deu uma resposta um tanto agressiva, conforme você mencionou anteriormente?

JGV – Sim, mas ele não foi agressivo comigo pessoalmente, foi agressivo com as minhas teses. Me acusou de ser filho do candidato do PT, desqualificou a minha fala, mas não foi agressivo comigo pessoalmente, não me destratou. Era o jeito dele, maluco, de falar as coisas. Na verdade, se você raciocinar literalmente, ele estava certo, não me deixou falar sozinho. Entrou no ar na TV Vitória, que tinha uma boa audiência, se meteu no meio do programa e me deu um “calço”, me viu correndo com a bola sozinho, me deu um calço e me parou (risos). Não sei se fiz ou não fiz o gol, mas ele entrou ali no meio da conversa. Provavelmente, os fãs dele acharam o máximo né, e ele pode ter feito já na intenção.

16) Vitor Buaiz confirmou o favoritismo que ele tinha desde o começo, levou a disputa pro segundo turno, e ao lado dele havia o Cabo Camata, que ultrapassou Max, Rose, e aparecia com chances de vitória. Havia de fato um medo de que a vitória do Cabo Camata poderia levar o Espírito Santo a uma situação de caos?

JGV – Sim, havia um medo e esse medo era concreto, havia razões para isso. Você tinha um estado que, apesar do bom governo de Gerson, do bom governo de Max, o Albuíno fez um mau governo. Havia, por exemplo, a ideia de que eles iam privatizar o Banestes, e que fariam isso usando moeda podre. Moeda podre é, por exemplo, precatórios, havia um mercado de precatórios no estado, os deputados ligados à bancada do Albuíno compravam os precatórios por 10% do valor de face, às vezes até 5% do valor de face. E na hora de comprar o Banestes eles entravam com esse precatório, ou seja, queriam comprar o Banestes por 10% do seu valor. Então temia-se que essas coisas acontecessem.

17) Havia também um medo de agravamento da violência?

JGV – Sim, medo de todas as desconstruções dos pilares do Estado. Porque a ditadura, aqui no ES, no fundo não teve maus governadores: Cristiano Dias Lopes, Arthur Gerhardt, Élcio Alvares, Eurico Rezende. Foram governos tradicionais mas sérios, politicamente atrasados mas sérios. Aí depois veio o governo de Gerson Camata, de Max Mauro. Bons governos. Mas com Albuíno começou a desandar. O

risco era de que o grupo de Albuíno, que começou a ser percebido dentro do grupo do Cabo Camata, desse início a uma roubalheira generalizada. Não era só o medo da violência. Claro, em alguns setores tinha a questão do medo da violência, ela estava presente, até pelo jeitão do Cabo Camata. Mas eu acho que o medo mais difundido nos setores médios, que acabaram decidindo a eleição, foi o medo dessas outras coisas. O governo de Albuíno já devia salário, já tinha passado por muita greve, então você já começa a ficar com medo desses problemas se agravarem – atraso do salário do funcionalismo público, a situação do Banestes, o aumento do poder da Polícia Militar. Enfim, um conjunto de coisas que são a síndrome do mau governo. Mais do que a segurança apenas, o medo era de um governo que desorganizasse o processo capixaba.

18) Pesquisas apontavam que, se a eleição demorasse mais um pouco, o Cabo Camata poderia superar Vitor Buaiz na corrida eleitoral e se tornar o governador do estado. Na sua opinião, quais fatores contribuíram para que Vitor Buaiz conseguisse se manter à frente no segundo turno e se sagrar vitorioso no final?

JGV – Eu acho que o anticamatismo, o medo sobre o qual nós falamos agora a pouco. O medo de um governo Camata desorganizar muito as bases de sustentação do estado. Havia já um ambiente que se degenerava, o medo era de ampliação dessa degeneração. E também o medo de um irresponsável na política, que dizia que ia matar bandido – esse superpoder da Polícia Militar, que poderia fazer desandar o processo social. Eu acho que as duas coisas caminharam juntas. Mas eu tenho a impressão de que o medo da desorganização financeira, atraso de salário, essas coisas, era maior que o medo da violência.

19) E as alianças do Vitor pro segundo turno, elas tiveram um papel importante na vitória dele?

JGV – Tiveram um papel importante sim, porque o Vitor trouxe para si o centro, os setores médios, esse pessoal do interior que não votava nele. Ele conseguiu algumas alianças importantes para a eleição no segundo turno. Talvez não tenha

sido propriamente alianças com grandes caciques, mas alianças com setores médios mesmo.

20) O que explica essa ideia de que, se a eleição demorasse mais um pouco, o Cabo Camata poderia ultrapassar Vitor Buaiz, o que ele estava fazendo que poderia levar a esse resultado?

JGV – Eu não me lembro de cabeça das últimas pesquisas, mas se não me engano a eleição no segundo turno começou com o Camata mais bem posicionado do que ele conseguiu manter nos quinze dias finais da campanha. Na nossa projeção de pesquisa, ele venceria a eleição – só na projeção, não nos números que estavam colocados, mas ele não conseguiu manter a dinâmica de crescimento. Se você pegasse a curva de crescimento e projetasse pra frente, e ele continuasse tendo aquele padrão de crescimento ao longo do segundo turno, ele venceria, só que ele não conseguiu manter o padrão. A articulação política em torno da campanha de Vitor reduziu o impulso da campanha dele.

21) Você acha que é possível fazer um paralelo entre Jair Bolsonaro e Cabo Camata?

JGV – Claro que é. Se você pensar a política brasileira em torno de suas raízes, se você pensar nas raízes do pensamento reacionário brasileiro, o Bolsonaro não é um elemento surpresa, é um elemento historicamente construído, tanto que o bolsonarismo continuará, de tempos em tempos surgem elementos que são capazes de juntar esses fragmentos aí. O que o Cabo Camata trouxe pra eleição foi esse sentimento reacionário presente na política capixaba daquela época. Não tinha o componente evangélico, com a dimensão que tem hoje, não tinha esse quadro de valores, com a dimensão que tem hoje, o Camata estava muito mais ancorado nesse sentimento do conflito urbano, da instalação da ordem, do medo da bandidagem, isso já crescia muito na sociedade capixaba. Há uma correlação muito nítida entre o crescimento do Cabo Camata em 1994 e o bolsonarismo. Os elementos do imaginário que eles articulam são os mesmos, o medo, a violência, os

valores tradicionais. Só que o Cabo Camata está mais ancorado no coronelismo, mais próximo das raízes da violência física, do que Bolsonaro. O Bolsonaro também se organiza a partir dos valores do cristianismo conservador, que não estavam colocados nos anos 1990. Aqui, no Espírito Santo, a gente teve uma antecipação da polarização Bolsonaro x Haddad, era Camata x Buaiz. O Cabo Camata não venceu essa eleição, em minha opinião, por causa do quadro nacional com Fernando Henrique. O Fernando Henrique era um quadro de centro-esquerda, se opôs aos militares, era candidato do PSDB, tinha instituído o Real, tinha estabilizado as coisas. Portanto, tinha uma certa centro-esquerda que inspirava confiança, isso imantou a eleição local. Mas o Cabo Camata cumpriu o papel dele, de organizar os reacionários. E tem uma coisa que você não pode esquecer: o Espírito Santo é um estado de raiz integralista. Se você fizer um mapa da eleição dos integralistas, da eleição do Cabo Camata e da eleição de Bolsonaro, vai coincidir direitinho. Cabo Camata e Jair Bolsonaro não inventaram nada, esses elementos já estavam presentes, eles só tiraram a tampa do bueiro.